

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Mestrado em História Social da Amazônia

CLEODIR DA CONCEIÇÃO MORAES

O Pará em festa:
Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)

Belém/Pa
2006

CLEODIR DA CONCEIÇÃO MORAES

**O Pará em festa:
Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Joana Fontes

Belém/Pa
2006

CLEODIR DA CONCEIÇÃO MORAES

O Pará em festa: Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Edilza Joana Fontes

Data de Defesa: ___/___/2006

Banca Examinadora:

Professora Doutora Edilza Joana Fontes (Orientadora - DEHIS/UFPA)

Professor Doutor Pere Petit (Membro - DEHIS/UFPA)

Professor Doutor Carlos Fico (Membro - DEHIS/UFRJ)

Professor Doutor Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann (Convidado – CEC-Pa)

Professora Doutora Magda de Oliveira Ricci (Suplente DEHIS/UFPA)

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

MORAES, Cleodir da Conceição

O Pará em festa: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da “Adesão” (1973). / Cleodir da Conceição Moraes; orientadora Edilza Joana Fontes, 2006.

Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

1. Belém (PA) – História – Política – Cultura; 2. – “Adesão” – Pará – Amazônia. I Título

CDD. 20 ed. 981.15

**À Rosângela e ao Pedro,
Companheira e filho amados!**

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE IMAGENS

INTRODUÇÃO 01

CAPITULO I - A EFEMÉRIDE

1.	15 de agosto: a “data magna” do povo paraense.....	19
1.1	A “Liberdade” da Assembléia Legislativa.....	25
1.2	Religião e Política no <i>Te Deum laudamus</i>	31
1.3	Uma data para a “Adesão”.....	39
1.4	Entre visitas, danças, inaugurações e palestras: outros caminhos dos festejos.....	46
2.	1972: O Sesquicentenário da Independência.....	53
3.	Nas histórias da Independência, uma ausência	71
4.	O encerramento.....	85

CAPITULO II - CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM OLHAR RETROSPECTIVO

1	Vivência intersticiais: os “entre-lugares” do discurso cultural.....	88
2	A política cultural do Estado Novo.....	100
3	Os anos 60: para um “povo alienado”, uma “vanguarda iluminada”.....	115

CAPÍTULO III – ENTRE POLÍTICA E CULTURA: A MISSÃO CIVILIZADORA DOS CONSELHOS DE CULTURA

1.	A cultura como estratégia militar: a criação do Conselho Federal de Cultura.....	132
2.	O Conselho Estadual de Cultura do Pará e a integração da cultura nacional.....	153
2.1	As “festas da cultura paraense”.....	166
2.2	A Revista de Cultura do Pará.....	174
3.	José Veríssimo e os males de nossa gente	185
4.	Amazônia: ameaça internacional e desenvolvimento regional.....	190

À GUIA DE CONCLUSÃO..... 194

FONTES 202

BIBLIOGRAFIA 205

RESUMO

A presente dissertação discute a relação entre política e cultura na configuração de uma dada interpretação da realidade do homem e da natureza amazônica, no início da década de 1970. A análise parte das comemorações do Sesquicentenário da “Adesão” do Pará à Independência do Brasil, promovidas pelo Governo do Estado, através do Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA), de 11 a 15 de agosto de 1973, que contou com o apoio do Conselho Federal de Cultura (CFC). Como órgãos oficiais de cultura, eles abrigaram um grupo de intelectuais de notório reconhecimento nos meios culturais nacionais e regionais, com o objetivo de levar a diante a “missão civilizadora” que os governos militares se arrogaram, no sentido de preparar o “povo” – ou parcela dele -, para o advento do “Brasil Grande Potência” que acreditavam estar em curso. No âmbito local, os intelectuais do CEC-PA deram sua parcela de contribuição a esse objetivo, que visava integrar culturalmente o país, paralelamente às integrações econômica e política. Como um “acontecimento monstro” - parafraseando o historiador francês Pierre Nora -, as comemorações do Sesquicentenário nos fornecem uma abertura para a compreensão desse passado recente da história local e nacional e do papel do CEC-PA na elaboração e divulgação autorizada de uma dada concepção da realidade amazônica.

Palavras-Chave: História, Política, Cultura, Adesão, Pará, Amazônia.

ABSTRACT

The following dissertation discusses the relation between politic and the culture of the configuration of a certain interpretation of the man and the amazon nature realities in the beggining of the 70's. The analysis initiates with the fifteenth hundredth Para's adherence to the Independence of Brazil's anniversary, organized by the Government, through the Cultural Council of the State of Pará (CEC-PA), from August 11th to 15th, 1973, which could have the support of the Federal Cultural Council (CFC). As they are official cultural bureaus, they covered a group of highbrowns with a high recognition in the national and regional cultural environment, having the goal of carrying the civilizing mission on that the military governors made in order to prepare the people - or a part of them - , to the Great Brazil Force that they believed to be current. On he local, the highbrows of the CEC-PA contributed with this goal, that sought the cultural integration of the Country, and its political and economical integration at the same time. As a "monstruos occurrence" - paraphrasing the French historian Pierre Nora - , the celebrations for the fifteen hundredth anniversary offer us an opening to understand this recent past of the national and local history and the role of the CEC-PA in the elaboration and authorized diffusion of a certain Amazon reality conception.

Key- words : History, Politic, Culture, Adherence, Pará, Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALN	Aliança Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
APL	Academia Paraense de Letras
CCHPHAE	Câmara de Ciências Humanas e Patrimônio História e Artístico do Estado
CEC-PA	Conselho Estadual de Cultura do Pará
CLA	Câmara de Letras e Artes
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CPLN	Comissão Permanente de Legislação e Normas
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
ESG	Escola Superior de Guerra
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
IHGPA	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPES	Instituto de Pesquisa Econômica e Social
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUC	Juventude Universitária Católica
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
POLOP	Política Operária
RCP	Revista de Cultura do Pará
SNT	Serviço Nacional de Teatro
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UAP	União Acadêmica Paraense
UDN	União Democrática Nacional
UECSP	União dos Estudantes dos Cursos Secundaristas do Pará
UFP	Universidade Federal do Pará
UnB	Universidade Federal de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE IMAGENS

1. Foto: Sesquicentenário. *A Província do Pará*, 16 de agosto de 1973. 22
2. Foto: Inauguração da *Estátua da Liberdade* na Assembléia Legislativa. *O Liberal*, 16 de agosto de 1973 28
3. Foto: *Te Deum* em comemoração ao Sesquicentenária da Adesão. *Revista de Cultura do Pará*. Ano 3, n° 12/13, jul/Dez., 1973, 245. 31
4. Pintura: João Ramalho, óleo de Wash Rodrigues, Museu Paulista, São Paulo/SP. 51
5. Pintura: Tibiriçá, óleo de Wash Rodrigues, Museu Paulista, São Paulo/SP. 51
6. Desenho: Sugismundo. *Revista Veja*, ° 215, 18/10/1972, p. 62. 58
7. Crianças com a bandeira do Brasil, saudando a passagem dos restos mortais de D. Pedro I, pelas ruas de Belém. *O Liberal*, 16 de julho de 1972. 69
8. “O coche que conduziu os despojos do Imperador”. *Folha do Norte*, 16 de julho de 1972, 1° Caderno, p. 8. 70
9. Frontispício. *Revista de Cultura do Pará*. Ano I n° 4 agos./out. 1971. 176
10. Frontispício: Programa do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência, Governo do Estado, 1973. 183

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho acadêmico, muitos já o disseram, é tarefa penosa, dolorosa, a exigir disciplina, paciência e muita dedicação, para que o sorriso venha solto na face ao momento de sua conclusão. Mal comparado, assemelha-se a um trabalho de parto, a envolver expectativa, ansiedade, dores e sabores. Inicialmente, vem a expectativa quanto à elaboração, conclusão e repercussão de um trabalho acadêmico; em seguida, a ansiedade e a dolorosa tarefa de “pari” as frases, os períodos, os parágrafos que possam dar a compreensão exata daquilo que se pretende dizer, sem falar da preocupação com o perigo constante do “aborto” das idéias; e, por fim, o nascimento de um novo ente literário, que agora vai galgar seu próprio espaço no mundo acadêmico, fazendo, como na vida, menino, “arruaças” pelos parques bibliotecários a vista de todos, causando algumas alegrias e provocando a ira de outros, até alcançar, quem sabe, a maturidade necessária para poder se apresentar a um público maior, através de um belo trabalho de editoração.

Ao escrever estas linhas, depois da missão cumprida, vem à lembrança a imagem e o nome das muitas pessoas que contribuíram para que este trabalho ganhasse vida. Primeiro os de casa. Sem o amor e a compreensão deles, testados ao limite nesses últimos dois anos, não teria conseguido ir muito longe. Obrigado Rosângela e Pedro, companheira e filho amados. Talvez tenhamos agora mais tempo para aqueles gostosos programas em família, sem a preocupação constante com a coleta e seleção de fontes, a análise de um livro ou artigo para a elaboração dos textos parciais e do texto final desta dissertação. Com todo o meu amor, obrigado!

Entre os de casa, também estão meus pais, Luci e Maurício, que na verdade se chamam Lucila e Benedito, minhas irmãs Diane, Socorro e Keila (*in-memoriam*), meu sobrinho-filho Alexandre e os também sobrinhos Patrícia, Júnior, Kleyton e Kliffer, que, através da demonstração do carinho diário, a todo o momento exteriorizaram o quanto sempre acreditaram no que eu seria capaz de fazer na minha vida profissional. Digo a eles que continuem a me transmitir essa energia positiva porque a caminhada ainda me reserva novas surpresas, novas aventuras, pois a estrada anda não chegou ao fim.

Agradeço também – e por que não? - aos meus novos parentes, Antônio e Madalena, sogro e sogra que há mais de dez anos fazem parte do rol de pessoas que passei a admirar e a querer bem e que sempre vibraram com as minhas vitórias, mas nunca esqueceram do acalanto nas batalhas frustradas. Através deles, agradeço a todos demais novos parentes – cunhados, cunhadas, sobrinhos, sobrinhas – que, sei, também torcem pelo meu sucesso.

Agradeço muitíssimo ao Márcio e a Sheyla Cuns, ao Fernando Amorim, a Juacilene – a “intrusa” querida -, que entraram em minha vida ainda na graduação do curso de história e cuja amizade persiste ainda hoje, e, em especial, ao Márcio Couto, um quase-irmão com quem divido algumas das minhas inquietações acadêmicas, profissionais e pessoais.

Nas andanças pelos arquivos da cidade deparei com um número diversificado de pessoas que me ajudaram na difícil tarefa da caça às fontes. Agradeço, por isso, aos funcionários do Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado e da seção de periódicos e microfilmes da Biblioteca “Arthur Viana” do CENTUR, onde realizei minhas pesquisas. E meu muito obrigado a todos os funcionários do Conselho Estadual de Cultura do Pará – José Edison Albuquerque Pereira (secretário), Carlos Roberto Cardoso Aguiar, Gilmar Figueiredo Campos, Maria Iolete Valadares Fernandes, João Soeiro Rosa e Odiléia de Nazaré de Lima Campos. Cada um a seu modo contribuiu comigo nessa caminhada, em especial a senhora Maria Iolete, a “Irmã” como carinhosamente é chamada, que me ajudou a encontrar grande parte dos documentos utilizados nessa dissertação.

Não podia faltar o agradecimento especial ao Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, Professor Emérito da UFPA e Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Pará, que me acolheu nessa Casa como quem acolhe a um filho, sempre muito alegre e solícito durante as nossas conversas informais e nas entrevistas registradas, deixando-me à vontade para vasculhar os arquivos do órgão: muito obrigado professor!

Agradeço ainda ao senhor Belmiro Vieira Peixoto Júnior, conhecido por “Pinto Neto”, herdeiro do “gênio artístico” do escultor João Pinto Martins, que me forneceu importantes informações sobre seu avô, cuja memória permanece esquecida nos meios artísticos locais, ainda que o resultado de sua faina possa ser visto em vários logradouros públicos da cidade, a exemplo das esculturas do “Curupira”, da “Mapinguari” e da “Iara”, expostas no Bosque Rodrigues Alves, ou admirada todos os anos pelo povo católico da terra

na romaria de Nossa Senhora de Nazaré, pois a berlinda na qual é conduzida a imagem da santa é de sua autoria.

No curso de Mestrado convivi com professores e alunos que nos nossos diversos debates e seminários contribuíram, direta ou indiretamente, para o sucesso da pesquisa que agora apresento em forma de dissertação. Agradeço a Universidade Federal do Pará -UFPA e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pela bolsa que fui contemplado ao longo do curso. Um abraço a todos os alunos da primeira turma do programa de Mestrado de História da UFPA, da qual me orgulho de ter pertencido – temos lugar especial nessa curta história do programa! - e aos da turma de 2005, com quem passei a conviver ao longo do curso. Um abraço também a Ana Alice, secretária, e todos os professores do programa, em especial às professoras Magda Ricci, Maria de Nazaré Sarges, Leila Mourão e ao professor Pere Petit, que deram contribuições decisivas para os rumos da pesquisa.

Finalmente, agradeço à minha orientadora Edilza Joana Fontes, sempre compreensiva em relação aos diversos atrasos na entrega de versões preliminares desta dissertação e sincera nas observações feitas a elas.

Aqui está a “criança” que vocês ajudaram a vir ao mundo das letras - embora, não tenham dúvida disso, caiba a mim o ônus por qualquer coisa que ele venha a dizer, esteja certa ou errada.

Muitíssimo obrigado!

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a ditadura civil-militar instalada no Brasil, em 1964, e particularmente os seus desdobramentos na Amazônia, têm sido um caminho somente há pouco tempo trilhado por historiadores de profissão. Temáticas antes teorizadas quase que exclusivamente por cientistas políticos, sociólogos, jornalistas ou narradas diretamente por aqueles que viveram o período, foram, pouco a pouco, sendo incorporadas aos estudos históricos.¹ “O fenômeno”, conforme ressaltou o historiador Carlos Fico, “explica-se não por um desinteresse dos historiadores, mas pelas dificuldades peculiares à chamada ‘história do tempo presente’ e pela carência de fontes documentais”.²

Além das limitações de ordem empírica – “carência de fontes documentais” -, ainda hoje não solucionadas plenamente, existia um certo preconceito entre os historiadores no que se refere ao tratamento da “história do tempo presente”, que lutava para ganhar um lugar ao sol como novo campo de estudos históricos. Havia a idéia segundo a qual seria necessária uma margem considerável de distanciamento temporal do pesquisador em relação ao seu objeto para que a objetividade do trabalho de pesquisa não viesse a ser comprometido.

Mas esse preconceito foi sendo, aos poucos, minimizado e superado. E o lugar e o período em que essa “virada de mesa” começou a ser percebida podem ser situados na França do pós-Segunda Guerra. As lembranças traumáticas do conflito contribuíram para modificar o rumo das pesquisas históricas na Europa em direção ao presente, obrigando os cientistas sociais, em geral, e os historiadores, em particular, a lançarem mão de novos procedimentos

¹ Tomo como referência o livro recentemente publicado pelo historiador Carlos Fico, através da Editora Record, no qual, além de uma análise da literatura sobre o golpe e um debate sobre algumas controvérsias referentes à ditadura “militar” no Brasil, o autor apresenta “uma relação de acervos documentais pertinentes, uma bibliografia geral classificada por assunto, uma cronologia geral da época e uma compilação de documentos importantes produzidos entre 1961 e 1970”. FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. No que se refere à literatura local sobre o período, conferir PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. Belém: Boitempo Editorial: NAEA, 1996 e *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003; NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: “paulistas” e “militares” na Amazônia*. Belém: Dissertação de Mestrado apresentada ao NAEA, 1999. (mineo); BRITO, Daniel Chaves. *A modernização da superfície*. Belém: UFPA/NAEA, 2001 e COIMBRA, Oswaldo. *Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denuncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003; NUNES, André Costa et al. *1964: relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Ed. Dos Autores, 2004.

² FICO, Op. Cit. p. 20.

de investigação se quisessem alcançar as profundezas da realidade histórica. Nesse sentido, o caso francês foi emblemático, pois a necessidade de compreender os meandros dos acontecimentos que levaram a sociedade europeia a vivenciar um dos mais traumáticos episódios de sua história contemporânea, impulsionou a criação do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial, na França, no início da década de 1970 - talvez porque a França tenha sido um dos países mais sensibilizados pelos horrores da guerra, devido à humilhante situação de haver sido invadida por tropas alemãs.

O Comitê tinha a função de coletar, organizar e guardar documentos da época, além de apoiar iniciativas no sentido de serem realizadas pesquisas sobre o tema. Toda essa sede de conhecimento sobre o passado recente, contribuiu para que, em 1978, o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) – Centro Nacional de Pesquisa Científica -, criasse um laboratório de pesquisa voltado especificamente para o estudo do tempo presente – o *Institut d' Histoire du Temps Présents*, em Paris, sob o comando de François Beédarida.³ Ainda assim, a “história do presente” – ou “história imediata”, como também eram chamados os estudos compreendidos em uma temporalidade de curta duração – causava polêmica principalmente no que se refere a sua legitimidade científica, enquanto portadora de procedimentos e fontes capazes de tornar inteligível a realidade histórica, uma vez que o historiador encontra-se temporal e fisicamente mais próximo do seu objeto de pesquisa.

Os historiadores da chamada “nova história”, por exemplo, tributários das inovações epistemológicas e metodológicas trazidas a lume pelos fundadores da “Escola dos Annales” – Lucien Febvre e Marc Bloch, operaram uma verdadeira “Revolução Francesa da Historiografia”, segundo Peter Burke⁴ -, de certa forma, reforçaram esse preconceito, na medida em que a história *événementielle*, factual, fundada nos acontecimentos, não tinha espaço em seus estudos, pelo menos da forma como também hoje é utilizada. Viam na análise das estruturas o ponto focal para o qual deveriam convergir todas as suas energias se estivessem interessados em encarar, com instrumentos teóricos mais eficazes, a difícil tarefa

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente: desafios”. In: *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível no site: www.cpdoc.fgv.br/Produção_intelectual.

⁴ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1991.

de mergulhar nas profundezas do “mar da história”,⁵ ainda não atingidas nos estudos anteriores, porque aprisionados às questões conjunturais.

Esse desprezo pelo acontecimento, especialmente aquele situado em uma temporalidade próxima a do próprio historiador, levou-os a abraçar estudos compreendidos em longos períodos, visando à análise das rupturas e, principalmente, das permanências presentes nos processos históricos de longa duração, encrostadas em suas configurações estruturais, para compreender o papel dos indivíduos em relação a eles. A história das mentalidades, característica da terceira geração dos “Annales”,⁶ ainda que tivesse priorizado os aspectos culturais da realidade histórica, fugindo do exclusivismo da história social e econômica, predominante nas gerações anteriores, não fugiu à regra.

Ao contrário, transferiu para esse novo campo de análise alguns princípios já consagrados pelos estudos de história social ou econômica, privilegiando as estruturas – mentais – e uma cronologia fundada em processos culturais de longa duração, situados prioritariamente na Idade Média ou na Idade Moderna – distantes do historiador. Jacques Le Goff e George Duby são as principais referências dessa geração.⁷

Não obstante, o presente era também algo importante para esses historiadores, ainda que num sentido distante daquele que modernamente se lhe atribui. Le Goff, por exemplo, não escondeu o quanto era sensível ao tempo presente. Ele lhe tocava, “antes de tudo como cidadão, como homem do presente, mas diante dos acontecimentos, dos fenômenos, dos problemas importantes” a sua postura “é a de um historiador, de um aluno de Marc Bloch.”⁸ Como medievalista, o presente não se lhe apresenta diretamente como objeto de preocupação para a pesquisa histórica, assim mesmo ele não é menos importante em seus estudos, na medida em que ele lhe fornece o momento referencial, definidor das

⁵ Na metáfora predileta dos historiadores dos “Annales”, o processo histórico era visto como o mar cujas profundezas o historiador se dedicava em conhecer. Criticando o uso de modelos pré-estabelecidos para o pesquisa em história social, Fernand Braudel explicou: “comparei por vezes os modelos a navios. O navio construído, o meu interesse é pô-lo na água [da história], ver se flutua, depois fazê-lo subir ou descer, à minha vontade, as águas do tempo. O naufrágio é sempre o momento mais significativo”. BRUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p.68.

⁶ BURKE, Op. Cit. p. 81-88.

⁷ Idem, *Ibidem*.

⁸ LE GOFF, Jacques. “A visão dos outros: um medievalista diante do presente”. In: CHAUVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, 93-102.

preocupações, das temáticas e até mesmo das conclusões em relação ao passado que escolheu pesquisar.

Como um “aluno de Marc Bloch”, Le Goff apostava no “método regressivo” de análise histórica, através do qual o historiador é levado a “compreender o presente pelo passado” e o “passado pelo presente”, insistindo no fato de que os impulsos do presente são essenciais para as suas reflexões de medievalista, uma vez que o fazem retomar constantemente as suas interpretações sobre a Idade Média para “confirmá-las ou corrigi-las.”⁹ O presente, nesse caso, apresenta-se muito mais como um ponto de partida do que um ponto de chegada para as suas reflexões sobre o passado, mas nunca como um objeto de pesquisa a merecer investigação histórica.

Le Goff reconhece os historiadores que se preocupam diretamente com o estudo do presente como os “outros” que, embora diferentes, não são menos importantes para aqueles cujos olhares miram o passado distante, na medida em que estes, entre os quais o próprio Le Goff se inclui, podem a eles recorrer, tal como recorrem aos sociólogos, etnólogos, economistas e juristas, porque pertencem todos “a mesma tribo, ao mesmo ofício.”¹⁰

Em todo caso, o receio do estudo do presente esbarrava numa questão crucial: o historiador do presente teria o grau necessário de distanciamento em relação as suas fontes capaz de atribuir cientificidade a sua análise? Alguns historiadores franceses responderam positivamente. Roger Chartier, a título de exemplo, argumentou que, na história do tempo presente:

“o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”.¹¹

⁹ Idem, p. 94.

¹⁰ Idem, p. 101.

¹¹ Apud. FERREIRA, 2000.

Longe de se configurar em um problema, para Chartier, a proximidade temporal do historiador em relação ao seu objeto proporciona-lhe um momento sem igual para medir e reavaliar seus procedimentos, conceitos e conclusões de pesquisa, ajudando a ampliar as possibilidades de compreensão do passado recente e contribuindo para uma constante e necessária reflexão sobre a própria disciplina História, atualizando-a no contínuo fluxo descompassado da história na qual o próprio historiador está inserido.

Nesse sentido, Chartier conferiu maior amplitude à frase de Lucien Febvre de que “a História é filha do seu tempo”, ao colocá-la na teia intrincada do presente que ela própria ajudou a tecer. Refazendo a metáfora antes mencionada, o historiador, na verdade, não seria mais visto como um ser estranho ao mar cuja profundidade se esforçava alcançar a partir da utilização de instrumentos adequados, mas como mais um habitante dessas profundezas, cioso em compreender melhor o ambiente e os seres que o cercam, lançando-se inclusive nas incertezas dos caminhos traçados pelas correntes marítimas.

A história do presente, configurando-se aos poucos como um novo campo para os estudos históricos, contribui para a emergência de novas abordagens, novas temáticas e novos desafios para os historiadores contemporâneos, que já não podiam calar-se diante de um fenômeno atual, ou seja, aquilo que Pierre Nora chamou de “retorno do fato”.¹²

Em outras palavras, essa guinada para o presente foi resultado da própria pressão social sobre a disciplina história, pois, segundo Nora, “nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de um sentido ‘histórico’”.¹³ Fenômeno associado ao processo de mundialização da cultura e da economia ocidentais, em que os meios de comunicação de massa – rádio, televisão, jornais, revistas – tiveram papel fundamental, colaborando para promover a “democratização da história”, a partir do momento em que os fatos cotidianos, tornados fatos espetaculares devido a uma publicidade sensacional - sensacionalista, metamorfosearam-se em acontecimentos modernos vivenciados por uma gama diversificada e cada vez maior de espectadores e de telespectadores.

Esse acontecimento, no uso moderno da palavra, desenvolve-se numa “cena imediatamente pública”, porque à sua espreita está sempre um “repórter-espectador” ou um

¹² NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, J. e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, pp. 179-193.

¹³ Idem, p. 180.

“espectador-repórter”, a lhe conferir a publicidade e a atualidade necessárias, tanto no que se refere à sua “especificidade com relação à História quanto seu perfume já histórico”.¹⁴ A erupção do acontecimento espetacular, ao que Nora dá o nome de “acontecimento monstruoso”, feito à revelia do historiador, convida-o a problematizar a realidade, a procurar compreendê-la em seus significados e nas causas mais profundas de sua ocorrência, configurando-se em um campo de estudo profícuo para o exercício do seu ofício. O acontecimento, assim revelado, que provoca determinados efeitos na sociedade que dele participou ou assistiu, constitui-se em um ponto de ressonância dessa mesma sociedade, “uma abertura”, “um eco”, “um espelho” que a reflete com todas as suas nuances e deformidades, tocando a nossa sensibilidade de pesquisador.¹⁵

A guerra entre os Estados Unidos e o Iraque – espetáculo de exibição de força recente -, pode ser percebida como um bom exemplo de um “acontecimento monstro”. Milhões de pessoas em todo o mundo, tiveram à sua disposição vinte e quatro horas de informação via satélite sobre os vários desdobramentos do conflito sob o ângulo ocidental, dando a impressão de que o *front* estava à distância de um *click*, num verdadeiro espetáculo de imagens e sons que nos colocava em contato direto e imediato com os fatos. A sociedade ocidental foi, dessa forma, instada a olhar para si mesma e para o “outro” diante das informações e imagens que chegavam cotidianamente do *front*, revelando a permanência de um sentimento de alteridade secular e destruidor em parcela significativa de seus integrantes.

Pessoas em todo mundo, começaram a se perguntar por que tamanha brutalidade, a se interessar em obter maiores informações sobre os aspectos da cultura muçulmana e, não raro, a estabelecer comparações, na maioria das vezes arbitrárias e preconceituosas, entre “nós” – cristãos, ocidentais, democratas, “amantes da liberdade” – e os “outros” – muçulmanos, orientais, ditadores, e, na maioria das vezes, identificados como repressores e terroristas.¹⁶

¹⁴ Idem, p. 185.

¹⁵ Idem, p. 184-188.

¹⁶ Professores de história foram convidados pelos programas de televisão para explicarem o sentido e o significado da *jihad* – a “guerra santa” – do povo islâmico ou sobre o papel da mulher na sociedade muçulmana – tema frequentemente explorado em reportagens especiais veiculadas na TV e na imprensa escrita no Brasil nos últimos tempos. No meu caso particular, como professor do ensino médio na rede pública estadual, mais de uma vez fui chamado a responder à curiosidade de alunos sobre os motivos do conflito, as diferenças culturais entre o ocidente e o oriente ou sobre os conflitos religiosos históricos que ainda hoje se verificavam, envolvendo cristãos e muçulmanos, sendo levado a aprofundar a pesquisa escolar a respeito de tais temáticas.

O acontecimento, dentro da perspectiva vista aqui, tem levado os historiadores a não se omitirem de sua função social, qual seja a de fornecer explicações coerentes e, no limite, científicas para tornar inteligível a realidade social para um número cada vez maior de curiosos, fruto da valorização do presente e da história. Em outras palavras, o perigo do contágio pelo presente já não causa mais tanto medo como antes aos praticantes da disciplina. Na verdade, esse contágio é, hoje, mais do que necessário, justificando a própria razão de ser do ofício do historiador.

No caso brasileiro, a guinada sobre temáticas do presente começou a dar seus primeiros sinais na década de oitenta. Alguns dados confirmam essa evolução. No balanço que realizaram Carlos Fico e Ronald Polito a respeito da produção, circulação e consumo da História do Brasil nessa década, a partir da análise da produção historiográfica nos cursos de pós-graduação em diversas universidades do país, constataram um significativo crescimento das pesquisas voltadas para o período republicano, ainda que tendente a privilegiar o período histórico compreendido pela chamada “República Velha” (1889-1930).

Dos 309 trabalhos defendidos até o final da década de 1970, divididos entre 275 dissertações de mestrado e 34 teses de doutorado, 75% deles tematizaram a história do Brasil e desse percentual 13% se referiam ao período colonial, 40,9% ao imperial e 46% para o republicano, o que já representava um vertiginoso avanço se esses dados forem comparados aos da produção realizada até 1973, em que minguados 15,2% dos trabalhos se dedicaram ao período republicano. Essa tendência de crescimento teve continuidade na década de oitenta, quando das 835 teses de doutorado, de livre-docência e dissertações de mestrados defendidas em todo país, 85% eram de história do Brasil e desse total, 59,2% tematizaram o período republicano, 26,6% o império e 14,1% o período colonial.¹⁷ Decerto que, ainda não vemos uma inclinação para períodos mais recentes da história republicana brasileira, mas esses dados apontam para um fenômeno que tendeu a crescer na década seguinte: o estudo do passado recente, em especial, do “período militar”.¹⁸

Esses dados também levaram os autores a uma outra conclusão importante. Se os balanços realizados por diversas áreas apontaram os anos oitenta como “a década perdida”, especialmente, no que diz respeito à área econômica, atormentada pelas flutuações dos índices

¹⁷ FICO, Carlos e RONALD, Polito. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto, MG: UFOP, 1992.

¹⁸ Conferir o balanço bibliográfico realizado por Carlos Fico. FICO, Op. Cit. 2004.

inflacionários – jocosamente denominada de “inflação galopante” -, aliadas ao desemprego, à fome e à miséria real, essa década, longe de ter sido “perdida” para a História, representou mesmo a sua consolidação nos meios acadêmicos a partir da ampliação de cursos de pós-graduação e da quantidade e qualidade dos trabalhos neles produzidos.

Considerando válidos esses dados, não é forçoso avaliar o quanto que os impulsos dos acontecimentos presentes contribuíram para o aumento do interesse pela história do Brasil e, em especial, pela história republicana. Aliados aos indicadores econômicos já apontados, que levaram ao arrefecimento da cantilena otimista do “Brasil país do futuro”, “ninguém segura esse Brasil”, entoada no efêmero período do “milagre”, os indicadores políticos também deram o tom desse interesse pela história recente. O país vivenciou um tenso processo de redemocratização, emblematicamente representado pelas campanhas nacionais em favor da anistia “total e irrestrita” e das “diretas já”, que convidavam a todos a lançarem mão de suas armas cidadãs para a derrubada do regime civil-militar.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a comoção nacional provocada pelo seu inesperado falecimento; as incertezas em relação ao novo presidente, que até pouco tempo era uma das principais lideranças do “partido no governo” – ou “do governo”-, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e de seu herdeiro, o Partido Democrático Social (PDS); o fracasso dos planos econômicos; as movimentações dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988; o recrudescimento do movimento negro a procurar outros heróis no ano do centenário da abolição. Tudo contribuiu para fazer dos anos oitenta, anos verdadeiramente prechos de notícias, movimentos sociais e crises políticas, prechos de história.

Não é demais ressaltar que esse interesse pela história recente, no entanto, verificou-se inicialmente nos meios não acadêmicos, para depois contagiar parcela cada vez maior dos historiadores nacionais. “Como consequência deste processo de profissionalização”, observado nos últimos vinte anos, acrescentam Fico e Polito, “verifica-se uma legitimidade maior da História”, no sentido que Marc Bloch conferiu à idéia, isto é, “um consumo público mais intenso do trabalho que produzimos, o que permitiria, quem sabe? vislumbrar aquilo para o que serve a História”.¹⁹

¹⁹ Idem, p. 178/179.

O aumento das publicações colocadas à disposição do grande público no mercado editorial; a crescente inserção de historiadores na mídia, comentando acontecimentos passados e presentes, disputando espaço com sociólogos, cientistas políticos e jornalistas; a quantidade surpreendente de “encartes”, de “suplementos especiais” de história anexos aos jornais de grande circulação nas capitais brasileiras, atestam essa sêde de história na sociedade brasileira contemporânea. E isso incide sobre as próprias escolhas feitas pelo historiador em relação ao objeto sobre o qual sua pesquisa se debruçará. Se antes, como disse Jacques Le Goff, fazendo eco ao mestre Marc Bloch, o presente importava ao historiador enquanto local de partida para a compreensão do passado, agora podemos dizer que ele lhe salta aos olhos como que a exigir dele uma explicação.

A guinada em direção ao presente tem contribuído ainda para colocar em xeque, ou demolir, alguns tabus da historiografia sobre o Brasil contemporâneo. Na década de 1990, quando o país celebrava as vítimas que tomaram durante o regime “militar”, através das campanhas em busca das covas em que foram enterrados os guerrilheiros do Araguaia e pelo direito à “pensão” das viúvas e órfãos por eles deixados, observa-se que a memória histórica sobre o período militar – produzida fora e dentro das universidades -, tendeu a simplificar o campo de luta.

De um lado, “a ditadura”, tida como um “tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo”, de outro lado, a sociedade brasileira buscando reencontrar a sua “vocalização democrática”, lutando bravamente para o estabelecimento de uma “nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania”.²⁰ Grupos tradicionalmente divorciados eram, através dessa perspectiva, colocados lado a lado, lutando pela mesma causa.

As esquerdas mais radicais, por exemplo, que vislumbravam a possibilidade de implantação de um governo socialista no horizonte do país e que, para isso, decidiram pegar em armas para torná-lo realidade, apareceram unidas no mesmo ideal democrático com aqueles que preferiram a luta contra o regime pela vias pacíficas, legais, embora se hostilizassem mutuamente. Nesse caso, a memória histórica acabou consolidando a visão segundo a qual os “militares” foram os únicos responsáveis pelo golpe e a ditadura que dele derivou, enquanto que “a sociedade” era vista como uma vítima indefesa nas garras do

²⁰ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, 7-8.

regime, contando apenas com a valentia daqueles jovens que pegaram em armas e sacrificaram o que poderiam ser os melhores anos de suas vidas para defendê-la.

Como obra exclusiva dos integrantes das Forças Armadas do país, o golpe de 1964 tem sido constantemente identificado como um “golpe militar”, em que a participação da sociedade, ou parcela dela, tem sido jogada no abismo do esquecimento. Um processo que chega a ser até “natural”, num país em que, saído de uma ditadura, teve como seu primeiro presidente “democrático”, por exemplo, um “filho da ditadura”,²¹ conforme alertavam os opositores de plantão.

No entanto, nenhum governo, por mais bem intencionado que esteja, sustenta-se por si mesmo, sem que haja um grau mínimo de legitimidade da sociedade que diz representar. O impacto do comício de João Goulart na Central do Brasil, em que declarou a necessidade de se efetivarem as Reformas de Base “na lei ou na marra” sobre parcela da sociedade brasileira, presente nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que ocorreram quase simultaneamente em todo território nacional não pode ser minimizado, não se podendo mais falar em golpe “militar”, senão em golpe “civil-militar”, termo utilizado nesse trabalho para identificar o regime instalado em 1964.²² René Armand Dreifuss, um cientista político uruguaio, também formado em história, foi um dos primeiros a tratar o “golpe” como parte de um movimento civil-militar, sustentado no “complexo IPES/IBAD” – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática -, que funcionava como um “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada” e que “desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder”,²³ em 1964, em articulação com outros órgãos, como a Escola Superior de Guerra (ESG), que tinham em muitos de seus palestrantes, professores e alunos pessoas ligadas a um desses órgãos.

²¹ José Sarney, ex-governador do Maranhão pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) e ex-presidente do Partido Democrático Social, que por ter sido preterido pelo partido, que escolheu Paulo Maluf, para disputar as eleições presidenciais de 1985, “rachou” com sua bancada e fundou o Partido da Frente Liberal (PFL), lançando-se como vice-presidente na coligação que tinha o Tancredo Neves como presidente.

²² No ano de 2004, em que o golpe de 1964, completava os seus quarenta anos, os trabalhos apresentados nos congressos, seminários e encontros de estudantes e historiadores tenderam a promover uma revisão da produção historiográfica sobre o golpe e o regime político através dele instalado, sendo claro o redimensionamento das relações entre governo e sociedade no período. Cf. FICO, Op. Cit.; REIS, Op. Cit.; REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004; REVISTA HISTÓRIA: questões & debates. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, ano 21, n° 40, jan/jun. 2004.

²³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 145

Mas, se o regime civil-militar brasileiro tem sido revisitado nos últimos anos em outros Estados da federação, na Amazônia e, especialmente, no Pará, a produção historiográfica ainda continua a privilegiar outros períodos. A título de exemplo, somente o historiador Pere Petit Penharrocha, entre os professores do Departamento de História da Universidade Federal do Pará, possui publicação sobre o período no Pará.

Na verdade, Pere Petit inaugurou os estudos propriamente históricos sobre o período no Pará, tendo em vista que os trabalhos anteriores estavam circunscritos ao universo de sociólogos, cientistas políticos ou jornalistas. Ele lançou mão de um conjunto de fontes orais inéditas produzidas a partir de horas de entrevistas com lideranças sindicais e partidárias que atuaram no cenário político paraense da época, entre eles João Batista Oliveira de Araújo, o “Babá”, ex-liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), hoje um dos fundadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Edmilson Rodrigues, ex-prefeito de Belém pelo PT; Paulo Rocha, um dos principais “quadros” do PT no Estado, e outros, cuja lista não nos interessa aqui reproduzir.²⁴

No seu mais recente livro, fruto de sua tese de doutorado em História Econômica defendida na Universidade de São Paulo (USP), Pere Petit mostrou-se preocupado em investigar “as práticas políticas das elites locais, partidos políticos, movimentos sociais e sindicais” do período, cujos estudos eram - e ainda o são - escassos, uma vez que as pesquisas concentravam-se prioritariamente no impacto produzido na Amazônia pelos projetos de desenvolvimento econômico e de povoamento da região, implementados no período dos governos militares. Qual a participação, nesse processo de mudanças sócio-econômicas, dos governos estaduais e municipais da Região Norte e, portanto, sobre as práticas dos diferentes atores políticos que assumiram os cargos de prefeito e governador?” era uma das questões centrais sobre a qual se dedicou a pesquisa.²⁵

Sem negligenciar a importância dos estudos de Pere Petit, cujo trabalho se constitui em fonte indispensável para aqueles que pretendem enveredar pelos meandros da história econômica e política recente do Pará, devo demarcar aqui o que acredito ser o ponto em que o caminho trilhado por aquele historiador e aquele traçado nesta pesquisa se

²⁴ Tanto a dissertação de mestrado como a tese de doutorado de Pere Petit foram publicadas. A primeira sob o título *A esperança equilibrada: a trajetória do PT no Pará*. Belém: NAEA; São Paulo: Boitempo, 1996 e, a segunda, *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

²⁵ PETIT, Op. Cit., 2003, p. 23.-24.

distanciam. Como tentarei demonstrar nos capítulos desta dissertação, fui conduzido, a partir da leitura das fontes e da bibliografia, a trilhar outros caminhos de análise, que me levaram a refletir sobre o seu argumento segundo o qual na Amazônia, em especial, no Pará, ocorreu visível “enfraquecimento do poder político e da capacidade econômico-administrativa dos governos estaduais e prefeituras da região” e que estes “exerceram escassa influência” na implementação do modelo de desenvolvimento posto em execução pela “cúpula das Forças Armadas” e pelos “tecnocratas das diferentes instituições da Administração Federal”, atuando, no máximo, como “meros atores coadjuvantes”.²⁶

Os projetos de desenvolvimento, forjados nos centros econômicos e políticos mais dinâmicos do país para serem postos em prática nas áreas periféricas, foram feitos e implementados, ao que parece, à revelia das elites políticas locais e regionais, meras “coadjuvantes” nesse processo. Sou levado a crer que tal perspectiva obscurece a complexidade do intrincado jogo de interesses políticos e econômicos, locais e regionais, no qual aquelas elites, mais do que “meros atores coadjuvantes”, eram agentes importantes, além de mitigar o grau de comprometimento de parcela da sociedade paraense, que não só recebeu positivamente esses projetos, como também acreditava verdadeiramente neles, pretendia-os e a sua maneira contribuíram na sua elaboração e implementação.

Tal conclusão nos remeta a uma questão de perspectiva historiográfica. A frieza dos números que compõem os quadros estatísticos referentes à significativa porção de terra da região que saíram da esfera administrativa dos Estados, como o Pará, e passaram a ser regidas diretamente pelo governo federal, como área de Segurança Nacional; a presença de militares na administração estadual e municipal no Pará – e em outros Estados da região amazônica -, creio que não sejam indicadores suficientes para confirmar a tese segundo a qual eles “tiveram escassa influência” na implementação dos projetos de desenvolvimento para a região. Se é essa a primeira impressão que temos ao olhar para o período, um olhar mais aproximado da lógica de organização institucional do Estado nacional brasileiro - levando em conta as observações que, a partir de Dreifuss, a historiografia tem trazido à tona, referente à participação organizada na elaboração, execução e consolidação do golpe de 1964 de parcela significativa da intelectualidade brasileira -, podemos ter uma outra impressão a respeito.

²⁶ Idem, p. 24.

A título de exemplo, vejamos o que diz o Conselheiro e jurista Silvio Augusto de Bastos Meira, que, em 1964, fora designado pelo Conselheiro e, então, Reitor da UFP,²⁷ José Rodrigues da Silveira Neto, para presidir a Comissão Especial de Investigação Sumária, visando apurar a “infiltração comunista” naquela instituição de ensino superior.²⁸ Em uma palestra proferida na sessão de encerramento do V Congresso Nacional de Faculdades de Direito, em 1975, na qual, abordando o tema “Federalismo e Centralização”, Silvio Meira ressaltava que o Brasil vivia um fenômeno federalista, inaugurado em 1822 e reforçado com a constituição de 1891 e demais textos constitucionais depois deste, diferentemente do federalismo norte-americano.

“Enquanto, no Brasil, partia-se de um Estado Unitário para uma Federação, abrindo mão do Centro de poderes em favor das unidades federadas, nos Estados Unidos o que se observou foi o fenômeno contrário, isto é, a reunião voluntária de Estados, enlaçados primeiro por uma Confederação, que evoluiu para a Federação”.²⁹

Esse é um fenômeno necessário para as repúblicas contemporâneas, como a brasileira, pois “o fortalecimento da União constitui condição até de sobrevivência em face da competição de outras nações”.³⁰ Nesse caso, a União se constitui na principal força centrípeta que consegue manter o equilíbrio de forças necessário entre os Estados-membros da federação, atribuindo um sentido “orgânico” ao conjunto. Esse era o princípio através do qual os Estados deveriam estabelecer-se enquanto membros de um Estado federativo e, por esse motivo, era “preciso acabar para sempre com certos pruridos de soberania de Estados-Membros, como ocorreu no passado, de Estados que, como certos jovens rebeldes, necessitavam de corretivos”.³¹ Levando-se em conta o peso da reputação nacional e internacional adquirida por Silvio Meira na vida jurídica, não se poder dizer que suas palavras não encontrassem guarida entre aquela seleta platéia que o assistia.

²⁷ Essa era abreviatura que na maioria das vezes o nome da Universidade Federal do Pará aparecia de forma abreviada nos documentos e nos jornais da época e será por mim adotada ao longo dessa dissertação.

²⁸ GOLDINHO, Maria das Graças Monteiro. *A luta dos estudantes paraenses pela democratização da Universidade: por que reprimir?* Belém: Dissertação de Mestrado (NAEA) UFPA, 1992, p. 52.

²⁹ MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. “Federalismo e Centralização”. In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, ano 5, n°s 18 e 19, jan./jun., 1975, p. 173.

³⁰ Idem, p. 184.

³¹ Idem, p. 185.

Por outro lado, a presença de militares não era uma novidade na história política paraense nos anos que precederam ao golpe: o tenente Magalhães Barata (1930-1934), o General Alexandre Zacarias de Assunção (1950 e 1955) e, novamente, Magalhães Barata (1955-1959). Eles apenas reforçam o conservadorismo que caracterizava a cultura política brasileira, em geral, e a local, em particular.

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação procura observar, na interface entre cultura e política, uma forma peculiar de participação civil na elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento regional do período, através da atuação do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Insere-se na perspectiva de uma história política reabilitada. Ou seja, aquela que retorna depois de um longo período sujeita à estigmatizações várias nas linhas dos historiadores ligados à “Escola dos Annales”, que comumente a relacionavam à história dos heróis, dos governantes, das batalhas, enfim, dos acontecimentos que se inseriam numa história de curta duração.³² História política e história positivista eram com frequência vistas como uma só e por isso a repulsa dos historiadores dos *Annales* em relação a ela.

Segundo René Rémond, havia um certo desprezo em relação à história política – do mesmo modo que a história do tempo presente - entre a maioria desses historiadores.³³ Esse descrédito, como vimos, foi resultante de um número diversificado de fatores: uma reação natural, na medida em que a nova escrita da história divulgada pelos *Annales* se construía sobre os seus escombros; uma reação contra o poder do Estado; uma distinção, construída por filósofos, sociólogos e historiadores marxistas, em todo o mundo, entre “verdadeiras realidades” e aquelas que eram apenas aparência dessas realidades, respectivamente, infra-estrutura e superestrutura, estabelecendo entre si uma relação de mão única, em que a primeira, a realidade por excelência, determinava a segunda, de caráter superficial, simples reflexo, local privilegiado da política; além disso, havia a acusação de que a história política que se encontrava imersa na curta duração, não conseguia superar a aparência dos eventos, dos acontecimentos.

A partir da segunda metade do século XX, essa argumentação foi perdendo força. Em razão do próprio contexto de crise das ciências sociais, em que as verdades estabelecidas

³² BURKE, Op. Cit. e RÉMOND, Réne. “O retorno do Político”. In: CHAUVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

³³ RÉMOND, Réne. “Por que a história política”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994. Disponível no site www.cpdoc.fgv.br.

em relação às explicações sobre as mudanças sociais começaram a ruir depois da abertura dos arquivos secretos do regime stalinista e do processo de descolonização africano e asiático.

As certezas cederam lugar às dúvidas e isso gerou um verdadeiro mal-estar entre os praticantes das ciências sociais, em geral, e de historiadores, em particular, levando-os a uma reavaliação de algumas *verdades* teórico-metodológicas nos estudos históricos. É o assim chamado período de *crise* das ciências sociais.³⁴ Chegou-se à conclusão que não se poderia mais manter isolados os diversos níveis do que compreendemos como realidade. Também foi importante para “mostrar que não havia correlação entre as posições de indivíduos na sociedade, seu estatuto sócio-profissional e suas escolhas políticas, suas convicções religiosas.”³⁵

Tomo, aqui, por empréstimo, as palavras de René Rémond ao se disser interessado “pelos fatos políticos ‘como expressão de fatos culturais’, como revelador de coisas mais profundas.”³⁶ Talvez esse seja um dos grandes desafios dos historiadores contemporâneo. O historiador inglês, E.P.Thompson, às voltas com outras preocupações de pesquisa, relacionadas à formação da classe operária inglesa, já chamava atenção para a importância dos aspectos culturais – *costumes, tradições* – na investigação histórica de uma dada sociedade, relacionando-os aos demais níveis da realidade social.³⁷

Fui levado à conclusão semelhante no curso da pesquisa. Inicialmente, vi-me diante de uma extensa programação organizada pelo Conselho Estadual de Cultura para comemorar o Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Um acontecimento político por excelência, de significativa importância no sentido de irmanar a sociedade paraense num mesmo espírito de civilidade e brasilidade, num explícito exercício do poder, levado a efeito por um órgão criado para a preservação do patrimônio cultural do Estado.

³⁴ GOMES, Ângela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, n° 17, 1996. Disponível no site: www.cpdoc.fgv.br.

³⁵ RÉMOND, Op. Cit. pp. 51-60.

³⁶ RÉMOND, 1994, Op. Cit.

³⁷ THOMPSON, E.P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” e “Economia moral revisada”. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Nesse último ensaio, em resposta às críticas sofridas dirigidas ao primeiro, Thompson explicava que quando utilizou o termo *economia moral*, para analisar os *motins da fome* na Inglaterra, no final do século XVIII e início do XIX, tinha como objeto de análise *a mentalité ou, como prefiro dizer, a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações no mercado*. (p. 204).

Emblemáticas, nesse sentido, são as palavras do presidente do Conselho, Aluysio da Costa Chaves, em seu discurso de posse, em 1969, para quem o mundo da cultura, tomado no sentido puramente etnológico, é o “mundo das realizações humanas, no esforço de domar a natureza, como ser biológico, ao mais eminente, como ser espiritual. Assim, a cultura terá de se dirigir sempre [...] para o requinte da inteligência, naquele sentido fecundo de humanismo”,³⁸ na medida em que opera como importante instrumento capaz de libertar o homem da sua animalidade e garantir o seu ingresso nos quadros da civilização. Isso evidencia o quanto cultura e política se completam mutuamente.

Para darmos conta desse debate, a periodização, ou para usar uma linguagem mais acadêmica, o corte cronológico, em que se situa a pesquisa, compreende os anos de 1964 e 1974. A baliza inicial se justifica em razão mesmo de ter sido o ano inicial do regime civil-militar no país, através de um golpe de Estado que levou à bancarrota o já fragilizado governo de João Goulart; golpe forjado pelas forças conservadoras da sociedade brasileira, entre elas partidários da União Democrática Nacional (UDN), da Igreja Católica e das Forças Armadas.

Por outro lado, em 1974, ocorre a premiação do vencedor do concurso de monografias em homenagem ao Sesquicentenário, último evento oficial ainda ligado às comemorações do ano anterior. A partir da análise dessas comemorações é possível compreender a forma pela qual os membros do Conselho Estadual de Cultura organizaram o roteiro da programação, lançando mão de determinados materiais históricos para estabelecer não uma leitura possível do passado brasileiro, em geral, ou amazônico, em particular, mas “a” leitura, para eles, correta desse passado, que melhor definisse a Amazônia e sua gente.

A “abertura” pelo qual irei enveredar para a compreensão desse fenômeno são as comemorações do Sesquicentenário da “Adesão” do Pará à Independência (Capítulo 1). Visto aqui como um “acontecimento monstro”, lembrando Nora, “uma abertura”, “um eco”, “um espelho da sociedade”, os festejos nos ajuda a refletir sobre a noção de “adesão” neles divulgado, algo já consolidado nos meios intelectuais no início da década de 1970, como o fechamento do último elo da história da formação da nação.

Sabendo que as festividades do Sesquicentenário foram programadas e coordenadas pelos membros do Conselho Estadual de Cultura, órgão criado pelo governo

³⁸ Ata da Sessão Ordinária do CEC, de 4 de fevereiro de 1969. ANAIS (1968/1969), 1975, p. 39.

estadual, em 1968, e cujas ações também se articulavam às do Conselho Federal de Cultura, o conceito de “adesão”, conforme mencionado acima, estaria unicamente ligado a uma interpretação local dos acontecimentos de 1823, produzida pelos nossos homens de ciências e de letras, com vista a realizar um projeto local de integração à nacionalidade brasileira, ou estaria dialogando com certos olhares sobre a história da região amazônica, que extrapolavam as fronteiras do local e do regional? Sendo notória a importância que a Amazônia adquire nos projetos de desenvolvimento econômico e de segurança nacional, na primeira década do regime civil-militar, qual o papel de um Conselho Estadual de Cultura do Pará nesse cenário político? Ou melhor, de que forma esses projetos políticos levados a cabo pelo Estado brasileiro também foram construídos e viabilizados pelo imaginário social sobre a Amazônia e sua gente, consagrado entre os membros do Conselho de Cultura? São questões que, de imediato, se apresentam à análise da relação entre política e cultura no Pará, durante o período estudado.

As razões que levaram à criação do Conselho Federal de Cultura e suas congêneres estaduais, como o Conselho Estadual de Cultura do Pará, ajudam-nos a desenvolver respostas satisfatórias para tais preocupações. Por esse motivo, faremos uma incursão retrospectiva sobre a questão da cultura e da identidade nacionais no Brasil contemporâneo, com ênfase ao período imediatamente anterior ao golpe. (Capítulo 2)

Seguindo a lógica da narrativa, no Capítulo 3 analisamos a missão civilizadora do Conselho Estadual de Cultura do Pará, visando uma melhor compreensão dos capítulos anteriores. Algo imprescindível, tendo em vista que optamos por iniciar a narrativa analisando aspectos particulares das comemorações do Sesquicentenário da Adesão, sem antes apresentarmos os sujeitos e o órgão que estava a frente das festividades, fundamental para a reflexão em torno do sentido do Sesquicentenário para parcela significativa da intelectualidade paraense, ligada ao Conselho. Sentido este que a sua maneira traduzia o entendimento que os intelectuais do Conselho Estadual de Cultura possuíam em relação lógica das relações políticas entre a região e o governo federal no período e as imagens projetadas sobre a Amazônia e sua gente através de seus discursos e produção intelectual.

“Espaço vazio”, “região desértica”, “isolamento geográfico”, “distância da civilização”, são alguns dos estereótipos mais frequentemente encontrados nas leituras da sociedade e da região amazônica, da época. Eles não foram produzidos pelos militares e seus agentes civis. Tão pouco podemos dizer que somente estes os tinham, embora não tenhamos

trabalhos que nos ajudem a compreender o grau de consenso da sociedade – amazônida ou não -, em relação a estas e outras imagens forjadas em torno da região. Mas, esse não é o objetivo central deste trabalho. O foco central se direciona para a forma como parte da intelectualidade local, concentrada principalmente no Conselho Estadual de Cultura, produziu uma dada leitura em relação à Amazônia nos dez anos iniciais do regime militar brasileiro e os seus desdobramentos na conformação do que poderíamos chamar de projeto político – culturais e econômicos - do regime para a região. O que confere legitimidade aos membros do Conselho Estadual de Cultura para falar em nome do Pará e da Amazônia? Quais os nexos relacionais entre eles e o poder público? São questões importantes a serem desenvolvidas nessa dissertação.

CAPITULO I

A Efeméride

1. 15 de Agosto: a “data magna” do povo paraense

Na manhã do dia 15 de agosto de 1973, boa parte da população de Belém, principalmente aquela residente na área central - comercial e portuária – da cidade, foi despertada pelo badalar dos sinos das igrejas, como os da Catedral Metropolitana e da Igreja de Nazaré,¹ seguido do apito frenético e ensurdecido das sirenes das fábricas, do jornal *Folha do Norte* – já uma tradição em ocasiões semelhantes -, e dos navios ancorados nas águas da baía do Guajará.² Mais do que o alvorecer de um novo dia, eles anunciavam a chegada de um dia muito especial no calendário cívico do Estado: o dia da “adesão” do Pará à Independência do Brasil, oficializada há exatos cento e cinquenta anos.

Alguns moradores mais desavisados, contudo, talvez sequer soubessem do que se tratava. Semelhante aquele advogado que, segundo satirizava um colunista da *Folha do Norte*, em uma despreziosa conversa com um de seus pares, perguntava distraído: “- escuta, hoje é 15 de agosto, eu sei. Mas que é que nós estamos comemorando?”. Depois de ter sido devidamente esclarecido sobre a data pelo “douto” colega, o mesmo “advogado” encurtou o diálogo, questionando: “- e você não acha que nós já aderimos um pouco tarde?...”.³

Outros moradores, ainda que tivessem tido o sono interrompido diante de tanto barulho, preferiram permanecer no aconchego de seus respectivos lares, espreguiçando-se em suas camas ou redes - afinal, o Governo do Estado havia decretado a data ponto facultativo nas repartições públicas e estabelecimentos de ensino estaduais e municipais e a maioria dos

¹ *Ofício nº 347/73-CEC-GP*, de 06/06/1973. Através desse expediente o presidente do CEC, Clóvis Silva de Moraes Rego, em nome do Governador, solicitou ao Arcebispo Metropolitano, D. Alberto Gaudêncio Ramos, que as Igrejas de Belém, no dia 15 de agosto fizessem “dobrar, festivamente, os seus sinos, à maneira de como amanheceu a cidade há cento e cinquenta anos”.

² *O Liberal*, 16 de agosto de 1973, 1º Caderno, p. 12.

³ *Folha do Norte*, 17 de agosto de 1973, “Informe HG”.

bancos e casas comerciais atenderam ao seu apelo de não abrirem suas portas nesse dia.⁴ Muitos talvez até soubessem o que se comemorava naquele dia, tendo ou não suas atenções despertadas por aqueles toques de sinos e sirenes, porém, não acreditavam que pudessem ter assento garantido nos eventos comemorativos que se iniciavam, e, por isso, mantiveram a rotina de suas vidas.⁵

De toda sorte, as ruas do bairro da Cidade Velha, núcleo urbano inicial da cidade, onde estão localizadas as sedes dos três poderes estaduais e a Catedral Metropolitana de Belém, amanheceram bastante movimentadas. No burburinho de veículos, pedestres e vendedores ambulantes que cotidianamente agitavam as ruas do bairro nas primeiras horas do dia, num ir e vir descompassado à feira livre e ao mercado do Ver-o-peso e adjacências, ouvia-se também a pisada forte e cadenciada dos coturnos dos soldados da Polícia Militar do Estado que, ao toque marcial da Banda de Música da corporação e trajando vistoso uniforme de gala, especialmente engomado para a ocasião, marchavam “dentro de excelente padrão militar”,⁶ em frente ao Palácio Lauro Sodré, para uma plêiade de autoridades civis e militares e convidados. Entre os que assistiam ao evento estavam o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança e sua filha, Maria Cristina, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pedro Calmon, o presidente do Conselho Federal de Cultura (CFC), Arthur Cezar Ferreira Reis, o Contra-Almirante Roberto Andersen Cavalcante, comandante do 4º Distrito Naval, o comandante da 8ª Região Militar, José Ferraz da Rocha e o comandante da 1ª Zona Aérea, brigadeiro João Camarão.⁷

Depois do hasteamento das bandeiras nacional e estadual, o Governador do Estado, engenheiro Fernando Guilhon, recepcionou os convidados em cerimônia no Palácio

⁴ Os três principais jornais de Belém, à época - *Folha do Norte*, *O Liberal* e *A Província do Pará* -, circularam nos dias 14 e 15 de agosto de 1973 com notas avisando a população da decisão do executivo estadual em facultar o expediente no dia 15 de agosto, reproduzindo na íntegra o de Decreto nº 8396, de 22 de junho de 1973, referente a essa decisão, além da solicitação feita pelo governador aos representantes de bancos e estabelecimentos comerciais. A *Folha do Norte* inclusive avisava seus leitores no dia 15 que não circularia no dia seguinte, porque também se associara ao governo nas comemorações da “adesão”.

⁵ A principal programação “popular” prevista no programa de comemorações do Sesquicentenário era a realização de “retretas” – apresentação de bandas militares - “nas principais praças de Belém”, e de partidas de futebol, de voleibol e de basquetebol de portões abertos em estádio do Clube do Remo e no ginásio “Serra Freire”, envolvendo uma equipe da Universidade Federal do Pará e outra da Escola de Cadetes de Barbacena, especialmente convidada para o evento. *GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ*. Programa das Comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência, 1823 – 15 de agosto – 1973.

⁶ *O Liberal*, 16 de Agosto de 1973, p. 12.

⁷ Idem *Ibidem*.

Lauro Sodré.⁸ A visita foi breve; não durou mais que quarenta minutos. Tempo suficiente para um pronunciamento do governador referente ao Sesquicentenário e ao valor arquitetônico e histórico da sede do poder executivo do Estado, que havia comemorado o seu bi-centenário.⁹ Foram ainda entregues medalhas e diplomas comemorativos a todos os convidados presentes, em homenagem ao Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência e ao bicentenário do Palácio do Governo, solenidade que teve como pano de fundo a grande tela *A Conquista do Amazonas*, de Antonio Parreiras [Imagem 1].¹⁰

Assim tiveram início, naquele *15 de Agosto*, as comemorações em torno da “data magna” do povo paraense – como a denominavam os organizadores -, marcadas por um forte conteúdo simbólico expresso em cada gesto, em cada cerimônia, em cada pronunciamento. Com os eventos convidava-se a sociedade paraense – diga-se, em especial, os moradores da capital do Estado -, a comemorar/reviver os momentos decisivos vividos pelos “patriotas” paraenses dos idos do 15 de agosto de 1823, que redundaram na “adesão” da antiga Província do Grão-Pará ao nascente Império brasileiro.

⁸ O prédio, um patrimônio histórico do Estado, estava sendo restaurado, na ocasião. Esse trabalho de restauração contou com a importante colaboração do historiador paraense Augusto Meira Filho que, de posse de um inédito “Álbum’ de Debuxos [esboço, desenhos] de Antônio José Landi”, encontrados nos arquivos portugueses – em Lisboa e na cidade do Porto -, ajudou a “desenterrar da poeira dos tempos a **velha e tradicional Capela do Palácio**”, cujo valor histórico se justificava por ter saído de lá “a primeira **procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré**” (grifos do original), em 1793. Cf. MEIRA FILHO, Augusto. *O Bi-Secular Palácio de Landi*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1972, p. 65.

⁹ O antigo “Palácio dos Governadores”, projetado pelo engenheiro italiano Antônio José Landi, na administração do Capitão-General Fernando da Costa de Ataíde Teive, teve sua construção concluída em 1771. A monumentalidade e a rapidez com que foram executadas as obras Palácio dão conta da pretensão do Marquês de Pombal em transferir a sede do Império português para a Amazônia, segundo registros do viajante Henry Kidder, no século XIX: “achei esse edifício um dos mais belos do gênero, no Brasil. Foi construído, bem como a Catedral e algumas das igrejas, na época em que o talentoso Marquês de Pombal, porém, ambicioso primeiro ministro de Portugal, acariciava a idéia de transferir o trono de Portugal e todos os seus domínios, das margens do Tejo para as margens do Amazonas”. KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanência nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

¹⁰ Essa tela, encomendada pelo governador Augusto Montenegro e entregue pelo pintor em janeiro de 1908, mede 8,75m de comprimento por 4,75 de altura. Antônio Parreiras ganhou notoriedade em Belém quando aqui esteve, em 1905, para uma exposição de 41 telas a óleo em um *vernissage* organizado no *foyer* do Teatro da Paz, que lhe rendeu a venda de 27 telas, três delas adquiridas pelo intendente Antônio Lemos, além de uma encomenda de um conjunto de oito trabalhos “reproduzindo os principais logradouros e monumentos da capital paraense” (O Bosque Municipal [2]; a Catedral da Sé [1], a Praça da República [1], a Calçada do Largo da Pólvora [1], a Praça Batista Campos [2] e a Avenida São Jerônimo [1]). O artista “inaugurou na administração municipal a fase das grandes encomendas de pinturas.” FIGUEIREDO, Aldrin. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908 – 1929*. Campinas, SP: Tese de Doutorado (Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Unicamp, 2001, pp. 12-20. Conferir ainda, SALGUEIRO, Valéria. “A arte de construir a nação – pintura de história e a Primeira República.” In: REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 30, 2002. Disponível em: www.cpd.c.fgv.br.



1. Solenidade de entrega de medalhas e diplomas aos convidados. Ao centro o Governador Fernando Guilhaon, ladeado pelo Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança (direita) e por Arthur César Ferreira Reis (esquerda). *A Província do Pará*, 16 de agosto de 1973.

Através das comemorações, o passado era “resgatado” – o termo aqui é mais que apropriado – pelas lentes das autoridades civis e militares e intelectuais envolvidos nas comemorações. Impunha-se a necessidade de reativá-lo e reavivá-lo de sua opacidade enquanto memória, imprimindo-lhe cores que se pretendiam mais condizentes com o momento em que se desenrolavam os eventos, tornando-o, de tudo e em tudo, história.

“Como xamãs da história”,¹¹ na precisa definição de José Jobson de Andrade Arruda, que evocam o passado, as festas comemorativas nacionais ou locais constituem-se acontecimentos particularmente significativos para a reflexão histórica. E o elemento fundamental dessa reflexão é a compreensão de que não é qualquer passado que semelhantes celebrações se propõem lembrar. Mas sim, segundo José Jobson de Andrade Arruda,

“Um passado preciso, circunstanciado, necessariamente parcelar, recortado a partir das representações do presente, modelagem ideológica que o reduz às suas mínimas expressões apropriáveis, escoimadas as dimensões que poderiam comprometer a estabilidade do

¹¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico 5º centenário do descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 7.

presente que, por esta via, estabelece as bases da aliança indissolúvel entre passado, presente e futuro”.¹²

Assim compreendidas, as festas comemorativas reivindicam uma relação de continuidade com um passado da comunidade por elas resgatado e, por esse motivo, passam a se revestir de um sentido preciso se pensado nessa articulação dinâmica com o tempo presente de quem o evoca. “O passado não está lá, mas aqui”, diria a historiadora Mônica Pimenta Velloso.¹³ Trabalhando com essa dinâmica entre o presente e o passado, as comemorações de datas cívicas, como a *efemérides* objeto desse estudo, apresentam uma dupla disposição em relação a essas dimensões temporais. Ao mesmo tempo em que elas selecionam os momentos passados que podem e devem ser lembrados pela coletividade – relegando outros ao esquecimento –, reinventam o presente, reforçando, a partir de uma viagem temporal e argumentativa, o sentido a ele impresso no momento em que se desenvolve a celebração, ocultando outros que pudessem subverter essa ordem das coisas. Como eventos oficiais, as comemorações operam como elemento político legitimador do presente, face à “necessidade de reforçar e de continuar a impor uma memória única, alimentada por uma volta obsessiva ao passado como ocultamento do presente”.¹⁴

Os eventos daquela manhã de 15 de agosto procuraram comemorar/reviver os episódios que transcorreram havia cento e cinquenta anos na capital da então Província do Grão-Pará. Palma Muniz, a principal referência historiográfica sobre o assunto à época, assim fixou os acontecimentos:

“Surgiu então o dia 15 de agosto de 1823 com aspecto festivo, porquanto, logo às 6 horas da manhã uma salva de 21 tiros do brigue *Maranhão*, correspondida pela Fortaleza da Barra, anunciou o tremular da Bandeira nas embarcações de guerra e nas amuradas dos Fortes do Castello e da Barra, e em outros pontos da cidade, como na bateria de S. Antônio e Forte de S. Pedro Nolasco.

Reunidos no Palácio do Governo, na sala Docel, todas as altas autoridades e pessoas gradas, estando a força pública em grande parada militar na praça fronteira, efetuou-se o solene ato de adesão da Província do Grão-Pará à Independência e de aclamação de D.

¹² Idem, *Ibidem*.

¹³ VELLOSO, Mônica Pimenta. “Comê, mora? Descobrimento, comemoração e nacionalidade nas revistas humorísticas ilustradas”. In: *PROJETO HISTÓRIA: Sentidos da comemoração*. São Paulo: EDUC, nº 20, abril/00, p. 129.

¹⁴ FENELON, Déa Ribeiro, CRUZ, Heloísa de Faria e KHOURY, Yara Aun. “Apresentação”. In: *PROJETO HISTÓRIA*. São Paulo: EDUC, 1981, pp. 7.

Pedro I Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo, bem como o juramento de fidelidade às suas Augustas pessoas e dinastia”.¹⁵

As comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará não escaparam àquilo que poderíamos chamar de regra geral das *efemérides*.¹⁶ Os apitos das sirenes dos navios e o badalar dos sinos das igrejas da cidade, procuravam reproduzir o “clima” de cento e cinquenta anos atrás quando o dia foi saldado de forma semelhante, também com muito barulho, em que a salva de tiros de canhões acionados do forte do Castelo e dos navios ancorados às margens da cidade anunciavam a importância daquele dia. O local era o mesmo: o antigo Palácio dos Governadores – hoje “Lauro Sodré” – no qual as autoridades e pessoas “gratas” da província reuniram-se para celebrar a “adesão” decidida em 11 de agosto de 1823.

Se comemorar é “refundar, reatualizar identidades, sejam elas nacionais ou locais, oficiais ou privadas”,¹⁷ como ensina Lúcia Lippi Oliveira, então, os eventos, discursos e pronunciamentos e análises históricas que povoaram a celebração do Sesquicentenário da adesão podem nos ajudar a compreender a condição do Pará e da própria região amazônica no cenário político, econômico e cultural do país no período. Aliás, é difícil estabelecer uma separação tão nítida entre essas dimensões da realidade em semelhantes *efemérides*, daí porque, em determinados momentos, elas convergirem no curso da narrativa.

¹⁵ MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973, p. 388.

¹⁶ Os autores consultados são unânimes em apontar essa dinâmica presente/passado na análise de eventos comemorativos mais diversos. Além dos trabalhos já indicados, conferir: CHAUI, Marilena. “O que comemorar”. In: *PROJETO HISTÓRIA: Sentidos da comemoração*. São Paulo: EDUC, nº 20, abril/00, pp. 35-57; MATOS, Maria Izilda Santos de e AVELINO, Yvone Dias. “Linguagens textuais e comemorações”. In: Idem, p. 193; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Imaginário histórico e poder cultura: as comemorações do descobrimento”. In: *REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS*. Rio de Janeiro, v. 14, nº 26, 2000, pp. 183-202. Disponível no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/17.pdf>; e SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*. São Paulo, v.22 n.44, 2002. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=pt&nrm=iso.

¹⁷ OLIVEIRA, Idem.

1.1. A “Liberdade” da Assembléia Legislativa

As comemorações prosseguiram na manhã do dia 15 de agosto com a inauguração de uma “Estátua da Liberdade” em frente ao recém-construído prédio da Assembléia Legislativa do Estado, o “Palácio da Cabanagem”.¹⁸ Como em quase todos os eventos programados para aquele dia, percebe-se uma reduzida participação popular nessa inauguração. É o que se pode concluir ao exame dos registros fotográficos e dos comentários que ganharam destaque nas páginas dos jornais *Folha do Norte*, *A Província do Pará* e *O Liberal*, relativos ao evento.

Mas, se o “povo” não se fazia presente de “carne e osso”, nem por isso “ele” deixava de participar, uma vez representado pelos deputados e autoridades civis e militares convidadas. O líder do legislativo estadual, deputado Gerson Peres, esforçou-se em deixar isso bem claro. Após haver ressaltado a importância daquela inauguração em data tão significativa para o Estado, lembrou que fora sob aquele mesmo chão “que o povo aguardou ansioso e feliz a decisão final de nossa Adesão à Independência”.¹⁹

Como nos idos de 1823, em que os anseios do “povo” traduziram-se na “patriótica” decisão das autoridades civis e militares de “aderir” ao império nascente, em assembléia extraordinária legitimamente constituída para tal, no discurso de Gerson Peres, o “povo” estava da mesma forma presente no momento em que se comemorava os cento e cinquenta anos daquela decisão tão importante para a história do Pará e do Brasil.

Gerson Peres, Deputado da UDN – União Democrática Nacional, foi um “revolucionário” de primeira hora. No governo de Jarbas Passarinho, iniciado com o golpe civil-militar em 1964, ele fora pessoalmente escolhido como líder da bancada governista na Assembléia Legislativa. Por mais de uma vez o ex-governador do Estado registrou esse fato.²⁰ E ainda justificou sua escolha porque Gerson Peres havia “tido atuação corajosa nos debates,

¹⁸ O prédio foi inaugurado em 1970, pelo então governador do Estado, Alacid Nunes. Antes a Assembléia Legislativa funcionava no prédio do Liceu Paraense, hoje, Escola Estadual Paes de Carvalho.

¹⁹ O discurso do Presidente da Assembléia Legislativa (AL), foi transcrito na íntegra nos jornais *O Liberal* e *A Província do Pará*, no dia 16 de agosto de 1973.

²⁰ PASSARINHO, Jarbas. *Na Planície*. Belém: CEJUP, 1990, p. 114 e “Prefácio”. In: PERES, Gerson. *A vitória de todos nós*. Belém: Grafisa, 1977.

antes de 31 de março, opondo-se ao PSD e aos comunistas, no plenário da Assembléia Legislativa”.²¹

No discurso pronunciado naquela manhã do dia 15 de agosto de 1973, Gerson Peres, como presidente do Legislativo e anfitrião em um dos eventos do programa oficial das comemorações do Sesquicentenário, sintetizou a opinião de muitos ali presentes segundo a qual o povo estava sim presente, representado por ele, Gerson Peres, e pelas demais autoridades civis e militares, sendo, por isso, ociosa a sua presença material. Dessa forma ele reproduzia o que se transformara em um lugar comum na cultura política republicana brasileira referente à idéia de que são os “donos do poder” os indivíduos mais qualificados para garantir o tão propalado, e pouco alcançado, bem-estar da sociedade. A esse respeito, a historiadora Zilda Márcia G. Iokoi advertiu que havia “se tornado comum a afirmação de representantes, tanto das elites quanto das classes subalternas, de que o povo está despreparado para a democracia”.²² Daí ser legítima a representatividade então reivindicada, firmada no mito de que o “saber” e o “poder” são atribuídos ao “domínio da classe dominante e seus associados e que referendam e justificam a ‘ignorância e incapacidade’ das classes subalternas”.²³

Quatro anos mais tarde, como Presidente da ARENA – Aliança Renovadora Nacional -, no Pará, Gerson Peres viria reforçar esse entendimento. Preocupado com as eleições legislativas de 1978, ele escrevia em 1977 que, embora seu Partido tivesse obtido uma significativa vitória no pleito municipal de 1976, os seus dirigentes e responsáveis não poderiam perder de vista que “a maior vitória [de um Partido] é permanecer no poder”.²⁴ O resultado das urnas em 1976 já havia provado, para Gerson Peres, que seu Partido era composto de “homens capazes e trabalhadores”, que estavam sempre atentos, como líderes e representante do “povo”, em promover a sua “felicidade”, a sua “paz e segurança” e o seu “desenvolvimento”²⁵ e, por isso, acreditava em mais uma vitória, em 1978.²⁶

²¹ PASSARINHO, 1990, p. 114.

²² IOKOI, Zilda Márcia G. *O Legislativo na construção da República*. São Paulo: Contexto; Brasília: DF, CNPQ, 1990, p. 9. (Série República)

²³ Idem, *Ibidem*.

²⁴ PERES, Op. Cit. p. 10.

²⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁶ Sobre as eleições de 1978, Gerson Peres viria reconhecer que “a verdade é que nosso Partido perdeu em Belém, mais uma vez, embora estancando a marcha ascensional, do MDB. A Capital passou a ser geradora de

De fato, a representatividade legislativa era reafirmada pela própria manutenção dos pleitos parlamentares em nível nacional, estadual e municipal – embora com algumas restrições. As eleições para o legislativo “foram às vezes adiadas, a propaganda política era censurada, os candidatos mais radicais, vetados”, enquanto as eleições para governo do Estado e presidência da República passaram a ser indiretas.²⁷ Diante desse quadro político-institucional desfavorável para alguns, e necessário para muitos políticos de profissão como Gerson Peres, a manutenção do legislativo, mesmo que sob constantes ameaças de fechamento ou cassação de mandatos, deixava entrever o espectro democrático com o qual procuravam se revestir os governos militares desde abril de 1964.

O monumento à liberdade inaugurado em 1973, não se constituía, nesse caso, apenas mais um ornato do recém-construído prédio do legislativo estadual. Ele ganha um significado todo especial, se levarmos em conta a data em que veio oficialmente a público. Não é forçoso dizer que aquela estrutura em concreto significava a comunhão histórica entre os interesses dos membros da Casa e o “povo”, ligados entre si pelos mesmos ideais de “Liberdade” a favor dos quais lutaram outrora “nossos antepassados” e aos quais os homens do presente davam provas de sua continuidade, pois ela – a Liberdade – “não é apenas, um dom. É a essência da célula da vida humana. É a vitalidade do desenvolvimento dos povos e da Nação”.²⁸ E a materialização da “Liberdade” deveria vir a público com as marcas dessa legenda.

esperanças de Oposição para influir, psicologicamente, o eleitorado dos demais municípios”. De 20 Deputados Estaduais em 1974, por exemplo, a passou a ter 19, enquanto que o MDB, de 10 passou para 11 Deputados. Crescimento, talvez, insignificante ao observador contemporâneo, mas significativo num momento em que o país vivia uma experiência política ditatorial e bipartidarista. Cf. PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 152.

²⁷ As eleições diretas para os governos estaduais voltariam a ser realizadas a partir de 1982 e para a presidência da República, somente em 1989. CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 166.

²⁸ *O Liberal*, 16 de agosto de 1973, 1º Caderno, p.12.

O monumento foi obra do artista plástico e escultor João Pinto Martins,²⁹ que, segundo Gerson Peres, teria se empenhado em distanciar-se de uma mera “imitação dos demais monumentos que simbolizam a Liberdade”,³⁰ ainda que seus contornos guardassem nítidas semelhanças com a “Estátua da Liberdade”, com a qual o governo francês presenteou os norte-americanos, no final do século XIX. Erguida em concreto armado, medindo cerca de dois metros e setenta centímetros de altura, moldada em concreto armado, sobre um pilar de concreto e revestimento em mármore, a “Liberdade” da Assembléia Legislativa, representada em forma feminina, trazia uma tocha na mão direita e na esquerda segurava, colada ao corpo, a tábua das leis. Vestida em uma longa e uniforme túnica, ela não possuía, no entanto, a auréola em forma de raios de sol como sua congênera norte-americana, tendo os seus longos cabelos soltos, a escorrer pelos ombros [Imagem 2].



²⁹ João Pinto Martins, nascido em 1914, em Nossa Senhora de Nazaré, Fontoura”, no Palácio do Rondon” e “General Male” “Mapinguari” e da “Iara”, nome passou para a “Liberdade”. Informações ao sr. João Pinto Martins, que trabalhou em plásticas, livres à disposição. Belém, 2006. Sobre a vida de João Pinto. Belém, Dissertação de Mestrado (Centro de Letras e Artes), UFPa, 1983.

³⁰ *O Liberal*, 16 de agosto de 1973, 1º Caderno, p. 12.

na vida artística paraense em 1964, abriga a imagem de o Medalhão do “General General Osório”, “General státuas do “Curupira”, da outras. Não obstante, seu a. Devo essas ísticos de João ursos de artes de outubro de ator paraense

Diante da impossibilidade de contar com o projeto que a concebeu - útil para a identificação das possíveis exigências do poder público que a encomendou - ou aos elementos de inspiração do autor que o concretizou,³¹ podemos tirar algumas conclusões a respeito da carga simbólica que sua indumentária ostenta, a partir da análise da estatutária republicana em si, comparando-a com o monumento à República erguida no centro da praça homônima, em Belém, na qual a representação da liberdade também serve de inspiração.

Antes, porém, é preciso observar um certo anacronismo desse monumento. Ainda que os republicanos de primeira hora buscassem na imagética francesa a representação feminina da República, com legendas ora populares e revolucionárias, ora aristocráticas e moderadas, José Murilo de Carvalho afirma que tal representação mostrara-se frustrada nos primeiros anos da vida republicana brasileira. Isso porque não havia no país “uma comunidade de imaginação”, uma “comunidade de sentido” que pudesse dar sustentação social e cultural a tais imagens, motivo pelo qual as tentativas de utilizá-la, de manipulá-la como elemento de legitimação poderiam cair “no vazio, quando não no ridículo”.³² Se na França “as mulheres estavam de fato presentes nas manifestações políticas”, no Brasil tal experiência não havia. Aliás, pergunta-se José Murilo de Carvalho, “se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino?”³³ Quando pública, a mulher no Brasil era “prostituta”, fugindo assim a representação da “mulher cívica” francesa, atuante nos

³¹ Essas informações se perderam no tempo, pois, apesar do empenho dos funcionários do Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado, que me disponibilizaram atas, relatórios e outros documentos referentes às decisões em plenário, estranhamente nada foi encontrado a respeito da referida Estátua de Liberdade que ajudasse a compreender os elementos que determinaram a sua confecção.

³² CARVALHO, Jose Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 89.

³³ Na ortodoxia positivista, na qual se orientavam muitos republicanos brasileiros, a mulher exercia “o papel tradicional de mãe e esposa, de guardiã do lar, pois era assim que a mulher garantia a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade. A política era tarefa menor que cabia aos homens. Não por acaso, as únicas mulheres que surgem no episódio da implantação da República são as filhas de Benjamin Constant. Elas aparecem no papel clássico das mulheres: bordando a primeira bandeira republicana, idealizada pelos positivistas e desenhada por Décio Villares”. Idem, p. 92.

movimentos sociais. Esta alegoria foi, portanto, importada, como tantos outros “produtos” do “mundo civilizado”.

Mas, se essa representação feminina não logrou muito sucesso no imaginário político brasileiro, por que então o recurso a essa alegoria, em 1973? Esta não é uma resposta de fácil solução, em razão da carência de informações importantes sobre a confecção da estátua. Não obstante, é possível perceber que ela nada tem a ver com os debates iniciais da imagética republicana brasileira, pois, como disse, a imagem da mulher não logrou muito êxito entre nós. É provável, no entanto, que a inspiração tenha vindo mesmo da representação da liberdade norte-americana, que ganhou o mundo, através dos diversos meios de comunicação utilizados para promover a sociedade, a cultura, a política e a economia norte-americana no período de “Guerra Fria”.

Embora tivéssemos aqui uma representação feminina da República – e da Liberdade –, ela não tocou a sensibilidade do artista e do legislativo paraense, na década de 1970. Erguida em uma praça central da cidade – a Praça da República –, nessa escultura encontramos uma imagem feminina “arrojada, armada e decidida” de *Marianne*, a mirar a cidade de Belém no alto de uma coluna de vinte e dois metros de altura, trazendo o seu “barrete frígio à cabeça, seios proeminentes e modelados sob a cota de malha, em postura combativa, com o gládio na mão direita”, simbolizando a própria representação da República libertária - da “tríade Liberdade-Revolução-República”.³⁴

Nesse sentido, ao desprover a estátua do barrete frígio, os seus idealizadores pareciam querer despolitizá-la, representando muito mais uma liberdade democrática e moderada que uma república revolucionária e radical. Era a própria representação da Liberdade, moderada e ordeira, que, ao invés de vestida para o combate, com espada em punho, vinha a público na forma de uma mulher “sábua, serena, trajando túnica”, segurando na mão esquerda a tábua da Lei, colada ao corpo, como quem quisesse ratificar o caráter inseparável entre lei e legislativo, ambos guiados pela chama da liberdade erguida a mão direita, a iluminar e guiar o caminho do “povo”.

Essa era a perspectiva democrática que se pretendia para o país e para o Pará, no início da década de 1970. Nesse sentido, observa-se que com aquela inauguração, o

³⁴ COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o monumento à república em Belém – 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p.89.

legislativo estadual reforçava a idéia de que o parlamento, mesmo nos anos de repressão, era ainda a casa do “povo”, onde poderiam ser encontrados os seus legítimos representantes. E a “Estátua da Liberdade” recém-inaugurada, sem dúvida, era a sua materialização.

1.2. Religião e política no *Te Deum laudamus*



3. Interior da Catedral Metropolitana de Belém, durante a celebração do *Te Deum*. *Revista de Cultura do Pará*. Ano 3, nº 12/13, jul/dez., 1973, 245.

Seguindo a programação dos festejos, foi realizado um *Te Deum* na Catedral Metropolitana de Belém, situada a poucos metros do “Palácio Cabanagem”, celebrado pelo bispo auxiliar e membro do cabido metropolitano, D. Tadeu Prost.³⁵ Tal qual simbolizaram os eventos anteriores, a missa em ação de graças figurava como parte integrante da programação que se desenvolvia dentro da lógica “mítica” de retorno ao passado, vivido sentimentalmente pelos homens do presente que o recordavam. Ainda aqui, é Palma Muniz que fornece o roteiro

³⁵ A missa em ação de graças deveria ser celebrada pelo arcebispo de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, que não pôde participar da solenidade por encontrar-se hospitalizado após sofrer acidente de trânsito. *A Província do Pará*, 16 de agosto de 1973.

por ela seguido. Depois da reunião das “altas autoridades e pessoas gradas” da Província, na sala *Docel*, do Palácio do Governo, “dirigiram-se os presentes à Catedral, onde teve lugar solene *Te Deum laudamus*, por tão faustoso acontecimento [“adesão”], que constituía aspiração antiga dos paraenses”³⁶

Mais uma vez a audiência foi restrita aos membros da comitiva, conforme se observa na Imagem 3. Nela aparecem, em primeiro plano, o vice-governador do Pará, Newton Barradas, o Professor Clóvis Silva de Moraes Rego, Presidente do CEC, o Contra-Almirante Roberto Ardersen Cavalcante, Comandante do 4º Distrito Naval, Pedro Calmon, membro do CFC e presidente do IGHB e ao fundo o historiador Arthur César Ferreira Reis, presidente do CFC e sua esposa, D. Graziela Reis. Eles eram ladeados por uma constelação de oficiais, que ocupavam os assentos semivazios da catedral.

Para essa assistência atenta e privilegiada, Monsenhor Leal fez a leitura de uma oração congratulatória, redigida pelo próprio Arcebispo de Belém, D. Alberto Gaudêncio Ramos, na qual Jesus Cristo é apresentado como o “maior dos patriotas” que a humanidade já conheceu, ao “chorar sobre Jerusalém”, sua amada pátria, dando a “vida por ele depois de honrá-la com repetidas visitas, doutrinações e milagres.”³⁷

D. Alberto Ramos descreveu um Cristo redentor, que se sacrificou pela salvação de todos e que se sensibilizou com a incompreensão dos homens diante de sua mensagem. Sacrifício e patriotismo constituíam os dois lados da mesma moeda das virtudes cristãs que se pretendia em uma sociedade ideal, pois “depois de Deus, a família e a pátria são os amores a que mais se obriga o homem”, sendo esta concebida não apenas como “o solo a pisar”, mas como “herança de nossos sentimentos de fé, bons costumes e dignidade cristã a preservar”; “a sociedade cuja organização dá o seu a seu dono, assegurando a cada um os direitos legítimos de cidadãos”³⁸ Cristo é, assim, o exemplo da virtude do bom cidadão, pois assim como Ele entregou-se a seu destino determinado pelo Pai, a sociedade deveria “dá o seu a seu dono”, que com sabedoria quase divina garantiria os legítimos direitos de seus “cidadãos”. Não é difícil de transpor essa representação patriótica à realidade brasileira e perceber o discurso

³⁶ MUNIZ, Op. Cit. p. 388.

³⁷ *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, ano 3, nº 12 e 13, jul./dez., 1973, p. 241.

³⁸ *Idem*, p. 242.

desse religioso como a expressão de um conformismo diante das condições políticas terrenas, na qual ele teve uma influencia decisiva.

Assim como o Deputado Gerson Peres, D. Alberto Ramos foi um “revolucionário” de primeira hora, denunciando a “infiltração” comunista no interior do clero paraense e nos movimentos leigos ligados à Igreja Católica no Pará. Em primeiro de abril, ele veio a público através das telas de TV para apresentar uma lista completa dos padres que deveriam ser “averiguados” por serem comunistas ou suspeitos.³⁹ Frei Betto, à época dirigente da Ação Católica, que se encontrava em Belém em abril de 1964, hospedado na casa do próprio Arcebispo de Belém, anos depois viria contar que vira surpreso “a figura de seu anfitrião, agradecendo a N. S. Aparecida e a Deus pelo golpe que salvou o Brasil do comunismo”.⁴⁰

Segundo Oswaldo Coimbra, D. Alberto Ramos teve participação decisiva na legitimação do golpe de 1964, no Pará. No dia 7 de abril, reuniu-se com os bispos auxiliares e vigário geral, monsenhor Leal, e com os demais sacerdotes de Belém e vigários dos municípios de Santa Izabel do Pará, Marituba, Vigia, São Jorge, Ananindeua e Benevides, no “Paço Arquiepiscopal”, localizado próximo à Igreja da Sé, no bairro da Cidade Velha, em Belém.⁴¹ O Arcebispo, após se reconhecer “demasiadamente confiante e tolerante”, ressaltou que passaria a adotar “medidas mais enérgicas” diante da “imprudência ou à inexperiência de alguns sacerdotes mais novos”.⁴² Referia-se ao fato de ter sido interpelado por autoridades militares para explicar o fato de alguns jovens integrantes de movimentos leigos católicos, como Ação Católica, a qual pertencia Frei Betto, que vieram participar do I Seminário Latino-Americano sobre Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), terem se hospedado na residência episcopal. Esses jovens foram alvos da perseguição policial, suspeitos de serem “comunistas”, por isso, Frei Betto foi obrigado a sair de Belém às

³⁹ Em um livro-reportagem publicado há três anos, provocativamente intitulado “Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres”, a jornalista Oswaldo Coimbra partiu desse episódio, denunciado por Frei Betto, para investigar a participação de D. Alberto Ramos nos eventos redundaram no golpe de 1964, no Pará. No livro, ele apresenta uma farta documentação jornalistas, transcrita na íntegra, além de depoimentos inéditos de alguns dos padres denunciados pelo Arcebispo de Belém. Alguns deles utilizados aqui. COIMBRA, Oswaldo. *Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denuncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 18.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

⁴¹ Idem, p. 171.

⁴² Idem, p. 172.

pressas.⁴³ Além disso, no dia 15 de abril celebrou uma missa em ação de graças na qual conclamava o povo a rezar “pelo novo presidente”, Humberto Castelo Branco, e “pelo Brasil”.⁴⁴

A atitude de D. Alberto Ramos em relação aos padres sob sua jurisdição religiosa e diante da instalação de um governo militar no país colocou em evidência, no Pará, os embates que se sucederam no interior da Igreja Católica após a divulgação das encíclicas assinadas pelo Papa João XXIII, entre elas, a *Mater et magistra* (1961) e a *Pacem in terris* (1963). Elas colocaram na ordem do dia a configuração de um novo catolicismo que, sem perder de vista a missão evangelizadora da Igreja Católica, buscasse associá-la a uma práxis que invariavelmente levaria o clero católico a uma maior inserção na vida política e social da cristandade em todos os locais em que Ela se fizesse presente.⁴⁵

Na primeira dessas encíclicas foram estudados os problemas dos países subdesenvolvidos e as questões sociais que os atingiam, resultando na conclusão de que “o processo social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade”. Na segunda, os religiosos se prenderam à abordagem do direito “cristão” a uma existência com dignidade, reforçando a necessidade de uma distribuição mais equitativa dos benefícios materiais e culturais trazidos pela modernidade.⁴⁶

A instituição não poderia ficar alheia a essa mudança sob pena, até mesmo, de perder a sua legitimidade no seio da comunidade cristã no mundo. O próprio D. Alberto Ramos dava sinais dessas mudanças. Em fevereiro de 1963, quando retornou a Belém vindo de uma das reuniões do Concílio do Vaticano II (1962-1965), depois de ter sido interpelado por um dos jornalistas sobre o que pensava a respeito da adoção de vestes civis pelo clero, ele afirmou que “isso não era propriamente um assunto a ser debatido no Concílio e sim uma

⁴³ Idem, pp. 17-22.

⁴⁴ Idem, p. 177.

⁴⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.93-131. (Coleção *O BRASIL REPUBLICANO*, V. 4).

⁴⁶ Idem, *Ibidem*.

questão de adaptação dos religiosos à época atual” e, em seguida, revelou ao curioso repórter que “ele próprio tinha viajado de vestes civis, trajando o hábito somente para desembarcar”.⁴⁷

O teor reformador dessas encíclicas foi recebido com muito entusiasmo no Brasil, pelos setores mais progressistas da Igreja Católica e da sociedade em geral. Afinal, as décadas de 1950 e 1960 se constituíram em um período de constantes convulsões sociais, conforme sinalizavam a intensificação das greves promovidas pela classe trabalhadora urbana, organizada agora em intersindicais, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 1962, responsáveis pela maior articulação e mobilização dos trabalhadores na luta pelos direitos trabalhistas conquistados – e não doados –, na década de 1930 e que empresários e governo teimavam em não torná-los realidade. Serve de termômetro, a greve dos 700, que estourou no “coração industrial do país” (São Paulo), em 1963.⁴⁸ O campo também se agitava com a formação das *Ligas Camponesas*, desde 1955.⁴⁹

Essas mudanças não ocorreram sem conflitos. Lucilia Delgado e Mauro Passos apontam para a existência de dois projetos substancialmente diferentes para o Brasil nesse período. De um lado, os que propunham uma “reforma de cunho socialista popular, cujo objetivo era, sobretudo, alcançar um desenvolvimento pleno, através da superação das condições de subdesenvolvimento”, entre eles se juntavam a União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, socialistas, comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas, como a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

No outro lado da trincheira, agregavam-se militares da Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, investidores internacionais e empresários nacionais ligados a eles, a União Democrática Nacional (UDN), segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica, apostando num programa de desenvolvimento econômico

⁴⁷ *Folha Vespertina*, 1º de fevereiro de 1963.

⁴⁸ SILVA, Fernando Teixeira da & NEGRO, Antônio Luigi. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpes civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 82-86. (Coleção *O BRASIL REPUBLICANO*, V. 3).

⁴⁹ MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpes civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 241-271. (Coleção *O BRASIL REPUBLICANO*, V. 3)

nacional internacionalizado, visto pelas oposições como “entreguistas”, voltado à produção de artigos de consumo menos acessíveis à população em geral, bem como na manutenção da estrutura agrária do país.

O termo “trincheira” não é sem propósito, nesse caso, uma vez que não havia meio-termo nos debates, assim como não havia espaço para omissões. As posições deveriam ser tomadas, por isso, ele refletia o ânimo dos agentes políticos em participar diretamente da luta pela efetivação de seus projetos, muito embora esses dois grupos não fossem imunes às divergências internas. Em todo caso, agir era a palavra de ordem para quem se posicionava em qualquer dos dois flancos. Daí a metodologia da JOC: “ver-julgar-agir.”⁵⁰

Se no cenário político brasileiro o trabalhador-cidadão vinha ampliando os seus espaços de participação política, desde o período Vargas, apresentando-se como um importante interlocutor político na vida nacional - já não poderia ser ignorado, nem por aqueles que estavam à frente do governo, nem pela classe empresarial -, visibilidade esta que não deixará de ser também notada por parte do clero católico. “De mero consumidor, o leigo passa a sujeito participante, sujeito ativo”⁵¹ no processo de conquista de seus direitos sociais, como saúde, educação, moradia e alimentação, na busca de uma vida mais digna, mais cristã.

Contra essa visibilidade, essa emergência do cidadão-trabalhador no cenário político do país, reverberava o Arcebispo de Belém, em abril de 1964: “greves e mais greves, decretadas por sobre menos importância e que não representavam a legitimidade de uma justa reivindicação”.⁵² Por outro lado, os movimentos jovens e estudantis se apresentavam como uma forte ameaça à paz e à ordem públicas, além de corromper a unidade familiar e comprometer a integridade do país.

No final de março de 1964, as suspeitas de D. Alberto Ramos de “infiltração” comunista no interior da classe estudantil pareciam se confirmar, para ele e para os setores conservadores da sociedade paraense. Nesse período, Belém se transformara no ponto de encontro da juventude do país, sejam independentes ou ligados a União Acadêmica Paraense (UAP), a União dos Estudantes dos Cursos Secundaristas do Pará (UECSP), a JUC, a JEC e demais entidades estudantis do Brasil e de outros países da América Latina. Todos vieram

⁵⁰ DELGADO & PASSOS, Op. Cit. p. 202.

⁵¹ Idem, p.114.

⁵² COIMBRA, Op. Cit p. 185.

participar do Primeiro Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), realizado no auditório da antiga Faculdade de Odontologia, próximo à Praça Batista Campos, na área central da cidade.

A UAP, como porta-voz do movimento estudantil no Pará, e anfitriã do evento, defendia abertamente a necessidade de reforma das universidades brasileiras, como um terço (1/3) de participação discente nas reuniões colegiadas, a ampliação do número de vagas e a qualificação docente. Era uma agremiação marcada pela diversidade de opiniões e filiações políticas. Seguindo o rastro das memórias de Ronaldo Barata, por exemplo, observa-se que muitos estudantes, como ele, estavam ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre eles André Nunes, Isidoro Alves e Walter Pinheiro, que participava:

“de longas reuniões doutrinárias, realizadas no ameno quintal da casa do pai do ‘camarada’ Ubirajara Oliveira, para ouvir, com atenção e vontade de aprender, as preleções feitas pelo João Luiz Araújo e Alfredo Oliveira – o primeiro, engenheiro recém formado e, o segundo, médico também recém saído da faculdade – membros do PCB encarregados pelo Comitê Estadual de orientar, filosófica e politicamente, a base universitária do Partidão.”⁵³

A Ação Popular (AP), composta por seminaristas, padres e leigos das alas mais progressistas da Igreja Católica, ligados principalmente a JUC e JEC, trazia o debate em torno do “socialismo humanista” para dentro da UAP, através de estudantes como Pedro Galvão, Roberto Cortez, Angélica Maués e Heraldo Maués.⁵⁴

Além desses grupos, compunham também a UAP estudantes filiados à Política Operário (POLOP), de tendência trotskista que, por serem em menor número, comentava-se jocosamente á época, diz Ronaldo Barata, que a “última plenária do partido, ocorrida em 1963, foi realizada no interior de uma Kombi”.⁵⁵ Existia também um grupo que, identificando-se como “independente”, atuava no movimento universitário informalmente, do qual participavam, por exemplo, João de Jesus Paes Loureiro, José Augusto Moraes (Juba) e Cícero Freitas. De todos esses grupos e correntes políticas, a Ação Popular parecia ter maior

⁵³ BARATA, Ronaldo. “Cem dias quarenta anos depois”. In: *1964: relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Ed. Dos Autores, 2004, p. 124.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵⁵ Idem, p. 126.

evidência no movimento estudantil universitário local, refletindo uma tendência nacional, a partir de 1961.⁵⁶ As reformas estruturais propostas para as universidades eram o elemento unificador desse grupo tão diverso.

Por outro lado, era freqüente a participação de representantes da UAP nos congressos nacionais dos estudantes, promovidos principalmente pela União Nacional dos Estudantes.⁵⁷ Os contatos foram também realizados em solo paraense, por exemplo, no momento em que os estudantes paraenses recebiam a caravana da “UNE Volante”, composta pela direção nacional do movimento e integrantes dos Centros Populares de Cultura (CPC), que visitou os principais centros universitários do país, no primeiro semestre de 1962, propondo uma maior intervenção da classe estudantil na política universitária e na política nacional.⁵⁸

O Seminário que iria se realizar em Belém era fruto dessa intensa mobilização do movimento estudantil paraense e nacional. Contudo, ele foi empastelado pela ação de jovens anticomunistas, defensores da “ordem democrática”. Todos, entre eles o atual Secretário de Cultura do Estado, Paulo Chaves, traziam o pescoço envolvido em um lenço branco,⁵⁹ como forma de diferenciá-los dos estudantes “subversivos”, pois a polícia militar viria logo em seguida. “Tumulto, grito, sopapos, imprecações, corpos engalfinhados pelo chão e sobre as poltronas”, as cenas da invasão ainda fazem parte das lembranças que o então presidente da UAP, Pedro Galvão, tem do episódio.⁶⁰ Mais tarde ele viria a saber que a invasão fora

⁵⁶ Essa foi a conclusão de Maria das Graças Monteiro Godinho ao analisar os depoimentos da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instaurada em 1964, para investigar alunos, funcionários e professores da Universidade Federal do Pará – UFP. GOLDINHO, Maria das Graças Monteiro. *A luta dos estudantes paraenses pela democratização da Universidade: por que reprimir?* Belém: Dissertação de Mestrado (NAEA) UFPA, 1992, p. 56.

⁵⁷ Idem, pp.23-38.

⁵⁸ RIDENTI, Marcelo. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 140.

⁵⁹ O lenço branco como elemento identificador dos “democratas” parecia ser convencionalmente utilizado pelos grupos “anticomunistas” no Pará. Relatando um confronto com trabalhadores da Petrobrás, ligados ao Sindicato dos petroleiros, no qual seu irmão mais velho, Saint-Clair, viria a ser “covardemente apunhalado”, Jarbas Passarinho ressaltou que, no tumulto, quando a polícia invadiu o local, “os democratas, que se distinguiram pelo uso de um lenço branco, não foram molestados”. PASARINHO, Jarbas. *Na Planície*. Belém: CEJUP, 1990,

⁶⁰ GALVÃO, Pedro. “Vencidos Vencedores”. In: *1964: relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. pp. 16-41.

articulada sob a liderança do coronel Jarbas Passarinho, eleito mais tarde o primeiro governador do Estado sob o novo regime civil-militar que se instalara.⁶¹

Estava claro para D. Alberto Ramos que os jovens estudantes paraenses já haviam sido contaminados pelas idéias comunistas, além de atingir a própria Igreja, por esse motivo, aceitou impassível a prisão dos padres denunciados após o golpe. Em agosto de 1973, era hora de reforçar o patriotismo da sociedade paraense e sua crença nos governantes, de ontem e de hoje, pois, se em 1823, os “patriotas” paraenses nos libertaram do domínio português, os contemporâneos haviam garantido a “liberdade” do povo, livrando-o do “anticristo” representado pela doutrina comunista. Num debate mais interno à Igreja, celebrava-se também, em 1973, a vitória do “Cristo patriota”, símbolo do cidadão resignado com seu destino, conquistada em 1964, contra o “Cristo socializante”, que opera prodígios revolucionários, defendido pelos padres e membros dos movimentos leigos de esquerda como Carlos Alberto Franco, ex-líder da JEC.⁶² Era o que deixava entrever a saudação congratulatória por ele redigida e pronunciada no *Te Deum*, no dia 15 de agosto.

1.3. Uma data para a “adesão”

As comemorações, no entanto, não se restringiram ao dia 15 de agosto. No sábado, dia onze, por exemplo, foi inaugurada a exposição de documentos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, que tinha como atração principal uma cópia da Ata da sessão extraordinária da Junta Governativa, realizada no dia 11 de agosto de 1823 e do ofício dando conta ao imperador D. Pedro I do que se sucedera na Província a partir daquela data. Esses documentos foram ofertados pelo Conselheiro Ernesto Cruz, também diretor do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.⁶³ Nada melhor que começar as comemorações do Sesquicentenário a partir dessa data, e mais: com a exposição desses documentos. Afinal, foi no dia 11 de agosto que ocorrera a decisão pela adesão, o que conferia àquela ata um valor histórico inestimável.

⁶¹ Mais tarde o próprio ex-governador Jarbas Passarinho viria revelar sua ligação com o episódio do empastelamento desse Seminário. PASSARINHO, Op. Cit. pp. 96-97.

⁶² COIMBRA, p. 50.

Contudo, a data não era consenso entre os organizadores dos festejos. O debate em torno do calendário oficial do Sesquicentenário colocou em evidência a existência de formas de percepção diferenciadas – embora não totalmente conflitantes – em relação ao “fato histórico” definido como a “adesão” do Pará à Independência.

O episódio envolveu dois membros do Conselho Estadual de Cultura: Ernesto Cruz e Clóvis Silva de Moraes Rêgo. Este, auxiliado por Augusto Meira Filho, sustentava a tese de que os festejos deveriam todos se concentrar no dia 15 de Agosto, porque, segundo seu argumento, esta fora de fato a data da “adesão” e em torno da qual deveriam orbitar os demais eventos.⁶⁴ Ernesto Cruz não concordou com essa proposta. Historiador experimentado e de qualidades reconhecidas regional e nacionalmente na época, para Ernesto Cruz estava mais do que claro que a “adesão” de fato ocorrera no dia 11 de agosto de 1823 e, por esse motivo, os festejos deveriam contemplá-la. É interessante nos determos um pouco mais nessa percepção de Ernesto Cruz, para compreendermos o significado que ele atribui à “adesão” e, por conseguinte, aquele proposto por Clóvis de Moraes Rêgo.

Antes, porém, uma observação. Não se deve perder de vista que a celebração do Sesquicentenário da “adesão” passou a integrar, desde 1972, uma preocupação do próprio governo federal, através do auxílio financeiro e logístico dispensado pelos membros do Conselho Federal de Cultura (CFC), atribuindo aos festejos realizados em solo paraense um sentido nacional. Nesse caso, o debate em torno da definição da data em que eles deveriam ser desenvolvidos não era algo de somenas importância.

“Ernesto Cruz foi um autêntico self-made man”, na opinião de Maria Annuciada Chaves,⁶⁵ porque sempre estava disposto ao trabalho seja qual ele fosse. Foi sócio e diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA), da Academia Brasileira de Letras, do Conselho Estadual de Cultura e diretor da Biblioteca e Arquivo do Público do Estado. No campo literário, foi um verdadeiro beletrista, realizando pesquisa no campo do folclore e da história, abordando uma gama diversificada de temas.⁶⁶ Mas foi como historiador que ele

⁶³ ANAIS 1973, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976, p. 178.

⁶⁴ *Folha do Norte*, 5 de agosto de 1973, Informe HG.

⁶⁵ CHAVES, Maria Annuciada. “Prefácio”. In: *Exposição biográfica de Ernesto Horácio da Cruz*. Belém: Imprensa Universitária (UFPA), 1979, p. 11.

⁶⁶ Um bom exemplo dessa diversidade é o seu livro *História do Pará*, no qual o autor reúne temas que vão desde o “patrimônio municipal”, o significado das “rua de Belém”, os “conceitos e impressões da cidade de Belém”,

ganhou reconhecimento regional e nacional ostentando, com orgulho, o “título de ‘Historiador da Cidade de Belém’”, que lhe fora concedido pela Câmara Municipal da capital.⁶⁷

Mas antes de procurar compreender o historiador Ernesto Cruz e sua concepção da história do Pará, em geral, e a “adesão”, em particular, sugiro seguir a linha traçada pela própria trajetória intelectual do nosso autor. Os primeiros trabalhos de Ernesto Cruz, publicados nas décadas de 1920 e 1930 estavam voltados para o folclore amazônico. Alguns desses estudos vieram a público através das páginas da Revista do IHGPa, da qual ele era redator, principalmente, aqueles que envolviam os nomes de seus quatro filhos: Cauby, Coaracy, Ajanary e Ciucy.⁶⁸

Em 1930, Ernesto Cruz entreteu uma interessante polêmica com o historiador Jorge Hurley, a quem chamava de “meu erudito mestre e amigo”.⁶⁹ O epicentro do debate era a grafia e o significado “exatos” do nome de sua filha. “Cêucy ou Ciucy?”. Este foi o título do artigo com o qual Cruz procurou convencer seu interlocutor da veracidade de suas conclusões. Ciucy - e não Cêucy, como afirmava Jorge Hurley -, era a corruptela da palavra indígena “iuacacy”, composta pelo radical “iauca” (céu) e o sufixo “cy”, que, segundo Ernesto Cruz, era utilizado pelos “índios brasileiros” para designar “mãe, mytho creador e protector de tudo quanto cobre a terra”.⁷⁰ O então folclorista Ernesto Cruz explicou que houvera publicado um estudo sobre a decifração correta do nome de sua filha havia cinco anos, crente de que ninguém “quebraria mais o quiriri”⁷¹ das ficções indígenas”, quando foi surpreendido pelo artigo de Jorge Hurley contrariando o que dissera a respeito. Daí porque a necessidade de uma explicação em agosto de 1930.

No entanto, quando Cruz acreditava que o caso estivesse encerrado, eis que Hurley respondeu com dois artigos escritos em agosto e setembro de 1930, também publicados na Revista do IHGPa, em 1934. O primeiro de tom mais brando, procurava expor ponto-a-

até “evolução da medicina na Capitania. Na Província e no Estado. Endemias. Hospitais” e a “abolição da escravatura”. CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Governo do Estado do Pará, 2º Volume, 1973.

⁶⁷ CHAVES, Op. Cit. p. 11.

⁶⁸ Idem, p. 15.

⁶⁹ CRUZ, Ernesto. “Cêucy ou Ciucy?..” In: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ*. Belém, Vol. IX, 1934, p. 67-69.

⁷⁰ Idem, p. 68.

⁷¹ Quiriri: “s.m. calada da noite; silêncio noturno”; “adj. deserto, silencioso, solitário”. In: *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Mirador Internacional, 1977, p. 1443.

ponto a sua contrariedade em relação ao estudo de Ernesto Cruz, reafirmando a tese de que a grafia correta do mito indígena em questão era Cêucy, nome atribuído a “as plêiades” ou o “serro de sete estrellos”, “mãe de Jurupary”.⁷² O segundo, em tom mais ácido, parecia querer encerrar de vez a questão, indagando, inclusive, ao seu interlocutor se julgava, talvez, que ele dispusesse de tempo para “entreter polêmicas ou alimentar controvérsias dispensáveis, desnecessárias, acerca da verdadeira ethymologia do vocábulo”.⁷³ Ele parece ter alcançado seu objetivo, porque as páginas seguintes da Revista do IHGPa silenciaram sobre o assunto.

Pouco importa, para o efeito de nossa análise, se a grafia correta é Ceucy ou Ciucy, ou se o verdadeiro significado do vocábulo era aquele atribuído por Ernesto Cruz ou Jorge Hurley. A descrição dessa querela folclorista, que reflete a preocupação de ambos em investigar a lingüística e o universo mítico de índios e caboclos da Amazônia, serve como ponte para a compreensão do significado da “adesão” nos escritos históricos desses dois autores, momento em que as opiniões convergiam.

A querela se insere num contexto em que o modernismo paraense passa a apresentar um “veio folclorista” em sua produção literária, do qual “o célebre poema ‘Batuque’”, publicado por Bruno de Menezes, em 1931, constitui-se uma “referência básica para a poética negra e para o folclore amazônico”,⁷⁴ expressando um de seus movimentos de maior originalidade: o regionalismo paraense. Se na década de 1920, as controvérsias em torno do regionalismo, colocavam em lados opostos “paroquianos”, defensores de idéia de que “a literatura era o bem maior de uma região, de uma ‘comunidade’, e “universalistas” ou “cosmopolitas”, “por bradarem em favor da propagação da linguagem e dos costumes da Amazônia pelo mundo afora”, elas evidenciaram uma forte preocupação da intelectualidade local em relação a busca das “raízes” e da afirmação da “identidade regional”. E nesse embate, os “universalistas” parecem ter conseguido maior êxito e suas idéias atravessaram as décadas seguintes.⁷⁵

⁷² HURLEY, Jorge. “O certo é Cêucy”. In: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ*. Belém, Vol. IX, 1934, p. 71-75.

⁷³ Idem, p. 77-81.

⁷⁴ FIGUEIREDO, Aldrin. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. 1870 — 1950*. Belém: Dissertação de Mestrado (Departamento de Antropologia), UFPA, 1999, p. 95.

⁷⁵ É o que indicam a análise dos trabalhos de CORREA, Júlia Antônia Maués. *A modernidade literária no Estado do Pará: o Suplemento Literário da Folha do Norte*. Belém: Dissertação de Mestrado (Centro de Letras e Artes) UFPA, 1997: “A arte para eles [literatos da década de 40] era considerada uma forma de participação na vida, ou uma *universalidade* de experiência e visão (...) ou um fundamento espiritual de nacionalismo e

Uma originalidade que já se expressava, ainda em 1927, no “Manifesto Flami-n’-assú” – “a grande chama indo-latina’, símbolo-mor para o presente e para o futuro” - , assinado pelo literato Abguar Bastos.⁷⁶ Os saberes populares, os falares, objetos de guerra e ferramentas de trabalhos de “índios” e “caboclos”, eram incorporados à literatura modernista paraense como reação a uma tradição parnasiana e mimética da cultura na região. “Além dos usos e dos costumes”, Aldrin Figueiredo afirma que,

“a grande chama transfigurava o sentimento e o ânimo do homem, excluindo o tédio e dando ‘de tacape na testa do romantismo’, visualizando por outro ângulo as virtudes, os heróis e as efemérides pátrias – em especial, a ‘guerra de independência’, mito de origem de toda essa história”.⁷⁷

A imagem do índio vivendo “edenicamente na floresta” passou a dividir cada vez mais os espaços da imprensa local, com a imagem do “selvagem” que ainda poderia ser encontrado “simbolicamente nos negros e nos pajés de Belém” ou “provocando desordens pelo interior do Estado assaltando as pequenas cidades e vilarejos (nas lutas sangrentas com os colonos)”. Essa “tese original” esboçada por Jorge Hurley estava fundamentada na sua experiência como Juiz de Direito, na “pacificação” dos índios “Urubu”, a serviço do Governo do Estado do Pará, concluída em 1928.⁷⁸ Ainda que marcada por um forte preconceito racial, sua tese se sustentava na crença da “natureza sanguinária” dos índios – do “feio e voraz de índios urubus” -, na qual existia “uma terrível e temível mescla de selvagens guajajaras com os criminosos dos sertões do Maranhão”.⁷⁹ A “alma” indígena do caboclo da região era, portanto, o elemento fundamental pelo qual se poderia mediar a violência com que ele se manifestava no dia-a-dia e nos momentos cruciais da história paraense.

internacionalismo”; e OLIVEIRA, Relivaldo Pinto de. *Mito e modernidade na Trilogia Amazônica de João de Jesus Paes Loureiro*. Belém: NAEA 2003, em que o autor analisa a “mundamazonivência” nos poemas de João de Jesus Paes Loureiro, nos quais incorpora a realidade mitológica da Amazônia como “a melhor forma de exprimir, universalmente, uma experiência local”.

⁷⁶ FIGUEIREDO, Aldin. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908 – 1929*. Campinas, SP: Tese de Doutorado (Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Unicamp, 2001, pp. 141-144.

⁷⁷ Idem, p. 143.

⁷⁸ FIGUEIREDO, Op. Cit, 1999, p. 109.

⁷⁹ Idem, pp. 109-110.

A “adesão”, nesse sentido, ganhava um colorido novo. Diferentemente de Palma Muniz, secretário do IHGPA, que “apostava no tom conciliador que o conceito de adesão traria para o ânimo de sua geração em resignificar a identidade nacional, dialogando com o regional”,⁸⁰ defendendo a tese segundo a qual a “adesão” teria ocorrido sem maiores traumas para a sociedade paraense, Jorge Hurley, com o apoio do historiador Augusto Meira, endossava a idéia de que ocorrera uma “guerra sangrenta” nos idos de 1823, no Pará, que se completará nos episódios que envolveram o “indignação e revolta”, que se espalhou por todo interior do Pará, gestada no íntimo dos índios e tapuios paraenses”, que explodem em fúria na Cabanagem, em 1835. A explicação para tanta violência empreendida pelos caboclos paraense nesse movimento era encontrada, por Hurley, no histórico desprezo e opressão a que foram submetidos os indígenas e seus descendentes desde o princípio da colonização portuguesa na Amazônia e que se tornaram mais explicitas durante as “guerras da independência”, da qual a morte por asfixia de mais de 250 “patriotas” nos porões do “Brigue Palhaço” era o maior exemplo.⁸¹

A história da “adesão” produzida por Ernesto Cruz terá a marca dessa legenda. O convívio com Jorge Hurley no mesmo ambiente cultural – IHGPA – o fará muito próximo dessa moderna interpretação da história política do Pará. Semelhante a Hurley, Ernesto Cruz era adepto de uma versão mais “popular” para a história da “adesão” do Pará ao império brasileiro – fruto da revolta dos caboclos paraenses contra a opressão do branco português - essa percepção da “verdade” histórica irá acompanhar todos os momentos de sua produção historiográfica. No que se refere a data da “adesão”, optou por considerar o dia 11 de agosto como o momento em que de fato ela ocorrera, pois foi quando, de fato, “estava vencida a luta que os paraenses travaram, com sacrifício de vidas, em prol da emancipação política da Província”.⁸²

Nas celebrações realizadas pelo IHGPA, do qual Ernesto Cruz fora presidente por mais de um mandato, referentes a “adesão” do Pará à Independência, o dia 11 de agosto era a data a ser lembrada. Foi assim, por exemplo, em 1964, quando o então Governador Jarbas Passarinho, fundamentado em Cruz, ressaltava que a “adesão à Independência se constituía o

⁸⁰ FIGUEIREDO, Op. Cit., 2001, P. 90.

⁸¹ FIGUEIREDO, 2003, p. 9.

⁸² CRUZ, Ernesto. “Adesão do Pará à Independência”. In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, ano 2, nºs 8 e 9, jul./dez. 1972, p. 82.

segundo drama da história do Pará”, em que fora “árdua a luta entre portugueses e brasileiros”.⁸³

Sempre que tinha oportunidade Ernesto Cruz procurava deixar claro que “o dia 15 de agosto recorda o do juramento à adesão” e não a adesão de fato, ocorrida dias antes.⁸⁴ Essa era a posição que defendia na polêmica travada com Clóvis Silva de Moraes Rêgo e Augusto Meira Filho no momento em que se discutia o calendário oficial dos festejos em honra ao Sesquicentenário da Adesão, em 1973. Uma contenda que, embora não refletisse uma animosidade entre os três intelectuais, refletiu que o consenso em torno de tais questões estava longe de existir completamente no meio cultural paraense. Para satisfazer a “gregos e troianos”, foi necessária a mediação do Governador Fernando Guilhon que, utilizando seu poder de coordenador geral dos eventos, determinou fossem os festejos realizados não em apenas um dia, como queria Clóvis de Moraes Rêgo e Augusto Meira Filho, mas que se estendessem do dia onze ao dia quinze de agosto.⁸⁵

Contudo, foi dado maior ênfase ao 15 de agosto, representando assim a vitória da data “festiva” sobre a data “popular”, pois era o caráter “conciliador” da “adesão” que deveria ser lembrado naquele ano. Não deixou de representar também, simbolicamente, a força que possuía a interpretação de João Palma Muniz nos meios intelectuais paraenses e entre os membros do CEC-PA. Não por acaso, em 1973, por proposição do presidente Clóvis Silva de Moraes Rêgo foram reeditadas as “teses” e outros artigos publicados por Palma Muniz nas páginas da Revista do IHGPa, em 1923, na ocasião em que se comemorava o Centenário da “adesão”.

Foi também o próprio presidente do Conselho quem fez a apresentação do livro, afirmando não crer,

“sinceramente, mais alto serviço possa prestar o Conselho Estadual de Cultura do Pará, na presente conjuntura, do que fazer renascer, nas páginas desta obra, o farto subsídio que entesourou, propiciando-lhe o acesso aos estudiosos em geral, e, em particular, às novas gerações que ora se afirmam no ingente esforço de levar a cabo o desenvolvimento

⁸³ REVISTA DE CULTURA DO PARÁ. Belém, ano 2, n°s 8 e 9, jul./dez. 1972, p. 108.

⁸⁴ CRUZ, Op Cit. p. 83.

⁸⁵ *Folha do Norte*, 5 de agosto de 1973, Informe HG.

regional, sem deslembrar, em termos de grandeza, o que de significativo possuímos e de que nos orgulhamos perante a História”.⁸⁶

O CEC-PA, ao trazer a lume essa publicação, ouvindo a proposição do seu presidente, perenizava as teses de Palma Muniz, cujos “tesouros” que suas páginas enfeixavam seriam ainda úteis para ensinar as “novas gerações”. Nesse sentido, chama atenção nessa apresentação a alusão feita à “conjuntura” e ao “desenvolvimento regional”. Se no passado, Palma Muniz apostara “no tom conciliador que o conceito de adesão traria para o ânimo de sua geração em resignificar a identidade nacional, dialogando com o regional”,⁸⁷ em 1973, esses objetivos não estavam distantes dos membros do CEC-PA, no momento em que os olhares do governo federal e investidores voltavam-se para a região amazônica, como espaço a ser ocupado e racionalmente explorado para o sucesso do esforço da integração e do desenvolvimento nacionais.

1.4. Entre visitas, danças, inaugurações e palestras: outros caminhos das comemorações.

Os festejos prosseguiram no dia treze com a visita das autoridades e convidados à exposição realizada na Biblioteca e Arquivo Público, seguida do lançamento de livros editados e reeditados pelo Governo do Estado do Pará.⁸⁸ Ocorreu ainda a inauguração da exposição de pintura do pintor e crítico de arte Quirino Campofiorito, paraense radicado no Rio de Janeiro, na galeria Ângelus do Teatro da Paz. Aberta a exposição, cuja fita simbólica foi cortada pela princesa Maria Cristina, o presidente do Conselho de Cultura.

Clóvis de Moraes Rêgo, não poupou palavras para exaltar a figura “ilustre e infatigável” desse “apóstolo do belo”, pessoa de notória projeção na história da arte no Brasil,

⁸⁶ MORAIS RÊGO, Clóvis Silva. “Apresentação”. In: MUNIZ, Op. Cit. 1973.

⁸⁷ FIGUEIREDO, Op. Cit. p. 90.

⁸⁸ Programa das Comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência. Os livros foram: *História do Pará*, em 2 volumes, de Ernesto Cruz; *O bi-secular Palácio de Landi*, de Augusto Meira Filho; *Contribuição à história de Belém*, de Augusto Meira Filho; *O riso faz bom sangue*, do Prof. José Maria Hesketh Conduru; *Apontamentos para a história do Instituto de Educação do Pará*, do Prof. Altamir Souza; *Batuques de Belém*, de Pedro Tupinambá; *Pajelança da Vigia*, de José Pires de Moraes Rego Júnior; e *Tupaiulândia: história de Santarém*, de Paulo Rodrigues dos Santos.

cujo acervo “condensa excelente trabalho: painéis gráficos, nus, naturezas mortas, paisagens, composições, homenagens”. Naquele momento, o artista fazia um “retorno sentimental” a sua terra natal, motivo de “desvanecimento, de fraternal acolhida e de respeitoso interesse” do público que visitara a exposição.⁸⁹ Ela era uma *síntese retrospectivas* das obras de Quirino Campofiorito, produzidas entre os anos de 1932 e 1973, cuja primeira edição fora realizada no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, no mês de março daquele ano, durante as comemorações dos quatrocentos anos da cidade de Niterói.

Campofiorito era figura conhecida nos meios artísticos e intelectuais no Brasil, principalmente, no Rio de Janeiro, onde se radicara. Como crítico, assinou uma coleção de cinco volumes sobre a “História da Pintura Brasileira no Século XIX”, publicada em 1983. Foi o resultado de uma exposição do mesmo nome realizada de maio a junho daquele ano, no Rio de Janeiro. Curiosamente, como ocorrera com outros professores universitários, em 1969 Campofiorito fora aposentado compulsoriamente como representante da Escola Nacional de Belas Artes (Enba) junto ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por força do Ato Institucional nº 5.⁹⁰ Sua presença em Belém, talvez estivesse relacionada a sua amizade pessoal com o presidente do Conselho de Cultura e demais conselheiros, como também, ao prestígio adquirido ao longo de tantos anos como pintor e crítico de arte, de reconhecimento nacional na época, mas ignorado nos nossos dias.⁹¹

No dia quatorze, a comitiva visitou o prédio do Instituto Histórico e Geográfico, onde fora inaugurada a sala “15 de Agosto”, em homenagem a Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará, fundador da Sociedade Beneficente 15 de Agosto, na segunda metade do século XIX. Na Feira de Artesanato do Instituto de Desenvolvimento do Pará (IDESP) e no Bosque Rodrigues Alves aconteceu algo raro, que poucas vezes se viu nas cerimônias.

Refiro-me à presença do “povo” nesses dois locais que, embora tímida, era representado pelos estudantes das escolas públicas estaduais e municipais, devidamente selecionados para o evento, pelo artesão que, em seu nome e de seus pares, presenteou os visitantes com peças em cerâmica confeccionadas por eles durante a feira realizada no IDESP,

⁸⁹ Alguns quadros dessa exposição foram reproduzidos na Revista de Cultura do Pará. Belém: Conselho Estadual de Cultura, Ano 3, nºs 12 e 13, jul./dez. 1973, pp. 192-204.

⁹⁰ Os biógrafos de Quirino Campofiorito não mencionam as razões desse afastamento. Cf. Ítalo Campofiorito, no site www.itaucultural.org.br/AplicExternas/Enciclopedia/artesvisuais2003, capturado em 15/08/2005.

⁹¹ Pouco se sabe em Belém sobre Quirino Campofiorito, mas em Niterói, onde se radicou, existe um museu em sua homenagem, no qual está guardada parte de sua produção.

ou ainda pelos dançarinos e músicos do Grupo Folclórico do Pará e do grupo de dança do colégio estadual Augusto Meira, que exibiram números de danças típicas da região – siriá, lundu e carimbó – sob os olhares atentos dos integrantes da comitiva.

Os jornais circularam no dia seguinte com páginas inteiras dedicadas aos eventos, destacando sempre o entusiasmo dos convidados, principalmente, Pedro Calmon e o príncipe, naquela ocasião. Não deixaram escapar que Calmon não se conteve e “executou alguns trechos de música e dançou com uma das estudantes”, enquanto que o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança que, embora tivesse ficado encantado com aquela festa, “se limitou a bater palmas acompanhando o ritmo” das músicas. O presidente do CEC-PA, Clóvis de Moraes Rego, foi também ousado e “fez convite para a dança e tomou iniciativa”.⁹²

Momento antes, na sede do IHGPA, Pedro Calmon havia proferido a palestra *A presença do Pará na formação brasileira*, em que Belém e São Paulo aparecem como “os núcleos pioneiros” da expansão territorial portuguesa na América. Enquanto que São Paulo fora empurrado pela ação do “bandeirante”, Belém contou com a investida do “canoeiro”, segundo Calmon, também um bandeirante, das águas, cujas atitudes bravias contribuíram para a formação do Brasil continente. Nesse sentido, Belém significou para o norte o que São Paulo significou para o sul nesse processo, ou seja, a porta de entrada para a conquista e integridade do vasto território brasileiro.

Se coube ao indivíduo português anexar o extenso território localizado a baixo da linha do equador, coberto por uma densa camada de floresta tropical, que se estendia do litoral ao sertão, ao homem luso-brasileiro estava reservada a missão não menos importante da conquista do sertão, principalmente, pelas mãos dos bandeirantes, cuja mística era evocada naquele momento por Pedro Calmon.

A constituição dessa imagem remonta às primeiras décadas do século XX, principalmente, como resultado dos debates que buscavam conferir ao Rio de Janeiro, então capital federal, e a São Paulo, que se projetava como o principal centro industrial do país, a condição de “cabeça da nação”.⁹³ Debate este que tomou conta das páginas dos jornais nas duas cidades, e que levaram as partes a recorrer ao material histórico disponível –

⁹² *Folha do Norte, A Província do Pará e O Liberal*, dia 15 de agosto de 1973.

⁹³ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV-CPDOC, 1992, 79-114.

principalmente, os documentos oficiais guardados nos arquivos municipais -, visando dar veracidade às suas versões. O passado vinha a público através dos jornais cariocas e paulistas ou através de artigos fartamente documentados nas revistas de história, em especial as do IHGB. Essa batalha em torno da formação da verdadeira biografia da nação brasileira – ou seja, da história em que a nação é tida como sujeito, um sujeito coletivo demasiado geral, através do qual se forjavam as identidades individuais, na medida em que cada indivíduo deveria reconhecer-se como parte integrante dessa coletividade -, tem sua visibilidade mais clara durante as comemorações do centenário da independência, em 1922.

Como disciplina que “estuda o passado”, a História ganhou destaque nos meios intelectuais, levando jornalistas, pintores, escritores e políticos profissionais a ela se dedicarem. Parecia se confirmar aí um dos paradoxos – ou ambigüidade -, do moderno segundo Jacques Le Goff, pois “à beira do abismo do presente [o moderno] volta-se para o passado (...) este período, que se diz e quer totalmente novo, deixa-se obcecar pelo passado: memória e história”, podendo-se, então, correr o risco de “cair no tradicionalismo ‘por excesso de modernidade.’”⁹⁴

A noção de São Paulo como “cabeça da nação” legitima-se principalmente através das penas dos modernistas paulistas. Na avaliação de Mário de Andrade, autor de *Paulicéia Desvairada*, a primazia do movimento em São Paulo deveu-se ao fato da cidade “espiritualmente muito mais moderna”, ao contrário do Rio de Janeiro em que o “atraso cultural, o exotismo folclórico do samba, a falta de um ‘espírito aristocrático”, colocavam obstáculos para a eclosão de um movimento de tamanha envergadura.⁹⁵ O Rio de Janeiro, como anti-nação, era tido por eles como uma “cidade contemplativa cercada de montanhas, olhando o mar, com uma natureza luxuriante” e com uma composição social que trazia em si impressas as marcas do seu próprio atraso, um “povo racialmente predisposto à indisciplina e à irresponsabilidade, e pouco afeito aos empreendimentos de risco”⁹⁶

⁹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992, 198. É a esse paradoxo, como veremos no capítulo seguinte, que o sociólogo Marcelo Ridenti dá o nome “modernização conservadora” quando analisa a questão cultural no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, na qual a história também ganha lugar de destaque nas utopias de construção do Brasil do futuro. RIDENTI pp. 133-166.

⁹⁵ Idem, p. 84-85.

⁹⁶ Idem, p. 98.

A mistura étnica predominante na Capital Federal, composta do negro e do português, era portadora dos elementos desse atraso, quer pela tradição escravista fortemente arraigada no seio da sociedade carioca, quer pelo sempre presente monopólio colonial português nos negócios da cidade, contrastando, assim, com a cidade de São Paulo, mestiça, herdeira do “espírito empreendedor do bandeirante” e da integração criativa dos imigrantes europeus que, desde o final do século XIX, contribuíram positivamente para o aperfeiçoamento da sociedade paulistana – povo síntese da identidade brasileira.⁹⁷

O bandeirante constituía-se no principal personagem da biografia da nação construída a partir dos intelectuais paulistas. Sendo caracterizado como um indivíduo apegado ao trabalho ordeiro, disciplinado e determinado a conquistar léguas longínquas de sertão a dentro através de sua ação pragmática e abnegada, que, saído de São Vicente – de onde se originou o estado de São Paulo -, fora o grande responsável pela conquista da quase totalidade do território brasileiro. Na década de 1930, durante do governo de Getúlio Vargas, essa imagem foi fartamente utilizada na ideologia estado-novista associando “o desenvolvimento industrial” ao “caráter ‘bandeirante’ do operário paulista,” trabalhador e disciplinado “por natureza”,⁹⁸ síntese do trabalhador brasileiro.

Essa imagem positivada do bandeirante e de São Paulo, como sendo os pontos originários da nacionalidade e da nação brasileira, respectivamente, viria a ser consagrada no filme *Os Bandeirantes*, de Humberto Mauro, produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão criado em 1937 pelo governo de Getúlio Vargas. Analisando essa película, o historiador Eduardo Victorio Morettin, anotou que num dos blocos narrativos, o locutor expõe resumidamente a história da nossa colonização, balizada pelos anos de 1494 (Tratado de Tordesilhas) e 1554 (surgimento da vila de São Paulo), tendo em primeiro plano os retratos de *D. João III*, *de Martim Afonso de Sousa*, *de João Ramalho* [Imagem 4] e *de Tibiriçá* [Imagem 5]. A fundação da vila de São Paulo do Campo de Piratininga representou, nas palavras do locutor, “o núcleo inicial da civilização do ocidente nas terras do sul do Brasil.”⁹⁹

⁹⁷ Idem. p. 98.

⁹⁸ Idem, p. 95.

⁹⁹ MORETTIN, Eduardo Victorio. “Quadros em movimento: o uso das fontes iconográficas no filme *Os Bandeirantes* (1940), de Humberto Mauro.” In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Vol. 18 n.º 35, São Paulo, 1998.

Os “heróis” do quinhentismo paulista foram, assim, entregues à devoção cívica nacional. Se João Ramalho era considerado o “patriarca dos bandeirantes”, à Tibiriçá devemos a defesa da terra contra o ataque dos tamoios invasores e hostis. Ainda de acordo com o narrador do filme, esses personagens não só foram importantes como protetores do território paulista, como também representaram “o ponto de origem da ‘raça’: o colono (João Ramalho) aparece com um dos seus filhos, um mameluco, neto de Tibiriçá.”¹⁰⁰ Nessa releitura das origens nacionais, a cidade de São Paulo foi elevada à condição de berço da nação e da nacionalidade brasileira.



4. João Ramalho, Pintura a óleo de Wash Rodrigues. Museu Paulista. São



5. Tibiriçá, Pintura a óleo de Wash Rodrigues, Museu Paulista, São Paulo/SP.

São Paulo, então, saiu-se vitoriosa nas “batalhas da memória” travada com o Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, cuja imagem de pioneira havia fincado raízes profundas na memória histórica nacional. E como se pode observar no discurso de Pedro Calmon, em 1973, que originou essa digressão, ela estava longe de ser uma mera ficção do passado ou uma construção arbitrária da sensibilidade dos modernistas paulistanos.¹⁰¹ Era de tudo e em tudo história. E a receptividade desse discurso nos órgãos da imprensa local, reflete

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ A mística do bandeirante também foi acionada pelos governos militares colocando em prática a chamada Operação Bandeirante – Oban, que, não coincidentemente, partira de São Paulo e se constituía em uma célula repressora do regime pós-68, que visava integrar as forças policiais, civil e militar, dos Estados ao comando do

o grau de legitimidade dessa versão oficial da história do Brasil nos meios intelectuais, merecendo aplausos tanto dos articulistas dos jornais como do “grande número de autoridades e membros do CEC e de outros órgãos, além dos convidados” que compareceram ao auditório do Conselho para assisti-lo.¹⁰²

Parece estar evidente o por quê do recurso à mística do bandeirante desbravador no discurso de Pedro Calmon, em 1973. Na década de 1970, com o início da abertura da rodovia Transamazônica, as reformas e ampliação da Rodovia Belém/Brasília e a preocupação com a construção de canais rodoviários que interligassem as diversas regiões do país, e a necessidade de “definitivamente” promover a integração física, econômica e culturalmente a Amazônia ao Brasil, aquela era uma ocasião oportuna para reforçar o espírito “bandeirante” do povo e do Estado brasileiro, no momento em que a Amazônia era palco das intervenções federais tendo em vista o desenvolvimento regional.

O caráter conciliador e integracionista foram a tônica das comemorações do Sesquicentenário, que teve seu epicentro no dia 15 de agosto. Além dos eventos já mencionados, outros dois encerraram os festejos: uma sessão especial do CEC-PA no Teatro da Paz e uma luxuosa recepção na boate da Assembléia Paraense, oferecida pelo Governador Fernando Guilhon e a primeira dama do estado Norma Guilhon às autoridades e convidados. Voltaremos a eles mais adiante. Por ora é importante lembrar ao leitor que, embora o calendário oficial das comemorações tivesse iniciado no dia onze e encerrado no dia quinze, a mobilização em torno do sesquicentenário da “adesão”, contudo, começou muito antes, no início de 1971, com a proposição do Conselheiro José da Silveira Neto e se prolongou em 1972, durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência, no final de 1972, quando o CEC-PA aprovou, e o governo estadual avalizou, proposição do conselheiro Otávio Mendonça para que as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil fossem estendidas até 15 de agosto de 1973. Essa decisão teve o assentimento do CFC, que aprovou a proposta de iniciativa do conselheiro Pedro Calmon para que aquele sodalício não só aplaudisse como também considerasse “parte de suas atribuições patrocinar a iniciativa do CEC do Pará”.¹⁰³

Exército. Segundo Gaspari, ela era uma “anomalia na estrutura militar convencional”. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 60.

¹⁰² *O Liberal*, de 15 de agosto de 1973, p. 12.

¹⁰³ *Folha do Norte*, 25 de outubro de 1972.

No mês de outubro de 1972, os jornais de Belém noticiaram a boa nova. Os membros do CEC não mediram esforços no sentido de tornarem viável a realização de tão grandiosa tarefa. Estavam ainda sob os efeitos comoventes provocados pela “corrente de civismo” que havia varrido os quatro cantos do país, de abril a setembro daquele ano, durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência.

2. 1972: O Sesquicentenário da Independência

A importância do Sesquicentenário, tanto para os membros do CEC-PA como para o CFC, pode ser traduzida pela preocupação antecipada com a organização dos festejos. Na abertura dos trabalhos do CEC-PA, no dia 5 de janeiro de 1971, o conselheiro José Rodrigues da Silveira Neto chamou a atenção de seus pares para três efemérides que deveriam ser “cultuadas” por aquela Casa, entre as quais destacou o Sesquicentenário da Independência que seria celebrada no ano seguinte, uma vez que para ele:

“A evolução da nossa Pátria nestes 150 anos em todos os ângulos que se queira olhar e medir merece, de todos nós, acentuado empenho em se divulgar e não haverá melhor data que a celebração de século e meio de caminhada segura e firme, apesar de numerosos tropeços, na senda da ciência, das letras, das artes, da política, da educação, da economia e dos mais ramos do saber humano trilhado pelo povo altivo que dado a conhecer em 150 ao mundo civilizado, se tornou a partir do Grito do Ipiranga, Nação soberana e independente.”¹⁰⁴

Merece atenção especial o estudo de semelhante documento, na medida em que o discurso nele impresso, enquanto expressão de uma prática social, nada possuindo de neutro, inocente ou natural, constitui-se em um caminho fecundo para a compreensão do sentido e dos significados que seus enunciados carregam, inseridos que estavam num espaço/tempo determinado – o Pará do início da década de 1970.

¹⁰⁴ Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura do Pará, realizada em 5 de janeiro de 1971. In: ANAIS, 1971. As outras duas datas a merecerem a atenção dos conselheiros seriam o centenário de falecimento de Castro Alves e o centenário de nascimento de Oswaldo Cruz.

José Rodrigues da Silveira Neto era médico, reitor da UFP, em seu segundo mandato, quando recebeu o convite do então governador Alacid Nunes para compor o quadro dos membros do CEC-PA, em 1968. Antes fora vice e diretor da antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, no período de 1951 a 1960, de lá saindo para responder pela reitoria da UFP. Dessa forma, sempre teve boa inserção nos meios acadêmicos e intelectuais no Pará, o que lhe conferiu uma vaga no CEC-PA, o que atesta também sua boa relação pessoal com o governador do estado, uma vez que esse cargo era preenchido por indicação direta do executivo estadual.

Sua proximidade e o grau de legitimidade que conferia ao regime civil-militar instalado em 1964 podem também ser percebidos no excerto acima. A importância do sesquicentenário não se restringia em reverenciar unicamente o ato fundador da nação brasileira, cujo significado histórico por si só já estava garantido como ponto de partida para a inserção do Brasil no “mundo civilizado”. Mas mais que isso, era necessário dar ênfase ao progresso material e cultural alcançado pelo país nos últimos cento e cinquenta anos, em todos os níveis possíveis - “da ciência, das letras, das artes, da política, da educação, da economia e dos mais ramos do saber humano” -, deixando transparecer a visão da história oficial.

Não é difícil perceber que esse processo evolutivo desembocasse no próprio momento histórico no qual José da Silveira Netto se inseria. Em termos políticos, como vimos anteriormente, a “revolução” teria conseguido garantir a ordem e o necessário equilíbrio “democrático” - pelo menos era o que pensavam os governos militares e seus apoiadores civis -, mesmo que para isso tivesse que se utilizar a força, fazendo valer a velha máxima maquiavélica de que “os fins justificam os meios.” Jarbas Passarinho, um dos principais representantes do regime no Pará, por exemplo, correligionário de José da Silveira Netto, disse ter jogado “às favas” os seus princípios democráticos por circunstâncias da imperiosa necessidade de manutenção da ordem.¹⁰⁵

Em dezembro de 1998, quando os jornais locais lembravam os trinta anos da decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, que garantiu plenos poderes ao executivo federal

¹⁰⁵ A época do golpe civil-militar no Pará, José da Silveira Netto era Reitor da UPA e, seguindo a determinação do Ministério da Educação, assinou a Portaria nº 239/64, na qual incumbia o futuro Conselheiro Silvio Augusto de Bastos Meira de presidir a Comissão Especial de Investigação Sumária –CEIS, que promovia a “caça aos comunistas” no interior daquela instituição de ensino superior. GODINHO, Op. Cit. p. 52.

para agir em nome da “segurança nacional”, queixava-se o “ex-ministro, ex-governador e ex-senador” Jarbas Passarinho, que ninguém levava em conta as mortes dos soldados no período, cujas vidas foram ceifadas na “guerra suja” empreendida pelos “comunistas”.¹⁰⁶ Não se levava em conta também que “depois do AI-5, os governos militares venceram a luta armada, que as diversas facções comunistas haviam desencadeado (...) para implantar a ditadura comunista”, “nada disso se diz quando se analisa o AI-5 e a sua inevitabilidade ou não.”¹⁰⁷ Para Jarbas Passarinho a questão estava fechada: o golpe de 1964 e o “golpe dentro do golpe” de 1968, com a instituição do AI-5 foram extremamente necessários, pois melhor uma ditadura militar que uma “ditadura comunista.”¹⁰⁸

Essa versão do “golpe corretivo” parece ter se incrustado na memória histórica do país de tal forma que o jornalista Elio Gaspari não resistiu à tentação de reproduzi-la. Escreveu quatro livros que “cobrem” – o termo jornalístico aqui utilizado é apropriado – o período de 1964 a 1979, indo do golpe “militar” à revogação do AI-5. Gaspari valeu-se das suas boas relações com Geisel, Golbery e com o ex-secretário de ambos, Heitor Aquino Ferreira, que lhe garantiu o privilégio de receber vinte e cinco caixas com cerca de cinco mil documentos “intocados” do arquivo pessoal de Golbery e Heitor que estavam, não se sabe por que razão, armazenados na garagem do sítio de Golbery nos arredores de Brasília. Contou ainda com cerca de “trezentas horas de gravações de conversas soltas e audiências formais, feitas com a colaboração e a concordância expressa (escrita e gravada) de Geisel”.¹⁰⁹

Sobre o ano de 1964, Gaspari afirma que “havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial”,¹¹⁰ argumento este que se aproxima das queixas de Jarbas Passarinho e outros protagonistas do golpe civil-militar. Somado a isso, “a revolta dos marinheiros”, “o discurso de Jango no Automóvel Clube”, contribuíram para desestabilizar as Forças Armadas, abalando “a disciplina e a hierarquia” da organização militar, também davam um tom de justificativa ao golpe.

¹⁰⁶ *O Liberal*, 20 de dezembro de 1998, caderno Opinião.

¹⁰⁷ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁰⁸ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁰⁹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 14-15.

¹¹⁰ *Idem*, p. 51

Gaspari, é bom que se diga, não teve alguma preocupação historiográfica no trato de suas fontes. Dono de um indiscutível domínio da escrita jornalística, concatenando muito bem os fatos, provando seus argumentos com um farto conjunto de documentos escritos ou narrativas orais e fazendo breves ilações psicológicas de seus personagens, Gaspari permanece na superficialidade dos acontecimentos, não se preocupando em abordar os nexos mais profundos que nos ajudam a explicar as escolhas dos sujeitos que se movimentam em sua narrativa. João Goulart, por exemplo, é retratado como um político vacilante, medíocre, cuja “biografia raquítica fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional. Seus prazeres estavam na trama política e em pernas, de cavalos e de coristas,”¹¹¹ o que foi decisivo para a vitória dos “militares”.¹¹²

De fato, a “revolução” parecia se nutrir do grande medo que se abateu sobre as camadas conservadores da sociedade brasileira – militares, religiosos católicos, políticos da UDN, empresários -, de que estávamos muito próximos de tempos de desordem e de caos político e social, cristalizados pela “idéia de que a civilização *ocidental e cristã* estava ameaçada no Brasil pelo espectro do *comunismo ateu*”,¹¹³ que também tomou conta dos debates políticos. Moralidade política e religiosa novamente podem ser percebidas como dois lados de mesma moeda colocada no câmbio do jogo político, semelhante à retórica de D. Alberto Ramos, que vimos linhas atrás. Um clima de temor que contou ainda com a decisiva colaboração do “complexo IPES/IBAD”, através da promoção de cursos, palestras, seminários, além do auxílio financeiro a outras instituições que tivessem como objetivo promover a “cultura nacional” e, principalmente, programas de cunho anticomunistas.¹¹⁴

¹¹¹ Idem, p. 46.

¹¹² Para uma crítica a essa visão oficial da história. Cf. FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 343-404. Em que recorre ao que chama de “método histórico, reconstituindo as identidades e os interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, bem como as lutas políticas e conflitos sociais que eles patrocinaram.” Ele observa que, se de um lado Goulart estava isolado devido as divergências com as esquerdas que lhe davam sustentação, por outro lado, não havia um projeto militar para o país em 1964, “não havia um projeto a *favor* de algo, mas *contra*”. Contra a emergência e a mobilização da classe trabalhadora urbana e rural, contra o movimento estudantil e contra as esquerdas associadas em agremiações partidárias que, cada um a seu modo, se empenhavam na luta pelas reformas de base.

¹¹³ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 27.

¹¹⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 281-360.

Por outro lado, se a “revolução” conseguiu neutralizar a ação de seus opositores, ela também havia proporcionado índices surpreendentes de crescimento econômico para o país, em um curto espaço de tempo, que, em 1971, contribuiu para garantir em alta as apostas em torno do futuro do país, dando a impressão de que o sonho da construção de um “Brasil Grande Potência” estava prestes a se tornar realidade. Os números impressionam: nas taxas de crescimento verificou-se um salto de 1%, em 1963, para 10%, em 1968, e 14%, em 1973,¹¹⁵ cifras estas que sequer em sonhos poderiam ser projetadas pelo mais otimista entre os economistas ou Ministros da Fazenda nos últimos vinte anos - os números atuais giram em torno de três a quatro por cento ao ano. Na ponta desse crescimento encontra-se o setor industrial, registrando taxas de 14% ao ano, com destaque para a indústria automobilística, que chegou a marca dos 25,5% ao ano, e a de eletroeletrônicos, com seus 28% ao ano.¹¹⁶

O governo de Garrastazu Médici, sempre identificado com um dos mais violentos, senão o mais violento, dentre os governos militares, soube instrumentalizar muito bem essas cifras em campanhas promovidas pela Agência Especial de Relações Públicas (AERP), tais como “Em tempo de construir” (1971), “Você constrói o Brasil” (1972) e “País que se transforma e se constrói”(1973). Títulos sugestivos que constantemente remetiam-se à idéia de que aqueles eram tempos de “transformação” e de “construção”, dando a impressão de que o desenvolvimento, o progresso material estava a um passo ao alcance das mãos, uma vez que “agora sim, estaríamos no rumo certo.”¹¹⁷ Segundo Carlos Fico, a propaganda do período teve um caráter visivelmente ufanista, visando “promover e estimular a ‘vontade coletiva’” com uma publicidade – filmes, cartazes, jornais e revistas -, que investisse na legitimação das próprias instituições militares, identificadas com o Brasil – esse sujeito coletivo que a tudo abarca e para o qual todas as atenções dos indivíduos deveriam estar voltadas.¹¹⁸

¹¹⁵ PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973).” In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 223.

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*.

¹¹⁷ FICO, Carlos, p. 122.

¹¹⁸ FICO, Op. Cit. pp. 130-131. O antropólogo Celso Castro ressaltou certa vez que “a integridade institucional do Exército foi (...) uma questão em aberto” e nesse processo “a definição da identidade do Exército também envolveu a adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos”, ocorrendo “a *invenção* do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira”. A luta contra a ameaça comunista e a manutenção da ordem das instituições democráticas eram sempre reivindicada para legitimar uma dada importância do papel dos militares no Brasil. CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, pp. 12-13.

A preocupação em “promover e estimular a *vontade coletiva*” revela, por outro lado, a visão que os governos militares e seus apoiadores civis tinham em relação a essa mesma coletividade. Se se pretende “promover e estimular” algo, presumivelmente, este algo não existe ou se encontrava imerso na apatia. Isso se explica, segundo Carlos Fico, porque “a propaganda política dos militares supunha um povo sem nenhuma, ou com pouca, ‘vontade coletiva’, daí a importância da propaganda no sentido de estimulá-lo a fazer parte da construção desse “novo” Brasil que estava sendo levada a efeito pelo governo federal. Este, por sua vez, assumiria a missão de “preparar o povo” brasileiro para os novos tempos. Campanhas como a do “Sujismundo” [Imagem 6], por exemplo, relacionavam-se entre as tantas outras que tinham como objetivo educar o povo brasileiro para o ingresso a um novo estágio de civilidade, conquistado pelo desenvolvimento acelerado do país, vivenciado naqueles anos de “milagre”.¹¹⁹



6. Sugismundo. *Revista Veja*, nº 215, 18/10/1972, p. 62.

Esse ambiente de euforia, de crença no desenvolvimento acelerado do país, rumo à constituição do “Brasil Grande Potência”, cujos resultados econômicos os tecnocratas do governo e a complexa rede de colaboradores civis não hesitavam em lançar mão nas suas aparições públicas, contou ainda com o clima de euforia pela conquista do campeonato

¹¹⁹ Idem, p. 134. O “Sujismundo” era o personagem de um desenho animado, representado por um “cidadão simpático, mas relaxado no que diz respeito à limpeza pessoal e, sobretudo, pública. Jogava papel no chão, poluía os ambientes – era um transtorno. Não agia de má fé, mas por desorientação”. Nessa ausência de orientação que se legitimava o papel dos militares.

mundial de futebol, em 1970, inspirando *slogans* como “Ninguém mais segura este país” e “Pra frente, Brasil”.

Somente quem vivenciou esse momento poderia minimamente dimensionar o impacto das campanhas por trás desses *slogans* em seus corações e mentes, que ainda hoje conseguem ativar as mais diversas lembranças em muita gente, mas podemos inferir - é o que nos cabe hoje fazer devido a distância de mais quarenta anos que nos separam daquela época -, que eles fincaram raízes no imaginário social brasileiro. É notória, por exemplo, para quem acompanha os programas esportivos na atualidade, a exaltação à “seleção canarinho” de 1970, reprisando cenas da decisão da copa do mundo de futebol realizado no México. Aos que assistem a esses programas de TV, quem nunca viu, uma vez ao menos, a cena em que Pelé faz o passe “genial” para o gol de Carlos Alberto Torres - o “Capitão do Tri”, como ainda hoje é conhecido -, contra a seleção italiana, selando a vitória de 4x1 do Brasil na final do campeonato mundial daquele ano?

As comemorações do Sesquicentenário da Independência, dessa forma, inspiraram e espiraram esses ares otimistas. Para o conselheiro José da Silveira Netto não haveria melhor oportunidade de se divulgar “a evolução da nossa Pátria nestes 150 anos em todos os ângulos que se queira olhar e medir”. O presidente do CFC, historiador Arthur Cezar Ferreira Reis foi mais longe, recomendando que para as comemorações do Sesquicentenário os Conselhos Estaduais, associados ao CFC, deveriam realizar “atos que provoquem a emoção cívica do País”.¹²⁰

Foi dentro desse clima de otimismo que, em 8 de outubro de 1971, o presidente Médici designou uma Comissão Nacional para programar e coordenar em âmbito nacional as comemorações do Sesquicentenário da Independência, que deveriam ser marcadas “pelo mais elevado espírito cívico e patriótico”.¹²¹ Essa comissão foi formada pelos Ministros da Justiça, da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Educação e Cultura e da Aeronáutica, pelos Chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência e pelos presidentes do IBHG, do CFC, da Liga de Defesa Nacional, da Associação Brasileira de Imprensa, da Associação

¹²⁰ Ata da Sessão Ordinário do Conselho Estadual de Cultura, de 4 de maio de 1971. In: ANAIS, 1971, p. 136.

¹²¹ Decreto nº 69.344, de 8 de outubro de 1971.

Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRATE).¹²²

Cabia à comissão manter entendimento com os poderes constituídos nos Estados da federação, para que fosse garantida a participação de “toda a Nação nas comemorações”.¹²³ Por isso deveriam ser constituídas Comissões Executivas em cada Estado para coordenar os festejos, na esfera local, dialogando com a Comissão Executiva Nacional. A importância do evento pode ser medida pela composição da Comissão Nacional, na qual se observa uma mobilização de setores diversos da administração pública federal sob a batuta do presidente da república. Constituíam-se uma prioridade de Estado brasileiro, que deveria ser minuciosamente planejada para que nada saísse errado.

O programa oficial das comemorações elaborado pela Comissão Executiva Nacional, veio a lume no início de 1972, editado pela Imprensa do Exército, no Rio de Janeiro, e distribuído para todos os Estados da federação. Ele previa o início dos festejos para o dia 21 de abril, com um “Encontro Cívico Nacional” em todo o território brasileiro e o encerramento para o dia 7 de setembro, com a “Apoteose da Independência”, um espetáculo de Som e Luz, denominado “Quatro Séculos de Brasil”, a ser realizado em São Paulo.¹²⁴ Em outro livreto, constava o que a Comissão Executiva Nacional pretendia com cada uma das principais celebrações agendadas.

Sobre o “Encontro Cívico Nacional”, com o qual se iniciariam as comemorações, o livreto esclarecia que ele deveria se constituir numa “reunião espiritual e física de todos os brasileiros”, em cada capital ou cidade brasileira.¹²⁵ Saudação do presidente da República, hasteamento da Bandeira Nacional, queima de fogos e atos religiosos faziam parte da programação, recomendando ainda que as emissoras de rádio e televisão fizessem “flashes” de diversos pontos do território nacional mostrando o sentido amplo de sua realização.¹²⁶ A notoriedade dos eventos programados para esse ano, em torno do sesquicentenário, era um dado fundamental para guardar no coração dos brasileiros a importância com que a data se revestia.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Programação Geral do Sesquicentenário da Independência, Comissão Executiva Nacional, 1972.

¹²⁵ Idem, “Encontro Cívico Nacional”.

Em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia 21 de abril, o presidente Emílio Garrastazu Médici abriu oficialmente a programação do Sesquicentenário da Independência, ressaltando o seu significado para os brasileiros. Para presidente e os organizadores do evento, as comemorações deveriam se constituir:

“um imenso encontro de brasileiros com o Brasil e dos brasileiros consigo mesmo (...) encontro da comunidade de todos os brasileiros, o encontro com a nossa consciência pátrica e com a nossa vocação de fraternidade e de paz.”¹²⁷

Nada mais emblemático que o tom desse discurso. As comemorações deveriam, acima e antes de tudo, proporcionar aos “brasileiros” a oportunidade de conhecer o “Brasil verdadeiro”, o “Brasil” no singular, materializado no seu território de dimensões continentais, nas riquezas industriais aqui produzidas e na potencialidade dos bens minerais, hídricos e vegetais que ainda se encontravam em estado natural, aguardando para serem explorados em benefício do seu desenvolvimento. O “Brasil”, nesse caso, seria dado a conhecer aos “brasileiros” pelo filtro dos projetos do governo federal, portador das luzes necessárias para fazer esse “gigante adormecido” acordar de uma vez por todas para o mundo civilizado e desenvolvido. Por esse motivo, advertia o presidente, não se tratava de um simples encontro de amigos em dia de festa, mas de uma verdadeira comunhão de “brasileiros solidários, não somente nas horas alegres, senão em todas as horas”, que seriam capazes de colocar acima de quaisquer interesses, “o interesse nacional”.¹²⁸ O discurso pintou com cores vivas a noção segundo a qual, para se alcançar o desenvolvimento, deveria haver baixas, sacrifícios em nome na coletividade.

As linhas do pronunciamento do presidente, nesse sentido, inserem-nas no processo de convencimento da sociedade brasileira, há algum tempo em curso, de que, desta vez, o Brasil caminhava no rumo certo, procurando com seus argumentos garantir a legitimidade necessária para por em prática os interesses de governo. Isso seria o resultado natural daquele “encontro”, pois, conhecendo o Brasil, os brasileiros conheceriam a si mesmos, na medida em que assumiriam também a sua verdadeira identidade, o que

¹²⁶ Idem, *Ibidem*.

¹²⁷ *A Província do Pará*, 23 de abril de 1972.

¹²⁸ Idem.

significava, para o presidente, a filiação “à realização dos programas nacionais de desenvolvimento e integração, ativando setores ociosos, eliminando desperdícios, recuperando o tempo, a energia e a riqueza malbaratados”.¹²⁹

O que fazer com aqueles brasileiros que faltarem a esse encontro? O *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que circulou pelas capitais brasileiras coladas nos vidros dos automóveis, indicava a solução a ser dada. Quem não se enquadrasse estava “convidado” a deixar o país ou fugir da repressão desencadeada desde 1964. O Ato Institucional n° 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, conferiu maior poder político ao executivo federal, restringindo os princípios democráticos dos cidadãos, para salvar o país da anarquia comunista, através da imperiosa adoção de “medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País.”¹³⁰ Suspensão dos direitos políticos por um prazo de dez anos, cassação de mandatos federais, estaduais e municipais, recesso no Congresso Nacional, foram as medidas restritivas utilizadas pelo governo para esse fim, ainda que, ironicamente, a “revolução” de 1964 tivesse sido “baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana”.¹³¹ Eram, portanto, sacrifícios necessários para o bem-estar e desenvolvimento da nação.

Correspondia ao que Carlos Fico denominou de “estratégia retórica”¹³² do regime civil-militar. Embora esteja se referindo à ação da agência de propaganda do regime – AERP -, ela também pode ser percebida nos discursos presidenciais e de muitos de seus colaboradores civis. Se, de um lado, os articulistas do regime precisavam afirmar valores “positivos”, “moralizantes”, “verdadeiros”, associados aos sujeitos que estavam à frente do governo, no intuito de salvaguardar a democracia, por outro lado, eles eram partes integrantes de um regime autoritário, em que as liberdades individuais e políticas foram esvaziadas e no qual a censura grassava em todos os meios de comunicação e de expressão artística e cultural. Como estratégia de controle social, o discurso dos indivíduos ligados à propagação da imagem do regime tinham que lidar com essa dupla dimensão de sua prática profissional.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Ato Institucional n° 5, decretado em 13 de dezembro de 1968. Preâmbulo.

¹³¹ Idem. Preâmbulo.

¹³² FICO, Op. Cit. p. 95.

Diante desses dois extremos, a saída encontrada, para o primeiro caso, foi apostar numa verdadeira propaganda política, com a divulgação dos feitos e “conquistas” do governo, e, em relação ao segundo, restava calar-se, lançando mão do frio e indiferente silêncio. As aparições públicas do poder serviam sempre como ocasiões oportunas para que fossem divulgados aqueles valores e princípios, tal qual ocorrera na abertura e ao longo das comemorações do Sesquicentenário.

Para o segundo caso, o silêncio. No mesmo mês de abril, por exemplo, enquanto o presidente discursava para milhões de pessoas, entre espectadores e telespectadores, o Exército Brasileiro realizava manobras de guerra no sudeste do Pará, de acordo com o “padrão Caxias”, nas primeiras campanhas de “cerco e aniquilamento” das forças guerrilheiras estabelecidas na região do Araguaia.¹³³ As operações militares na localidade se estenderam até dezembro de 1974 quando os últimos focos guerrilheiros foram definitivamente desbaratados e seus integrantes, em sua maioria, mortos.

Na verdade elas persistiram além dessa data. Até março de 1975, desenvolveu-se na região uma verdadeira “operação limpeza”, que tinha como objetivo “desenterrar os corpos dos guerrilheiros, transportá-los de helicópteros e enterrá-los em cemitérios clandestinos”, enquanto outros foram “incinerados com pneus velhos de carro e gasolina” na região sul da Serra das Andorinhas. A “fogueira de carne, ossos e borracha, que ardeu em labaredas imensas, fazendo uma fumaça escura e tão espessa que podia ser avistada a dezenas de quilômetros”, ainda fazia parte das lembranças de um dos oficiais encarregados da operação, quando relatou a história aos jornais paulistas em 1996.¹³⁴

Contudo, se alguém procurasse encontrar nos jornais da época a descrição de cena tão macabra ou qualquer menção sobre a movimentação de guerrilheiros na floresta Amazônica, ou em outras localidades do país, inclusive nos centros urbanos, ou mesmo das campanhas militares contra eles investidas, com certeza ficaria frustrado. Esse era tema raro, para não dizer inexistente, nos jornais, revistas e emissoras de TV, a não ser quando os

¹³³ Durbens Nascimento esclarece que o “sentido de *aniquilamento* pensado pelas Forças Armadas constitui na desestruturação dos núcleos de Guerrilha e a prisão de seus integrantes, com vistas a não deixar vestígios da sua existência”. NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: “paulistas” e “militares” na Amazônia*. Belém: Dissertação de Mestrado apresentada ao NAEA, 1999, p. 144. (mineo)

¹³⁴ Apud, DURBENS, p. 156.

guerrilheiros feitos prisioneiros eram obrigados a se dizerem arrependidos em rede nacional.¹³⁵

A estratégia do silêncio sobre esses episódios persiste até hoje, caracterizada pela demora da tão esperada abertura dos arquivos do regime, nos súbitos incêndios que reduziram a cinzas documentos importantes dos arquivos das Forças Armadas ou até mesmo, no caso específico da Guerrilha do Araguaia, quando oficiais e soldados do Exército, à paisana, continuam a monitorar moradores da região e ex-colaboradores, a partir da distribuição de alimentos, medicamentos e outros “benefícios”, para mantê-los calados.¹³⁶

A guerrilha estava, portanto, longe de ofuscar o brilho das comemorações do Sesquicentenário, principalmente, aquele momento que, sem dúvida, foi o mais desejado e esperado pelos organizadores dos eventos: o traslado dos restos mortais do D. Pedro I e sua peregrinação cívica por todas as regiões do Brasil. Ernesto Cruz era um dos mais entusiasmados com a idéia. Ele revelou o quanto ficara emocionado somente ao ouvir, ainda em 1971, “as palavras comoventes e sinceras” pronunciadas pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, “através da TV”, anunciando o traslado e a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I pelo país. Cruz disse não ter conseguido traduzir em palavras “simples ou eloqüentes” para sua esposa e netos o que sentira naquele momento, mas confessou: “tomei o meu lenço e enxuguei, com receio que me pilhassem em faltas, as lágrimas que, também, desceram dos meus olhos...”.¹³⁷

Na verdade, vieram somente as cinzas do Imperador para o Brasil, porque o seu coração permaneceu no panteão da família de Bragança, na cidade do Porto.¹³⁸ Naquele

¹³⁵ Uma “farsa grotesca”, conforme se queixou posteriormente um dos ex-dirigentes da Assessoria Especial de Relações Públicas do governo, Octávio Costa, fazia parte da “guerra psicológica” do regime contra as oposições. FICO, Op. Cit. p. 101.

¹³⁶ MICHAEL, Andréa. “Militares distribuem cestas básicas e práticas assistencialistas: pedem em troca silêncio”. In: *Folha de São Paulo*, 25 de julho de 2001.

¹³⁷ Portugal, em “A idéia da transladação dos despojos, das cinzas do Imperador D. Pedro I para o Brasil, no transcurso do sesquicentenário da Independência Nacional, em 1972, e a resposta dada pelo Presidente da República de Portugal o Sr. Américo Tomás, emocionaram-me”. CRUZ, Ernesto. “O coração de D. Pedro I”. In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, ano 2, nº 5, nov./dez. 1971, p. 71..

¹³⁸ Quando esteve realizando pesquisas nos arquivos portugueses, em 1957, Ernesto Cruz visitou, na cidade do Porto, a Igreja da Lapa, onde se encontrava a Urna que guarda “a preciosa relíquia”: o coração de D. Pedro I. Idem, p. 67.

momento, afirmava-se, simbolicamente, a comunhão entre a ditadura militar brasileira e a decadente ditadura salazarista portuguesa, entre a metrópole europeia com sua ex-colônia.¹³⁹

No início dos anos setenta, a situação política de Portugal não era das melhores. Passava por um período de crise devido à intensificação das guerras pela independência que abalavam o que ainda restava de seu império ultramarino, na África e na Ásia. As lutas tiveram início na década anterior, agravaram-se após morte de Antônio de Oliveira Salazar, em 1970, responsável pela instalação do “Estado Novo” português, inaugurado em 1933. Malgrado se apresentar como uma espécie de “primo pobre” no cenário europeu da época, Portugal orgulhava-se de seu império e, por esse motivo, esforçou em mantê-lo o quanto pôde, até sua queda definitiva em 1974, com a Guerra dos Cravos, na África.¹⁴⁰

O regime salazarista sempre se empenhou em conservar os heróis fundadores do império, buscando identificar-se com eles para garantir legitimidade política e social. No momento em que se iniciavam os conflitos pela libertação das colônias do ultramar, em Portugal o governo se empenhou em comemorar o aniversário da morte do Infante D. Henrique, elevado à condição de mito laico da nacionalidade portuguesa e apresentado à nação como um dos principais responsáveis pelos descobrimentos e pela difusão dos valores da civilização ocidental, tornando-o, assim, figura emblemática da “ação humana e cristã do gênio português”¹⁴¹ no mundo. Recorria-se, dessa forma, ao passado para que ele pudesse confirmar, no presente, o domínio português sobre vastos territórios africanos ou asiáticos, pelas mãos firmes do herdeiro de D. Henrique, personificado na imagem do próprio Salazar, defensor da nação e mantenedor do império para cuja formação, no passado, o verdadeiro D. Henrique havia dado uma contribuição decisiva.¹⁴²

¹³⁹ A ditadura salazarista tem início em 1933, com Antônio de Oliveira Salazar, a partir do estabelecimento do “Estado Novo” português, que irá se estender até 1974, quando cai diante da Guerra dos Cravos, em 25 de dezembro. PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁴⁰ Idem, pp. 68-83.

¹⁴¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico 5º centenário do descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 14.

¹⁴² Em uma conferência proferida no Grêmio Literário e Recreativo Português, em Belém, em 1964, na passagem do “Dia da Raça” português, Ernesto Cruz refletia essa idéia: “admiramos no excelentíssimo senhor Dr. Antônio de Oliveira Salazar, mestre de uma geração de obreiros tão inconfundíveis como aqueles que freqüentavam em Sagres, a Escola do Infante D. Henrique – a capacidade, o tino político, o espírito cívico, a preocupação constante de fazer da sua Pátria, um país que não dependa de nenhum outro, e mantenha na fronteira ideológica que professa, o respeito a que tem direito”. CRUZ, Ernesto. “Portugal”. Belém: Conferência Proferida em sessão solene comemorativa do “Dia da Raça”, realizada no Grêmio Literário Português, no dia 9 de junho de 1964.

O presidente português, Américo Thomaz, reproduziu essa noção quando veio ao Brasil, em 1972, entregar pessoalmente os restos mortais do primeiro imperador brasileiro e quarto de Portugal, ao referir-se à hesitação de seus antecessores em não atender aos pedidos anteriores do governo brasileiro em realizar esse traslado, em razão do “entranhado amor à sua posse, que existia igualmente no outro lado do Atlântico.”¹⁴³ Mas naquele início de década, as coisas eram diferente. As lutas pela independência nas colônias do ultramar, provavelmente, contribuíram para essa mudança de posicionamento do governo português em relação a D. Pedro, porque, se de um lado ele, no passado, contribuiu para fracionar o império português, alijando-o de uma das suas mais promissoras colônias, no presente, ele era “a simbiose perfeita de portugueses e de brasileiros”,¹⁴⁴ figura basilar da comunhão entre os dois povos, comunhão esta pretendida também em relação àquelas comunidades africanas e asiáticas que o estado português insistia em manter sob seu domínio.

Além de ser o baluarte da amizade entre Brasil e Portugal, para o governo brasileiro, mais do que isso, D. Pedro I fora o grande responsável pela unidade e integridade territorial do país. Após o “grito do Ipiranga”, ao contrario das colônias espanholas na América, que tiveram o seu território fragmentado em “republicuetas” instáveis e caudilhescas, a antiga colônia portuguesa manteve suas dimensões continentais; passo importante para o país que, então, se inaugurava conquistar a sua soberania e progresso nacionais. O “Brasil Grande Potência” teve em D. Pedro o seu primeiro e mais ilustre defensor e viabilizador.

Isso deveria ser lembrado aos brasileiros no ano do Sesquicentenário, num cenário político em que a necessidade de manutenção da unidade e da efetiva integração nacional estavam na ordem do dia. Era preciso que a população não só tomasse conhecimento disso, através de seus representantes, como também esse sentido emblemático da imagem de D. Pedro deveria ser experimentado e vivenciado por ela – talvez de forma semelhante a que tocou Ernesto Cruz -, a partir da sua participação nas comemorações. Esse era o objetivo da peregrinação dos despojos de D. Pedro I pelo país, em que simbolicamente o libertador ia ao encontro da nação que fundara e cujo território mantivera íntegro.

¹⁴³ *O Liberal*, 23 de abril de 1972. Esse jornal transcreveu os discursos dos presidentes do Brasil e de Portugal nessa cerimônia.

¹⁴⁴ *Idem*.

Luis Fernando Cerri observou que o “mórbido trajeto” da peregrinação tinha como objetivo traçar “uma linha de identificação e de unidade, como um fio que costurasse a integração das diversidades nacionais, ou contornasse simbolicamente o perímetro do território”.¹⁴⁵ A unidade e a integração nacionais conquistadas nos idos de 1822, através do ato histórico de D. Pedro I, precisavam ser mantidas e verdadeiramente efetivadas, em 1972, para o sucesso dos projetos de desenvolvimento nacional colocados em prática pelo governo federal.

Seguindo a orientação presidencial de fazer os brasileiros encontrarem o Brasil e a si próprios, a peregrinação também buscava a unificação da história das diversas regiões do país, através da incorporação da imagem de D. Pedro e da independência em suas histórias locais, como por exemplo, no Acre, cujo território não fazia parte do Brasil em 1822 e o nordeste, onde eclodiu a chamada Confederação do Equador em resposta à quebra do pacto federativo implicitamente estabelecido pelos representantes das provinciais, para o apoio à aclamação de D. Pedro, Imperador do Brasil, depois da dissolução da Assembléia Constituinte de 1823 e a outorga da Constituição de 1824, na qual o imperador tinha seu poder ampliado, com a criação do poder moderador.¹⁴⁶

O cortejo fúnebre, no entanto, teve seus críticos dentre os próprios organizadores da festa. O então diretor da AERP, Octávio Costa achava algo “oficialesco e sombrio” demais a transladação dos despojos de D. Pedro I e sua peregrinação pelo Brasil. Além disso, “pretendia centrar os festejos do Sesquicentenário da Independência na figura de Tiradentes”, chegando, inclusive a alertar o presidente sobre essa imprevidência, pois, além de se associar a decadente ditadura portuguesa, em crise naquele momento, não iria obter bons resultados, em termos de propaganda política de governo, uma vez que o máximo que esses festejos poderiam resultar era na aclamação de D. Pedro como herói nacional, *status* este que já possuía na memória histórica do país. A imagem de Tiradentes era mais significativa para Octávio Costa porque ela estava associada aos ideais de liberdade e igualdade republicanas, durante as lutas pela libertação nacional das mãos do despotismo português, do qual D. Pedro

¹⁴⁵ CERRI, Luis Fernando. “Espaço e nação na propaganda política do ‘milagre econômico’”. Disponível em: www.rhr.uepg.br/v5n2/cerri.htm

¹⁴⁶ Idem.

era herdeiro. Contudo, Octávio Costa foi voto vencido diante da “idiossincrasia de alguns militares e do próprio presidente.”¹⁴⁷

O que pesou para a derrota do argumento de Octávio Costa e da imagem de Tiradentes como o herói a ser lembrado no Sesquicentenário? Tiradentes já havia conquistado um lugar no panteão cívico nacional desde os primeiros anos da República. Sua imagem se sobrepôs a daqueles cujos nomes estiveram em evidência durante e após o 15 de novembro de 1889, como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Nenhum deles conseguiu catalisar as energias unificadoras necessárias para a consolidação do regime recém-instalado no Brasil. O primeiro, por expressar um “incerto republicanismo” e porque uma “figura tão identificada com o Exército [como Deodoro] dividia tanto quanto unia”; o segundo, “não era líder militar nem popular” e o terceiro, porque, “se não dividia civis e militares, dividia os militares (Exército contra Marinha) e os civis (jacobinos contra liberais).¹⁴⁸

A imagem de Tiradentes, que aos poucos ganhava destaque na literatura e na pintura do século XIX como um herói cívico que morrerá barbaramente sem ver concretizado os seus ideais – fora “esquartejado”, tendo as partes de seu corpo distribuídas pelos caminhos que antes percorrera, do Rio de Janeiro a Ouro Preto. Serviram para alimentar, segundo José Murilo de Carvalho, o “simbolismo do sangue do mártir” que, como “Cristo”, derramara seu sangue pela liberdade de sua terra e sua gente: “talvez esteja aí um dos principais segredos do êxito de Tiradentes”.¹⁴⁹ Essa imagem de herói da República era reivindicada por Octavio Costa, em 1972.

Tiradentes havia sido lembrado ao se estabelecer o dia 21 de abril como marco inicial dos festejos – data que se confundia com a do “descobrimento”. No entanto, como foi dito linhas atrás, não era o início da insatisfação republicana com a metrópole portuguesa que se pretendia fazer ver aos brasileiros no Sesquicentenário, mas sim o momento em que a independência se concretizara e junto com ela a própria unidade e integridade nacional que a partir daí se mantinha. Nesse caso, a imagem de Tiradentes não teria o mesmo efeito que a do herói libertador e fundador na nação, para os fins do governo.

¹⁴⁷ FICO, Op. Cit. p 64.

¹⁴⁸ CARVALHO, Op. Cit. 56.

¹⁴⁹ Idem, p. 68.

Por onde passou a peregrinação “cívica”, foram promovidas cerimônias cívicas de forte conteúdo simbólico para uma vez mais aclamar D. Pedro I. Em Salvador, por exemplo, os restos mortais do primeiro imperador do Brasil iriam seguir em cortejo por toda a extensão da orla marítima, onde se encontravam estudantes acenando com bandeiras do Brasil e de Portugal. Depois passou do tanque do Exército para o carro do Caboclo – “uma carreta que carrega anualmente pelas ruas da cidade, no dia 2 de julho que simboliza a participação do Caboclo na luta pela independência”¹⁵⁰-, simbolizando aí a reverência popular à imagem de D. Pedro.

No Pará a Comissão Executiva Estadual¹⁵¹ ultimou os preparativos para recepcionar o imperador brasileiro em junho de 1972, quando fora definida a programação para o evento. Os restos mortais de D. Pedro I chegaram a Belém, no dia 15 de julho, vindos de São Luis, no Maranhão, e foram recebidos com honraria de Chefe de Estado. Conforme previa a programação oficial, foi grande o número de estudantes devidamente uniformizados com bandeiras do Brasil e de Portugal para recepcionar o Imperador. As escolas selecionaram alguns alunos para os eventos. [Imagem 7]



7. Crianças com bandeiras do Brasil, saudando a passagem dos restos mortais de D.

¹⁵⁰ *Folha do Norte*, Belém, 16 de julho de 1972. *O Liberal*, 16 de julho de 1972.

¹⁵¹ Decreto n° 7864, de 6 de março de 1972. Pelo decreto a Comissão era presidida pelo próprio Governador do Estado, e sua composição seguiu a rotina da Comissão Executiva Nacional, com a participação de representantes dos três poderes, comandantes das Forças Armadas, estacionadas no Pará, secretários de governo, além de representantes do IHGPa, do CEC, da Liga de Defesa Nacional, da Fundação Cultural e da Comunidade Luso-Brasileira no Pará. Esse decreto foi publicado nos jornais locais. Cf. *O Liberal*, 9 de março de 1972.

A urna funerária seguiu em um “coche imperial” especialmente preparado para a ocasião, puxado por “três belos exemplares eqüinos” vindos de São Paulo, conduzido por três soldados, um de cada arma,¹⁵² em direção ao Palácio “Lauro Sodré”, onde ficou exposto à visitação pública [Imagem 8]. Poucas pessoas, destacavam os jornais, encontravam-se em frente da sede do executivo estadual quando da chegada da urna imperial, o que se justificava, segundo um periódico, por ser “mês de férias e grande parte da população” encontrar-se nos balneários.¹⁵³

A execução do hino nacional, do Pará e do sesquicentenário marcou os festejos, além dos pronunciamentos das autoridades e convidados, nos quais era reafirmada a irmandade entre Brasil e Portugal e a identidade de D. Pedro como defensor e libertador da nação brasileira. Foi ele, segundo salientou o Governador do Estado em seu poético discurso, que nos “jogou, brasileiros, adultos e intementes, à face da história”,¹⁵⁴ propiciando ao Brasil fazer parte da comunhão das nações soberanas. Do Pará, o cortejo seguiu no dia dezanove para o território federal do Amapá, conforme previsto na programação.



¹⁵² *Folha do Norte*, 16 de julho de 1972, 1º Caderno, p. 8.

¹⁵³ *Folha do Norte*, 16 de julho de 1972, 1º Caderno, p. 8.

¹⁵⁴ *O Liberal*, 16 de julho de 1972, 1º Caderno, p. 8.

em” para saber

Malgrado o ceticismo, como vimos, de Octávio Costa em relação ao repatriamento e à peregrinação de D. Pedro pelo Brasil, os festejos foram coroados de sucesso, por todos os lugares por onde passou. Pelo tom sentimental com o qual os discursos eram pronunciados, eles devem ter feito outras pessoas irem às lágrimas, como, provavelmente, acontecera com Ernesto Cruz. Encerrou em setembro com “muita gente aplaudindo Médici, bandeiras enfeitando as casas, carros decorados de verde e amarelo, vendedores de recordações cívicas – como uns monóculos com a fotografia de D. Pedro I”.¹⁵⁵ em honra a nossa libertação nacional.

Mas, a Independência do Brasil - pelo menos o sentido dado a ela nas comemorações do Sesquicentenário - não estava totalmente completa em 1822. Em outras palavras, a unidade e integridade nacionais que a data simbolicamente ensejava, precisaram ainda ser conquistadas após o 7 de Setembro e somente se concretizaram, na interpretação da época, quase um ano depois com a “adesão” do Pará à Independência. Dentro desse espírito de congraçamento, de encontro dos brasileiros com o Brasil “verdadeiro” e consigo mesmo, podemos inserir as comemorações do sesquicentenário e seu prolongamento até o dia 15 de agosto de 1973, tendo em vista que a “adesão” correspondeu ao último elo a ser fechado para a consumação da nossa independência. Mas, uma constatação desalentava os membros do CEC-PA, que se empenharam em fazer ver ao CFC a importância do *15 de Agosto*, não só para a história regional, como nacional: a ausência de estudos sobre a história da adesão na historiografia sobre a independência.

3. Nas histórias da Independência, uma ausência

¹⁵⁵ FICO, pp. 63-65.

Um dos eventos que recebeu atenção especial dos integrantes do CEC-PA,¹⁵⁶ e destinado à suprir a carência antes verificada, foi a realização de um concurso nacional de monografias sobre a “Adesão”, a partir da aprovação da Resolução nº03, de 17 de novembro 1972. Ela estabelecia as regras para a realização do concurso. Segundo os termos da resolução, os trabalhos apresentados para avaliação deveriam ser de nível superior e ter um “caráter preponderantemente de pesquisa, interpretação, ou ambos, tendo por objetivo fatos ou personalidades que mereçam destaque na História do Pará dentro do período compreendido entre 1820 e 1823.”¹⁵⁷

Como em toda comemoração de datas cívicas, a história ganhou destaque nos jornais e nos discursos de presidentes, governadores e demais autoridades convidadas tanto para os eventos nacionais como estaduais em comemoração ao Sesquicentenário. O passado foi em diversos momentos revisitado, através de diversos caminhos nesse período, dependendo dos interesses presentes, também diversos de seus visitantes. Os atos e a personalidade de D. Pedro I foram temas centrais nessas comemorações, malgrado alguns críticos, semelhante a Octávio Costa, que tentavam desviar a atenção para um outro foco, para outra história. Constatava-se que, na historiografia sobre o período, havia um incômodo silêncio em relação à história do Pará e da Amazônia – silêncio que ainda hoje se observa em livros didático ou “técnicos”.

Na década cada de 1960 e 1970, as análises históricas sobre a independência ganharam formas, dimensões, sentidos e significados diversos, mas os historiadores concentraram o foco nos episódios e fenômenos sociais, econômicos e políticos ocorridos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, negligenciando o estudo de outros espaços e outros sujeitos.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Criado pela lei nº 4.073, de 30.12.67 e instaurado no final de 1968, tinha a função de normatizar as atividades culturais do Governo Estadual, dialogando com o Conselho Federal de Cultura. Na época tinha como presidente, o professor Clovis Silva de Moraes Rêgo.

¹⁵⁷ Resolução nº 01, de 20 de fevereiro de 1973, Artigo 2º. Ementa: *Institui concurso de monografias sobre a Adesão do Pará à Independência do Brasil*. Essa Resolução realizou modificações parciais à de nº 03, de 17 de novembro de 1972, apenas no seu Artigo 14º, em decorrência da participação da Universidade Federal do Pará no patrocínio do concurso, alterando os valores dos 1º e 2º prêmios, de Cr\$20.000,00 e Cr\$10.000,00 para Cr\$40.000,00 e Cr\$20.000,00, respectivamente.

¹⁵⁸ Serão aqui sumariamente analisados os já clássicos trabalhos de: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Herança Colonial - sua desagregação”. In: *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, pp. 9-39; COSTA, Emília Viotti da. “Introdução aos Estudos da Emancipação Política do Brasil”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 19-52, 4ª Edição; DIAS, Maria Odila da Silva. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 - Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184; e REIS, João José. “O Jogo Duro do Dois de Julho: O ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia” e “O Levante dos Malês: uma interpretação política”. In: SILVA,

Sérgio Buarque de Holanda, considerado um dos nomes de maior expressão da historiografia brasileira, resumiu seu entendimento a respeito da nossa Independência da seguinte forma:

“No Brasil, o processo de emancipação importou mais na medida em que destruiu inveteradas peias, que lhe embargavam o passo, do que pela introdução de práticas vigorosamente revolucionárias. Só por esse lado parece admissível, apesar de seu exagero, o dito de Armitage, de que o Império progredira mais em nove anos do que a Colônia em trezentos. Entre 1822 e 1831, ou melhor, de 1808 até 1831 - a rigor até 1836 - é que se assinala uma fecunda transação - não se queira muito mais - entre o nosso passado colonial e as nossas instituições nacionais”.¹⁵⁹

Porque não fora instaurada por meio de um processo “vigorosamente revolucionário”, não teria ocorrido uma independência de fato em 7 de setembro, e sim uma “emancipação” circunscrita à esfera do político, contribuindo para a continuidade de estruturas sociais, econômicas e culturais oriundas ainda do período anterior. O país mantinha-se preso às “peias” do passado colonial, ao que o autor convencionou chamar de “herança colonial”, impregnadas nos costumes e tradições brasileiras.

Eliminar os ranços desse passado colonial era tarefa nada fácil para os homens que fizeram a Independência do país. Daí porque Sérgio Buarque de Holanda acreditar que o “processo de emancipação” política do Brasil teria se iniciado, segundo sua cronologia, em 1808, com a vinda da família real, se precipitado em 1820, com a revolução liberal do Porto, e finalizado com a Abdicação de D. Pedro I, em 1831. O 7 de setembro encontra-se inserido dentro desse longo processo de transição, entre o passado colonial e o Brasil independente, que somente poderá se dizer livre das amarras coloniais após ter sido quebrada a uma última dessas “peias” que o prendia a esse passado, através da abolição da escravidão, em 1888.

Como parte desse processo, a questão da unidade e da integridade só foi resolvida através de um “acordo tácito” entre as elites provinciais e o poder central, uma vez que seria impossível acabar de vez com os “localismos”. No entanto, o recurso a uma organização político/institucional baseada numa monarquia constitucional não deixou de representar uma

Eduardo & REIS, João José. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 79-122

¹⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. p. 39

vitória daquela “herança colonial”. Acordo este desfeito unilateralmente por D. Pedro I no momento em que dissolveu a Assembléia Constituinte, em 1823.

Dessa forma, nada mudou após o grito do Ipiranga, mantendo o Brasil a mesma estrutura política, social e econômica de antes, pelo menos até o final do século XIX. A idéia de que nada mudou também pode ser percebida no texto de Emília Viotti da Costa.

Para Emilia Viotti, semelhante ao que disse S. B. Holanda, no ano de 1822 não ocorreu a Independência do país, e, sim, o momento de sua emancipação política. Mas, distancia-se dele ao ressaltar, à luz do estruturalismo marxista, que para entender o processo histórico brasileiro não se devia perder tempo com o estudo das transformações políticas ocorridas na Europa, das quais o liberalismo seria a mola motriz. Importava sim analisar as transformações econômicas - infra-estruturais -, fundadoras desse mesmo liberalismo, que determinaram a ocorrência de mudanças na política econômica mundial, e brasileira.

Cronologicamente, o processo de separação é precipitado com a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos, em 1808, que fizeram aflorar as rivalidades econômicas entre brasileiros e portugueses, em função da ambigüidade da política de “conciliação” desenvolvida pelo príncipe regente. “Pressionado por vários interesses contraditórios, D. João não conseguia satisfazer a nenhum grupo e sua política agravava os ressentimentos de todos”.¹⁶⁰

A luta agora não era travada por súditos de um mesmo reino, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda, mas sim entre brasileiros e portugueses, ou seja, entre a colônia e a metrópole, que culminara no 7 de setembro. Com a instalação da Corte no Brasil e a abertura dos portos, “rompera-se ao nível do sistema a comunhão de interesses entre o produtor colonial, o comerciante e a Coroa, garantida pelos monopólios e privilégios”, o que serviu como ingrediente para o choque de interesses entre esses dois lados.¹⁶¹

Mas, no caso brasileiro, havia uma pobreza ideológica advinha do entrave causado pela incompatibilidade da “essência dessas idéias” liberais e a realidade brasileira.¹⁶² Os ideais de liberdade e igualdade, importados e manipulados por uma classe de senhores rurais e

¹⁶⁰ Idem p. 35.

¹⁶¹ Idem p. 23.

¹⁶² Idem p. 28.

sua clientela, estavam longe de ganhar o significado pleno com que os termos se consagraram na Europa, numa sociedade em que a mão-de-obra escrava era a base da economia.

Ciosas em conquistarem e garantirem a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária num país independente, as classes senhoriais brasileiras não estavam nem um pouco interessadas em abdicar ao latifúndio e à propriedade escrava. Daí porque a escravidão se constituir como o principal limite do liberalismo no Brasil, uma vez que essa reduzida “elite revolucionária” não desejava a radicalização de tais princípios em função do receio constante de revoltas de escravos. Segundo Viotti da Costa, o pensamento ilustrado, no Brasil, era sinônimo de “anticolonialismo”. Portanto, criticar o poder absoluto do Rei, significava antes de tudo “lutar pela emancipação dos laços coloniais”,¹⁶³ mas sem radicalizações.

Semelhante a S. B. Holanda, Emília Viotti da Costa também considera que a emancipação não foi marcada por um ideal fortemente nacionalista. Pelo contrário,

“a unidade territorial seria, no entanto, mantida depois da Independência, menos em virtude de um forte ideal nacionalista e mais pela necessidade de manter o território íntegro, a fim de assegurar a sobrevivência e a consolidação da Independência”.¹⁶⁴

O nacionalismo brasileiro era, antes de tudo, a expressão de um “antiportuguesismo generalizado”,¹⁶⁵ cujos limites se encerravam nele mesmo. Não é de se admirar que a autora formule tal concepção. Se para ela o conflito maior estava marcado pela oposição brasileiros e portugueses - colônia e metrópole -, qual outro sentimento poderia servir como fator de união entre os primeiros, que estavam tão dispersos em nosso território? Essa relativa unidade territorial, assim percebida, foi a expressão do descontentamento dos brasileiros diante das sucessivas medidas implementadas pelas Cortes em Portugal visando a recolonização do país. Dessa forma, a autora acredita que o movimento de Independência foi menos antimonárquico do que anticolonialista e menos nacionalista do que antimetropolitano.

¹⁶³ Idem p. 24.

¹⁶⁴ Idem p. 30.

¹⁶⁵ Idem p. 30.

Ela se constituiu em um processo extremamente elitista, guiado pelos profissionais liberais e senhores rurais, pessoas mais conscientes e capazes de levar a cabo o conjunto de transformações iniciadas com a transferência da família real para o Brasil, em 1808 e com a elevação da colônia à condição de Reino Unido, em 1815. A população, urbana e rural, ou teve participação insignificante ou sequer tomou consciência desse processo.¹⁶⁶ Na cidade, muitos pardos e pretos entusiasmaram-se pela “maldita liberdade” devido à empolgação gerada pelas idéias de liberdade e igualdade propaladas simultaneamente na época. Somente dessa forma essa população subiu ao palco dos acontecimentos.

Quanto mais afastada das cidades estivesse essa população, mais grave seria sua situação dentro do contexto de transformações políticas do período, pois

“Enquanto esses acontecimentos se sucediam no Rio de Janeiro e nas capitais das Províncias, a população rural, composta em sua maioria de escravos e de agregados das fazendas, permanecia alheia ao que se passava”.¹⁶⁷

O isolamento dessa parcela significativa da população brasileira, devido às dificuldades de comunicação e transporte, foi o fator determinante para a falta de informação e, conseqüentemente, para a indiferença diante dos acontecimentos. Nesses lugares onde as idéias liberais não tinham penetração, a população se mantinha fiel ao rei.

Parece claro à Emília Viotti da Costa, portanto, que quanto maior a distância dos centros urbanos maior seria a “ignorância”, a “indiferença” e a falta de consciência das populações interioranas sobre as novidades teóricas e as transformações que elas estavam operando no país. Não serviam senão de massa de manobra nas mãos dos detentores do poder local, grandes proprietários de terras.

Dessa forma, as elites brasileiras conseguiram fazer valer o seu projeto de emancipação política, sem que houvesse radicalizações que pudessem ameaçar sua própria permanência no comando da nação que se pretendia construir. A sociedade continuou com a mesma estrutura que lhe caracterizava o período colonial, ou seja, uma economia de base

¹⁶⁶ Idem p. 32.

¹⁶⁷ Idem pp. 38-39.

escravista, cujo preço para essa conquista custou a transferência de dependência econômica da nação, “passando do domínio português à tutela britânica”. A conquista real da nossa independência era “tarefa relegada aos pósteres”.¹⁶⁸

No ano de 1972, em que se comemorava o Sesquicentenário, buscava-se evidenciar novas dimensões do processo de independência brasileiro, algo tão mais “vasto e complexo” do que se pensava.¹⁶⁹ Carlos Guilherme Mota acreditava que tanto a história econômica como a história política não davam conta de responder a questões, por exemplo, referentes à necessidade de se fazer uma revisão crítica das teorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento, em debate na década de 1970, no meio acadêmico. Ao historiador caberia a tarefa de estabelecer as “mediações que articulam os processos estruturais com a superfície flutuante dos acontecimentos”.¹⁷⁰

Na verdade o autor não especifica o que seriam essas “mediações”, mas aponta três observações com as quais poderíamos observá-las: 1) a realidade histórica é muito mais rica que qualquer determinação sistêmica, sendo preciso, portanto, partir do sentido dos fenômenos históricos para se analisar e compreender o sistema, e não o contrário; 2) a relação metrópole/colônia deveria ser entendida dentro de um quadro de competição internacional, econômica e política, sendo que os estímulos da exploração colonial poderiam se transferir de metrópole à metrópole; e 3) é necessário ter em mente que “o sistema não precisa esgotar suas possibilidades para entrar em crise, e se transformar”, assim sendo o início do processo de industrialização da economia em um centro (Inglaterra, no caso) poderia afetar outros pólos do sistema.¹⁷¹

Era um novo olhar da historiografia brasileira sobre a relação entre as estruturas (econômicas, políticas e sociais) e os agentes do processo histórico, através do qual se pensava poder penetrar na complexidade do real em que estes atuavam. Ainda persistia a idéia de sistema colonial, mas agora ela não se apresentava de forma tão fechada como no trabalho de Emília Viotti da Costa. A historiadora Maria Odila da Silva Dias, uma das colaboradoras do livro organizado por Carlos Guilherme Mota, em 1972, ressaltou que

¹⁶⁸ Idem p. 52.

¹⁶⁹ MOTA Op. Cit. pp. 15-26.

¹⁷⁰ Idem p. 23.

¹⁷¹ Idem p. 24-25.

“a historiografia da época já definiu bem as pressões externas e o quadro internacional de que provêm as grandes forças de transformações. Resta estudar o modo como afeta as classes dominantes da colônia e os mecanismos internos inerentes ao processo de formação da nacionalidade brasileira. Perdendo o papel de intermediários do comércio do Brasil, restava aos comerciantes portugueses unir-se às grandes famílias rurais e aos interesses da produção”.¹⁷²

Os trabalhos anteriores já haviam estudado as “grandes forças de transformações” que vinham sempre de fora para o Brasil. Mas, para a autora, ao superestimar as pressões externas sobre o Brasil durante o processo de emancipação política, a “historiografia da época” se apegava muito à imagem da colônia em luta contra a metrópole. Com isso caía no esquecimento o que para ela seria o mais importante, ou seja, estudar o processo interno de enraizamento dos interesses portugueses no Brasil.

Maria Odila fez uma releitura da obra de Sérgio Buarque de Holanda, na qual este autor expressava a crença de que o processo de emancipação do país não fora marcado pela luta entre brasileiros e portugueses, mas sim entre portugueses do reino e portugueses do Novo Mundo. Mesmo considerando esse processo uma luta entre portugueses, ela inovou ao deslocar o centro do conflito da esfera política para a econômica, onde percebe a união entre comerciantes portugueses e senhores rurais, no Brasil, como garantia dos interesses econômicos desses grupos. Nesse sentido, o 7 de setembro não seria um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário, pois não coincidia com a consolidação da unidade nacional, só conquistada mais tarde, através de centralização do poder e da “vontade de ser brasileiro” dos moderados do Império, migrados para o Brasil.¹⁷³

A história da nossa independência - ou da “separação política da Mãe Pátria” - não deixava de ter, no entanto, um caráter fortemente elitista. As classes “menos favorecidas”, ou seja, escravos, mestiços e homens livres sem posses, não tiveram espaço, senão secundário, no estudo desses acontecimentos. Internamente, a presença dessas classes estimulava um sentimento de “insegurança social”, de ameaça constante de uma sublevação

¹⁷² Idem p. 164.

¹⁷³ Idem p. 169.

de escravos e mestiços que pudesse colocar em risco o projeto moderado de separação política com a Mãe Pátria.

Esse temor – denominado “haitianismo” - presente na mentalidade dos homens que forjaram a “independência”, servia como força catalisadora entre os representantes das “classes dominantes” da colônia e se juntava à “vontade de ser brasileiro” dos portugueses imigrados para o Brasil que fundaram o novo império português nos trópicos. Assim, nossa independência está longe de ser um movimento revolucionário, a exemplo daqueles ocorridos em algumas localidades da América espanhola. Continuaram os conflitos inerentes à sociedade colonial, com a manutenção das mesmas estruturas econômica, política e social da sociedade, cuja superação real foi tarefa relegada à “posteridade”.¹⁷⁴ Elitista, continuísta, não revolucionária e conservadora, assim era percebida a independência do Brasil na historiografia.

Somente na década de 1980 que outros sujeitos sociais e outros locais da colônia foram, aos poucos, ganhando espaço como objetos de análise historiográfica. O ensaio do historiador João José Reis, publicado em 1989, é um bom exemplo dessa nova perspectiva, ao analisar o processo de Independência na Bahia, concluído em 2 de junho de 1823. Reis percebe que haveria outros interesses em jogo no desenrolar desse processo, que não exclusivamente os interesses dos “partidos políticos” tradicionais da época - o brasileiro e o português. A ação de um “partido negro” na Bahia, composto pelos grupos de negros-mestiços de libertos, homens livres e, sobretudo, escravos, representava uma ameaça sempre constante ao projeto moderado de independência das “classes dominantes”. Nesse sentido, ao identificar a participação de um “partido negro” nessa Província brasileira, Reis amplia o campo de discussão política no intrincado e conflituoso processo de independência baiano e ofusca a hegemonia Rio de Janeiro/São Paulo na historiografia.¹⁷⁵

Esse silêncio da historiografia sobre a independência nas áreas “periféricas” dos centros de decisões política no Brasil incomodava os membros do CEC-PA, em 1973. Era necessário minimizar essa indiferença em relação à história da Amazônia e, através das letras,

¹⁷⁴ Idem p. 180.

¹⁷⁵ Segundo historiador João José Reis, o “partido negro” da Bahia era “ao mesmo tempo uma construção ideológica da elite e um fenômeno absolutamente real”. E é percebendo este último sentido que ele procura encaminhar sua análise ao contrário do que faz Maria Odila da Silva Dias, que mencionou ter sido uma criação ideológica da mentalidade conservadora européia na luta contra o avanço dos princípios revolucionários divulgados na França, no final do século XVIII. REIS, Op. Cit. p. 80.

tirá-la do seu secular isolamento em relação a história nacional. O concurso nacional de monografias reflete essa preocupação em se rever essa história, especialmente, o capítulo da “adesão” do extremo norte ao império. Os membros do CEC-PA mostravam-se bastante entusiasmados, tanto que não tardaram em promover a divulgação do concurso, como indicam os votos de congratulação recebidos desde o mês de janeiro.¹⁷⁶

Nada poderia sair errado. E para evitar atropelos, o conselheiro Otávio Mendonça, por exemplo, alertava seus colegas da necessidade de se dar ampla divulgação do concurso, sugerindo ainda que “os jornais de Belém poderiam colaborar mais enfaticamente com o empreendimento,” além de serem enviadas cópias da referida resolução para o Conselho Federal de Cultura, Conselhos Estaduais e Universidades brasileiras.¹⁷⁷ Os jornais locais deram farta publicidade a esse evento, divulgado integralmente os termos da Resolução que instituiu o concurso.¹⁷⁸ Por outro lado, foram enviados ofícios para as principais Universidades do País (Unicamp e USP) e para outras instituições educacionais e culturais tanto na Amazônia como aquelas situadas em outras regiões.¹⁷⁹ O evento entusiasmou os membros do CEC-PA, como podemos perceber nas cartas e “recados” manuscritos trocados entre eles. Em um deles, endereçado ao presidente do Conselho, o Conselheiro Inocêncio Machado Coelho não disfarçava o seu contentamento com tamanha publicidade. Dizia ele: “Irmão Clóvis, o pessoal ai por fora começou a ‘piar’ sobre o nosso concurso”.¹⁸⁰

Contudo, apenas cinco trabalhos foram inscritos. Os concorrentes, seguindo o rito determinado pela Resolução, apresentaram suas monografias em forma de brochuras, assinadas apenas pelos pseudônimos de *Marajoara*, *Raiol Palma*, *Liza*, *Sarana* e *Fortunato Martins*, escolhidos pelos próprios participantes. Os seus nomes deveriam ser entregues em um envelope lacrado, que somente seria aberto após o julgamento. Era a forma de se garantir lisura necessária ao processo de avaliação. O vencedor foi Raiol Palma, autor da monografia intitulada *Poder e Independência no Grão-Pará (1820-1823): gênese, estrutura e fatos de um*

¹⁷⁶ Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura do Pará (doravante identificado pela sigla CEC), de 9 de janeiro de 1973. In: ANAIS (1973) DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Belém/Pará, 1976, pp. 3-12.

¹⁷⁷ Ata da Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura do Pará, de 16 de janeiro de 1973. Idem, pp. 19-24.

¹⁷⁸ *O Liberal*, 15 de dezembro de 1972, p. 7; *Folha do Norte*, 14 de dezembro de 1972; e *A Província do Pará*, 14 de dezembro de 1972, p. 7.

¹⁷⁹ Uma farta mostra dessa divulgação pode ser encontrada nos recortes de jornais e ofício que rechearam as páginas do Processo nº 030/72-CEC, de 20.11.2972, que tratou especificamente de todos os atos envolvendo o concurso nacional de monografias. São mais de trezentos documentos dispostos por ordem cronológica, mas sem numeração. Por esse motivo iremos nos referir a ele apenas com sua identificação protocolar.

¹⁸⁰ Processo nº 030/72-CEC, de 20.11.1972.

conflito político.¹⁸¹ A de Marajoara ficou em segundo lugar e a de Sarana conquistou Menção Honrosa. Tratava-se, respectivamente, de Mário Antônio Barata, Antônio Barreto do Amaral e Cel. Abraham Ramiro Bentes.¹⁸² Os membros da comissão julgadora do concurso não deram maiores informações sobre o que contribuiu à vitória de Mário Barata, limitando-se, a até do julgamento, apenas a mencionar que a aprovação havia sido por “unanimidade”.¹⁸³ Mas a leitura da monografia indica algumas possíveis respostas a essa questão.

Mário Barata, atento às instruções da Resolução que, em seus considerandos, alertava para o fato de que “vários aspectos desse período permanecem mal conhecidos, enquanto um impressionante acervo documental continua inédito nos arquivos público”, concentrou a sua pesquisa no acervo de manuscritos disponibilizado pela Biblioteca e Arquivo Público do Pará, além de farta documentação copiada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Suas pretensões eram modestas, embora tivesse acesso a tantos documentos inéditos. Eles serviriam aos seus propósitos, na medida em que contribuiriam para “a **retificação** de uma ou outra informação corrente na bibliografia existente ou para estabelecer a **verdade** entre assertivas divergentes, em autores importantes” (grifo meu).¹⁸⁴ E assim o fez. Tanto que à cada capítulo, tópico ou subtópico primeiramente começava expondo os argumentos dos dois autores referidos, fazendo jus ao pseudônimo *Raiol Palma*, transcrevendo parcial ou integralmente alguns documentos publicados por eles,¹⁸⁵ para, na seqüência, confrontá-los com os inéditos que havia encontrado.¹⁸⁶

¹⁸¹ A comissão julgadora foi formada por Arthur Cezar Ferreira Reis, membro do Conselho Federal de Cultura, Josué Montello, também membro desse conselho e da Academia Brasileira de Letras, e pelos conselheiros Maria Annunciada Ramos Chaves, Otávio Mendonça e Ernesto Horácio da Cruz, do Conselho Estadual de Cultura.

¹⁸² Mário Barata (1915-1983) era escritor, político e historiador, nascido no Rio de Janeiro; Antônio Barreto do Amaral, publicou em 1980, o *Dicionário de História de São Paulo* e Abraham Ramiro Bentes (1912-1990), foi general do Exército Brasileiro, nascido no Pará, descendente dos primeiros hebreus marroquinos da Amazônia. Não tivemos acesso, até o momento, aos trabalhos desses dois últimos, quanto à monografia vitoriosa, o texto foi publicado pelo Conselho de Cultura, em 1974. Cf. BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará, 1820-1823: gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém: UFPA; Conselho Estadual de Cultura, 1973-1974. - (Coleção “História do Pará”, Série “Arthur Vianna”).

¹⁸³ Processo nº 030/72-CEC, de 20.11.1972.

¹⁸⁴ BARATA, Op. Cit., pp. 13-14.

¹⁸⁵ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos político da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1º, 2º e 3º Volumes, 1970. – (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo); e MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973. Mário Barata inicialmente teve acesso aos ensaios publicados por este autor nos anis do IHGP, compilados nessa edição publicada pelo Conselho de Cultura, em 1973.

¹⁸⁶ Mario Barata, por exemplo, procura acabar com a controvérsia existente entre Raiol e Palma Muniz a respeito do conhecimento ou não dos paraenses em relação à Revolução do Porto, apresentando o documento nº 6, do

Mário Barata, por exemplo, estava certo de que todos aqueles que participaram da “sessão histórica” de 11 de agosto de 1823 - a exceção do Brigadeiro José Maria de Moura, representante do governo militar e dos interesses portugueses na Província -, estavam “decididos a obter a Independência por um consenso geral, que não fora gerado pela pressão militar do Império e muito menos pela vinda de Grenfell com seus ofícios”.¹⁸⁷ Essa era a verdade que se precisava registrar, pois seus *inspiradores* já a afirmaram em suas obras. A falha, agora, era de Varnhagen ao pensar o contrário, em sua *História Geral do Brasil*, segundo Barata, insistia em superestimar a participação de John Grenfell nos acontecimentos, como se ele tivesse sido o grande responsável pela união do extremo norte ao império nascente.¹⁸⁸

Na verdade, continua Mário Barata, o clima político na Província estava quente demais naquela sessão, a ponto do presidente da Junta de Governo, D. Romualdo Coelho, alertar que a “utilidade e a tranqüilidade desta Província exigia que se aderisse ao sistema do Rio de Janeiro, como único meio mais eficaz para a salvar dos horrores da anarquia.”¹⁸⁹ E essa preocupação não estava relacionada a ausência de consenso em relação a adesão, mas ao fato de perceber que o “entusiasmo” dos paraenses diante da possibilidade de independência era tanto que poderia colocar tudo a perder, caso o processo não fosse realizado de forma a evitar que mergulhassem a Província no caos.

Mário Barata descarta a hipótese lançada por Maria Odila de que a independência não tenha sido fruto do esforço e do desejo dos brasileiros, ainda que perceba a contribuição de portugueses natos no processo. Isso seria prejudicial à idéia que defende de que já havia um “estado de espírito de grande parte de brasileiros” – representados por José Bonifácio e Gonçalves Ledo -, em garantir a unidade nacional, desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Além de sua notoriedade nos meios intelectuais paraense, para onde vinha com freqüência realizar palestras ou pesquisas nos arquivos estaduais, o sentido dado à sua análise da “adesão” foi importante para sagrar-se vitorioso no concurso.

código 1.025 (Correspondências do Governo de Secessão). Nele é revelado que já se sabia da revolução no Porto. Cf. BARATA, Idem, p. 67.

¹⁸⁷ O autor refere-se ao fato de Grenfell ter enviado ofícios do Almirante Cochrane, comandante da frota que acabara de auxiliar o Maranhão em aderir ao Império nascente, informando de que estava a caminho de Belém. Fato este que, para alguns, como Varnhagem, em sua *História Geral do Brasil*, teria precipitado a decisão pela adesão. Cf. BARATA, Op. Cit., pp. 234-238.

¹⁸⁸ Idem, p. 238.

¹⁸⁹ Idem.

A história da independência no Pará também é elitista nas linhas da monografia de Mário Barata. Em outra oportunidade, discuti essa inevitabilidade da liderança das elites, procurando procurei compreender o significado da palavra “anarquia”, mencionada no discurso de D. Romualdo Coelho, chegando à conclusão de que ela poderia estar se referindo àqueles membros das elites locais que tivessem os ânimos mais exaltados em relação à independência - Cônego Batista Campos,¹⁹⁰ por exemplo -, conhecidos à época como membros da “dissidência”, da “facções” que perturbavam as tentativas de ordenamento da sociedade em determinado sentido pelos grupos que estavam no poder.

Poderia, sobretudo, significar também o medo da movimentação da população negra-mestiça de escravos e libertos, que compreendia a maioria dos moradores da Capital e em alguns municípios mais próximos, como Igarapé-Miri e Muaná, capaz de colocar em risco qualquer possibilidade de uma *adesão* moderada e sem maiores traumas que viesse modificar as estruturas de poder local, seja a nível político, social ou econômico. Temiam que eles fizessem um interpretação (in)própria do momento.¹⁹¹ Em Muaná, em 28 de maio de 1823, a população tomou o controle da pequena freguesia, através de um movimento armado em que a declarou independente do governo da capital por quase uma semana. O consenso geral pensado por Mário Barata, com base no discurso do presidente da Província, reproduzido na ata da sessão de 11 de agosto de 1823, estava longe de existir de fato, pelo menos nos termos pensados e executados pela maioria dos participantes daquela sessão.

Dessa forma, valendo-se da reedição da obra de Palma Muniz, conforme pensara o presidente do Conselho, Mário Barata pereniza a interpretação do ex-secretário do IHGPa. Uma interpretação que causara polêmica em sua época. Como nos lembra Aldrin Figueiredo, no transcurso das comemorações do centenário da Independência, em 1922, e da “adesão”, em 1923, Palma Muniz foi protagonista de “uma das principais rixas na atuação política dos modernistas locais”.¹⁹²

¹⁹⁰ Vicente Salles ver em Batista Campos (1782-18234) uma dos *mais incansáveis ativistas liberais*, uma liderança popular, cuja morte teria sido um dos motivos imediatos da Cabanagem. Cf. SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992, P. 25.

¹⁹¹ MORAES, Cleodir da Conceição. *Dissidentes do Grão-Pará: negros escravos e libertos no processo de “adesão da Província à emancipação política do Brasil” - 1822-1823*. Comunicação Livre apresentada no XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, jul., 1997.

¹⁹² Segundo Aldrin Figueiredo, Palma Muniz “propunha uma versão civil dessa história, assentada numa nacionalidade popular. Em outras palavras, a figura do ‘súdito’ da historiografia romântica deu lugar ao ‘povo’ na versão dos modernos dos anos 20”. FIGUEIREDO, op. Cit. p. 89-92.

De um lado, estava o Secretário do IHGP, apostando no “tom conciliador” do termo “adesão”, conforme visto linhas atrás, pois havia muito a história da Amazônia era vista distanciada e dissociada da história do Brasil, durante os três séculos de colonização, impossibilitando a construção de uma identidade nacional, no extremo norte do Brasil. Em 15 de agosto de 1823, o Grão-Pará, que à época, tinha a dimensão territorial da Amazônia, confirmara, através de seus representantes legais e legitimamente constituídos, o seu desejo de fazer parte da comunidade nacional. E essa união se processou de forma ordeira, pacífica, sem grandes traumas, a partir de uma “adesão” espontânea e desejada.

De outro lado, intelectuais como Theodoro Braga, Jorge Hurley, Augusto Meira e outros, ainda que concordassem com a idéia de que em 15 de agosto de 1923 ocorre um encontro entre o regional e o nacional, dando início ao processo de formação da nação e da nacionalidade brasileiras, negavam a interpretação de Palma Muniz justamente no que dizia respeito à forma como essa aproximação se processou. Lutavam em defesa de uma interpretação através da qual a união com o império nascente teria sido conquistada a muito custo, com o sangue de muitos patriotas paraenses. Daí por que não pouparam adjetivos, por exemplo, ao Capitão John Pascoe Grenfell, que chegara a Belém como mensageiro de Lorde Cochrane, comandante em chefe da frota enviada por D. Pedro I para “socorrer” as províncias que ainda estivessem sob o domínio português. Ele era visto como o estrangeiro “mercenário”, “sanguinário”, “responsável pela hecatombe do brigue *Palhaço*, sendo ele a sua *delenda Carthago*”.¹⁹³

Em 1973, Mário Barata atualizava a interpretação de Palma Muniz e a inseria num novo contexto político, social e cultural, que não aquele do modernismo paraense de início de século XX, mas guardando visíveis semelhanças com ele no que diz respeito a alguns aspectos: a história era o tema principal para os intelectuais da época, mais do que qualquer outra forma de interpretação da realidade; a noção de “adesão” nesse momento era quase consenso nas interpretações sobre a história da Independência no Pará. No entanto, como toda atualização histórica pressupõe um conjunto de resignificações do objeto que se propõe atualizar, tendo em vista as necessidades e perspectivas presentes, o uso do termo “adesão” não fugiu a regra.

¹⁹³ Idem *Ibidem*, p. 93-96. “*Delenda Carthago* [Cartago deve ser destruída], refere-se à sentença com que M. Pórcio Catão (234-149 a. C.) terminava suas intervenções no Senado romano, e que acabou adquirindo o sentido de máxima, quando se quer insistir na conveniência de se tomar uma medida drástica”.

Se os intelectuais paraenses buscavam escrever, em 1923, a história nacional, a partir do ângulo regional, inscrevendo a região nos quadros do processo evolutivo do progresso e da nacionalidade brasileira, apresentando o dia 15 de agosto como o momento em que ocorrera esse grande encontro, Mário Barata o tinha como o último elo a se fechar para a garantia da integridade territorial da nação que nascia, da mesma forma que, em 1973, a região se apresentava como a última fronteira a ser conquistada pela nação. Através das comemorações do Sesquicentenário, o Pará, que em 1823 possuía as dimensões da atual Amazônia, dava provas do seu desejo de renovar aquela decisão e manter a integridade nacional, e isso deveria ser reavivada na memória de sua gente no ano de 1973.¹⁹⁴

4. O encerramento

As comemorações do Sesquicentenário da “adesão” tiveram continuidade no final da tarde, com a realização de uma sessão solene no Teatro da Paz, aberta pelo Governador Fernando Guilhon. Arthur Cezar Ferreira Reis foi o palestrante da noite, discursando sobre o tema *O Pará na decisão da Independência*. Pedro Calmon e o Governador Fernando Guilhon também se pronunciaram naquela oportunidade. O presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, esteve representado pelo General Argus Lima, comandante Militar da Amazônia. Segundo Arthur Reis:

“A decisão de manter o Brasil como conjunto físico, social, econômico e cultural, não se alterava. Com o 15 de Agosto, a decisão recebia a contribuição da Amazônia que, desse modo, revelava os sentimentos nacionais, que não perdera e em nenhum momento hesitara em proclamar e defender. O Brasil continuava incólume na tecitura de sua continentalidade

¹⁹⁴ As duas únicas monografias encontradas no arquivo do CEC-PA foram as de AMARAL, Antônio Barreto do Amaral. *A Independência na Província do Grão-Pará*. São Paulo, 1973. Monografia apresenta ao Concurso nacional de monografias instituído em homenagem ao Sesquicentenário da “Adesão” do Pará à Independência, 1973; e a de “LIZA”. *Adesão do Pará à Independência do Brasil*. Belém, 1974. Monografia apresenta ao Concurso nacional de monografias instituído em homenagem ao Sesquicentenário da “Adesão” do Pará à Independência, 1973. Essas apresentam uma narrativa extremamente descritiva e utilizam-se basicamente de documentos transcritos nas obras de Palma Muniz, Raiol e Baena, não inovando nesse sentido. Além do mais dão ênfase especial à presença de Grenfell no Pará, visto como o motivador da “adesão”, talvez por isso a primeiro tenha ficado em segundo lugar e a segunda não tenha conquistado nenhum prêmio.

espacial. A unidade não resultara de milagre, como a potencialidade de nossos dias também não se explica como consequência de força estranha aos desígnios humanos.”¹⁹⁵

Esse episódio revestia-se de uma singular importância para Arthur Reis. A decisão pela independência representava uma vitória do sentimento nacional sobre os interesses e vontades individuais de alguns paraenses, que, na verdade, como tal não poderiam ser considerados por abraçarem a causa portuguesa. Nesse seu pronunciamento, Arthur Reis conseguiu fazer a simbiose perfeita entre passado e presente, buscando naquele o fundamento para legitimar a sua representação deste. Em 1973, agora sob o auspício do regime civil-militar, confirmava-se, portanto, a decisão tomada a 150 anos de se manter inalterada a integração física, social, econômica e cultural da Amazônia à comunidade nacional.

O *15 de Agosto* representava a vitória do projeto nacional sobre os interesses das elites regionais ou locais, que poderiam concorrer para a separação da região norte das demais regiões do país que se proclamara independente em 1822. Esse acontecimento, ressalte-se, não fora, para Arthur Reis, fruto de um acaso, de um “milagre”, assim como não o era a “potencialidade de nossos dias desse país em vertiginosa ascensão”, cujo otimismo em relação ao seu futuro econômico era embalado, em 1973, pelas melodiosas estatísticas do “milagre brasileiro”. Essa prosperidade – ou esse desenvolvimento nacional -, não estaria, portanto, dissociados dos “desígnios humanos”, como obra de um mero acaso, mas, sim, era resultado de um projeto racionalmente elaborado pelo governo brasileiro, ao qual os interesses locais e regionais deveriam sucumbir. Essa idéia de uma “potencialidade” em “ascensão” garantia sempre em alta as apostas em um país do futuro.

O conjunto de comemorações programada para o Sesquicentenário revelam essa preocupação imperiosa de se efetivar a concretização do “Brasil Grande Potência” e, para isso, a integração da extensa região no extremo norte era ponto pacífico.

Para encerrar com chave de ouro as comemorações, o governador do Estado, Fernando Guilhon recepcionou os convidados em um jantar na Assembléia Legislativa. As colunas sociais dos jornais locais tiveram muita notícia para repassar a seus leitores. Todos eles ocuparam página inteira para descrever a recepção, os trajes das damas da sociedade paraense e os nomes dos participantes. “Gladiólo e cravos rosas, em grandes arranjos,

¹⁹⁵ Cf. REIS, 1973.

decoravam a entrada e a boate da Assembléia Paraense”, comentava o colunista Edwaldo Martins, d’*A Província do Pará*, para receber “o alto mundo oficial e social, a comitiva que veio do Rio especialmente convidada e a elegância das damas presentes,” transformaram o encontro “num dos acontecimentos mais destacáveis da temporada”.¹⁹⁶

A *Folha do Norte* destacava ter sido um “encontro de muita elegância, de muita distinção, de muita beleza” em que o governador Fernando Guilhon fez uma saudação em homenagem ao presidente Emílio Gasrrostazu Médici, no que foi muito aplaudido pelos convidados.¹⁹⁷ Encerraram-se as comemorações do Sesquicentenário tal como começou: sem a participação popular e com eventos reservados aos convidados e autoridades civis e militares.

Tendo sido programados pelo CEC-PA e marcados por uma forte carga simbólica, os eventos programados para celebrar o Sesquicentenário deixaram entrever certa percepção de “Amazônia” e “cultura amazônica”, reforçando determinadas interpretações e silenciando em relação a outras com o objetivo de colocar em evidência o Pará e a região nos idos de 1973. Não sem motivo, entre a farta documentação juntada ao processo sobre o concurso de monografia, pode ser encontrado um caderno especial da revista *Manchete*, intitulado “Adesão do Pará à Independência do Brasil: um documentário para a história”, que faz um passeio pela história local, desde colonização até o governo de Fernando Guilhon, apresentado como um governo de “independência econômica” do Estado; e um encarte turístico trilingüe, apresentando a região, em especial, Belém como a porta de entrada para a Amazônia onde “a civilização” vive “lado a lado com o primitivo”.¹⁹⁸

A missão do CEC-PA era garantir que o desenvolvimento cultural, não ficasse atrás do desenvolvimento político e econômica que a região, segundo acreditavam as elites locais e regionais, já começara a experimentar. Mas antes é necessário compreender o que levou o Estado brasileiro a adotar a cultura como estratégia de controle político.

¹⁹⁶ *A Província do Pará*, 17 de agosto de 1973, p. 2 (segundo caderno).

¹⁹⁷ *Folha do Norte*, 17 de agosto de 1973.

¹⁹⁸ Processo nº 030/92-CEC, de 20.11.1972.

CAPÍTULO II

Cultura e identidade nacional no Brasil contemporâneo: um olhar retrospectivo

1. Vivências interticiais: os “entre-lugares” do discurso cultural

[...] entre momentos de pessimismo e ufanismo, entre macunaímas e bandeirantes, entre poetas e malandros, a idéia de Brasil moderno, sonhado como um ato de vontade de seu povo e de sua elite, se configurou como uma espécie de “entre-lugar” da história [...] (*Marcos Napolitano*).

Com essas palavras o historiador Marcos Napolitano pintou os traços característicos da história do Brasil, no período compreendido entre os anos de 1922 e 1979.¹ Foi, segundo ele, um período em que se concentrou o maior número de debates e projetos preocupados com a formação da identidade nacional e de um Brasil moderno, visando atualizá-lo com as principais tendências políticas, culturais, sociais e econômicas do momento, em transformá-lo num país desenvolvido.

Esse longo período não está, no entanto, imune a flutuações de ordem política, cultural ou estética. Nesse sentido, Marcos Napolitano apresenta uma subdivisão temporal que, longe de constituir-se de balizas estanques e fechadas em si mesmas, fazem parte de um longo processo de construção do Brasil moderno, que podem ajudar as reflexões futuras e as pesquisas mais pontuais, como a realizada aqui.

De acordo com sua periodização, os anos de 1922 a 1934 assistiram à implosão do movimento modernista, devido às tensões internas provocadas pelas diversas correntes de pensamento que nele se formaram – antropofagia, verde-amarelismo, manifesto regionalista, etc. – não havendo ainda uma sistematização de políticas culturais específicas que viessem ao

¹ NAPOLITANO, Marcos. “Cultura, modernidade e brasilidade”. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares et al. *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 307.

encontro desses projetos de reforma. Algo diferente ocorre no período de 1935 a 1945, quando se observa a maior preocupação do Estado em empreender esforços no sentido de agir, como tutor e promotor, no campo minado da cultura.

Marcos Napolitano observa que três outros momentos se seguiram a estes. De 1945 a 1956, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), como partido de vanguarda, assume parte do papel do Estado na construção da cultura nacional, “a partir de uma preocupação ativista mais ampla, que pudesse ser orientada para a futura revolução”.² Por outro lado, nesse mesmo período, parcela significativa da burguesia paulista também respondeu ao chamamento da nação, contribuindo para a construção da cultura nacional, através da criação de instituições e a promoção de eventos importantes como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), o Museu de Arte Moderna (MAM), o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e a Bienal de São Paulo.

No período de 1956 a 1964, auge da cultura nacional-popular, na qual a síntese e fonte de inspiração era o homem do campo, símbolo de brasilidade, verifica-se uma intensa participação popular no campo cultural, extrapolando, assim, o controle e a vigilância do Estado e dos sindicatos ou partidos de vanguarda, como o PCB.

Já entre os anos de 1964 até 1979, os “temas ligados ao ‘nacional-popular’, às vanguardas, às culturas populares começaram a ser equacionadas cada vez mais dentro das estruturas de consumo da cultura”,³ a partir, inclusive, de instituições estatais como a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILMES) e a Fundação Nacional de Arte (FUNART).

Ainda que o longo período de 1922 a 1979 guarde suas peculiaridades em alguns momentos específicos, a busca da identidade nacional e da construção de um Brasil moderno são elementos de continuidade que atravessaram essas fronteiras temporais. Como toda periodização, essa também é arbitrária, servindo exclusivamente aos propósitos do autor de demonstrar que, nesses pouco mais de cinquenta anos, a “idealização do que nunca fomos e a expectativa pelo que ainda seremos, entre não-ser e ser outro, marcou o ‘entre-lugar’ histórico da nossa modernidade”.⁴

De forma instrumental, é possível utilizar essa caracterização do período, na

² Idem, p. 297-298.

³ Idem. Ibidem.

⁴ Idem. p. 307

medida em que ajuda a pontilhar o caminho pelo qual será conduzida a narrativa nesse capítulo. Afinal, a idéia da existência de um “entre-lugar histórico” característico da “nossa modernidade” parece-me algo estimulante para pensar o período e situar o local da realidade social e cultural no qual se movimentam os sujeitos e o processo sócio-histórico analisado.

Primeiro, porque os debates acerca da construção da identidade nacional, que giraram em torno do “não-ser” e o “ser outro”, mobilizaram parcela significativa da sociedade brasileira, entre “intelectuais”, artistas, sindicalistas, estudantes e parlamentares, que, a seu modo e a partir de concepções diversas e por vezes divergentes do que era o Brasil e o brasileiro, buscaram intervir no mundo em que viviam recorrendo a determinados “materiais históricos” então disponíveis para legitimar e justificar os projetos de “revolução”, de “reforma” ou de “democracia” que tencionavam implementar.

Por esses “materiais históricos”, entende-se o conjunto de informações e interpretações do qual os indivíduos lançam mão tendo por base alguns “dados efetivos da realidade [material e historicamente construídos], filtrada, naturalmente, pela subjetividade dos que o produziram”, a exemplo daquelas que “levaram e levam, muitas pessoas a identificar o Brasil como ‘país do futuro’ e o brasileiro como ‘otimista’”.⁵ Não seria forçoso utilizar esse entendimento na análise de máximas já consagradas nos discursos que tomam a Amazônia quase que exclusivamente pelo seu “isolamento” econômico, político e cultural em relação às demais regiões do país, ou caracterizada pelo seu enorme “vazio demográfico” e habitada por uma população “indolente” e “preguiçosa”, incapaz de promover o seu próprio desenvolvimento.

Isso nos remete ao segundo ponto a ser considerado. Esses “olhares” sobre o Brasil, em geral, e a Amazônia, em particular, projetados por aqueles “intelectuais”, inserem-se na interface entre cultura e política na realidade brasileira. Entendimento que se aproxima ao do crítico literário indo-britânico, Homi Bhabha, para quem a emergência de lugares intersticiais, esses “entre-lugares”, como disse Napolitano, “constituem espaços privilegiados nos quais as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação* [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”.⁶ [grifo do original]

⁵ FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 15.

⁶ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1998, p. 20. Para Bhabha “é o tropo dos nossos tempos colocar a questão da cultura na esfera do *além* (...) nossa existência hoje é marcada por uma

O CFC e o CEC-PA, criados no final da década de 1960, que se apresentaram como importantes lugares para essa “negociação”, procuraram ter entre seus quadros pessoas de “reconhecida idoneidade”, “personalidades eminentes da cultura brasileira”⁷ e “da cultura estadual”,⁸ muitas das quais já atuavam na esfera cultural e na esfera política há anos e, não raro, décadas. No caso do CFC, podemos citar o sociólogo Gilberto Freyre, o jurista Afonso Arinos de Mello Franco e o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, enquanto no âmbito estadual podem ser mencionados os nomes do professor Clóvis Silva de Moraes Rego, do médico José Rodrigues da Silveira Neto, Reitor da Universidade Federal do Pará - UPA⁹ - do jurista Otávio Mendonça, da educadora Maria Annunciada Chaves, Aloysio da Costa Chaves e do historiador Ernesto Cruz.

Tratava-se de pessoas que tinham atuação destacada nos meios culturais paraenses e nacionais. Com essa constatação, não estou querendo confirmar o adágio popular: “diga-me com quem tu andas, que ti direi quem tu és”, o que nos levaria a uma visão simplificada do problema da relação entre esses “intelectuais” e o Estado. Afinal, como disse, a maioria era portadora de um vasto currículo que lhe conferia certa notoriedade nos meios culturais e políticos nacional e estadual antes mesmo da criação desses órgãos de cultura pelo regime civil-militar que se instalara no país em 1964.

Por outro lado, essa máxima explicita uma incômoda passividade de um indivíduo ou um grupo de indivíduos – seja um policial, um político, um artista, um criminoso ou qualquer outra pessoa - cujo comportamento - cultural, político, cívico, moral, ou qualquer outro - nos propomos analisar, além de delimitar que a sua identidade nada mais é do que um reflexo fiel da identidade de um ente superior a ele - ou a eles. Nesse caso, é importante procurar compreender não só a proximidade entre esses “intelectuais” e a política cultural do regime, como também os elementos que condicionaram e mediaram essa relação.

tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do ‘presente’, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo ‘pós’: *pós-modernismo*, *pós colonialismo*, *pós-feminismo...*”. Sensação semelhante talvez sentisse aqueles de se lançavam a interpretar o Brasil nos anos 1960 e 1970, não, necessariamente a partir de acréscimos ao prefixo “pós”, mais ainda às voltas com as relações ambivalentes entre o “Brasil agrário”, “patriarcal” e o “Brasil moderno”, industrial.

⁷ DECRETO-LEI n^o 74, de 21 de novembro de 1966. “Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências”. In: *CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA*. Belém: 1968, p 203.

⁸ LEI N^o 4.073, de 30 de dezembro de 1967. “Cria o Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências”. In: *Idem*, p 21.

⁹ Optei por utilizar a sigla com a qual, na maioria das vezes, a Universidade Federal do Pará era representada nos jornais e documentos públicos da época (UFP) e não a atual (UFPA) que conhecemos.

Mas, qual o entendimento de “intelectuais” que norteia a análise? Talvez essa seja uma pergunta que alguns leitores mais interessados em definições estejam se fazendo até agora, desde o primeiro momento em que o termo surgiu na narrativa. Não é sem sentido essa preocupação, pois ela ajuda a compreender melhor os sujeitos estudados.

O jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio tratou essa questão a partir de um discurso “da ética”, “da política dos intelectuais”, mais preocupado em discutir o que eles “deveriam ser ou fazer”, do que o que eles “verdadeiramente são e fazem”, como o fazem historiadores e sociólogos, por exemplo.¹⁰ Esse é o ponto de partida fundamental para os fins de sua narrativa, preocupada em refletir sobre o problema da responsabilidade do intelectual na sociedade contemporânea. Problema que faz emergir um debate mais amplo, qual seja, o da relação entre “teoria e práxis ou, nos termos do materialismo histórico, entre estrutura e superestrutura, ou mais em geral e em forma mais genérica, entre o mundo das idéias e o mundo das ações”¹¹ - entre “cultura e política”¹² no processo histórico.

É entre esses dois “campos”, essas duas “esferas” do cotidiano da sociedade, que, segundo o filósofo, movimentam-se os intelectuais. Estes não formam, no entanto, uma “classe”, “um grupo específico” ou um “partido” - embora deles não prescindam esses entes coletivos - sendo por isso melhor caracterizados menos pelo tipo de trabalho que ocupam na esfera da produção do que pela função que exercem na sociedade.¹³ Constituem “um grupo com características bem definidas de pessoas que se reconhecem entre si mesmo quando se insultam”, entre os quais, Norberto Bobbio propõe a existência de dois “tipos relevantes” de intelectuais: os “ideólogos” e os “expertos”. Segundo sua tipologia,

“os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação justificada e, portanto, aceita - em sentido forte, a ação é ‘legitimada’ - pelo fato de estar

¹⁰ BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 69. Este livro - que “contém, em estado de pureza, todos os traços de pensamento e estilo que fizeram de Bobbio um instigante intérprete de seu tempo” - reúne onze artigos publicados entre os anos de 1953 a 1992, em revistas e livros na Itália, França e Estados Unidos.

¹¹ Idem, p. 70.

¹² Idem, p. 114

¹³ Nesse sentido, segundo Norberto Bobbio, “um operário que também desenvolva obra de propaganda sindical ou política pode ser considerado um intelectual, ou pelo menos os problemas éticos e cognoscitivos da sua obra de agitador são os mesmo que caracterizam o papel do intelectual”. Idem, p. 114.

conforme os valores acolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem com que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo.”¹⁴

Os primeiros têm a função de fornecer “princípios-guia”, “valores”, “ideais” ou mesmo “concepções de mundo”, enquanto os segundos contribuem com seus “conhecimentos-meios”, seus “conhecimentos técnicos” para a sociedade, ainda que Bobbio reconheça que a realidade seja muito mais complexa do que as categorias que ele utiliza para dominá-la.¹⁵ Essa observação passa a ser necessária porque, tanto uns como outros – “ideólogos” e “expertos” – têm uma responsabilidade moral, ética a ser cumprida na sociedade, e ela se manifesta no momento em que eles representantes do “poder ideológico” – expressam publicamente as suas decisões, as suas escolhas diante de tal ou tais questões de sua época, de sua sociedade, que delimitam o campo de “ação política”, agindo, assim, de forma “positiva” no social.¹⁶

Com essa tipologia, Norberto Bobbio distancia-se do compatriota Antônio Gramsci. Ele fez, na verdade, uma crítica ao conceito de “intelectual orgânico” conforme concebido por Gramsci, segundo o qual,

“todo grupo social (...) nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função”¹⁷

Bobbio acreditava ser essa definição um elemento limitador da esfera de atuação do intelectual, transformando-o, no mais das vezes, em uma espécie de “comissário” do grupo dominante, exercendo funções subalternas da hegemonia social e do governo político. A

¹⁴ Idem, p. 72.

¹⁵ Norberto Bobbio ressalta que o critério de distinção utilizado — “o único critério que considero válido em um debate que tenha por objeto a tarefa política do intelectual” - não pretende uma separação definitiva entre esses dois tipos de intelectuais, pois “não há ideólogo que não peça socorro a conhecimentos técnicos para elaborar os seus princípios; não há experto que não deva ter alguma idéia dos fins para dar um sentido as suas análises”. Idem, p. 73 e 119.

¹⁶ No seu “modelo ideal”, Norberto Bobbio observa a existência de uma “autonomia relativa da cultura com respeito à política” e propõe a seguinte distinção: “a tarefa do intelectual é a de agitar idéias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais; a tarefa do político é a de tomar decisões”. Idem, p. 82.

¹⁷ GRAMSCI, Apud BOBBIO, p. 131.

cultura, portanto, estaria submetida à política do Estado, de tal forma que inviabilizaria qualquer percepção da autonomia relativa da cultura em relação a essas instâncias políticas, desenvolvida pelo filósofo.¹⁸ Para Bobbio, cultura e política são interdependentes e correspondem a dimensões distintas da realidade social e que guardam cada qual um grau relativo de autonomia em relação à outra.

Esse é um elemento importante da contribuição de Norberto Bobbio para o debate sobre os intelectuais e sua movimentação na sociedade contemporânea, tendo em vista que permite problematizar a concepção segundo a qual as “idéias de um autor decorrem necessária e imediatamente da sua condição social e/ou inscrição institucional”.¹⁹ Assim compreendido o problema, abrem-se às possibilidades de intervenção transformadora dos intelectuais - como promotores do “consenso” e do “dissenso” - no processo sócio-histórico em que estão inseridos, não unicamente atrelado a sistemas rigorosamente fechados que os asfixia até a morte. As suas escolhas, portanto, devem ser levadas mais a sério.

Não é difícil reconhecer a importância que esse entendimento de Norberto Bobbio teve - e ainda tem -, para quem se propõe estudar o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea. Mas, um incômodo ocorreu-me desde a primeira leitura de seus discursos, resumidamente enunciados linhas atrás. Na conferência de abertura proferida no Seminário sobre “Os partidos e a cultura na Itália”, organizado pela seção cultural do Partido Socialista Italiano e pelo Club Turati, em 1977, intitulada “Intelectuais e Poder”, ele define seu discurso como sendo “propositivo, normativo, prescritivo” e não como um “discurso analítico”, próprio dos sociólogos e historiadores que lidam com a história dos intelectuais, reforçando, portanto, o caráter ético, moral, da responsabilidade dos intelectuais.²⁰

Sem deixar de lado a questão ética, por si só um problema de extrema complexidade no estudo do papel dos intelectuais na sociedade e sua responsabilidade política, é forçoso reconhecer, como ensina Jean-François Sirinelli, que “o problema não é

¹⁸ Dizia Bobbio, para reforçar essa tese: “as idéias sem força, sei disso, são fantasmas. Mas mesmo os fantasmas também têm, algumas vezes, força. ‘Um espectro ronda a Europa’: quem se esqueceu dessa frase?”. E acrescentava: “o único monopólio que cabe ao Estado é o monopólio da força (...) a primeira tarefa dos intelectuais *deveria ser* a de impedir que o monopólio da força torne-se também o monopólio da verdade”. Idem, p. 81.

¹⁹ BOTELHO, André. “O poder ideológico: Bobbio e os intelectuais”. In: *LUA NOVA: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 62. 2004. ISSN 0 102-6445. Disponível no site: www.scielo.br/pdf/ln/n62/a06n62.pdf.

²⁰ BOBBIO, Op. Cit. p. 69.

ético, mas histórico”:

“No que diz respeito à influência e, eventualmente, à responsabilidade, uma constatação preliminar de bom senso se impõe: ao contrário da imagem que veicula muitas vezes de si mesmo, o intelectual não é infalível. A intelectualidade algumas vezes pecou.”²¹

Jean-François Sirinelli inverte a lógica do discurso de Norberto Bobbio e coloca a questão em termos históricos; afinal, como historiador, ele está preocupado no que “foram” e “fizeram” os intelectuais na história contemporânea francesa e não o que eles “deveriam ser ou “fazer”. Decerto que o historiador e o filósofo não travaram nenhuma batalha direta e particular a respeito desse problema em suas andanças nos meios acadêmicos ou literários em que se movimentavam.²² Talvez sequer tenham algum dia se conhecido. Mas, permitam-me promover esse “encontro” assumindo, desde já, todos os riscos por essa conduta, até certo ponto, arbitrária, mas que se faz necessária para o bem da compreensão que norteia esse estudo.

Esse historiador francês, professor de História Contemporânea no Instituto de Estudos Políticos, em Paris, vem se dedicando a pesquisas relacionadas à história política, em geral, e a história dos intelectuais franceses, em particular, da década de 1960. Ele verificou nesse período um verdadeiro nascimento . mais do que um renascimento . da história dos intelectuais na França, como ocorreu com a história política, fenômeno demonstrado nas linhas introdutórias dessa dissertação. Ciente dos riscos que espreitam o historiador que enverede por esse terreno movediço da história política, Jean-François Sirinelli, em um artigo publicado em 1988, na França e recentemente no Brasil, faz algumas ponderações metodológicas a respeito do objeto estudado que serão úteis para a análise aqui desenvolvida.

Diferente de Bobbio, que se preocupa com o caráter ético da responsabilidade política dos intelectuais e de suas idéias no processo histórico, Sirinelli está preocupado em compreender “como as idéias vêm aos intelectuais? Por que uma ideologia torná-se

²¹ SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 261.

²² Em suas conferências sobre o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea, Norberto Bobbio não se refere em nenhum momento a Jean-François Sirinelli, embora faça referência genérica aos historiadores e sociólogos “franceses”, assim como este não cita Norberto Bobbio em suas análises, sequer a título de exemplo a ser contraditado ou aceito.

dominante no meio intelectual numa data dada?”²³ Mas para isso, adverte sobre a necessidade de primeiramente se delimitar o objeto, muitas vezes definido pelo caráter polissêmico da noção de intelectual e pelo aspecto polimorfo do meio dos intelectuais. Negar essa noção e esse aspecto seria negligenciar um dado importante da pesquisa, mas é preciso reconhecer que o conceito sofre mutações ao longo do tempo,

“é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em variantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estrita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta.”²⁴

Essa visão ampliada da noção de intelectual significa, em última instância, o ponto de partida ideal para o estudo desse grupo diferenciado de atores sociais, mas é necessário “em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo” para uma análise “mais estreita e baseada na noção de engajamento [dos intelectuais] na vida da cidade como ator – segundo modalidades específicas, como por exemplo, a assinatura de manifestos –, testemunha ou consciência.”²⁵ Esse entendimento reforça, assim, a peculiaridade da história dos intelectuais, como um campo aberto, “situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.²⁶

É uma definição que, ao contrário do que faz Bobbio, não parte de um entendimento funcional da ação política do intelectual na sociedade. Eles não são identificados pelo fato de fornecerem valores, princípios, idéias ou conhecimentos técnicos que orientem sua inserção nos problemas cotidianos da sociedade. A noção funcional, segundo Sirinelli, pode desembocar na observação segundo a qual o conceito de intelectual

²³ SIRINELLI, Op. Cit. p. 236.

²⁴ Idem, p. 242.

²⁵ Idem, Ibidem.

²⁶ Idem, p. 232. Esse entendimento também pode ser encontrado no trabalho de Norberto Bobbio.

seja algo contraditório em sua própria essência,²⁷ e contribuir para subverter a noção de engajamento expressa acima.

Norberto Bobbio, por exemplo, considera o problema do engajamento um falso problema, pois se engajar significa pura e simplesmente fazer uma escolha, tomar partido, ele indagava: “mas qual o lado?”, “todos os partidos são igualmente bons?”.²⁸ Na verdade, não está em jogo a contraposição entre engajamento e não engajamento, mas uma contraposição entre engajamento e engajamento, o que o remete à questão dos princípios éticos, morais que norteiam a responsabilidade da ação política dos intelectuais. Por isso, ele prefere falar “mais de responsabilidade do que de engajamento”, porque está na “essência” do problema das escolhas.²⁹

Para Jean-François Sirinelli o problema do engajamento é algo complexo, mas que o historiador não deve se furtar em enfrentá-lo. E propõe uma análise do problema que o considera dentro de uma dupla dimensão: ideológica e afetiva. Não se trata, portanto, de avaliar a responsabilidade do intelectual, como portador do poder ideológico na sociedade, como menciona Bobbio, o que nos remete a uma ênfase na racionalidade de suas ações políticas, mas “mais que à paisagem ideológica, é uma observação da localização dos intelectuais – e eventualmente de seu deslocamento – no interior dessa paisagem que o historiador deve particularmente se dedicar.”³⁰ Como advertiu Jacques Julliard, citado por Sirinelli em seu artigo, “é tempo de lembrar (...) que as idéias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”.³¹ Vale lembrar que é na fronteira tênue da racionalidade ideológica e da sensibilidade afetiva que se pode compreender as ações desses homens.

Uma pesquisa que se inscreva nesse campo autônomo da história política, representada pela história dos intelectuais, sugere Sirinelli, deve considerar o emprego das noções de itinerário, geração e sociabilidade. Por itinerário entenda-se uma abordagem interpretativa do percurso dos intelectuais, que ajude a “localizar os campos magnéticos (...)”

²⁷ Idem, p. 256.

²⁸ BOBBIO, Op. Cit. p. 99.

²⁹ Idem, lbdem.

³⁰ SIRINELLI, Op. Cit. p. 257-258.

³¹ Idem, p. 258.

que, num determinado período, atraíram os intelectuais”,³² ou seja, que permita desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais no processo histórico-social em que estão inseridos e que ajuda seja a realidade inteligível a si próprios e aos seus concidadãos.

A noção de geração é importante porque, em geral, um intelectual se define sempre por referências a uma herança, “como legatário ou como filho pródigo”, reivindicando os sabores – e dissabores – desse fenômeno de identidade e identificação. Ela não pode ser concebida, contudo, como um dado aritmético, que segue uma trajetória temporal em linha reta. Qualquer tentativa lúcida de sua definição deve levar em conta fundamentalmente a repercussão de um “acontecimento fundador”, referente à “gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência”, do qual uma dada geração extrai “bagagem genética” e uma “memória coletiva”, desses primeiros anos.³³

Uma geração não está presa, portanto, ao tempo cronológico que leva em consideração unicamente a idade dos indivíduos. Melhor seria considerá-la “uma história em sanfona”, dilatando-se ou encolhendo-se ao sabor da frequência dos fatos inauguradores,³⁴ inserindo-se em uma escala móvel do tempo, da média duração. Assim, seria possível falar de uma “geração” dos annales ou das diversas gerações que ao longo das sucessivas décadas, desde 1929, embora a partir de objetos e métodos diferentes, mantiveram a perspectiva de uma disciplina histórica em constante mutação, acompanhando as flutuações de seu tempo. De certa forma, mantivera-se a máxima de Lucien Febvre de que “a história é filha do seu tempo”.³⁵

Já a noção de sociabilidade perpassa as duas anteriormente vistas. Segundo Sirinelli,

³² Idem, p. 245-246.

³³ Idem, *Ibidem*.

³⁴ SIRINELLI, Jean-François. “A Geração”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Maneta de Moraes. *Usos & Abusos da história oral*. T Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 134.

³⁵ O uso da noção de geração, no entanto, não era algo consensual entre os fundadores dos *Annales*. Lucien Febvre aconselhava: “é melhor deixá-la de lado”; já para Marc Bloch “ela parece destinada a fornecer a uma análise racional das vicissitudes humanas, cada vez mais, seu primeiro balizamento”. Idem, p. 254-255.

“Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.”³⁶

Tanto as sensibilidades ideológicas quanto as culturais e afetivas concorrem para delimitar as idéias, as escolhas e as práticas políticas dos intelectuais. Elas constituem-se como “redes” que escondem verdadeiros “microclimas” sob os quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos apresentam freqüentemente traços específicos. As revistas, os salões, os manifestos, os abaixo-assinados passam a ser lugares privilegiados para a análise de uma história política em que se inscreva também a história dos intelectuais. A palavra sociabilidade “reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclimas’ que caracterizam um microcosmo intelectual particular”.³⁷

Creio seja o suficiente para a compreensão do objeto e do percurso da análise que me proponho realizar. Mais há ainda uma última observação antes de começar a caminhada. Em razão das limitações da pesquisa - obrigatoriamente “longa e ingrata”³⁸ -, tomou-se algo impossível estudar mais pontualmente o itinerário de todos os membros do Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC). Tampouco era esse o meu objetivo. O interesse está voltado mais para a ação desse ente coletivo que atuou numa esfera específica da cultura - no interior da estrutura político-administrativa do regime civil-militar brasileiro, que nas biografias dos seus integrantes. O que não significa que o olhar não se prenda em um ou mais desses intelectuais para melhor compreender, pela lógica da indução, a característica da coletividade da qual eles faziam parte.

Não pretendo - continuando a observação -, analisar toda a longa temporalidade sugerida por Marcos Napolitano, algo que demandaria maior fôlego de pesquisa. Cronologicamente, o período estudado se inscreve entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, tendo em vista que nesse interstício ocorreu a criação do CFC e suas congêneres estaduais, organismos que tinham a responsabilidade de planejar, organizar e, não raro, executar a política cultural do governo, nas instâncias federal e estadual. Eles representam um momento específico da institucionalização da cultura no país, sob a égide de

³⁶ SIRINELLI, 2003, p. 248.

³⁷ Idem, p. 252-253.

³⁸ Idem, p. 245.

um regime civil-militar, instalado em 1964. Por isso será necessário primeiramente fazer uma incursão nos períodos anteriores para melhor compreender o significado da criação desses organismos estatais de cultura e o sentido dado à política cultural oficial a partir de sua atuação no cenário nacional e estadual.

2. A política cultural do Estado Novo

O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, no final do governo de Humberto Castelo Branco, primeiro presidente do regime civil-militar brasileiro, instaurado em 1964. Esse novo organismo estatal de cultura veio substituir o pouco, ou quase nada atuante, Conselho Nacional de Cultura (CNC), criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, em 1938. Nas palavras de Josué Montello, este Conselho exercia um “tímido papel supletivo dos órgãos secundários” dentro da estrutura político-administrativa do governo federal, “incapacitado de corresponder à sua ambiciosa denominação”,³⁹ e não conseguia promover uma efetiva organização e planejamento da política cultural em âmbito nacional.

Na solenidade de instalação do Conselho, em janeiro de 1967, Josué Montello, nomeado para presidente da Casa, reforçava o princípio que norteou a sua criação:

“Inspirado na idéia federativa, o novo órgão começa por levar em consideração, no panorama da cultura brasileira, a variedade regional consagrada pela federação política. Parte assim da peculiaridade local, numa Nação de dimensões continentais, para eleger a harmonia da unidade.”⁴⁰

Esse era o grande diferencial, segundo Josué Montello, entre o CFC e o órgão que o antecedeu. Enquanto o CNC pressupunha a ênfase na tentativa de construção da cultura

³⁹ *CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA- CEC*. Belém, set./1968, “Discurso proferido pelo acadêmico Josué Montello, presidente do Conselho Federal de Cultura, por ocasião de sua instalação.” p. 180.

⁴⁰ *Idem*, *ibidem*.

nacional, no singular, reforçando a unidade em detrimento da diversidade cultural, o CFC tinha a missão de “recolher de cada região do País as aspirações, tendências e tradições que motivarão”⁴¹ a ação cultural do governo federal, reconhecendo, dessa forma, a diversidade na construção da cultura nacional. Não deveria, então, impor uma política cultural para um país “de dimensões continentais” como o Brasil, mas servir como órgão estatal cuja força centrípeta iria garantir a configuração da cultura nacional, com o peso positivo das diversidades regionais. Diversidade essa, já consagrada pela “federação política” na qual o país se constituía. Nesse sentido a troca da denominação “Nacional” pela “Federal” não representava um mero jogo semântico na retórica dos seus idealizadores.

Ela reflete a posição oficial do governo federal em relação à concepção de cultura brasileira a ser seguida a partir de então pelo Conselho. Remete-se ainda a uma tomada de posição do Estado brasileiro, sob a égide de governos militares, no interior dos debates em torno de questões como identidade nacional, brasilidade, nação e nacionalidade dos quais se ocupava a intelectualidade brasileira, pelo menos, desde a década de 1920. Daí a necessidade de fazer uma incursão, embora limitada, a esse período, tendo em vista a identificação de determinados sinais de continuidade e/ou de ruptura.

Segundo o antropólogo, Ruben George Oliven, “naquela época - como atualmente - o pensamento da nossa intelectualidade oscila no que diz respeito a essas questões.”⁴² Até 1920, a cultura nacional era vista ora extremamente desvalorizada, o que levava as elites⁴³ a recorrerem a imitações de modelos europeus e, mais recentemente, norte-americanos de cultura, ora, ao contrário, expressava-se uma supervalorização da cultura brasileira e dos símbolos nacionais, associada a um desprezo relativo em relação àqueles centros

⁴¹ Idem, *Ibidem*.

⁴² OLIVEN, Ruben George. “Nação e região na identidade brasileira”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 66.

⁴³ Flávio Heinz observa que não há consenso no que se refere ao entendimento do termo — do qual farei uso mais vezes ao longo do texto —, mas parece concordar com a definição proposta por Giovanni Busino, segundo a qual o termo faz referência à “minoridade que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área a qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. Dentro dessa concepção ampla que o termo será utilizado aqui. HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7.

“civilizados” do mundo.

A primeira corrente de pensamento deixava entrever um certo pessimismo e preconceito em relação ao brasileiro, classificado, em geral, como um sujeito apático e indolente, pouco afeito às coisas civilizadas”. Raymundo Nina Rodrigues, Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Viana Moog, entre outros, aparecem como expoentes dessa parcela da intelectualidade brasileira, que direcionavam suas explicações do que era o Brasil e o brasileiro, levando em conta a sua composição racial e as determinantes geográficas, de sua fisionomia física e psicológica. A impressão que Euclides da Cunha teve da Amazônia, quando aqui esteve em 1904, como Chefe da Comissão Brasileira de Limites, no rio Purus, bem exemplifica esse entendimento. Dizia, Euclides da Cunha:

“a impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...”⁴⁴

Ao enfatizar a pequenez do homem amazônico diante da exuberância da floresta que o acolheu, mesmo “sem ser esperado nem querido”, Euclides da Cunha não estava querendo dizer que esse quadro permaneceria o mesmo sempre. Ao contrário, acreditava estar fazendo um diagnóstico necessário e, de acordo com os conhecimentos da época, cientificamente balizado e “positivo”, desnudando a realidade e dando a conhecer o “Brasil real” aos brasileiros, com todas suas potencialidades e falhas.

A seu modo, buscou contribuir para a construção de uma noção de povo brasileiro civilizado e de um país que caminhasse dentro das trilhas do progresso. A conclusão que chegava era a de que deveria criar um novo homem, educado, diligente – em uma palavra: civilizado – que pudesse transformar as potencialidades do país em algo concreto, palpável, senão para aquela geração, ao menos para as gerações futuras.

Na década de 1920, o movimento modernista veio contribuir para o surgimento de uma nova sensibilidade estética e literária em relação à cultura nacional, à “identidade nacional” e ao “homem brasileiro”. Diferente dos debates até então travados que polarizavam

⁴⁴ CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: ensaios estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio Brando, AC, 1998, p. 66.

a questão entre a aceitação da cultura estrangeira ou a valorização dos símbolos nacional, o movimento modernista significou, por um lado, uma “reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorrem no exterior” e, por outro lado, implicou também na busca de “nossas raízes nacionais valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil.”⁴⁵ Para os modernista estava em jogo garantir o ingresso definitivo do país, nos quadros do progresso da civilização universal. Em outras palavras; os intelectuais, artistas e literatos modernistas, em que pese as suas divergências internas, impuseram-se o desafio de realizar uma (re)leitura da realidade brasileira, um (re)descobrimento do Brasil, em seus aspectos culturais e sociais, com vista a determinar o ingresso do país na comunhão das nações civilizadas.

Um dos debates mais instigantes, desse período, foi justamente aquele em torno da definição da cultura nacional. No centro deles estavam situados, de um lado, modernistas, como Mário de Andrade, e, de outro, regionalistas e tradicionalista, tendo a frente a figura respeitada de Gilberto Freyre.

Havia por parte dos primeiros, uma certa recusa ao regionalismo. Para Mário de Andrade os artistas e intelectuais modernistas tinham o compromisso de fazer um diagnóstico da cultura nacional e buscar soluções para “o problema atual, nacional, moralizante, humano de *brasileirar o Brasil*” (grifo meu), pois “nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos do mimetismo para a fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais”,⁴⁶ Isso implicava, pois, romper com a imagem pessimista de Brasil e de brasileiro construída ao longo de décadas por uma elite orgulhosa de si, que se sentia, por vezes, como um estrangeiro num país em que a maioria da população derivava das “raças inferiores” de negros e índios e cuja simples constatação dava o tom do atraso do Brasil em relação à civilização universal.

Colocando em prática o seu projeto de “descobrir” o Brasil verdadeiro, Mário de Andrade realizou um conjunto de viagens pelo interior do país. Em 1924, fez uma viagem de estudos para as cidades históricas de Minas Gerais; em 1926, conheceu a Amazônia e, no ano seguinte, visitou o nordeste, sempre acompanhado de sua câmara fotográfica Kodak, com a qual registrou as suas impressões da paisagem, da arquitetura e da população dos locais por

⁴⁵ OLIVEN, Op. Cit. p. 67.

⁴⁶ ANDRADE, Apud, OLIVEN, Idem. Ibidem.

onde passou. Sentia-se um verdadeiro “turista aprendiz” de Brasil,⁴⁷ realizando essas viagens.

Em sua passagem por Belém, seu olhar modernista lançado sobre a paisagem arquitetônica e natural da cidade frustrou-se, de início, ao ver uma cidade “menos brasileira do que esperava, mais artificial, burguesa”,⁴⁸ com seus prédios públicos e palacetes, que lembravam o *glamour* do período áureo da extração e comercialização da borracha na região, na chamada *belle-époque*.⁴⁹ Ele criticou ainda a mania de utilização de “plantas estrangeiras, na paisagem urbana de Belém, insuportavelmente monótonas, destoantes do clima” do lugar, para depois conjecturar: “imagine só uma alameda arborizada com tufos de açazeiros?”⁵⁰

Além de se voltar contra os estrangeirismos e aos mimetismos culturais, Mário de Andrade ainda se ateve com os regionalismos da época. A sua impressão do programa do Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste, em 1926, no Recife, não era nada animadora. Via-o como um “programa um pouco acanhado e além de regionalista, regionalizante”⁵¹ demais, o que representava para ele um perigo, a ressaltar as diferenças e as curiosidades locais em uma nação já historicamente esfacelada e de tamanha proporção territorial.

O perigo seria o separatismo e as permanências de uma tradição oligárquica. Algo, porém, negado pelo autor do Manifesto Regionalista de 1926, Gilberto Freyre. Preparado “em volta da mesa de chá com sequilhos e doces tradicionais da região”, feitos “por mãos de sinhá”, esse documento, conforme disse Freyre, postulava que “as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e creadoramente [sic] numa verdadeira organização nacional”.⁵² Não se tratava, portanto, de se enfatizar a “cor local” no interior da cultura brasileira, mas construir na teoria e na prática um “novo regionalismo”, que visava “a superação do estadualismo”, lamentavelmente desenvolvido, segundo avaliava o

⁴⁷ LIRA, José Tavares Correia. “Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre”. In: *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Vol. 20 no. 57, fev./2005. Disponível no site: www.scielo.br/pdf7rbcso/v20n57.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Sobre as transformações urbanísticas de Belém no período áureo de extração gomífera na Amazônia, conferir: SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

⁵⁰ Apud, LIRA, Op. Cit.

⁵¹ Idem Ibidem.

⁵² MANIFESTO REGIONALISTA DE 1926. Recife: Região, 1952. 78p. Disponível no site:

Manifesto, ao longo dos primeiros anos republicanos.⁵³ Criticava o controle do poder político e econômico nas mãos de Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo ao longo da Primeira República.

Na concepção de Gilberto Freyre, a nação era percebida como um conjunto articulado e integrado de regiões, o que o fazia acreditar no desenvolvimento de “outros regionalismos” para que viessem a juntar-se ao regionalismo nordestino, dando ao movimento inaugurado com aquele Manifesto o “sentido organicamente brasileiro e até americano, quando não mais amplo, que êle [sic] deve ter”.⁵⁴

Em uma conferência proferida em 1944, nos Estados Unidos, Gilberto Freyre reconhecia que “uma região pode ser politicamente menos do que uma nação”, mas ela era vital e culturalmente “mais do que uma nação”. Didaticamente, ele exemplificava:

“Um filósofo, no legítimo sentido, tem que ser super ou supranacional; mas dificilmente ele pode ser supra-regional no sentido de ignorar as condições regionais de vida, da experiência, da cultura, da arte e do pensamento que lhe cabe julgar ou analisar.”⁵⁵

Se para os modernistas o desafio era “brasileirar o Brasil”, construir a cultura nacional para ser universal, garantindo assim o ingresso definitivo no mundo civilizado, para o “novo regionalismo” consagrado pelo Manifesto, a cultura nacional deveria, antes e acima de tudo, levar em conta os aspectos culturais de cada região. O nó na relação entre esses dois grupos de intelectuais apertava quando entrava em jogo a utilização ou não de referências estrangeiras na constituição cultural do país. Enquanto os primeiros acreditavam numa possível “atualização” da cultura nacional a partir da junção de elementos externos e aqueles ligados à tradição popular brasileira – a exemplo do Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade – os últimos tinham como objetivo promover a “reabilitação de valores regionais e tradicionais” nordestinos, ao mesmo tempo em que demonstravam um certo desprezo pelas influências culturais exógenas.⁵⁶

⁵³ Idem, *Ibidem*.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵⁵ FREYRE, Apud. OLIVEN, Op. Cit. p. 70.

⁵⁶ Idem, p. 70-71.

Os debates em torno da cultura nacional atravessaram as décadas seguintes, com maior ou menor peso para um dos lados, sendo acrescidos de novos matizes trazidos pela mudança de regime de governo. Em termos ideológicos, esses debates parecem confirmar a tese de Marilena Chauí segundo a qual, nesse período, estava em andamento o processo de mudança no que se refere à concepção de “nação”, em que se verificou a passagem da preocupação com o “caráter nacional” para a preocupação relacionada à formulação de uma “identidade nacional”.⁵⁷

A noção de “progresso” material ou de “melhoramentos” na realidade social e cultural do país, característico no primeiro momento, fez brotar nos meios intelectuais e artísticos um olhar ufanista em relação à natureza em sua exuberância e potencialidade e a exaltação do “tipo nacional” como pacífico e ordeiro. Expressou o ideal de nação pensado pelas elites agrárias do país impresso no lema “ordem e progresso” da bandeira nacional. Já a segunda concepção de nação definia-se tomando como critério “algumas determinações internas da nação que são percebidas por sua referência ao que lhe é externo, isso porque a identidade não pode ser construída sem a diferença.”⁵⁸ Nesse momento estariam inseridos tanto modernistas e regionalistas.

Esse clima de mudança e de construção da identidade nacional - da “questão nacional”, como sugere Marilena Chauí -, veio ao encontro das pretensões do governo estabelecido a partir de 1930 relacionadas à construção de um Estado forte, com maiores poderes ao executivo. Estado e nação confundiam-se, na medida em que a nação só poderia ser construída a partir da intervenção direta do Estado no cotidiano do país.

A “revolução” de 1930 viria tirar o país do estado de letargia em que se encontrava, face à omissão do Estado liberal, em todos os níveis da vida da nação, tido como mero “espectador que era dos conflitos sociais e das carências materiais e espirituais da

⁵⁷ Marilena Chauí, recorrendo às pesquisas de Eric Hobsbawm acerca da invenção histórica do Estado-nação. propõe a seguinte periodização referente a noção de “nação” no vocabulário político desses estados: “de 1830 a 1880, fala-se em ‘princípios da nacionalidade’; de 1880 a 1918, fala-se em ‘idéia nacional’; e de 1918 aos anos 1950-1960, fala-se em ‘questão nacional’”. Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas”. CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo:

Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 16 e 21.

⁵⁸ Idem, pp. 2 1-22.

população de um país.”⁵⁹ Nesse período, o Estado-nação acabou por se fortalecer sob a moldura de uma “democracia social” –contrapondo-se à “democracia liberal”, que na retórica do novo governo privilegiava os interesses individuais –na qual o Estado se apresenta como promotor do bem-estar social, provendo em todos os níveis os anseios do povo, identificado como sendo, além de pacífico e cordial, um povo trabalhador.⁶⁰

A cultura foi uma área a merecer a atenção do novo governo. Na esteira desse processo de restauração do Estado brasileiro, do qual a revolução de 1930 e o golpe que implantou o Estado Novo, em 1937, eram vistos como marcos divisores,⁶¹ foi criado, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), pelo Decreto n° 19.402, de 14 de novembro de 1930, com atribuições para planejar e executar as ações do Estado na área de educação, cultura e saúde pública. Mais tarde foi a vez da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, que representou o marco inaugural da ação estatal especificamente na área da cultura.

Não se tratou, porém, de um ato isolado. Segundo Joaquim Arruda Falcão, a criação do SPHAN, ao contrário,

“inseriu-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país. Processo que adquire forma moderna com a Revolução de 30, e é determinado por fatores estruturais tais como a substituição do ciclo rural e oligárquico pelo ciclo urbano e industrial, a conseqüente ampliação social da cidadania, pelo aumento da oferta de emprego urbano, e a crise econômica internacional, a provocar a guerra e a afrouxar os laços de dependência política e cultural que vinculavam o Brasil à Europa”.⁶²

Ainda que se possa questionar essa efetiva substituição do “ciclo” rural-oligárquico, num país em que os grandes proprietários rurais ainda possuíam grande força

⁵⁹ GOMES, Ângela de Castro. *Á invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.199.

⁶⁰ Idem, p. 198-205.

⁶¹ Segundo Ângela de Castro Gomes, as interpretações da época viam 1930 e 1937 “como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior; 30 fora o início daquilo que 37 queria e deveria realiza.” Idem, p.191

⁶² FALCÃO, Joaquim Arruda. “Política Cultural e Democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, pp. 26-27.

econômica e política como o Brasil,⁶³ é inegável que a dinamização dos centros urbanos e industriais do país, associada a maior visibilidade conquistada pelo operariado urbano nos anos imediatamente anteriores, fez com que o novo Estado lançasse mão de medidas visando a disciplinarização e o controle dessa parcela da sociedade.⁶⁴ Nesse contexto, o novo Estado varguista buscou legalizar e estatizar atividades antes livres da ingerência estatal, “como as atividades sindicais, as atividades estudantis e as atividades culturais”⁶⁵ O que ajuda a compreender, por exemplo, a criação de uma legislação trabalhista, na área social, e a criação do SPHAN, do Conselho Nacional de Cultura (CNC) e outros organismos estatais ligados à política cultural do governo.⁶⁶

Uma das tarefas principais que se impunha ao novo governo era, portanto, a de reabilitar a imagem do homem brasileiro. Isso implicava em recorrer às raízes sócio-culturais do “povo brasileiro” - entendido como “um corpo político hierarquizado pelo trabalho”, no qual o trabalhador era “o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional”,⁶⁷ - em sua originalidade e potencialidade capaz de contribuir para o desenvolvimento nacional. Cabia ao Estado nacional brasileiro reabilitar o homem do povo que, além de representar tudo aquilo que era produzido no país e também a base da cultura nacional, estava afastado do homem político, do cidadão. “A cultura, nessa nova acepção, era a própria expressão do que era ‘natural’ e ‘intrínseco’ ao homem brasileiro”,⁶⁸ uma realidade

⁶³ Vânia Maria Losada Moreira advertiu que, mesmo nos anos JK, em que se percebeu uma maior febre industrializante no país com o alcance das metas do chamado projetos dos “50 anos em 5”, os “ruralistas” tiveram forte peso nessa política. “As aspirações ruralista não eram contraditórias ou incompatíveis com o programa desenvolvimentista de JK” e a concessão de terras nas áreas de expansão são exemplos disso”contribuíram para “um fortalecimento numérico, econômica, social e político da oligarquia rural”. MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 182-185.

⁶⁴ Sobre a emergência da classe trabalhadora no período. DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 71-110.

⁶⁵ FALCÃO, Op. Cit. p. 27.

⁶⁶ De acordo com Sérgio Miceli, “ao longo dos anos 30 e 40, a vertente cultural do Ministério da Educação e Saúde Pública incluía o Instituto Nacional do Livro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional do Teatro, o Serviço de Radiodifusão Educativa, a Casa de Ruy Barbosa, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Museu de Belas-Artes e (...) o Instituto Nacional de Cinema Educativo”. MICELI, Sérgio. “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)”. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 55.

⁶⁷ Idem, p. 209.

⁶⁸ Idem, p. 194.

esquecida e perdida para as elites políticas do período anterior.

Essa concepção atávica de cultura reavivou o ideal de caldeamento étnico/racial na formação da cultura nacional. Observa-se, a partir da década de 1930, um resgate – ao menos parcial – da honra racial do caboclo e de outros mestiços originários de um processo de miscigenação que fora marcado por uma convivência “democrática” entre as diversas raças que formaram o “povo brasileiro”. Nesse sentido, ocorreu um deslocamento da retórica da “inferioridade” do homem brasileiro, passando do território da “raça” para o da “cultura”,⁶⁹ ainda que não prescindisse da questão racial, agora acrescida de novos valores. Em outras palavras, o discurso político da identidade nacional não conseguiu dissimular ou desfazer-se do seu mal de origem, ou seja, a constatação das diferenças e a desqualificação das formas inferiores como estratégia de construção daquilo que era concebido como nacional e homogêneo. O novo governo, embora assumisse a “inferioridade” do povo brasileiro, percebia-o como portador de “culturas pouco avançadas ou não civilizadas”, e não constituído por raças - ou “sub-raças” - incapazes de superar a sua condição “natural” de inferioridade.⁷⁰

Ela vinha ao encontro do projeto nacional-desenvolvimentista implementado pelo governo Getúlio Vargas, no período, no qual o trabalhador/cidadão é chamado a participar ativamente. Mas, esse povo, esse brasileiro e esse novo cidadão precisavam, antes e acima de tudo, serem descobertos. Para isso, o governo contou com a ajuda de parcela significativa da elite intelectual brasileira que, alinhada ou não com a proposta autoritária do governo federal, foi chamada “a participar na construção da cultura nacional”.⁷¹ Segundo Denis Rolland, intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, funcionário público, membro do gabinete do ministro da Educação, e que também publicava “poemas políticos e revolucionários”⁷² mantiveram uma autonomia relativa na interface da prática política e artístico-cultural”, no período.

O elitismo no processo de construção da cultura nacional pode ser percebido nos

⁶⁹ SEYFERT, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão migratória no Brasil”. In: G.C.L. Zarur (Org.) *Região e Nação na América Latina*. Brasília, Editora UnB, 2000, p. 91.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*.

⁷¹ ROLLAND, Denis. “O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras”. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 87.

⁷² Idem, pp. 87-88.

termos em que fora criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a sua ação na área cultural. Criado em 1937, o SPHAN tinha pela frente três ordens de desafios à enfrentar: um de caráter político, no sentido de estimular e canalizar a participação da sociedade para a tarefa de preservação patrimonial; outro, ideológico, na medida em que se propunha identificar e forjar um “patrimônio cultural brasileiro”; e um terceiro, de ordem administrativa, uma vez que precisava consolidar seu espaço numa estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente.⁷³ No que se refere ao segundo desafio, priorizou-se os monumentos de “pedra e cal” representativos do que havia de melhor do “gênio” luso-brasileiro.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que criou o SPHAN, assinado durante a gestão do ministro Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, guardou sensíveis diferenças no que se referia ao anteprojeto elaborado pelo modernista Mário de Andrade. Por isso, a comparação entre este e o Decreto-Lei se impõe como necessário para que se possa compreender os limites da atuação preservacionista do SPHAN – e mais tarde do IPHAN – no cenário cultural brasileiro.

Embora houvesse convergência entre o Decreto e o anteprojeto, no que se refere ao direito da propriedade privada sobre o patrimônio de interesse cultural público, as diferenças se revelaram mais claras principalmente diante do que cada um entendia por “patrimônio cultural.” No anteprojeto cristaliza-se uma visão ampla de patrimônio cultural brasileiro, pois “seriam dignas de proteção tanto as artes eruditas quanto as ameríndias e populares”, podendo ser alvo da ação do SPHAN tanto as obras premiadas das artes plásticas e da literatura brasileiras, quanto os instrumentos de pesca indígenas ou os mocambos. Além disso, o anteprojeto propôs a preservação dos bens “moveis e imóveis, e mais dos usos, hábitos, fazeres, lendas, folclore, música e até as superstições populares.”⁷⁴ Já o Decreto-Lei deixou para regulamentação futura as categorias da arte a merecerem proteção, restringindo o

⁷³ FALCÃO, Op. Cit. p. 27.

⁷⁴ Idem, p. 28-30. Ver ainda Vanderli Maria da Silva que, amparado na análise de Annateresa Fabris, aponta que as “características principais do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade são: igual atenção para a produção erudita e para a popular, para a arte pura e para a arte aplicada; o interesse pela paisagem transformada pela atividade humana e a inclusão de elementos ‘imateriais’, ligados diretamente ao folclore, na noção de patrimônio”. SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

seu foco de visão para as “*coisas*, isto é, bens móveis e imóveis.”⁷⁵

Na prática, a atuação do SPHAN foi ainda mais reduzida, pois entre essas “*coisas*” deu prioridade à preservação de monumento arquitetônico de “*pedra e cal*”. E entre estes, privilegiou os monumentos vinculados à experiência vitoriosa da etnia branca e da religião católica (Igrejas, colégios, seminários), no Estado (palácios de governo, fortes, fóruns) e na sociedade (sedes de grande fazendas, sobrados urbanos, etc.), ou seja, das elites políticas e econômicas do país.⁷⁶ Uma atuação na qual a classe dos arquitetos teve certa exclusividade.

Joaquim Arruda Falcão avalia que essa restrição às “*coisas*” e, entre elas, o privilégio aos monumentos de “*pedra e cal*” assentava-se, primeiro, numa

“continuidade de gestão político-burocrática do IPHAN, que vai de sua fundação com Rodrigo M. F. de Andrade até o final da gestão de seu sucessor e discípulo, Renato Soeiro, em 1979. Segundo, na homogeneidade e estabilidade de seu corpo técnico, formado basicamente por arquitetos que partilham igual concepção de preservação: preservar é sobretudo restaurar arquitetonicamente.”⁷⁷

Mas, para além desses critérios meramente técnicos e políticos-burocráticos da preservação patrimonial no período, havia outro relacionado ao caráter histórico em cujo contexto se inscreveu a atuação do SPHAN. Eles se ajustaram perfeitamente à concepção de cultura que orientara as escolhas daquilo que era representativo da nossa “*identidade nacional*”, o que deveria ou não ser preservado na memória do povo. Sendo ainda o país constituído de um “*povo incivilizado*”, em sua imensa maioria de analfabetos, segundo a avaliação dos idealizadores do órgão, o olhar lançado para o patrimônio histórico e artístico nacional tendeu a voltar-se para aqueles monumentos “*de pedra e cal*”, porque, além de terem maior visibilidade na promoção de uma pedagogia cívica da nação, representavam as produções artísticas que melhor expressavam a inteligência nacional, o melhor da “*nossa raça*”.⁷⁸

⁷⁵ Idem, *Ibidem*.

⁷⁶ Idem. 28.

⁷⁷ Idem, p. 24

⁷⁸ Falcão argumenta, no entanto, que a questão se estabelece no centro da estratégia de afirmação de uma consciência patrimonial no país, o que “teria sido o primeiro objetivo dos intelectuais que comandaram

Na verdade, a proposta de Mário de Andrade não encontrou eco mais expressivo na sociedade. Foi politicamente solitária. Não se verificou uma mobilização dos setores de oposição ao regime, mesmo por parte das classes populares, com suficiente força política nacional, a favor de uma política de preservação alternativa ou concorrente. Por outro lado, os escassos recursos federais atenderam a uma “demanda social real”,⁷⁹ relacionada aos interesses daqueles que estavam no topo da escala hierárquica da sociedade, desejosos de que a sua experiência cultural particular se metamorfoseasse em experiência nacional bem sucedida, num jogo de cartas marcadas com o qual se forjava a identidade nacional.

Como o novo Estado procurou legitimar-se a partir de uma retórica de negação do período anterior – caracterizado pejorativamente de anti-social, economicamente atrasado e liberal e que desrespeitava a cultura nacional – ele não foi buscar nesse período a sua fonte de inspiração, recorrendo assim ao passado colonial e imperial brasileiro e, no caso dos tombamentos, privilegiando as construções arquitetônicas desses períodos.

O caráter elitista da preservação patrimonial no país atravessou o século XX, privilegiando os monumentos de “pedra e cal”. Em conferência realizada no CEC-PA, em 1968, o conselheiro Rodrigo Melo Franco de Andrade afirmava que, entre “os bens a proteger de valor arqueológico, histórico, artístico e natural [...] avultam, porém, os monumentos arquitetônicos, como núcleo primacial de nosso patrimônio.”⁸⁰ A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, referindo-se à cidade de Belém em artigo recentemente publicado, não hesitou em registrar o quanto era impossível deixar de perceber a forte presença indígena nos produtos comercializados no mercado do Ver-o-Peso, contudo apenas o valor arquitetônico e artístico do espaço do mercado de ferro mereceu ser preservado, mesmo convivendo com “tendas e esteiras em que ficam expostas ervas, cheiros e outras tantas mercadorias” representativas da cultura popular da região, que dá um colorido especial ao seu entorno.⁸¹

inicialmente o órgão, daí porque o monumento de pedra e cal, por sua visibilidade física e presença na história oficial, seria a opção de maior e mais imediato impacto educativo.” Idem, p.28-30.

⁷⁹ Idem, p. 28.

⁸⁰ Apud., FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 60.

⁸¹ A partir de Constituição Federal de 1988, percebe-se uma mudança na concepção de patrimônio cultural brasileiro, englobando, em seu artigo 216, “os bens de natureza material e imaterial”. Em 2004, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, realizado em Belém, foi o primeiro patrimônio imaterial tombado em todo o país, na categoria “celebrações”. Idem, pp. 58-59. Conferir CD-Rom “Dossiê IPHAN 1”-“Círio de Nazaré”. Brasília, MEC/IPHAN,2006.

A tese da pouca atuação do CNC expressa no discurso do presidente do CFC, em 1966, não era tão absurda como inicialmente poderia parecer. Talvez tenha contribuído para isso a pulverização institucional da área cultural no período. Órgãos como o SPHAN, visto linha atrás, tinham a atribuição de planejar, organizar e executar estratégias ligadas a um campo específico da política cultural do Estado. O Serviço Nacional de Teatro (SNT) criado em dezembro de 1937, também ligado ao Ministério da Educação e Saúde, era encarregado, por exemplo, de desenvolver atividades relacionadas tanto ao teatro como à dança, à música e à ópera.⁸² Contudo, um bom indicativo desse ofuscamento da ação do CNC - como também de outros organismos culturais -, relacione-se ao caráter propagandístico e censório do governo pós-1937.

Entendida como portadora de um discurso político autorizado, capaz de ultrapassar as fronteiras dialógicas que separavam as elites e as classes populares, a propaganda mereceu atenção especial dos intelectuais e políticos do Estado Novo, cientes de que com o uso eficiente desse recurso “atingiriam os corações e as mentes do povo brasileiro que desejavam ‘formar’”.⁸³ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),⁸⁴ criado em dezembro de 1939, veio ao encontro dessa preocupação.

No decreto que definiu a sua criação, três objetivos se destacam:

- “1) Centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna e externa, servir [...] de agente complementar à informação.
- 2) Censurar e teatro, o cinema, os lazeres e o esporte [...] a literatura social e política e a imprensa.
- 3) promover, organizar, patrocinar manifestações [...] que revelem as atividades governamentais [...] nacionais e estrangeiras.”⁸⁵

⁸² ROLLAND, Op. Cit. pp. 93-94.

⁸³ GOMES, Ângela de Castro. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de (1940)”. RIDENTI e ROLLAND, Op. Cit. p. 114.

⁸⁴ O DIP teve três diretores no período de 1939 a 1945: Lourival Frontes (1939-1942), Major Coelho dos Reis (1942-1943) e o Capital Dutra Menezes (1943-1945). Antes dele, o governo se valeu de outros organismos estatais de propaganda que, no entanto, não tiveram a mesma força de ação: o departamento Oficial de Propaganda (1931), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934) e o Departamento Nacional de Propaganda (1938). Diferente dos seus antecessores, o DIP estava subordinado diretamente à Presidência da República e não mais ao Ministério da Justiça.

⁸⁵ Apud, ROLLAND, Op. Cit, p. 90.

O texto legal já expressava o extenso raio de ação do novo órgão. “Centralizar”, “coordenar”, “orientar”, “supervisionar”, “censurar”, “promover”, “organizar”, “patrocinar”; pelos infinitivos empregados pode-se avaliar a dimensão da área de atuação do DIP no universo diversificado e complexo da política e da cultura do país, que extrapolava, inclusive, as funções de mero divulgador dos atos do governante. Todos os domínios da cultura, seja popular ou elitista, dessa forma foram atingidos pelo Estado através do DIP. Entre eles, Denis Rolland destaca a música popular, o circo, os cultos afro-brasileiros e o teatro. Em relação a este setor, afirma que o DIP chegou a questionar a própria competência da atuação SNT, além de restringir e proibir espetáculos públicos que pudessem “agredir a ‘moral pública’, o ‘regime’ ou seus representantes, ‘as religiões’, o ‘interesse nacional’ ou se forem expostos ‘maus costumes’”.⁸⁶

Ao mesmo tempo em que se procurava promover o que teria de mais autêntico da cultura nacional – o samba, por exemplo, foi visto dessa forma .o Estado, através da censura, proibia as manifestações culturais espontâneas da população, na definição da “identidade nacional”, em cujo processo o DIP teve papel destacado. Como afirmou Carlos Fico, o Estado Novo promoveu a oficialização da “concepção nacionalista da cultura brasileira”,⁸⁷ sob o influxo de pensadores como Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Fernando de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda.

A “gilbertização”⁸⁸ do Brasil, por exemplo, data desse período, em que os argumentos relacionados ao caldeamento das raças branca, negra e índia na constituição do povo brasileiro, expostos por Gilberto Freyre em seu livro *Casa Grande & senzala*, foram via de regra reivindicados pelas elites políticas e intelectuais do país na intenção de dar visibilidade ao “Brasil real” e à “identidade nacional.”

O Estado nacional brasileiro, do Estado Novo até o regime civil-militar do pós-64, materializou iniciativas voltadas para as áreas econômica, geográficas, educacional e cultural

⁸⁶ Idem, pp. 94-95.

⁸⁷ FICO, Op. Cit., p. 34.

⁸⁸ Termo utilizado por Carlos Fico para simbolizar a “absorção dos cânones explicativos de *Casa grande & senzala* [obra clássica de Gilberto Freyre] pelo novo grupo no poder no pós-30”, em que fora amplamente aceito o princípio de que “a mistura de raças no Brasil, possibilitou uma sociedade não marcada pelo antagonismo e pelo conflito social, mas pelo equilíbrio fruto de uma convivência cultural harmônica no seio da família patriarcal”, contribuindo assim para uma “*re-significação* dos negros e mestiços, valorizando essa mão-de-obra e possibilitando sua utilização, num quadro menos conflituoso, pelo novo capitalismo brasileiro”. Idem, pp. 34-35.

para conseguir esse primeiro objetivo. A “Marcha para o este” – vista por Getúlio Vargas como o “reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade dos bandeirantes e sertanistas”, que buscou a integração geográfica da nação, partindo “do oceano para a interlândia imensa”,⁸⁹ é emblemático nesse sentido, porque partia da concepção de que no “sertão” encontra-se o verdadeiro Brasil e o verdadeiro brasileiro, ainda não corrompidos pelo cosmopolitismo da vida urbana.

Essa concepção de integração territorial do Brasil, que ganhou destaque no governo Juscelino Kubitschek, com a construção planejada da nova capital federal (Brasília), em 1960, e de uma rede rodoviária que pudesse interligar as diversas regiões do país, consagrou-se nas políticas públicas materializadas pelo regime civil-militar brasileiro, conforme veremos mais à frente. Ela era, ao mesmo tempo, geográfica e econômica, e - também cultural.

A “identidade nacional”, construída a partir do contraste nacional *versus* internacional, “atraso” e “subdesenvolvimento” *versus* “desenvolvimento”, era dessa forma estabelecida pelo que faltava ao Brasil para que pudesse ingressar definitivamente no círculo restrito composto pelas grandes potências industriais da época, como Inglaterra, França e Estados Unidos. Um debate que se prolongou ao longo de décadas, associando desenvolvimento e progresso cultural, que não ficou circunscrito à esfera exclusiva do Estados, como por exemplo, na década de 1960, período caracterizado por uma forte agitação cultural no país. Outros sujeitos sociais procuraram a seu modo dele participar e propor alternativas.

3. Os anos 60: para um “povo alienado”, uma “vanguarda iluminada”

Se na segunda parte desse capítulo procurei expor, ainda que sumariamente, as linhas gerais nas quais o Estado traçou a sua política cultural no período Vargas, cujas heranças podem ser sentidas nas décadas seguintes, proponho aqui enveredar no universo complexo e agitado da cultura brasileira na década de 1960, sabendo que o passado é para nós

⁸⁹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986, pp. 56-59.

um “país estrangeiro”, que não pode ser recuperado em sua totalidade.⁹⁰ Minha tarefa, como guia, é a de torná-lo algo mais inteligível, na tentativa de procurar responder aos por quês que envolveram a criação de um CFC, em 1966 e suas congêneres estaduais.⁹¹

É oportuno, como roteiro de viagem, lembrar a caracterização do período feita linhas atrás por Marcos Napolitano segundo a qual o período de 1956 a 1964 conheceu o auge da cultura “nacional-popular”, devido à intensa participação popular no campo cultural, de tal maneira que se desvinculou tanto da esfera restrita do Estado quanto da dos partidos de vanguarda. Uma tendência que buscou nas “raízes” culturais do “povo brasileiro” o instrumento de oposição à hegemonia da cultura elitista e que começou a se manifestar antes do golpe de 1964, mantendo vivo o espectro da revolução nos meios intelectuais e artísticos do país durante essa década.⁹²

A convergência entre política e cultura foi a tônica nas manifestações artísticas e culturais organizadas tanto pelas direitas, entendidas como constituída dos partidos representativos das elites políticas e econômicas do país, como pelas esquerdas, compostas pelos diversos partidos e movimentos que visavam superar a condição de desigualdade no país e promover, mesmo ao nível do discurso, a ascensão das classes populares ao poder - nas quais o termo “revolução” - ou o seu “primo pobre”, “reforma”, com o qual as vezes se confundia -, era palavra de ordem.⁹³ O termo funcionava como um rastilho de pólvora na mobilização da classe trabalhadora (urbana ou rural) ou para legitimar o discurso

⁹⁰ Segundo David Lowenthal, “o que hoje conhecemos como o ‘passado’ não era o que alguém houvesse experimentado como ‘o presente’ desse passado. LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”~. *REVISTA PROJETO HISTÓRIA*. São Paulo: PUC, n. 17, nov./1998.

⁹¹ Entre as fontes de conhecimento do passado (memória, história e fragmentos), indicada por David Lowenthal, vou lançar mão da história já construída sobre o período.

⁹² Segundo Marcelo Ridenti, esse espectro era o fantasma “da revolução frustrada: a não-revolução democrática e também a não-revolução socialista. Ou, por outra, a revolução às avessas, como a de 1964”. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 21.

⁹³ Utilizo os termos “direita” e “esquerda” de forma instrumental, respeitando as considerações de Norberto Bobbio que dão conta de que uma distinção entre eles parece difícil, mas é bom que não se esqueça sua utilidade, porque os “autores precedentes” que estiveram no palco das lutas políticas e culturais assim se definiam. As tensões entre elas manifestavam-se, “com base no diverso modo em que é concebida, respectivamente pela direita e pela esquerda, a relação entre igualdade e desigualdade (...) a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção. Disso se segue que, para essa pessoa, qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para a pessoa de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é a regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada”. BOBBIO, Norberto. *Direito e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 23.

modernizador das elites políticas e econômicas do país. Cada um a seu modo, visava algum tipo de mudança, por assim dizer, estrutural na sociedade brasileira.

Edgar De Decca pode ser apontado como um dos primeiros a fazer essa constatação, de uma forma muito peculiar. No prefácio à 5ª edição do seu livro, já clássico, *O Silêncio dos Vencidos*, publicado originalmente em 1981, ele procurou rebater as críticas dirigidas ao livro, explicando que, com a análise sobre a “Revolução de 1930”, pretendia mostrar:

“como a prática historiográfica, ainda que pretensamente crítica, manteve-se presa ao campo de representações de discursos políticos que instituíram a revolução de trinta como fato histórico, sem se indagar sobre a proveniência e os modos de enunciação desses mesmos discursos (...) por isso mesmo, não pretendeu alcançar o sentido profundo da revolução de trinta, postura constante de uma certa historiografia, mas desmontar os mecanismos pelos quais os discursos políticos produziram este fato histórico visando a sua própria legitimação (...) visou muito mais alertar uma certa historiografia de esquerda que, ao buscar os sentidos profundos de um fato histórico, consagrado pelo exercício de dominação, tomou-se presa fácil dos mecanismos de silêncio produzidos pelos discursos políticos em sua auto-legitimação”⁹⁴

O prefácio constituiu-se, como o próprio autor reconheceu, num capítulo *a posteriori* do livro, pois a questão que lhe incomodava, e que afirmava estar posta implicitamente no livro, era a persistência de alguns modelos de revolução que atravessaram os anos sessenta e setenta cristalizados na maioria dos trabalhos historiográficos do período.⁹⁵ Esses modelos estavam, de uma forma ou de outra, ligadas aos estudos das obras de Marx ou de autores marxistas, dos quais eram extraídas estratégias diversas de viabilização da revolução.

Nesse particular, a Revolução Cubana, de 1959, a guerra de guerrilha no Vietnã e as revoltas estudantis, lideradas por Mao-Tse-Tung, aureoladas por um “espectro marxista”, fizeram ruir antigos modelos interpretativos dominados pelos partidos comunistas, abrindo espaço para novas interpretações teóricas das possibilidades revolucionárias nos países do chamado “terceiro mundo”, entre eles o Brasil. Nesses anos em que se respirava revolução, “as imagens de uma onda revolucionária (...) povoaram a imaginação das ciências humanas e

⁹⁴ DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 16.

⁹⁵ Idem, *Ibidem*.

da historiografia e de todos os debates políticos.”⁹⁶

Na academia e nas ruas, a revolução parecia ser, portanto, um fato dado e que poderia acontecer a qualquer momento. Aí reside o fio condutor da resposta aos críticos feita por De Decca no prefácio. Localizando sua análise no período de “ressaca revolucionária”, ele pretendia chamar atenção para o fato de que as interpretações historiográficas, respirando aqueles ares revolucionários, analisavam a revolução de 1930 também como um “fato histórico” dado à luz dos conceitos definidores do que era uma verdadeira revolução, que grassavam os meios intelectuais e acadêmicos nos anos cinquenta e sessenta. As interpretações historiográficas nas quais os “tenentes” eram consagrados como o modelo de “revolucionários”, são tributárias, por exemplo, aos debates políticos desse período acerca da militarização do processo revolucionário, dos quais os movimentos guerrilheiros eram fontes inspiradoras.

O livro, na verdade, foi resultado de sua tese de doutorado, originalmente intitulada, *As dimensões históricas do insucesso político*, produzida no final da década de 1970, período em que à “ressacada revolucionária” juntaram-se os debates em torno da (re)democratização do país. O título da tese expressava a frustração com a qual o autor, ele próprio um “revolucionário” nos anos anteriores, viu serem baldadas as lutas que buscavam uma alternativa revolucionária para os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais do país, barradas que foram com o golpe civil-militar de 1964.

Depois da “farra revolucionária”, viria o mal estar de ver a utopia revolucionária diluída em pequenos fragmentos que ainda sobrevivem no nosso imaginário político, mas que já não possuem o poder mobilizador de antes. É nesse momento “de esfriamento dos debates sobre revolução” que o autor situa, com lucidez, o seu livro. Para De Decca, “a revolução dos anos sessenta e setenta (...) acabou...”,⁹⁷ cedendo espaço à nova utopia a ser construída pelos movimentos sociais e políticos, a partir de então: a democracia.

Anos mais tarde o sociólogo Marcelo Ridenti chegaria a conclusão semelhante, por outras vias. Lançando mão das entrevistas realizadas com vários intelectuais e artistas que atuaram nos anos sessenta ligados ou não aos movimentos de esquerda, ele chegou a conclusão de que, nos anos 1970, havia se perdido “a proximidade imaginativa da revolução

⁹⁶ Idem, p. 22.

⁹⁷ Idem, p. 28.

social”, ficando explícito que o florescimento cultural observado na década anterior “não bebia na fonte da eterna juventude”.⁹⁸ Os arroubos revolucionários eram apenas lembranças no momento em que escrevia.

Ambos, De Decca e Ridenti, concordavam também que os anos sessenta foram anos de intensa agitação cultural no país. Marcelo Ridenti faz uso do conceito de “romantismo revolucionário”,⁹⁹ cunhado por Michael Löwy e Robert Sayre, para compreender as lutas políticas e culturais travadas nesse período. Segundo Ridenti, esse “romantismo revolucionário”, cristaliza-se quando se observa que,

“No conjunto das atividades culturais, intelectuais e também políticas do período, por vezes a utopia do progresso revolucionário ligava-se à busca das origens nacionais do *povo*. Tratava-se de procurar no passado uma cultura popular genuína, para construir uma nova nação, antiimperialista, progressista, no limite, socialista”¹⁰⁰

O conceito, adverte o autor, não pode ser tido como uma camisa de força a aprisionar toda e qualquer interpretação do diversificado florescimento cultural do período. Ele seria mais útil como fio condutor para se compreender as ações políticas de artistas e intelectuais dos partidos e movimentos de esquerda, oriundos, em sua maioria, das classes médias. “O problema da identidade nacional e política do povo brasileiro” e a busca de “suas raízes e a ruptura com o subdesenvolvimento”, são temas que estavam no centro dos debates acerca do caráter, da forma de luta e do tipo de organização necessária à revolução brasileira.¹⁰¹

Entre os anos de 1945 e 1960, o Partido Comunista Brasileiro concentrou a base das discussões das esquerdas na vida política nacional, no que se refere à concretização de um projeto revolucionário. Porém, a partir de 1960, com o surgimento de movimentos mais à

⁹⁸ RIDENTI, Marcelo. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 154.

⁹⁹ Idem, p. 136. Conferir ainda do mesmo autor: *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993; *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000; “Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?”.

¹⁰⁰ RIDENTI, 2000, 12.

¹⁰¹ Idem, p. 11.

esquerda do partido, as estratégias se diversificaram. É quando as fronteiras entre cultura e política se estreitam ainda mais a partir de soluções criativas para o processo de transformação da sociedade brasileira.

Uma das principais divergências entre os diversos grupos nos quais se fragmentava a esquerda brasileira é aquela relacionada ao caráter da “nossa revolução”, que me interessa em particular.¹⁰² Se de um lado, para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, voltando-se contra a persistência de “relações feudais no campo” e a presença imperialista na economia, a impor entraves ao desenvolvimento do país, a revolução deveria ser “burguesa” ou de “libertação nacional”, sob a liderança implícita da burguesia;¹⁰³ por outro lado, para outras organizações de esquerda como Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, ex-dirigente do PCB, tratava-se de uma luta de “libertação nacional e antioligárquica, [e] por isso mesmo anticapitalista”,¹⁰⁴ na qual os setores pequeno-burgueses e de pequenos empresários nacionais seriam meros coadjuvantes, sendo liderada por grupos guerrilheiros, para o estabelecimento de um “governo popular revolucionário”.¹⁰⁵ Esse caráter da revolução aproximava-se de outras tendências que derivaram do PCB, como o Partido Comunista Revolucionário (PCBR) e a Ala Vermelha (ALA) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).¹⁰⁶

No início da década de 1960, novas correntes propuseram alternativas à política predominante do PCB no interior das esquerdas, dando outro caráter à revolução. Os militantes da Política Operária (POLOP), criada em 1961, acusavam a estratégia do PCB de ser excessivamente reformista e pacifista, propondo a luta armada revolucionária para a implantação imediata do socialismo.¹⁰⁷ Já a Ação Popular (AP), originária dos movimentos

¹⁰² Além daquela referente ao caráter da revolução brasileira, entravam nos debates divergentes a questão da forma de luta para chegar ao poder e ao tipo de organização para a revolução. Idem, 1993, p. 30.

¹⁰³ Idem, p. 31.

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁵ Idem, p. 31. As alternativas lançadas pelos movimentos de esquerda na década de 1960, já faziam parte de um debate de longas datas no interior do PCB sobre o caráter da revolução. Na década de 1930, por exemplo, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), já propunha um “programa antiimperialista, antifeudal e antifascista” a ser implantado pelo ‘governo popular nacional revolucionário’, derivado do assalto ao poder pelas massas.” Conferir: DEL ROIO, Marcos. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 54.

¹⁰⁶ RIDENTI, 1993, p. 32.

¹⁰⁷ Idem, p. 26.

políticos surgidos no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), propunha uma alternativa que não fosse nem capitalista nem comunista, mas inspirada numa amálgama entre um “humanismo cristão” e as “influências da Revolução Cubana.”¹⁰⁸

As propostas defendidas pelos partidos e movimentos de esquerda constituem um vasto universo discursivo e de práticas políticas, que extrapolam os objetivos deste capítulo. A rápida descrição feita acima serve como referência para se perceber a complexidade do período, ao mesmo tempo que indicam a presença de uma aura revolucionária com a qual se revestiam essas propostas de mudança. Seja como “revolução democrático-burguesa” ou como “revolução popular”, ou ainda uma revolução expressa pela luta armada para a implantação imediata do socialismo, lá estava ela, a iluminar e legitimar os caminhos.

Mas qualquer que fosse a alternativa, a questão da incorporação da “massa” popular no processo revolucionário surgia como algo necessário e servia para inspirar a criatividade da militância e dos grupos que mantinham certa autonomia em relação ao “partidão” - como era conhecido o PCB, por ter se constituído na principal organização partidária na década de 1950, ligada às reivindicações da classe trabalhadora.¹⁰⁹

A maioria desses movimentos de esquerda teve como ante-ato de sua formação o próprio PCB. Sua fragmentação deve-se, sobretudo, ao impacto provocado pelo relatório secreto divulgado por Nikita Khrutchev, então presidente soviético, sobre os crimes praticados por Stálin, durante os quase trinta anos de governo na União Soviética. O historiador Daniel Aarão Reis, ex-dirigente do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), demonstrou como esse fato mexeu com a sensibilidade da militância do PCB. Na verdade, ela custou a acordar para aquele pesadelo. Não acreditava sequer na veracidade do documento. Por isso, o seu primeiro impulso, foi o silêncio. Somente quando a imprensa mundial passou a divulgar o relatório na íntegra que a militância se apercebera de que “o Deus virara Demônio”, provocando, entre muitos comunistas espalhados pelo Brasil, a sensação de “perda da inocência”, de “desgosto, náuseas e vômitos”.¹¹⁰

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁹ Algo semelhante ao que, mais recentemente, representou o Partido dos Trabalhadores, nas décadas de 1980 e 1990.

¹¹⁰ REIS FILHO, Daniel. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 83.

A grita internacional e nacional em relação ao relatório fez romper o silêncio dos militantes do PCB e, depois de intensos debates, o resultado foi o “racha” do partido e a (re)fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1961, que desacreditava na “revolução democrático-burguesa” – caracterizada pela aliança operariado e burguesia nacional, defendida pelo “partidão”, passando a reivindicar a herança do partido fundado em 1922.¹¹¹ A luta contra o capitalismo e a conseqüente implantação do socialismo no país voltava a ser tarefa da classe trabalhadora urbana e rural, sob a liderança da agremiação partidária.

Dos efeitos desse momento de inflexão do “partidão”, o que nos interessa particularmente é a guinada “à esquerda” das ações culturais no país e sua autonomização em relação ao partido.¹¹² Marcelo Ridenti, que tem dedicado suas pesquisas ao estudo das esquerdas e do “fantasma da revolução” brasileira, fornece vários exemplos a esse respeito. Um deles é o relato de Jacob Gorender, para quem, até o final da década de 1950, os intelectuais não passavam de meros “ornamentos do Partido” e que somente após a virada da década é que se procurou “aproveitar os intelectuais naquilo em que eles são especialistas, o trabalho intelectual”.¹¹³

Em outra entrevista, o cineasta Nelson Pereira dos Santos, ex-militante do PCB, contou um fato que, além de inusitado para nós, bem exemplifica essa limitação da produção artística e intelectual no interior do partido. Ele foi impedido de filmar o seu primeiro longa-metragem - “Rio 40 Graus” - por um representante do Comitê Cultural do PCB, a mando da direção do partido. Ao saber que ele se preparava para fazer a filmagem o emissário do partido teria dito: “você está tendo uma ilusão pequeno-burguesa; porque o cinema, no Brasil, só depois da revolução”.¹¹⁴

Pelo menos duas conclusões podem ser extraídas dos relatos de Gorender e Nelson Pereira dos Santos. Se, de um lado, até o final da década de 1950 o debate político, propriamente dito, aquele ligado à luta pela tomada do poder aos capitalistas predominava no interior do partido, a ponto de provocar interdições em iniciativas culturais autônomas de seus militantes, rotuladas de “pequeno-burguesas”; por outro lado, o setor artístico e intelectual,

¹¹¹ Idem, p. 88.

¹¹² Idem, p. 89-90 ; RIDENTI, 2000, p. 68.

¹¹³ RIDENTI, 2000, p. 68.

¹¹⁴ Apud, Idem, pp. 68-69.

devido mesmo a essas interdições, teve a sua ação limitada às decisões dos dirigentes, que ainda poderiam impor “sanções” aos relutantes. Continuando seu relato, Nelson Pereira dos Santos acrescentou: “aí o cara me rebaixou, me botou de castigo. Fui ser celular de bairro [...] tive que vender jornal no morro, aquelas coisas todas”,¹¹⁵ o que limitava o exercício de sua arte.

Somente a partir do início da década de 1960, essa situação começa a mudar – não é demais lembrar que o efeito-Khrutchev sobre os comunistas e simpatizantes contribuiu para essa mudança. A criação do Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, é um exemplo emblemático de uma guinada autonomista dos artistas e intelectuais do PCB. Ele surgiu, em 1961, por iniciativa do teatrólogo Odovaldo Viana Filho, o “Vianinha”, ligado ao Teatro Arena, de São Paulo, e do sociólogo Carlos Estevam Martins, do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB).¹¹⁶ Esse é um caso exemplar da convergência entre artistas e intelectuais brasileiros e do papel da cultura no processo de transformação nacional.

O Teatro Arena representou um pólo de atração para jovens artistas e estudantes engajados politicamente na capital paulista, buscando traduzir as raízes da cultura nacional. Os intelectuais do ISEB, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura, que iniciou suas atividades no governo de Juscelino Kubitschek, propunham uma alternativa nacionalista para a superação do subdesenvolvimento do país,¹¹⁷ por isso o órgão permaneceu de certa forma no limbo durante o governo JK, cuja política econômica apoiava-se na abertura da economia nacional ao capital estrangeiro.¹¹⁸ Mas desde 1958, o ISEB vinha implementando uma política voltada para um público mais amplo, através de cursos ministrados a estudantes e membros de sindicatos.¹¹⁹

No final da década de 1950, o ISEB elaborou propostas de transformação social e

¹¹⁵ Marcelo Ridenti descreve com detalhes e depoimentos a criação do CPC. Idem, p. 69.

¹¹⁶ Idem, p. 107.

¹¹⁷ Idem, lbdem. -Entre esses intelectuais destacam-se Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Alvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Em sua proposta nacionalista de desenvolvimento previa a aliança entre a burguesia e operariado nacionais, na luta contra o imperialismo e a dependência econômica.

¹¹⁸ MOREIRA, Op. Cit.

¹¹⁹ ABREU, Alzira Alves. Verbete: “O ISEB e o Desenvolvimento”. In: *Os Anos JK*. Disponível no site: www.cpdoc.fgv.br.

econômica para que o país pudesse romper o estágio de subdesenvolvimento em que se encontrava, a partir de uma perspectiva nacionalista. A cultura nacional ganhou atenção especial dos intelectuais ligados ao ISEB como instrumento capaz de garantir a realização desse fim. Segundo Vanderli Maria da Silva, as teorias e conceitos discutidos nos cursos promovidos pelo órgão tiveram grande popularidade, extrapolando os círculos restritos da instituição e dando ensejo a uma série de interpretações da realidade sócio-cultural e econômica brasileira, principalmente entre os grupos mais à esquerda. Termos como “cultura alienada”, “colonialismo” e “autenticidade cultural”, que apareciam aqui e ali na imprensa, nos manifestos assinados por sindicatos, estudantes e partidos políticos, são tributários aos estudos publicados na época por intelectuais do ISEB.¹²⁰

Algo que pode ser confirmado através da leitura do Relatório da Casa Militar da presidência da República sobre a atuação do ISEB, de 1959, que denunciava o caráter marxista dispensado as suas atividades e a ampliação da área de influência do órgão no meio militar, no período de 1957 a 1959.¹²¹ De acordo com esse documento secreto, o ISEB estaria se desviando das finalidades para as quais fora criado, “expandindo-se, suspeitamente, para níveis menos esclarecidos como sejam o do pessoal subalterno das Forças Armadas, estudantes secundários, líderes sindicais e operários e para outros Estados da União”, praticando uma verdadeira “catequese do proselitismo revolucionário marxista”.¹²² Essa disseminação dos conceitos marxistas, no que se refere à perspectiva do materialismo histórico, aliado ao cunho nacionalista assumido pela instituição, era elemento nocivo à Segurança Nacional, e, portanto, mereceria maior atenção da presidência da república.

A criação do CPC reforça essa guinada mais à esquerda dos intelectuais do ISEBP, quando se percebe a presença de Carlos Estevam Martins entre seus fundadores. O encontro entre ele e Vianinha ocorreu, de certa forma, por uma daquelas contingências da

¹²⁰ A argumentação da autora sustenta-se na análise de Renato Ortiz, segundo a qual “na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda. Ao me referi a este pensamento como matriz, o que procurava descrever é que toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira”. Apud, SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

¹²¹ Relatório da Casa Militar da presidência da República, sobre a atuação do ISEB, no período de 1957-59, 10 dez.1959. (CPDOC/FGV!arquivo Nelson de Meio/nem vp 1956.02.07 d-4). Disponível no site: www.cpdoc.fgv.br (Documento original digitalizado).

¹²² Idem, fl. 6 e 10.

vida que o acaso às vezes costuma protagonizar e que trazem bons frutos. Depois de uma temporada de sucesso do Teatro Arena no Rio de Janeiro, considerado na época, o grande centro cultural do país, Vianinha decidiu permanecer por lá para escrever a peça “A mais-valia vai acabar, seu Edgar”, através da qual pensava “travar contato com camadas mais populares que as atingidas pelo Teatro Arena”.¹²³

Como precisava de embasamento científico para a conceitualização de mais-valia, Vianinha procurou auxílio no ISEB, onde trabalhava Carlos Estevam Martins, que o ajudou no que desejava. Depois da temporada de sucesso da montagem, fruto dessa interação artístico/científica, o grupo manteve-se unido na montagem de um curso de História da Filosofia, ministrado pelo professor José Américo Pessanha. De acordo com Ridenti,

“como a platéia dos espetáculos era basicamente estudantil, procurou-se a UNE para sediar o curso, que foi bem recebido pela entidade, desenvolvendo-se em seguida o projeto de fazer uma arte popular em diversas áreas, teatro, cinema, literatura, música e artes plásticas, chamado Centro Popular de Cultura, com a participação de várias pessoas, com destaque para Vianinha, Leon Hirszman e Carlos Estevam, no momento da elaboração do projeto”¹²⁴

Ao CPC era garantida autonomia financeira e de ação cultural. A base dos recursos que possuía vinha dos ingressos vendidos para os eventos que promovia, no espaço cedido pela UNE. Por outro lado, embora contasse com dirigentes ligados ao PCB, mais especialmente ao seu Comitê Cultural, seria “forçoso dizer que as idéias dos militantes e simpatizantes do PCB no interior do CPC da UNE expressassem posições do Partido”.¹²⁵ Para além de um espaço de engajamento político, ideologicamente bem elaborado, o CPC também se constituía, como diria Jean-François Sirinelli, em um “microcosmo” no qual as “sensibilidades” artísticas e culturais - talvez mais ou tão quanto as ideológicas -, contribuíram para uma proximidade afetiva entre os seus integrantes, que extrapolavam para os projetos do grupo.¹²⁶

¹²³ RIDENTI, 2000, p. 107.

¹²⁴ Idem, p. 108.

¹²⁵ Ferreira Gullar, que dirigiu o CPC, de 1962 a 1964, declarou que “era independente dentro do CPC. Entrei para o Partido exatamente no dia 1º de abril, quando foi incendiada a UNE e o rádio já estava dizendo que o Forte de Copacabana tinha sido tomado pelos militares”.

¹²⁶ SIRINELLI, 2003, p. 252-253.

O “Anteprojeto do Manifesto do CPC”, elaborado por Carlos Estevam Martins, seu primeiro diretor, já trazia as linhas gerais da concepção de cultura “nacional” e “popular”. Segundo esse documento,

“a arte do povo” tão desprovida de qualidade artística e de pretensões culturais que nunca vai além de uma tentativa tosca e desajeitada de exprimir fatos triviais dados à sensibilidade mais embotada. É ingênua e retardatária e na realidade não tem outra função que a de satisfazer necessidades lúdicas e de ornamento”.¹²⁷

A perspectiva nacional-popular não significava, portanto, uma absorção nua e crua da “arte do povo”. Na verdade, em “estado bruto”, esta sequer poderia ser considerada “arte” ou “popular”. Para conquistar esse *status*, ela deveria passar pelo filtro de uma “vanguarda cultural iluminada” que a lapidasse para os fins da revolução brasileira. Por “arte popular”, continuava o anteprojeto, entendia-se aquela através da qual o “povo supera a si mesmo e forja seu destino coletivo”.¹²⁸ Estava sendo, dessa forma, postulada uma concepção de arte engajada no interior das esquerdas através do CPC, não aquela preocupada com a apresentação do exótico na cultura popular ou do seu espontaneísmo, mas que tivesse como objetivo contribuir para a transformação social, uma vez que “fora da arte política não há arte popular”.¹²⁹

Ao longo de sua trajetória de vida, o CPC manteve-se na linha de frente da defesa de uma arte nacional e popular, como instrumento de conscientização política, por meio de uma arte política e esteticamente revolucionária.¹³⁰ Uma alternativa bem sucedida nesse sentido foi a realização da “UNE volante”, durante o primeiro semestre de 1962. Formada por dirigentes da entidade e integrantes do CPC, ela percorreu os principais centros universitários do país, “levando as propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na

¹²⁷ AYALA, Marcos e AYALA, Maria Ignez Novais. *Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise*. São Paulo: Ática, 2003, pp. 45-46.

¹²⁸ Idem, p. 46.

¹²⁹ Idem, p. 46.

¹³⁰ Idem, p. 46.

¹³⁰ O CPC encerrou suas atividades em 1964, com o golpe civil-militar.

política nacional, em busca de reformas de base, no processo da revolução brasileira”.¹³¹

No que se refere à problemática especificamente estudantil, estavam na ordem do dia as propostas de mudanças do ensino superior no país. Estava em discussão o regime de cátedras nas universidades - “ele dependia, demasiadamente, da capacidade de escolha do futuro docente pelo catedrático, de sua longa formação em serviço (mediante relações similares às do mestre com o aprendiz)”¹³² - e a ampliação da oferta de vagas nas universidades públicas do país. CPC da UNE não ficou alheio a esse debate. Pelo contrário. Além da mobilização dos estudantes através das reuniões políticas, o CPC da UNE também entrou no debate através da montagem do espetáculo teatral o “Auto dos 99%”, que fazia alusão ao índice de 99% de jovens que não tinham acesso aos cursos superiores, além de satirizar a prática docente nas universidades, caricaturando a ignorância ou a irrelevância do conteúdo do ensino ministrado.¹³³

Quando a “UNE volante” fez sua parada em Belém, essa peça foi encenada na antiga Sociedade Artística Internacional (SAI), com o auxílio dos integrantes da União Acadêmica Paraense (UAP); além de haver sido realizada a exibição dos cinco episódios do filme “Cinco Vezes Favela”, no “moderno Cine Palácio”.¹³⁴ José Seráfico de Carvalho, ex-dirigente a UAP, em um livro de memórias recentemente publicado, lembrou que a passagem da “UNE volante” provocou uma intensa agitação entre os estudantes que, como ele, gostavam de um bom debate. Segundo ele escreveu,

“o Partido Comunista, ainda ilegal, promovia reuniões, nas quais estavam presentes algumas das mais influentes figuras da arte e da literatura brasileiras. Odovaldo Vianna Filho, o Vianinha, Paulo José, Carlos Verezza, Armando Costa eram alguns dos visitantes com os quais dialogávamos, em reuniões prolongadas”.¹³⁵

¹³¹ RIDENTI, 2000. p. 108.

¹³² CUNHA, Luiz Antônio. “Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior — Estado e mercado”. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, SP, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - Out. 2004. Disponível no site: www.cedes.unicamp.br.

¹³³ Idem, *lbdem*.

¹³⁴ CORTEZ, Roberto. “Quem conta um conto aumenta um ponto”. In: NIJNES, André Costa et al. *1964: Relatos Subversivos — os estudantes e o golpe militar no Pará*. Belém: Editora dos Autores, 2004, pp. 49-50. Os cinco episódios são: “Um favelado”, “Zé da cachorra”, “Escola de samba, alegria de viver”, “Couro de gato”, “Pedreira de São Diogo”, cada um retratam da vida cotidiana dos moradores das favelas do Rio de Janeiro, envolvendo, por exemplo, trabalho, samba e futebol.

¹³⁵ CARVALHO, José Seráfico de. “Enfim, aqui estamos”. *Idem*, p.183.

A preocupação com a questão cultural como instrumento de conscientização política era algo discutido nacionalmente dentro do movimento estudantil. Em Belém, por exemplo, no final dos anos cinquenta, em que “viviam-se, realmente, tempos de sonho”, a União dos Estudantes dos Cursos Secundaristas do Pará (UECSP), na qual José Seráfico militava antes de ingressar na UAP, já “começava a fazer barulho”¹³⁶ na área cultural. Foi criado pela entidade o Centro de Propagação Cultural (CPC), “à moda (e antecipando-o) do Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes”.¹³⁷ Na UAP foi criado o Departamento de Arte Popular, correspondente ao CPC de UNE, que à época do golpe civil-militar de 1964, era dirigido por João de Jesus Paes Loureiro, responsável pela promoção de apresentações musicais e a montagem de peças teatrais, entre elas “A exceção e a Regra”, de Bertolt Brecht no “teatrinho” montado nos fundos da entidade.¹³⁸

O engajamento dos jovens estudantes paraenses ligados a UAP, assim como os do movimento estudantil nacional, em linhas gerais, pode ser percebido dentro da ótica do “romantismo revolucionário”, apontada por Marcelo Ridenti. A crítica à organização capitalista da sociedade brasileira, ligada à busca das raízes míticas do povo como elemento primacial para o sucesso dos projetos de transformação social, era algo recorrente nos debates, nas apresentações do CPC e na UAP, nos quais a cultura aparecia como forte aliada para a consecução desses projetos.

Era um instrumento transformador por excelência na luta contra o capitalismo e a condição de dependência econômica e cultural do país. Mudança e ação eram as palavras de ordem. A necessidade de buscar forças em uma dada tradição da cultura do povo na construção de um futuro melhor, foi um terreno fértil no qual a imaginação grassou frutificar, na (re)elaboração, à esquerda, de um imaginário sobre povo e nação na busca de uma humanidade perdida, corrompida pelo capitalismo.

¹³⁶ Idem, p. 179.

¹³⁷ Idem, lbdem.

¹³⁸ LOUREIRO, João de Jesus Paes. “O Tempo presente do tempo passado”. In NUNES, André Costa et al. *1964: Relatos Subversivos — os estudantes e o golpe militar no Pará*. Belém: Editora dos Autores, 2004, pp.25-76. O teatro épico brechtiano teve significativa penetração no meio artístico e cultural ligado ao movimento estudantil nacional, como nas peças “Arena contra Zumbi” e “Arena contra Tiradentes”, de Oduvaldo Viana Filho, e estadual, como se percebe pela montagem de “A exceção e a regra”, dirigida por J.J.Paes Loureiro. A noção de distanciamento entre espectador e personagem, presente nesse teatro, permitiria “ao público olhar a ação com espírito objetivo e crítico”, não mais sob o “efeito diabolicamente narcótico e hipnótico” do teatro dramático, talvez tivesse contribuído para essa inserção. Sobre o teatro brechtiano, conferir, ESSLIN, Martin. *Brecht: dos males, o menor — um estudo crítico do homem, sua obra e suas opiniões*. Rio de Janeiro: Zahar

O relato de José Seráfico é, nesse sentido, algo de emblemático:

“Éramos, portanto, uma juventude interessada em mudar o Mundo, mas não só isso. Animava-nos o desejo de ver implantada a solidariedade ao invés da competição. Cedo percebêramos a felicidade como o grande objetivo e o mais legítimo — da sociedade humana. Não nos agradava, por isso, ver transportada para a vida social, onde o ser humano dá vazão às suas potencialidades e constrói a cultura, a mesma lógica da cadeia alimentar que mantém o mundo animal em equilíbrio. Se, na selva, a predação é essencial, na sociedade dos homens ela não pode chegar a bons resultados. Talvez essa constatação tenha levado muitos de nós às organizações políticas com atuação no movimento estudantil universitário”.¹³⁹

Na mesma linha segue o depoimento do cineasta Cacá Diegue:

“Era como se não nos permitíssemos separar as coisas 1.1 Estávamos de tal modo convencidos de que iríamos construir um mundo melhor que nem alimentávamos dúvidas: no dia seguinte o mundo seria feliz e risonho graças aos nossos filmes, peças etc. Então, isso implicava uma responsabilidade tão grande que a vida privada deixava de existir. A escrita privada e a vida pública tinham se tornado um só universo [...] O trabalho cotidiano e até mesmo as idéias já não nos pertenciam, e sim à comunidade que participava daquilo”.¹⁴⁰

Embora com um certo tom de autocrítica, esses relatos atestam o clima de efervescência política e cultural no Brasil do início dos anos sessenta, cujos ares respiravam os autores. A atmosfera política nacional estava impregnada pelo ensaio golpista protagonizado por oficiais da Forças Armadas, empresários e políticos conservadores, principalmente, aqueles ligados à União Democrática Nacional (UDN), liderados por Carlos Lacerda, que tentaram impedir a posse de vice-presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Impasse “resolvido” através de um arranjo parlamentarista. Acrescido do radicalismo das esquerdas aglutinadas em torno das “Reformas de Base”, divulgadas em 1963, que previam mudanças radicais para a época, nas esferas fiscal, educacional, bancária, eleitoral e agrária – esta talvez a que mais polêmica tenha causado nos debates políticos do período.¹⁴¹

Editores, 1979, p. 140-141.

¹³⁹ SERAFICO, Op. Cit., p. 185.

¹⁴⁰ Apud, RIDENTI, 2000, p. 47.

¹⁴¹ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: In: FERREIRA, Jorge &

O historiador Jorge Ferreira assinalou que, por esses motivos, nos dias que antecederam ao golpe de 1964, “o clima era de radicalização crescente”. As esquerdas, “de uma posição defensiva e legalista em 1961”, da qual a “Rede da Legalidade”, instituída pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, era o exemplo mais significativo da luta pelo cumprimento dos preceitos constitucionais e a garantia da posse de Goulart, passaram a adotar uma estratégia mais ofensiva e de rompimento institucional”, alentada pelo barulho estridente que provocavam as reformas de base nos meios políticos nacionais. Defendia-se uma reforma agrária “na lei ou na marra”.¹⁴²

O discurso de João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, selou a aliança do governo com as esquerdas, representadas pelo movimento sindical urbano e os trabalhadores rurais e, notadamente, o PCB e a ala radical do PTB. A resposta não tardou. Dias depois foi realizada em São Paulo a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” - exemplo seguido por várias cidades e capitais de estados¹⁴³ - reunindo milhares de pessoas em protesto contra o presidente e sua política “subversiva”, demonstrando o grau da divisão e a radicalização política no país.¹⁴⁴

O golpe civil-militar ocorrido no final daquele mês, e que buscou legitimidade nessas Marchas, realizadas antes e depois do golpe, baldou os projetos revolucionários e a possibilidade de revolução foi cada vez mais fugindo às mãos dos militantes de esquerda. As esquerdas não esboçaram reação mais incisiva, “segundo diversas versões, pela falta de uma voz de comando”.¹⁴⁵ Não havia de fato um “dispositivo militar”, como propalado pelos golpistas, que viesse ao socorro do presidente em caso semelhante, ao mesmo tempo em que ficava claro que as esquerdas não estavam tão unidas assim, ou com projetos para uma imediata mudança na sociedade, que pudesse se antecipar aos acontecimentos e realizar a sua

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 34 1-404.

¹⁴² Idem, p. 374 e 381

¹⁴³ Em Belém a “Marcha” ocorreu no dia 21 de abril, reunindo milhares de pessoas na Praça Justo Chermont, em frente a Igreja de N.S. de Nazaré, que caminharam para lá vindos de lugares diferentes: a Praça Brasil, a Praça da República e São Braz. Nos cartazes que apareciam entre os participantes inscrevia-se: “Comunistas ganharam porrada”; “Vimos, sentimos e vencemos”; “PLA — Pelegos Fugiram Apavorados”; “Bons Governantes Para Um Brasil Melhor” e “Graças a Deus Estamos Salvos”, entre outros. COIMBRA, COIMBRA, Oswaldo. *Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, pp. 200-205.

¹⁴⁴ FERREIRA, Op. Cit. p. 386.

¹⁴⁵ Idem. p. 397.

revolução.

O “ensaio geral da socialização da cultura frustrou-se antes da realização da esperada revolução brasileira”.¹⁴⁶ Refazendo a metáfora de Edgar De Decca, entrávamos, assim, num período em que os efeitos do porre revolucionário chegaram ao seu clímax, a ponto de os próprios protagonistas dos episódios que levaram à deposição de Goulart, em 1964, reivindicarem um caráter revolucionário para os seus atos. A “ressaca” viria a ser sentida somente na década seguinte. Não só a política, mas ainda a cultura fora golpeada.

¹⁴⁶ RIDENTI, 2003, p. 154.

CAPÍTULO III

Entre política e cultura: a missão civilizadora dos Conselhos de Cultura

1. A cultura como estratégia militar: a criação do Conselho Federal de Cultura:

Como procurei demonstrar, a preocupação em torno da definição da cultura e da identidade nacional vem de longa data e sofreu variações até o golpe civil-militar de 1964. Essa preocupação levou, por exemplo, à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Conselho Nacional de Cultura (CNC) e mais tarde do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, inaugurando o processo de institucionalização da cultura no país.

A deposição de Getúlio Vargas, em 1945, reavivou os debates em torno da efetivação do regime democrático no país que, embora o Estado não deixasse de fazer uso dos mecanismos de repressão e controle social, proporcionou uma maior visibilidade à classe trabalhadora nacional, sensibilizando a utopia revolucionária entre artistas e intelectuais de esquerda, notadamente aqueles ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou alinhados a ele. A cultura estava ao lado da revolução, como pensavam os integrantes do CPC. Ela seria um instrumento importante para a “desalienação” da população, sempre vista como presa fácil do efeito entorpecente da ideologia capitalista. Os episódios de março de 1964 – e mais tarde a publicação do Ato Institucional nº 5 -, vieram estancar, em grande parte, esses arroubos revolucionários.

Não significa, porém, que os artistas e intelectuais que atuaram no período anterior tivessem emudecido. Ainda em maio de 1964, o jornal carioca *Correio da Manhã* veio a lume com artigos que abordavam a necessidade da resistência dos intelectuais à repressão política e cultural então iniciada. Carlos Heitor Cony, por exemplo, no artigo

intitulado “A Hora dos Intelectuais”, conclamou os intelectuais brasileiros a assumirem a sua responsabilidade diante dos acontecimentos. Como “consciência da sociedade”, eles deveriam tomar “posição em face do regime opressor que se instalou no País”. E acrescentava:

“Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender”.¹

Decerto que não houve uma única via de comportamento dos artistas e intelectuais de esquerda após o golpe. Muitos se aproximaram ou ajudaram a fundar movimentos de resistência – armada ou não – por todo o país. O escritor Antônio Callado, por exemplo, confirmando a sua participação no movimento guerrilheiro instalado na serra do Caparaó, de inspiração brizolista, em 1967, disse em entrevista a Marcelo Ridenti que:

“a gente estava disposto até ao sacrifício, e tem um lado bonito, simpático [...] Caparaó foi uma coisa muito confusa. Confesso que eu realmente ajudei no que pude no sentido das informações que me davam e tal, mas nunca entendi direito o que eles esperavam com aquilo. Mas é o que eu digo, o que falta no Brasil é capacidade de organização. Ninguém tem paciência realmente de organizar as coisas”.²

O sociólogo Marcelo Ridenti aponta para um conjunto diversificado de posições tomadas por artistas e intelectuais de esquerda após o movimento golpista.³ Elas vão desde a autocrítica e a reavaliação de posição revolucionária até o ingresso em movimentos armados na luta contra o regime, como a ALN (Carlos Mariguela), a Vanguarda Popular

¹ CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria dos cronistas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, pp.-89-90.

² RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

³ Idem

Revolucionária (artistas Izaías Almada e Heleny Guariba), o MR-8 (o músico Ricardo Vilas Boas de Sá Rego, o artista plástico Carlos Zílio), entre outros.⁴

O certo é que, independente do caso, estava posta a questão da autonomia de artistas e intelectuais em relação às doutrinações políticas, pois muitos acusavam ter permanecido sob a tutela das organizações partidárias e movimentos de esquerda na época. Autonomia esta já sentida no início da década de sessenta e reivindicada por Carlos Heitor Cony imediatamente após o golpe.

Se por um lado, os episódios de abril de 1964 vieram deitar por terra, no plano político-institucional, a utopia revolucionária de muitos artistas e intelectuais de posicionamento mais à esquerda, que militavam, por exemplo, no CPC, no ISEB e outros órgãos de cultura; por outro lado, era incontestável a notoriedade que eles haviam conquistado no cenário cultural brasileiro. Algo que o regime havia de se preocupar a partir de então.

Na reorganização do Estado autoritário iniciada pelo golpe de 1964, os governos militares e seus colaboradores civis não poderiam esquecer de dispensar uma atenção especial à área cultural, um terreno no qual havia brotado o fruto amargo da revolução popular, proibido pelo novo governo. Com a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), o Estado pretendia ser, portanto, o jardineiro a cortar aquelas ervas daninhas representadas pelos movimentos culturais de resistência e garantir que brotasse a verdadeira árvore da cultura e da identidade nacional. A metáfora não é sem sentido se tomarmos por referência a noção corrente segundo a qual estas – cultura e identidade nacionais –, somente seriam encontradas nas “raízes” do povo brasileiro, ou seja, no ingênuo e pacato homem do campo que ainda carregava, quase que intactas as nossas mais profundas tradições.

Durante a solenidade de instalação do CFC, o presidente Humberto Castello Branco, reconheceu que poderia ser criticado por não “ter chegado há mais tempo à região agora atingida (a da cultura)”, pois teve que “atender com prioridade aos imperativos problemas estudantis com que se deparou a Revolução de 1964”. Mas acrescentou que,

⁴ Idem, pp.145-196.

“não estaria, porém, concluída a obra da Revolução no campo intelectual se, após trabalhos tão profícuos em benefício da educação, deixasse de se voltar com igual vigor para os problemas da cultura nacional. Representada pelo que através do tempo se vai sedimentando nas Bibliotecas, nos Monumentos, nos Museus, no Teatro, no Cinema e nas várias Instituições Culturais é ela, naturalmente, nesse binômio educação e cultura a parte mais tranqüila e menos reivindicante. Poderia dizer que é a parte dos cabelos brancos, e talvez por isso já segura do que fez e do que fará pelo Brasil. Cumpre, porém, dar-lhe, principalmente, condições de preservação e, portanto, de sobrevivência e evolução. Não constitui novidade a situação difícil em que existem nossas principais instituições de cultura, inclusive aquelas mantidas pelo Governo. Urgia, pois, assisti-las e ampará-las não isoladamente, mas no contexto de um largo plano de envergadura nacional”.⁵

Sei que a citação parece longa, mas ela é oportuna. Ela já expressa elementos de um debate que irá permear as discussões dos órgãos de cultural oficiais, qual seja, o da legitimidade da autonomia relativa da cultura em relação à educação. Além do mais, aponta para a importância que a vertente cultural do Ministério da Educação e Cultura passou a adquirir no interior do estado autoritário instalado em 1964. Ela não seria mais somente concebida como o resultado positivo esperado a partir do amadurecimento do indivíduo alcançado pela política educacional. A área cultural reclamava do governo federal atenções específicas.

O regime civil-militar, de fato, ressentia-se desde o início de uma maior intervenção na área cultural. Essa preocupação se refletiu na criação de uma comissão, em 1965, presidida por Josué Montello, e formada por Adonias Filho, Augusto Meyer, Murilo Miranda, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Américo Jacobina Lacombe, para que, trabalhando em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura, elaborasse um plano nacional de cultura.⁶ No entanto, ao final dos seus trabalhos a comissão optou pela criação de um Conselho Federal de Cultura, no modelo do já existente Conselho Federal de Educação. O novo órgão foi então instituído por força do Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966 e sua instalação ocorreu em fevereiro do ano seguinte.

Antes, porém, era necessário colocar ordem na casa e, por esse motivo, as atenções se voltaram para aqueles setores que mais imediatamente poderiam por a perder os “princípios da revolução”.⁷ Por esse motivo, a preocupação do novo governo voltou-se

⁵ *CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA*. Belém, 1968, p. 177.

⁶ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 90.

⁷ As primeiras iniciativas culturais do regime civil-militar foram: “Comissão de Cultura Popular, Programa Nacional de Alfabetização, Conselho Consultivo de Serviço Nacional de Teatro”. *Idem*, p. 90.

inicialmente para a área, que segundo o presidente, era a politicamente mais agitada no período: a educação. A agitação ficava por conta do movimento estudantil, encabeçada pela União Nacional dos Estudantes, que, desde o início da década de sessenta, estava comprometida com a luta pela reforma universitária e, principalmente, a reivindicação de um terço da participação dos estudantes nas reuniões colegiadas nas universidades.⁸

Decerto que não havia homogeneidade no movimento estudantil no que se refere ao comportamento político, uma vez que estava dividido basicamente entre uma “tendência política de massa estudantil” – na defesa de posições liberal-elitistas –, e uma de “vanguarda estudantil” – com posições mais à esquerda do movimento –, com certo predomínio da primeira no início da década de sessenta. No entanto, a partir de 1963, as lideranças estudantis na UNE, integrantes da Juventude Universitária Católica – e depois da recém-criada Ação Popular (AP), com Aldo Arantes –, passaram a imprimir um posicionamento mais radical ao movimento.⁹ Ocorreu, segundo João Roberto Martins Filho, entre 1963 e 1964, um processo de distanciamento entre as diretrizes adotadas pelos setores militantes e as massas estudantis. Acrescenta Martins Filho que:

“às vésperas do golpe de 64, o meio estudantil expressou uma tendência de aproximação com as perspectivas ideológicas de suas camadas de origem [classe média], enquanto os setores militantes, a vanguarda estudantil de esquerda, não apenas comunista, mas basicamente católica, se entregam de corpo e alma ao processo de revolução brasileira e passam a ser uma das forças mais radicais da gente nacional e popular”.¹⁰

Não sem motivo foi o prédio da UNE depredado, incendiado e destruído, no dia seguinte ao golpe e quase todas as entidades estudantis sofreram intervenção militar. Em Brasília, a universidade (UnB) foi invadida por militares armados de metralhadoras e tanques de guerra, seguidos de um conjunto de prisões arbitrárias de professores e alunos considerados “subversivos”.¹¹ Em Belém, não é demais lembrar, a sede da União Acadêmica

⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 79; VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999, p. 36-37.

⁹ Idem, p. 36

¹⁰ MARTINS FILHO, Idem, p. 80.

¹¹ VALLE, Op. Cit., p. 36.

Paraense (UAP), foi invadida e seus dirigentes e militantes, em sua maioria, foram presos pela polícia militar.¹²

Ao contrário da área cultural, identificada pelo presidente como “a parte dos cabelos brancos, e talvez por isso já segura do que fez e do que fará pelo Brasil”, o meio educacional era o território em que se movimentava a “mocidade brasileira” e, por isso, cabia ao governo proporcionar-lhe os “meios mais adequados e eficientes à sua formação”, para que fosse modificado o “ambiente de continuada agitação”.¹³ Estava claro para os protagonistas do golpe a necessidade de uma intervenção imediata do Estado na área educacional, não para evitar que os estudantes deixassem de sentir e viver os problemas do país no momento em que eles se apresentavam e se desenvolviam, segundo o presidente, mas para que a “tomada de consciência que há de ser feita pelos moços no campo da aprendizagem” seja decorrente de coordenadas “adequadas à sua condição de cidadão em fase de formação” e para que não seja “o pretexto para objetivos alheios aos interesses estudantis” e, por que não, nacionais.¹⁴

Se o fato da maioria da população brasileira ser constituída de pessoas analfabetas naquele período justificava a intervenção militar para “salvá-las” do caos representado pelo “perigo vermelho” comunista, a juventude brasileira, ainda que letrada, representada pela comunidade universitária, necessitava da tutela do Estado para livrá-la desse mesmo perigo e ensiná-la o caminho mais apropriado, nessa “fase de formação”. Pode-se interpretar essa perspectiva do presidente como um aviso aos estudantes brasileiros, alertando-os que não só a cultura, mas a política também era – fazendo uso de sua metáfora –, coisa para gente de “cabelos brancos”.

Esse discurso, no entanto, não surgiu como palavras ao vento. Além de ter sua aceitação no círculo fechado da seleta assistência presente à solenidade na qual fora pronunciado, é importante observar que, em muitos casos, essa opinião não era algo exclusivo do governo ou dos grupos mais conservadores da sociedade. No meio estudantil ela também poderia ser encontrada.

¹² NUNES, André Costa et al. *1964: relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Ed. Dos Autores, 2004. Todos os artigos desse livro fazem referência a esse episódio, além daqueles já citados anteriormente.

¹³ CEC, p. 176.

¹⁴ CEC, p. 175-176.

Antonietta d'Aguiar Nunes apresentou uma comunicação num congresso de história, em 1963, no Rio de Janeiro, que muito se aproximou do pronunciamento do presidente Castelo Branco, feito três anos depois. Segundo ela, os jovens de sua época sentiam mais do que ninguém as transformações políticas, culturais e econômicas porque passava o país, e queriam dar a sua parcela de colaboração na construção de um país melhor. No entanto, via-se “na incapacidade de interpretar corretamente a realidade global que o envolve, a fim de poder adequadamente situar-se para agir”, daí porque ela acenava para a importância dos historiadores presentes naquele Congresso no processo de transformação nacional.¹⁵

Essa disposição de idéias, que cruzam de cima a baixo a sociedade brasileira, expressam a lógica de uma sociedade autoritária e patriarcal da qual, como assinalou Marilena Chauí, o país não conseguia se livrar ao longo de sua história e cujos traços “foram, sem dúvida, reforçados com o golpe de Estado de 1964, paradoxalmente batizado com o nome de ‘revolução’”.¹⁶

Cristalizava-se, no discurso do presidente, uma visão hierarquizada atribuída à noção de geração, segundo a qual aquela considerada mais “jovem” deveria ser tutelada ou guiada pela mais “velha” no processo que desembocaria na sua formação profissional, pessoal, intelectual e política. Essa noção de geração, por exemplo, logrou identificar exclusivamente a rebeldia estudantil como um “conflito de gerações, partindo basicamente da situação do estudante como ‘jovem’”,¹⁷ o que por si só servia como elemento de explicação do seu papel político.

Por outro lado, para o presidente, a verdadeira cultura é feita por indivíduos de “cabelos brancos”, legítimos produtores e portadores sociais de uma tradição genuinamente brasileira. Era um campo no qual a juventude não deveria e nem poderia intervir diretamente, negando assim a atuação dos estudantes ligados à UNE e ao CPC nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe como sendo política e culturalmente aceitáveis.

¹⁵ Ainda que não pudesse concordar com as arbitrariedades cometidas pelo governo instalado em 1964, o que nos interessa anotar a dimensão cultural do seu discurso, em que se convencionou projetar um olhar negativo em relação à prática política da juventude universitária no período. NUNES, Antonietta de Aguiar. “Os jovens querem colaborar”. In: *REVISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo: USP, ano XIV, n° 56, v. XXVII, out./dez., 1963, pp. 385-388.

¹⁶ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 47-48.

Não sem razão, o CFC deveria ser composto por vinte e quatro membros, recrutados “dentre as personalidades eminentes da cultura brasileira e reconhecida idoneidade”. Eles deveriam ser indicados pelo Ministro da Educação e Cultura e nomeados pelo próprio presidente da República, que deveria levar ainda em consideração a necessidade de serem figuras representativas das “artes”, das “letras” e das “ciências humanas”.¹⁸

Nesse caso, o CFC foi majoritariamente composto por membros de instituições culturais já reconhecidas no país, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Isso conferiria maior legitimidade ao novo órgão, ao ser formado por uma “elite cultural do país, oficialmente reconhecida”, o que já na sua criação garantiria certa unidade e coesão interna ao grupo.¹⁹ Entre os membros escolhidos destacam-se Josué Montello, primeiro presidente, Arthur Cezar Ferreira Reis, presidente por dois mandatos consecutivos, nos biênios de 1969/1970 e 1971/1972, Pedro Calmon e Manuel Diegues Junior, que pertenciam também àqueles outros dois órgãos de cultura. Renato Ortiz assinala que o novo órgão oficial de cultura fora composto por “intelectuais conservadores e representantes de uma ordem passada (que) irão se ocupar da tarefa de traçar as diretrizes de uma plano cultural para o país”.²⁰

Como se baseava em uma avaliação de ordem qualitativa dos postulantes a membros do Conselho, levando-se em consideração algumas determinadas qualidades intrínsecas a eles - “personalidade eminente da cultura brasileira” -, ampliava-se a margem de subjetividade na escolha desses membros. Não bastava, diga-se, ser portador dessas qualidades. Havia também a necessidade de ser, o futuro membro, pessoa de “reconhecida idoneidade”, delimitando ainda mais a margem de escolha a um conjunto determinado de pessoas. Não é difícil supor que esse critério limitador excluía, de imediato, qualquer um daqueles intelectuais que, mesmo de notória e reconhecida atuação da vida cultural do país, militaram abertamente nos movimentos de esquerda ou que de alguma forma expressavam sua repulsa ao regime.

¹⁷ MARTINS FILHO, Op. Cit. 76.

¹⁸ CEC, Op. Cit. p. 203.

¹⁹ QUINTELLA, Maria Madalena Diegues. “Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais cultor do que eu?”. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, pp. 118-119.

²⁰ ORTIZ, Op. Cit, 91.

Afinal, mesmo tendo o presidente declarado que a cultura era “a parte mais tranqüila e menos reivindicante” no Ministério de Educação e Cultura, os militares, como vimos, não encontraram um ambiente tão calmo assim nesse campo, tendo em vista as hostilidades e oposições ao regime realizadas por artistas e intelectuais de esquerda no pós-1964. Esse predomínio do adversário, na área cultural, persistente ao longo da década de sessenta, faria com que Roberto Schwarz assinalasse, em 1969, que “apesar da ditadura de direita, há relativa hegemonia cultural de esquerda no país”.²¹ Tornava-se mais urgente a presença estatal nesse campo.

Isso explica porque um dos principais objetivos a serem levados a cabo pelo CFC era a elaboração de uma política nacional de cultura adequada ao regime e, por isso, necessitava ser composto por pessoas que, satisfeitos os critérios formais, pudessem ter alguma proximidade, senão ideológica, pelo menos, afetiva ou cultural com a proposta do novo órgão.

A escolha de intelectuais “conservadores e tradicionais”, como disse Ortiz, se adequava à necessidade de se estabelecer um elo de continuidade - e não de ruptura -, entre o passado brasileiro e o novo governo, cristalizado através da cultura. O Estado passaria a atuar diretamente na vida cultural do país, um terreno ainda hostil a ele, de forma sistematizada e planejada.

Na verdade, o CFC era “a outra ponta do *ice-berg*”, pois, segundo Gabriel Cohn, ele representava “uma espécie de ação de retaguarda”, usando a linguagem militar, visando uma

“operação do Estado na área cultural, enquanto na linha de frente se travava uma batalha mais árdua para desbaratar as forças adversárias e neutralizar a sua produção, com vistas a assumir o controle do processo cultural no passo seguinte. A censura e a intervenção nas instituições culturais têm a ver com essa face mais visível, apesar de tudo, de uma ação que no entanto visava mais fundo (...) a codificação do controle sobre o processo cultural”.²²

²¹ COHN, Gabriel. “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”. Idem, pp. 88

²² Idem, pp. 87-88.

Na retaguarda da operação militar contra os inimigos internos do Estado nacional brasileiro, ao CFC coube a elaboração de uma determinada visão de cultura que mais se adequasse aos interesses do novo regime, na tentativa de se estabelecer as coordenadas de uma legítima cultura brasileira. Identidade nacional, cultura popular, patrimônio cultural foram os temas que mais se destacaram no processo de intervenção do Estado na área.

Composto por intelectuais, do porte de um Gilberto Freyre e de um Arthur Cezar Ferreira Reis, que já possuíam uma larga experiência nos meios culturais e na própria estrutura estatal – Arthur Cezar Ferreira Reis fora governador no Estado do Amazonas, em 1964 -, o CFC tinha a missão de defender os valores culturais e morais da sociedade: o seu patrimônio cultural. Em outras frentes o governo, para não ver a sociedade cair nas mãos de interesses escusos, externos aos verdadeiros interesses nacionais – diga-se, nas mãos de revolucionários comunistas -, lançou mão da censura e da repressão aos movimentos artísticos e intelectuais que montaram barricadas contra os princípios da “revolução” de 1964.

A censura, como definiu Renato Ortiz, age como uma força repressiva seletiva, que procura conter a emergência de determinadas manifestações intelectuais ou artísticas, sem proibir a existência do meio no qual eles foram gerados: “o ato censor atinge especificidade da obra, mas não a generalidade da sua produção”.²³ O produto e o produtor eram os alvos para os quais se direcionava as armas censórias dos governos militares, e não o mercado de bens culturais.

Havia, segundo Renato Ortiz, a existência de certo descompasso em relação ao desenvolvimento de um mercado de bens materiais e de um mercado de bens culturais no Brasil ao qual os governos militares não ficaram omissos. No que se refere a este último, ele “envolve uma dimensão simbólica que aponta para problemas ideológicos e expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto veiculado”, que obrigava o Estado a tratá-lo de forma diferenciada na medida em que os produtos neles veiculados poderiam “expressar valores e disposições contrárias à vontade política dos que estão no poder”.²⁴

²³ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114.

²⁴ Idem, *Ibidem*.

Daí a necessidade de uma intervenção do Estado brasileiro na área cultural, tendo em vista o controle sobre os produtos culturais colocados à disposição de um público cada vez mais diversificado de pessoas, diante do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa e a preservação de determinados valores morais com os quais identificava a sociedade brasileira. É na encruzilhada desse desenvolvimento e dessa necessidade de preservação que irá se situar a política do Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar.

Diante dessas duas dimensões com as quais a área cultural se apresentava ao Estado, a sua postura também teve um caráter dúbio. De um lado, cercou-se de intelectuais com larga experiência na vida cultural brasileira e conhecidos como promotores e divulgadores de uma visão conservadora da sociedade, membros do CFC, e, por outro lado, valeu-se de pessoas com conhecimentos técnicos para atuarem na área da indústria de bens culturais no país, como os administradores e promotores culturais contratados para a FUNART ou a EMBRAFILMES.²⁵

Na verdade, os intelectuais ligados ao CFC, em razão de sua formação tradicional, não viam com bons olhos esse avanço tecnológico nos meios de comunicação de massa. Por esse motivo, procuraram realizar a valorização da “cultura popular” em detrimento da “cultura de massa” que, segundo eles, poderia provocar sérios prejuízos à “cultura nacional”.²⁶ Nesse caso, o humanismo dos intelectuais do CFC, preocupados com a essência do que era ser brasileiro e do que era a nação, levou-os a queixar-se, com certa frequência, que a cultura era o “primo pobre” do processo de desenvolvimento, num Estado cujas atenções se voltavam para o planejamento econômico.

Era o que lamentava o Conselheiro Irmão José Otão, em matéria originalmente publicada no jornal *Correio do Povo*, em 31 de março de 1972, e reeditada no *Boletim* do CFC. Depois de fazer um balanço da dotação orçamentária do CFC do ano anterior, ele concluiu que,

²⁵ ORTIZ, 1986, pp. 79-142.

²⁶ BARBALHO, Alexandre. “O Estado pós-64: intervenção planejada na cultura”. In: *REVISTA POLÍTICA E TRABALHO*, Nº 15, setembro de 1999. Disponível no site: <http://www.geocities.com/ptreview/15-barbalho.html>

“lamentavelmente os recursos econômicos são extremamente reduzidos não sendo possível colaborar com bom número de iniciativas excelentes. Parece que a afirmação de que a ‘cultura é o primo pobre’ continua válida, o que é de lamentar, pois, o desenvolvimento do País só é completo quando abrange todos os seus setores”²⁷

Em todo caso, não se questionava a legitimidade do Estado enquanto instituição capaz de conduzir os rumos da nação. As queixas soavam mais como alerta ao Estado brasileiro para o grave problema de um desenvolvimento tecnológico descontrolado e que pudesse embotar os legítimos “valores” do homem brasileiro. Afinal, informava o mesmo conselheiro em outro artigo, que embora a tecnologia fosse um instrumento válido do homem acelerar o processo de desenvolvimento, não se deveria esquecer que, como todo instrumento, ele é “manejado ou guiado pelo espírito”.²⁸

Com relação a essa onipresença do Estado, vale lembrar que predominava na época a ideologia de Segurança Nacional, que o concebia como o “centro nevrálgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos”.²⁹ O jurista Afonso Arinos de Mello Franco, que participou dos debates parlamentares da criação da Lei de Segurança Nacional, no final da década de quarenta e que, em 1966, viria a ser um dos primeiros membros do CFC, ressaltou que a segurança nacional deveria ser entendida como a “manutenção da integridade e da estabilidade da nação brasileira, politicamente organizada”, um elemento que garantisse a defesa de sua “integridade territorial, a sua soberania e a ordem constitucional”.³⁰

Por sua vez, o deputado paraense Lameira Bittencourt, relator do anteprojeto que resultou na referida lei, completava o entendimento de Afonso Arinos. Segundo ele uma legislação de segurança nacional funcionava com um:

²⁷ OTÃO, Irmão José. “O Conselho Federal de Cultura em 1971”. In: *BOLETIM do CFC*, Rio de Janeiro, nº 5, jan./mar. 1972, p. 30.

²⁸ OTÃO, Irmão José. “Cultura, tecnologia e desenvolvimento”. In: *REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA*. Rio de Janeiro, ano III, nº 8, abr./jul., 1971, p. 81.

²⁹ Idem.

³⁰ REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 35.

“escudo e arma contra os impenitentes inimigos, tão perigosos quão falazes, que em hora conturbada que vivemos em todos os quadrantes do Universo conspiram contra o Estado democrático e a civilização cristã a serviço espúrio de ideologias malsãs e interesses inconfessáveis”.³¹

Analisando os debates no parlamento em torno da criação da Lei de Segurança Nacional, o historiador Luís Reznik avaliou que eles expuseram opiniões e concepções as mais diversas acerca da definição do conceito de democracia e de cidadania, mas entre elas sobressaiu-se a noção de que a “democracia” brasileira deveria ser “vigilante”, o que significou delegar poderes ao Estado, em nome da segurança e do bem-estar público, para intervir a qualquer tempo e em qualquer setor da vida na nação quando estivesse “ameaçada” em sua integridade.³² Os “objetivos nacionais”, tutelados pelo Estado nacional brasileiro, deveriam vir a frente e acima de interesses individuais internos ou estranhos à nação. Por esse motivo, reconhecendo a cultura como um campo de relações de poder, no qual ele já entrava em desvantagem, o Estado não poderia prescindir de uma intervenção na área, sob pena de deitar por terra o seu projeto inicial de salvaguarda da “democracia”.

Para Vanderli Maria da Silva, na Política Nacional de Cultura (PNC) criada em 1975, e que contou com uma decisiva contribuição de intelectuais ligados ao CFC, guardava fortes semelhanças com a concepção de política nacional adotada pela Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), embora não assumissem explicitamente os seus idealizadores. De acordo com essa doutrina, a política nacional era definida como “a arte de estabelecer os objetivos nacionais mediante a interpretação dos anseios nacionais, e de orientar a conquista ou preservação daqueles objetivos”.³³ “Objetivos nacionais”, “anseios nacionais” esses são os ingredientes discursivos que legitimavam a intervenção direta do Estado nacional nos diversos níveis da vida da população, inclusive no cultural.

Criada durante o período imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial, e após a volta dos militares brasileiros que participaram do confronto, a ESG “foi pensada como um espaço de reflexão sobre esse novo momento pelo qual passava o mundo e sobre as novas

³¹ Idem, p. 83.

³² Idem.

³³ SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível no site: www.universia.com.br/html/materia/materia_dbfg.html.

condições para a defesa e a segurança” do país.³⁴ E, com essa concepção, a ESG não se pretendia um órgão estritamente militar, ainda que o nome assim nos levasse a crer. Desejava contar – como de fato ocorreu - com a colaboração dedicada tanto de militares e como de civis interessados em garantir a segurança nacional, nesse momento delicado. Segundo Juarez Távora, seu comandante em 1953, a função da ESG era:

“insuflar na consciência de nossas elites, sem distinção entre civis e militares, uma compreensão ampla e uniforme sobre os problemas da segurança nacional, capaz de se condensar com o correr dos anos, numa adequada doutrina de segurança nacional”.³⁵

Preocupados com a formação das “nossas elites”, os cursos realizados pela ESG contaram com a contribuição de muitos intelectuais que vieram a ser membros do CFC, como Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre e Arthur Cezar Ferreira Reis, entre outros. Também alguns integrantes do CEC-PA realizaram palestra ou participaram de cursos promovidos pela ESG, como os Conselheiros José Rodrigues da Silveira Neto e Silvio Augusto de Bastos Meira, que fora, inclusive, orador de sua turma, em 1970.³⁶

A proximidade ideológica e afetiva entre os intelectuais do CFC e do CEC-PA com a doutrina Segurança Nacional debatida extensamente na ESG, não deixa dúvidas do caráter conservador que eles imprimiram à cultura nacional e regional.

Através do CFC, o Estado nacional direcionou sua atenção para àquelas “atividades culturais que vêm encontrando dificuldades crescentes de sobrevivência em função de critérios estritos de mercado (público, rentabilidade, etc)”.³⁷ Enquanto isso, as outras atividades que apresentavam maiores oportunidades de investimentos e faturamento no campo da produção cultural, o Estado deixava a cargo da iniciativa privada. Segundo Sérgio Miceli, é nesse duplo movimento que deve ser entendida a política cultural oficial nesse período. Se de um lado, ela intervém consideravelmente nas atividades artísticas e intelectuais eruditas, além da cultura popular, enquanto parte do patrimônio cultural da nação, o mercado

³⁴ REZNIK, Op. Cit. p. 33.

³⁵ Apud, Idem, pp. 34-35.

³⁶ ANAIS, 1970, pp. 17 e 54.

³⁷ MICELI, Op. Cit, p. 100.

de bens simbólicos expandido com os modernos meios de comunicação de massa – televisão, fitas-cassete, vídeo-cassete, discos e estações de rádio FM – atraía investidores particulares com a possibilidade de lucros certos.³⁸

Não se tratava de perceber a cultura enquanto entretenimento de massa, portanto. Os intelectuais do CFC teriam como preocupação a preservação e a divulgação de uma dada versão do passado brasileiro que confirmasse o que se convencionava entre eles como elementos verdadeiros da nossa identidade nacional, da nossa “tradição”.

Nesse caso, é oportuno nos determos um pouco mais nessa característica do papel do CFC. Ele possuía uma dupla tarefa de disseminar determinados conhecimentos do passado brasileiro e, ao mesmo tempo, divulgar as potencialidades do país, visando contribuir para evitar que a defasagem entre o desenvolvimento material e tecnológico e o progresso do “espírito” viesse a conduzir o país a caminhos indesejáveis à soberania e à segurança nacionais. Em outras palavras, o CFC e seus congêneres estaduais eram percebidos como importantes instrumentos garantidores da “missão civilizadora de que se imbuíram os governos militares”.³⁹ O historiador Carlos Fico assinalou, a esse respeito, que:

“para ‘colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas’, usar-se-ia um modelo econômico ‘capaz de realizar o desenvolvimento e a grandeza nacionais, sem descaracterização da experiência tropical-humanista da cultura brasileira’.”⁴⁰

Carlos Fico argumentou que teria ocorrido uma “gilbertização” da cultura brasileira, ou seja, um predomínio da interpretação da nação e da nacionalidade brasileira feita por Gilberto Freyre, a partir de seu livro “Casa Grande e Senzala”, de 1933. É oportuno expor, ainda que a vôo de pássaro, as linhas gerais de sua biografia da nação, tendo em vista ter sido ele um dos intelectuais mais respeitados dentro do CFC e com reconhecida inserção entre os intelectuais paraense, como aqueles que ingressaram no CEC-PA.

³⁸ Idem, p. 101.

³⁹ FICO, Carlos. *Reiventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 85.

⁴⁰ Idem, Ibidem.

Recorrendo a essa “tradição” – ao mesmo tempo em que a (re)inventa no momento do seu discurso⁴¹ -, Gilberto Freyre procura definir, em 1971, a título de exemplo, o “estilo brasileiro de democracia”.⁴² Dizia ele que estávamos, “através de acertos e desacertos, desenvolvendo nosso estilo de democracia”, cujo exemplo mais significativo era a “nossa democracia racial”. Muito diferente do “caudilho militar” ou ao “militarismo propriamente dito”, ela comportava a presença militar na vida pública e na vida intelectual do país através da ação da “impropriamente chamada Escola Superior de Guerra”.⁴³

Em outro artigo publicado na Revista Brasileira de Cultura, Gilberto Freyre ressaltou que:

“[a] nossa condição nacional – a dos brasileiros – decorre de uma experiência histórica ainda em desenvolvimento: de um conjunto de fatores étnicos, culturais, sociais que, dentro de uma ecologia, em grande parte, tropical, encontraram-se, chocaram-se, entraram em interrelações de vários tipos e em relações também diferentes com aquela ecologia. Dessas interrelações e dessas relações vêm resultando, através de um tempo que em parte se tornou histórico e continua dinamicamente social, uma sociedade e uma cultura, a princípio, coloniais, de certa altura em diante, já pré-nacionais e, desde os primeiros anos do século XIX, antes mesmo de proclamada a independência política do nosso país como acontecimento histórico, já sociologicamente nacionais ou quase-nacionais. Processo, o da nossa passagem de uma situação pré-nacional a outra, nacional, que foi quase inteiramente pacífico, em contraste com o que ocorreu na vizinha América espanhola e mesmo na América inglesa. Processo que continua”.⁴⁴

Nesse parágrafo, embora extenso, Gilberto Freyre sintetiza as linhas mestras de sua leitura do Brasil e da cultura brasileira, fundamentadas no trinômio bio-sócio-cultural. No sentido sociológico que procura imprimir a sua análise, Gilberto Freyre percebe que no Brasil, a partir do contato com o homem europeu, e posteriormente com o recrutamento de africanos para as lavouras de cana-de-açúcar aqui instaladas, teve início o processo de formação de um

⁴¹ Utilizo a noção de “invenção das tradições” de acordo com a definição feita por Eric Hobsbawm segundo a qual ela “é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição de repetição”; vista como “sintomas”, “indícios” de problemas mais amplos, na qual se utiliza da história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 12 e 21.

⁴² FREYRE, Gilberto. “Estilo brasileiro de democracia”. In: *Boletim* do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, nº 3, jul./set. 1971, pp. 25-28.

⁴³ *Idem*, 27.

⁴⁴ FREYRE, Gilberto. “O Brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico e, na sua maioria, moreno: comentários em torno de um tema complexo”. In: *REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA*. Rio de Janeiro, CFC, ano II, nº 6, out./dez. 1970, p. 41.

tipo *sui generis* de homem: o homem brasileiro. Um homem, visto como indivíduo de “carne e osso”, vivente e convivente que, embora fosse portador de características biológicas diversas, constituiu uma sociedade com caracteres próprios em um ambiente predominantemente tropical.⁴⁵

Em outras palavras, a originalidade brasileira está associada às características, também originais, do processo de ocupação do território pelos colonizadores portugueses que, diferentemente dos demais europeus que deixaram marcada sua presença na América – franceses, ingleses, holandeses e, ainda, espanhóis -, lançaram mão de uma solução mais satisfatória para o problema dos conflitos étnicos e raciais que poderiam emergir do contato entre “brancos”, “negros” e “índios”, ou seja, da miscigenação.⁴⁶ Essa solução, além de haver contribuído para minimizar os conflitos, foi a base sobre a qual se ergueu a sociedade brasileira, através de inter-relacionamentos, em geral, amistosos, entre esses diversos grupos, cujo resultado direto foi a convivência “democrática” entre eles num Brasil já modernamente constituído.⁴⁷

No processo complexo de formação da nação e do homem brasileiro, as diferenças étnico-raciais teriam cedido lugar para um tipo ideal de homem caracterizado pela sua “morenidade”. Não se trata, no entanto, de uma mera variação cromática que tenha por objetivo demarcar o distanciamento étnico ou racial entre o seu tipo ideal – o “moreno” – e os demais indivíduos brancos, índios e negros, que se associaram na composição da nossa sociedade. Ela constitui, na verdade, segundo Freyre, uma “meta-raça”, um tipo “bio-sócio-cultural total”, que está, portanto, acima dos padrões meramente biofísicos, étnicos e de cor utilizados para diferenciar os indivíduos de uma mesma sociedade, que tanto vinha provocando conflitos na África e nos Estados Unidos, por exemplo, devido aos extremismos racistas.⁴⁸

⁴⁵ Idem, p. 44.

⁴⁶ Idem, p. 54.

⁴⁷ Freyre utiliza o seguinte exemplo para reforçar seu argumento: “o famoso Pelé, jogador de futebol, preto retinto porém brasileiromente moreno, assim se manifestou, em recente declaração (1970), aparecida em revista do Rio de Janeiro, sobre a insignificância do preconceito de cor no Brasil: ‘é muito engraçado o fato de os estrangeiros em geral sempre que fazem perguntas sobre o Brasil e os brasileiros se preocuparem principalmente com o problema da cor da pele. Será que não sabem que aqui não há os problemas raciais como em algumas outras partes do mundo? Eu por mim não acho que um homem valha pela sua cor e sim pelo que é’”. Idem, p. 49.

⁴⁸ Freyre retoma a definição de “Moreno” no “Glossário Paraense”, de 1906, para explicar sua posição: “*Moreno*, ad. Eufemismo introduzido depois do advento da República pelos pardos quando falam uns dos outros. O mulato, o cafuz, o próprio preto uiraúna, são pessoas morenas... Um moreno (cafuz) magoado pelo epíteto

A morenidade, como ideal de ser brasileiro, que caracteriza a nossa sociedade disposta pelo vasto território nacional, resulta do aperfeiçoamento “das técnicas, de modos de vida, de hábitos de alimentação, de adesão de valores éticos e estéticos” e das variadas relações estabelecidas entre esse homem, que foi “primeiro pré-brasileiro, depois brasileiro, com o espaço em que se situa, com o ambiente ou a ecologia” e com o “tempo em que, historicamente, vem se prolongando de indivíduo, em pessoa, de raça em meia-raça, de meia-raça e meta-raça, de população em sociedade e em cultura”.⁴⁹ Um processo contínuo de adaptações e aperfeiçoamentos que ainda está em curso e cuja essência importa conhecer, para que se possa encontrar subsídios para a implementação de intervenções capazes de acelerá-lo.

Uma vez relacionado intimamente às forças telúricas que o condicionam, esse processo resulta, inevitavelmente, na identidade e na identificação do indivíduo com a sociedade e de ambos – indivíduo e sociedade – com a nação, em cujo território se estabeleceram. Somos, dizia Freyre, “teluricamente brasileiros”,⁵⁰ mesmo com consciência das diversidades demarcadas pela culinária, modos de falar, gestos, vestimentas ou dimensão biofísica (altura, cor da pele) que caracterizam particularmente certos tipos “brasileiros” – ou “subtipos” – que vivem espalhados pelo território nacional, como o “paraense”, o “nordestino” e o “gaúcho”, por exemplo. Se cultural e sociologicamente a morenidade dá unidade a essa diversidade, politicamente, o Estado-nação dá unidade a um países de dimensões continentais como o Brasil.

Tais noções e conceitos não são novos no pensamento de Gilberto Freyre. A preocupação em demonstrar que houve uma solução tipicamente brasileira, até certo ponto, fraternal, entre os diferentes tipos de indivíduos e culturas que aqui entraram em contato; a ênfase no aspecto cultural em detrimento ao biológico e racial do que Freyre percebia como “povo brasileiro”; a valorização do mestiço, do moreno, como seu tipo ideal; e o elogio ao sucesso da obra colonizadora portuguesa no Brasil, eram elementos presentes no seu livro clássico “Casa Grande e Senzala”, de 1933.

afrontoso de negro retorquiu que ‘agora na República não havia mais nem pretos nem brancos: todos cidadãos’.
Idem, p. 48.

⁴⁹ Idem, p. 43.

⁵⁰ Idem, p. 50.

Nesse caso, poderíamos utilizar a noção de “invenção das tradições”, nos termos pensados por Eric Hobsbawm, para melhor compreendermos a formulação elaborada por Freyre de uma biografia da nação, na medida em que faz “referência a um passado histórico” mitificado, cujas raízes poderiam ser encontradas no período colonial brasileiro, para estabelecer com ele “uma continuidade artificial” com o presente do autor.⁵¹ Segundo o historiador José Carlos Reis, um dos estudiosos dos intelectuais brasileiros da atualidade, em “Casa Grande e Senzala”, “a história brasileira não é compreendida em termo de ruptura, conflitos, mudanças bruscas”, mas sim como “uma história pacífica, tranqüila, integradora das diferenças”, que “privilegia a continuidade em detrimento da mudança”.⁵²

A “invenção das tradições”, segundo Hobsbawm, é um fenômeno encontrado de forma diversificada no tempo e no espaço, em sociedades também diversas, conduzida tanto pelo Estado nacional como por outros agentes sociais e são muito mais visíveis no momento em que “uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis”.⁵³

O mundo em “transformação rápida” no qual vivia Gilberto Freyre, nas décadas de vinte e trinta, era aquele mundo marcado pelo movimento modernista que, como vimos, não prescindia da cultura estrangeira no processo de formação da cultura nacional. Diante dessa nova dinâmica social e cultural, o próprio Gilberto Freyre respondeu, em 1926, com o Manifesto Regionalista no qual se posicionava em campo oposto aos modernistas, olhando de soslaio para as mudanças por eles propostas e reafirmando a necessidade de preservação das “tradições” herdadas do nosso passado colonial e imperial.

Mas o Gilberto Freyre daquela época já não é totalmente o mesmo daquele que escreve na década de setenta. De fato, em 1971, Gilberto Freyre reforçou esse olhar sobre a nação e a essência de nossa brasilidade, mas deu ênfase a determinados elementos dentro dela, que foram abordados com nova roupagem. Refiro-me, por exemplo, ao elogio ao colonialismo português na América, agora apresentado sob o conceito de “lusotropicalidade”. Ou seja, no processo geral de nossa formação, enquanto povo e enquanto nação, os

⁵¹ HOBBSAWM, Op. Cit. p. 10.

⁵² REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp. 80-81.

⁵³ Idem, p. 12.

portugueses deixaram a marca indelével de seu “gênio criador”, adaptando-se à realidade desconhecida e hostil da colonização nos trópicos. A eles devemos a nossa ligação com o mundo civilizado e, mesmo na condição de senhor, o estabelecimento de uma relação fraternal com os demais povos que se juntaram a esse processo.

Por outro lado, o seu olhar para o passado não se justifica unicamente pela sua continuidade que se esgota no presente. Em 1971, encontramos Gilberto Freyre, não como um “crítico aos malefícios do progresso e da importação de costumes e valores estrangeiros”,⁵⁴ mas, ao contrário, aquele que como observador atento ao movimento da sociedade brasileira, admite que novos elementos – “hábitos de alimentação e de recreação, métodos e facilidades de educação e higiene” – vinham contribuindo para “aquela adaptação do homem ao seu meio ou ambiente sem prejuízo de sua civilidade ou da sua europeidade: civilidade no sentido de vir sua cultura mais civilizada – a de origem européia – porém não antitelúrica”.⁵⁵ O processo de intensificação das bases industriais do país, a dinâmica das novidades tecnológicas e do espaço urbano pareciam indicar a Gilberto Freyre, na década de 1970, uma certa inevitabilidade do processo de desenvolvimento do qual o homem é protagonista.

E mais, se é verdade que o progresso não traz mais tantos efeitos desastrosos, sendo, inclusive, algo perseguido agora na forma de desenvolvimento material e cultural pelo homem brasileiro, não é menos verdade, segundo Freyre, que o conjunto complexo formado pelo Brasil, como Estado nacional, também não persiga, conduzido por aquele homem, o seu desenvolvimento. Porque, para Freyre, “a condição nacional de uma sociedade que, como Estado-nação, não seja potência, é uma condição sempre em perigo”, várias forças a ameaçam, “algumas dessas forças partindo de dentro para fora da nação em desenvolvimento, em vez de virem de fora para dentro”.⁵⁶

Essa talvez fosse a grande marca da mudança no pensamento de Gilberto Freyre. Se na década de trinta e quarenta chegou a associar o centralismo do Estado inaugurado com a “revolução de 1930, com o elemento “estranho” à tradição política brasileira, como vimos, democrática desde seus primeiros momentos, na década de sessenta o Estado-nação é exaltado como o único meio capaz de garantir a felicidade dos povos. De acordo com Renato Ortiz,

⁵⁴ OLIVEN, Op. Cit., p. 70.

⁵⁵ FREYRE, Op. Cit., p. 56-57.

⁵⁶ Idem, p. 41.

quando intelectuais tradicionais, como Gilberto Freyre, são recrutados para o Estado, eles deparam com uma realidade nova, ou seja, “construir um política de cultura”, o que contribui para que a noção de centralismo estatal seja matizada.

Nesse caso, para compreender essas reelaborações culturais, podemos utilizar a noção de “tradição da invenção”, esboçada por Celso Castro, em que se diferencia daquela apresentada por Hobsbawm por não fazer distinção entre tradições “inventadas” ou “genuínas”, e sim leva em conta que os “elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos. Ao mesmo tempo, existe o esforço cultural oposto de ‘cristalizá-los’, tornando-os reconhecíveis para os indivíduos”.⁵⁷

Como intelectual, Freyre adaptou sua teoria aos novos tempos, não por uma imposição nua e crua dos governos militares, mas por acreditar nas suas próprias teses expostas em suas linhas gerais na sua interpretação do Brasil, produzida décadas antes de seu ingresso no CFC. A visão conservadora de sua produção intelectual e o seu trânsito livre nos meios culturais do país foram as suas principais credencias a ocupar um assento nesse Conselho.

Essa noção de organização cultura do CFC segue aquele principio federativo esboçado por Silvio Augusto de Bastos Meira, como vimos na parte introdutória dessa dissertação. Ou seja, um federalismo que se reconhece enquanto tal dentro de uma Estado unitário e que, numa operação quase hobbesiana,⁵⁸ direcionam suas energias para o fortalecimento deste. A política cultural do governo federal será norteada por essa perspectiva federalista, “orgânica” em que o próprio Estado nação é percebido pelos intelectuais do CFC. Daí deriva a necessidade de criar e organizar os Conselhos Estaduais de Cultura.

Afinal, como supunha certa vez Hobsbawm, se um dia viesse à terra um historiador alienígena ele perceberia que seria incompreensíveis o estudo dos últimos dois séculos do planeta “sem o entedimento do termo ‘nação’” e as formas diversas com que ele foi operada pelos homens.⁵⁹ Aquelas esboçadas acima referente a percepção de Gilberto

⁵⁷ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, pp. 10-11.

⁵⁸ O contratualismo hobbesiano foi elemento importante para a legitimação dos Estado modernos, visto como meio seguro para a manutenção da segurança e da felicidade da sociedade. HOBBS, Thomas. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

⁵⁹ HOBBSAWN, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 11.

Freyre e Silvio Meira, era uma entre tantas outras visões de “nação” e que teve uma grande acolhida entre os intelectuais ligados ao CFC e ao CEC-PA.

2. O Conselho Estadual de Cultura do Pará e a integração da cultura nacional.

Vou me deter nesta seção à análise da atuação do Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA), como principal organismo de intervenção do Estado na área cultural, no âmbito local e regional. O objetivo é traçar as linhas mestras da interpretação que se consagrou sobre o passado amazônico subjacente às reuniões, pronunciamentos e produção bibliográfica dos membros do Conselho, de forma geral, ainda que, em alguns momentos, seja necessário fixar o olhar em um ou mais conselheiros. Dessa forma, pretendo dar condições para que se possa visualizar com maior clareza e possibilidade de compreensão o sentido com o qual se revestiram as comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência, em 1973, e o significado atribuído à região amazônica nesse momento em que o Brasil vivia sob o signo de governos militares.

Desde já é preciso alertar que estamos enveredando em um terreno ainda pouco pisado pela historiografia local. Por esse motivo, e por cautela metodológica, optei em construir uma narrativa que não prescindisse da descrição detalhada de determinados acontecimentos considerados, arbitrariamente, relevantes como auxílio para a análise histórica proposta.

Em relação à documentação, vale mais fazer outra observação. A partir de 1975, o CEC-PA adotou uma política de publicação de todas as atas das sessões ordinárias e solenes do órgão, reunidas sob o título de Anais. Um dado interessante é que, além dessa documentação que proporcionou o estudo sobre o órgão, muitos ofícios, pareceres, conferências e atas também foram publicados integralmente na Revista de Cultura do Pará (RCP), órgão do CEC-PA. A maioria das fontes aqui reunidas foi extraída desses anais e da revista, ainda que outras tenham sido consultadas na biblioteca e arquivo do próprio Conselho, jornais da época e entrevista com os atuais presidente e secretário do órgão. Muito

mais teríamos, caso fossem digitalizadas as gravações dos pronunciamentos feitos pelos Conselheiros nas sessões ordinárias e solenes promovidas pelo CEC-PA, cujas fitas encontram-se no arquivo daquele órgão, como a filmagem da sessão de inauguração do Museu da Imagem e do Som, ocorrida em 1971, na qual a escritora Eneida de Moraes, idealizadora do museu, fez sua última aparição pública em Belém. Não há dúvidas de que ainda há para ser contado sobre essa história.

O Conselho Estadual de Cultura do Pará foi oficialmente criado através da Lei nº 4.073, de 30 de dezembro de 1967, assinada pelo então governador Alacid da Silva Nunes. Foi o primeiro Conselho de Cultura a ser criado na região, nesse novo momento da intervenção do Estado na área cultural. O governador atendeu a solicitação do presidente do CFC, Josué Montello, para que o Pará pudesse “contribuir na formulação do Plano Nacional de Cultura, em seu aspecto regional”.⁶⁰ Como presidente do CFC, Josué Montello “conseguiu sensibilizar todos os governos estaduais a criarem um conselho estadual de cultura”,⁶¹ para a consecução desse plano cujo objetivo já vinha definido no próprio decreto de criação daquele órgão federal.⁶²

A criação do órgão seguiu os ritos de tramitação legais. Em agosto de 1967, o governador do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa (AL) a minuta de um projeto de criação do Conselho dentro do modelo do decreto-lei que criou o CFC, enviado por Josué Montello. Os deputados, por sua vez, alteraram parcialmente o projeto, incluindo como novidade o texto do artigo 2º. De acordo com este artigo do projeto:

“será obrigatória a inclusão, entre os membros do Conselho, de representantes indicados pelas seguintes entidades: Prefeitura Municipal de Belém, Arquidiocese de Belém, Universidade Federal do Pará, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Academia Paraense de Letras, Instituto dos Advogados e Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará”⁶³

⁶⁰ Ofício nº 526/67-SEGOV.

⁶¹ Entrevista concedida ao autor pelo atual presidente do Conselho Estadual de Cultura, Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, na sede do Conselho, no dia 20 de dezembro de 2005.

⁶² CFC/Pa, 1968 p. 204.

⁶³ Idem, p. 15.

Este foi o único artigo vetado pelo executivo. Em suas justificativas, o Governador Alacid Nunes apontou, pelo menos, três ordens de razões para o veto. Primeiro, uma de ordem jurídica, referia-se ao fato de o texto do artigo ferir ao que já havia sido prescrito pelo Decreto-Lei nº 74/67, que criou o CFC, no qual estavam bem definidas as atribuições do executivo federal e, por extensão, ao estadual, para a nomeação dos membros desse órgão. Como subsidiário ao CFC, o CEC-Pa deveria, pois, seguir as mesmas diretrizes jurídicas daquele órgão que lhe deu ensejo.

A segunda razão dizia respeito ao caráter a ser assumido pelo novo órgão. Para o executivo estadual ele não possuía o caráter de representação “partidária ou classista”, como sugeria o artigo, e sim o de uma representação “cultural” e “intelectual” com mandatos a serem cumpridos e cujos membros deveriam ser escolhidos pelos seus “méritos” e entre aqueles que apresentassem “o necessário gabarito para a função”,⁶⁴ independentemente da associação a que poderiam estar vinculados. Com isso, não pretendia dizer que as instituições indicadas no artigo não fossem consultadas pelo Estado no momento da composição do CEC/Pa., mas, segundo o Governador, era necessária a desvinculação classista para que o executivo tivesse maior flexibilidade na composição de seus membros.

A terceira - e talvez a mais importante razão para o veto -, relacionava-se à garantia – fazendo uso de um jargão político atual - da “governabilidade” no interior da própria estrutura político-administrativa do Estado com a criação daquele órgão. Havia a necessidade, desde o início, de evitar opiniões conflitantes. Claro estava para o governo estadual que, deixando a composição do quadro de membro do CEC-Pa sob a livre escolha das instituições indicadas pelo artigo, abriria precedente para “ressentimentos muitas vezes difíceis de contornar, colocando o Poder Executivo em situação melindrosa”.⁶⁵

Não valia a pena correr esse risco. Para um “colegiado da mais alta envergadura”⁶⁶ como o representado por aquele Conselho, cuja tarefa era a de traçar normas e de realizar o planejamento da política cultural do Estado, em articulação com o CFC, sua composição deveria se plasmar pela harmonia, pelo entrosamento entre os seus membros e entre estes e a administração pública, à qual estariam subordinados.

⁶⁴ “Razões do veto parcial ao projeto de Lei nº 259, de 14 de dezembro de 1967”. Idem, p. 29.

⁶⁵ Idem, p. 28.

⁶⁶ Idem, p. 28.

Alacid Nunes reivindicava, dessa forma, a manutenção de critérios qualitativos e forçosamente subjetivos para a escolha dos membros do Conselho. Os mesmos que facultavam ao presidente da República a escolha dos membros do CFC. Não pretendia, com isso, transformá-lo em um órgão “amorfo ou decididamente de afilhadismo”, mas reforçar a necessidade de o governo do Estado agir com a soberania que lhe deveria caracterizar e não ter suas atribuições limitadas por aquelas instituições, para que definitivamente pudesse contribuir para o “alevramento intelectual da terra comum”.⁶⁷ As razões do veto do Governador foram aceitas no plenário da AL em abril de 1968.

O Governador do Estado, reproduzindo a mesma lógica adotada pelo Governo Federal na escolha dos membros do CFC, mantinha, em nível local, o dirigismo na vida cultural da sociedade paraense. Como vimos, um dos principais objetivos do CFC era a elaboração de uma política nacional de cultura a partir da contribuição das diversas regiões e dos diversos Estados membros da federação. Se, no esquema da política cultural pensada pelo governo federal, o CFC deveria equacionar a diversidade cultural apresentada pelas regiões do país na elaboração de uma “cultura nacional” que galvanizasse a identidade brasileira, caberia aos Conselhos Estaduais de Cultura, dentro dessa estrutura político administrativa, responder aos anseios daquele órgão com a definição daquilo que seria, a partir do trabalho dos conselheiros, a “cultura” e a “identidade” amazônicas.

Dessa forma, o CEC/Pa foi composto por quinze membros escolhidos “por um critério pessoal do governador”, entre “pessoas ilustres, pertencentes ao direito (...) à medicina, à pesquisa científica, [e] à imprensa”⁶⁸ do Estado. Entre elas estavam, por exemplo, o reitor da Universidade Federal do Pará (UFP)⁶⁹, José Rodrigues da Silveira Neto, Aloysio da Costa Chaves, que viria a ser reitor da mesma universidade, em 1969, o Superintendente da SUDAN, General Ernesto Bandeira Coelho, o médico Luiz Miguel Scaff, representante da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, no Conselho Regional de Medicina e que havia sido Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde, em 1961, Ernesto Cruz, historiador e diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e da Biblioteca e Arquivo Público do Pará e

⁶⁷ *Idem*, p. 28/29.

⁶⁸ Entrevista concedida ao autor pelo presidente do Conselho Estadual de Cultura, Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, na sede do Conselho, no dia 20 de dezembro de 2005.

⁶⁹ Vou adotar a sigla com a qual, na maioria das vezes, a Universidade Federal do Pará era identificadas nos jornais e documentos oficiais, ou seja, UFP e não UFPA como a identificamos hoje.

o professor Clóvis Silva de Moraes Rego, membro do IHGP e que exercia, na época, a função de Secretário de Governo do Estado.⁷⁰

Na composição do CEC/Pa, pelo menos, três aspectos importam ser destacados. O primeiro deles se refere à contemporaneidade dos intelectuais indicados. Eles tinham em média 54 anos de idade e muitos deles já se conheciam desde os tempos ginasiais.⁷¹ Individualmente, a diferença mais acentuada entre eles ficava por conta de Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, que à época tinha 35 anos e Ernesto Horácio Cruz, que já somava os 70 anos. Sempre que podiam, os conselheiros não deixavam escapar a oportunidade de ressaltar essa contemporaneidade, especialmente, nos momentos que antecediam ou nos comentários posteriores a alguma conferência proferida ou obra ou artigo publicado por um dos membros. Maria Annunciada Chaves, por exemplo, elogiando a conferência realizada pelo conselheiro Daniel Coelho, na abertura do ano 1970, da UFP, não se esqueceu de pontuar que o conhecia há trinta anos, desde quando foram “companheiros nos bancos de ginásio, quando comecei a admirá-lo e a estimá-lo”.⁷²

O segundo aspecto diz respeito à formação acadêmica dos intelectuais escolhidos para o Conselho. A grande maioria deles tinha uma formação bacharelesca. Dos quinze conselheiros nomeados, seis eram formados em Direito e dois em Medicina, embora muitos não estivessem no efetivo exercício de suas profissões. Dos bacharéis em direito, Orlando Bitar, Otávio Mendonça e Silvio Meira eram aqueles que ainda mantinham em funcionamento escritório de advocacia na cidade, ainda que dividissem seu tempo entre as atribuições do ofício e as atividades de professor da faculdade de direito na UFP.

É possível dizer que o título escolar foi o fator de menor peso para o ingresso de cada um deles ao Conselho, uma vez que contava mais a “cultura geral” do postulante ao cargo do que a sua especialidade profissional. Conforme ressaltou, o Governador, que, não

⁷⁰ Os demais membros eram: os advogados Otávio Mendonça, Orlando Chicre Miguel Bitar, Daniel Queima Coelho de Souza, Acy de Jesus Neves de Barros Pereira e Silvio Augusto de Bastos Meira, os escritores e jornalistas José Sampaio de Campos Ribeiro e Temístocles Santana Marques e a professora Maria Annunciada Chaves e Inocêncio Machado Coelho Neto, escritor e jornalista. Na primeira publicação feita pelo conselho para marcar sua presença do Primeiro Encontro Nacional dos Conselhos de Cultura, uma vasta documentação referente a criação e instalação do Conselho, inclusive, com a cópia do currículo de todos os seus membros, de onde extraímos essas informações. CEC/Pa, 1968, p. 38.

⁷¹ Esse dado aritmético foi feito a partir da idade de treze membros, conforme consta em seus currículos. Apenas a professora Maria Annunciada Chaves e Inocêncio Machado Coelho Neto não indicaram data de nascimento nos currículos.

⁷² ANAIS 1970, Conselho Estadual de Cultura.

sendo um órgão classista, e sim de “intelectuais” de elevados conhecimentos das “artes, das ciências e das letras” paraenses, eles deveriam estar preparados para lidar com a diversidade de temas e problemas “culturais” com os quais o Conselho iria se defrontar, exigindo de seus membros muito mais que a mera especialização acadêmica.

Finalmente, chama a atenção ao fato de a maioria dos intelectuais nomeados pelo Governador do Estado para membro do Conselho já possuir uma vasta experiência como ocupantes de altos cargos na administração pública, ligados à educação e à cultura. Era o caso do então reitor da UFP, José Rodrigues da Silveira Netto, que além de ser professor catedrático da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, desde 1948, foi diretor dessa mesma Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (1955/1960) e depois reitor da UFP (1960/1963). Outro exemplo é Clóvis Silva de Moraes Rego, à época Secretário de Estado de Governo. Além de ter se notabilizado no cenário educacional paraense como professor de História Geral e de Português no Colégio Estadual “Paes de Carvalho”, foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, em 1951, Chefe do Setor de Coordenação e Divulgação da SPVEA, em 1961 e Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Belém, em 1966, na administração do então prefeito Alacid da Silva Nunes.⁷³ Essas importantes credenciais, em que as experiências políticas e culturais se conjugavam, tiveram peso decisivo para as suas escolhas ao Conselho.

Ainda em relação à composição do CEC-PA, outras credenciais foram consideradas. Nesse particular, vale a pena fazer uma comparação com o CFC. Semelhante ao que ocorreu na composição desse órgão federal de cultura, os membros do CEC/Pa foram recrutados nas instituições culturais já reconhecidas no Estado, como a Academia Paraense de Letras (APL) e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPa), além da UFP, de criação mais recente. Dos conselheiros nomeados, cinco pertenciam à APL, oito eram sócios do IHGPa e oito eram professores ou ocupavam algum cargo na administração da UFP. O conselheiro Silvio Meira, por exemplo, pertencia a essas três instituições no período de constituição do Conselho, enquanto que os demais pertenciam a um ou a duas delas, exceção apenas de Ernesto Bandeira Coelho, Inocêncio Machado Coelho Neto e Clóvis Silva de Moraes Rego, que na ocasião não pertenciam a nenhuma delas, o que não os impediu de mais tarde ingressarem em um desses outros importantes órgãos culturais do estado.

⁷³ Todos esses dados estão no currículo dos membros do CEC/Pa, transcritos em sua primeira publicação já mencionada.

Além das qualidades pessoais de cada um, contribuiu para isso as relações de afetividade que possuíam antes do seu ingresso no CEC-PA e que foram reafirmadas no cotidiano desse órgão. Otávio Mendonça não conseguiu conter a satisfação de ver o nome de Clóvis Silva de Moraes Rego credenciado para o ingresso na APL, em 1971, quando este exercia a função de presidente do CEC-Pa. Declarando-se suspeito em falar do novo acadêmico, a quem estava vinculado por “um afeto tão fraternal quanto antigo e notório”⁷⁴ e em quem havia pessoalmente votado.

Nesse caso em particular, segundo Otávio Mendonça, um fato haveria de ser ressaltado. O número de participantes para a sua votação, seja por escrito ou pessoalmente, e a “constância com que entre os títulos creditados” ao novo acadêmico “estava a participação no Conselho de Cultura e particularmente o exercício de sua Presidência”, ressaltou Otávio Mendonça, eram elementos importantes a indicar o enaltecimento, ao mesmo tempo de Clóvis Silva de Moraes Rego, da própria APL e do CEC/Pa.⁷⁵ Mantinha-se, dessa forma, o livre trânsito desses intelectuais, como Clóvis de Moraes Rego, nas mais destacadas instituições representativas da cultura paraense e que os ligavam ainda mais, mantendo a unidade e a coesão no grupo.

Insisto nesses dados porque eles indicam que o CEC-Pa, de fato, nasceu como um órgão de excelência na esfera estatal para colaborar com o CFC na formação de uma política nacional de cultura, formado por pessoas com experiência reconhecida no universo cultural do Estado. Nenhum órgão reunia tamanho número de membros ilustres. E isso era algo reconhecido e reforçado com frequência pelos seus membros nas reuniões ordinárias ou solenes das quais participavam e nas aparições públicas dos Conselheiros em várias outras programações culturais, promovidas ou não pelo órgão.

Como órgão que congregava tão “einentes vultos”, constituindo-se eles próprios “expressões inequívocas do patrimônio cultural da nossa terra”,⁷⁶ o CEC/Pa buscava assim legitimar a sua condição de mediador nas relações entre o Governo do Estado e a sociedade e de órgão capaz de traçar uma interpretação mais acertada daquilo que seria a cultura nacional, no seu aspecto particularmente regional, amazônico.

⁷⁴ *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, Pa, Ano I, nº 4, ago./out. 1971, p. 137.

⁷⁵ *Idem*, p. 137.

⁷⁶ CEC/Pa., 1968, p. 38.

Assumir a diferença e a diversidade cultural da Amazônia em relação às outras regiões do país era a fórmula adotada para a constituição da cultura nacional na política de intervenção do Estado na área, através do CFC. E o CEC/Pa tinha um papel importante nessa empreitada, colocando-se como o espelho no qual a sociedade paraense deveria se mirar para o melhor entendimento de sua cultura e de si mesma, descobrindo-se, ao mesmo tempo, amazônica e brasileira.⁷⁷ Por isso, as reuniões semanais do Conselho e, principalmente, as sessões solenes eram sempre representadas como uma verdadeira “festa da cultura”, contribuindo assim para reforçar a unidade e a coesão interna do grupo.

O resultado das pesquisas realizadas por Maria Madalena Diegues Quintella junto ao CFC, o IHGB e a ABL demonstraram que essas são características gerais entre os membros desses órgãos nacionais de cultura: coesão e unidade.⁷⁸ Não que isso fosse indicativo de uma total ausência de divergência de opinião no interior do grupo, que pudesse, inclusive, levar à emergência de conflitos. Seria um excesso de simplismo se assim o entendesse. De uma vez por todas, divergências e conflitos existiram, como em qualquer órgão colegiado desse gênero ou outras formas de organização da sociedade, mas assim que eram identificados, procurava-se equacionar os dissensos internamente ao grupo.

As divergências não inviabilizavam os trabalhos. Elas eram, até certo ponto esperadas, que se mantivesse o caráter democrático das deliberações ali realizadas. Além disso, por ser um “debate entre iguais”, ele funcionava como um elemento a mais no processo contínuo de legitimação da presença de cada um dentro dessas instâncias superiores da cultura nacional e estadual, servindo, inclusive, para reatar os laços de pertencimento do indivíduo ao grupo.

Essa noção de pertencimento, segundo Maria Quintella, fica muito bem cristalizada nos discursos dos membros de instituições como essas, nos quais observou certa frequência do uso de uma terminologia “delimitadora”, que servia para demarcar o distanciamento ou a proximidade dos indivíduos que as compunham ou daqueles de fora da própria instituição. Os termos que designavam oficialmente os membros dessas instituições

⁷⁷ Entendida com um dispositivo discursivo, para Stuart Hall a cultura nacional secreta um impulso unificador que esconde as diferenças e as relações de poder existentes na sociedade: “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 59.

⁷⁸ QUINTELLA, Op. Cit. p. 118.

eram: “acadêmico”, “consócio” ou “confrade” (ABL), “confrade” (IHGB) e “conselheiro” (CFC). Mas havia outros com uma carga maior de intimidade, afetividade e proximidade que remetiam a um grau mais elevado de identidade de um membro com um ou mais de seus pares ou de identificação com o grupo, tais como: “mestre”, “nobre”, “ilustre”, “companheiro”, “amigo” etc.⁷⁹

De tais designativos também se valeram os membros do CEC-PA, nos seus discursos dentro ou fora do órgão. Eles construíram para si um “pequeno mundo estreito”,⁸⁰ como diria Jean Paul Sartre, no qual os valores afetivos possuíam um peso tão ou mais decisivo quanto as ligações ideológicas entre indivíduos que dele participavam. Nesse caso, tomando emprestado alguns termos utilizados por Sirinelli para a história dos intelectuais franceses, o CEC/Pa constituiu-se em um verdadeiro “microcosmo particular” cujas “redes de sociabilidade” foram tecidas tanto pelas linhas firmes de uma racionalidade ideológica com a qual se identificavam seus membros, como pelos fios sutis da intimidade e da afetividade estabelecidas entre eles através de anos de experiências diversas extraídas de trajetórias de vida que se cruzaram e se cruzavam naquele momento no universo cultural paraense.⁸¹

Nesse caso, em particular, unidade era algo que os conselheiros precisavam ter a fim de garantir a afirmação do órgão recém-criado. Ora, se coube ao Governador do Estado a escolha dos nomes para compor a Conselho, era tarefa dos conselheiros envidar esforços visando colocá-lo em efetivo funcionamento, o que concorria para reforçar ainda mais os laços de afetividade entre eles.

Os conselheiros tiveram que lidar com dificuldades de toda ordem: o Conselho não possuía sede própria para a realização de suas reuniões, nem funcionários ou dotação orçamentária que viesse a viabilizar seus primeiros meses de trabalho. Começou a funcionar a partir de outubro de 1968, em uma sala no prédio do IHGPa, localizado no entorno da Praça D. Pedro II, no bairro da Cidade Velha, em Belém, utilizando-se de funcionários ligados ao Conselho Estadual de Educação.

O Professor Clóvis Silva de Moraes Rego era um dos mais empenhados na organização e pronto funcionamento do órgão. Como Secretário de Governo – o que

⁷⁹ Idem, p. 121.

⁸⁰ Apud SIRINELLI, Op. Cit., p. 252.

⁸¹ Idem, pp. 252-253.

corresponderia hoje ao cargo de Secretário de Administração -, a ele foi delegada essa tarefa pelo Governador do Estado, Alacid Nunes, participando, assim, de todo o processo de criação do Conselho, desde a elaboração do decreto de criação e do regimento interno até, muito provavelmente, da indicação dos intelectuais que viriam dele fazer parte.

A esse respeito, o atual Secretário do CEC/Pa, professor José Edison Albuquerque Pereira, acredita que “a mão dele [de Clóvis de Moraes Rego] esteve muito presente” na indicação dos conselheiros da primeira investidura, porque o Professor Clóvis Silva de Moraes Rego, em primeiro lugar, era uma “pessoa de absoluta confiança do Governador” e, em segundo lugar, estava muito mais ambientado no meio cultural do Estado que o próprio Governador, que, embora também conhecesse muita gente, estava recém saído do quartel e passara muito tempo fora de Belém.⁸²

Ele próprio afirmou essa sua participação na constituição do novo órgão. No relatório da “Atividades da Secretaria de Estado de Governo”, referente ao exercício de 1968, Clóvis Silva de Moraes Rego informou que

“todas as providências relativas à implantação do novo órgão, desde a elaboração de sua mensagem à Assembléia Legislativa aos demais atos correlatos e subseqüentes, correram pelo expediente da Secretaria de Estado de Governo. Esta, igualmente, organizou e mandou editar na Imprensa Oficial, órgão de sua jurisdição, o opúsculo ‘Conselho Estadual de Cultura, que condensa os atos constitutivos da instituição recentemente criada’.”⁸³

Essa “mão” do Secretário de Estado existiu de fato. Foi ele quem respondeu ao questionamento feito pelo Deputado Arnaldo Moraes, que ponderou uma possível não obediência de dispositivo constitucional que determinava a consulta obrigatória do Governo do Estado, da Prefeitura de Municipal de Belém, da Arquidiocese, da Universidade Federal do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, da Academia Paraense de Letras, do

⁸² Entrevista concedida ao autor pelo Professor José Edison Albuquerque Pereira, Secretário Geral do CEC/Pa, em 27 de outubro de 2006, na sede do próprio Conselho: “por isso que eu te digo que muitas das indicações partiram dele (Clóvis de Moraes Rêgo), porque eram pessoas que ele conhecia. E o governador evidentemente que acataria porque confiava na palavra dele”

⁸³ REGO, Clóvis de Moraes. *Atividades da Secretaria de Estado do Governo no exercício de 1968: excerto da mensagem governamental à Assembléia Legislativa, em 15 de março de 1969*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1969, p. 37.

Instituto dos Advogados e da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará na indicação de membros para órgãos colegiados como ao que se estava criando.⁸⁴

Esse critério, não é demais lembrar, estava no artigo 2º do anteprojeto de lei de criação do Conselho, vetado pelo Governador. Em junho de 1968, Clóvis Silva de Moraes Rego colocou um ponto final a essa discussão, argumentando que o CEC-PA, semelhante ao CFC, deveria ser regido por lei própria, que o criou, já aprovada pelo parlamento paraense e homologado pelo Governador do Estado⁸⁵ e não por outra lei estadual.

Um fato curioso ocorreu durante esse processo de criação do Conselho, que se estendeu pelo período de abril a junho daquele ano. Quando ainda sequer os nomes dos conselheiros haviam sido referendados pela Assembléia Legislativa, o CEC-PA fez a sua primeira aparição pública, logo em âmbito nacional, representado pelo próprio Secretário de Governo. Isso ocorreu durante a realização do Primeiro Encontro Nacional de Conselhos de Cultura, de 22 a 24 de abril de 1968, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do CFC.⁸⁶

Esse encontro refletiu a preocupação do governo federal, através do CFC, em promover a elaboração de uma política nacional de cultura. Nas palavras de Josué Montello, o encontro representou a “primeira providência básica para desmarginalizar a cultura do País nas suas relações com o Governo da República”.⁸⁷ Já o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, na abertura dos trabalhos, reforçou a importância que possuíam os CEC’s para o “levantamento das necessidades regionais e locais e ao desenvolvimento e integração da cultura do país”, assinalando, em seguida, que dessa forma se estaria dando sua contribuição decisiva para que “a Nação se conheça a si mesma e possa encontrar para os seus problemas as melhores soluções”.⁸⁸ Tamanha era a importância do evento.

De volta a Belém, Acy de Jesus Neves de Barros Pereira e Clóvis Silva de Moraes Rego, entrevistados por um jornalista da *Folha do Norte*, registraram suas impressões do

⁸⁴ CEC/Pa, 1968, p. 109.

⁸⁵ A argumentação foi aceita e referendada tanto pelo Governador como pelo plenário da AL, aceitando o critério de escolha dos membros do conselho.

⁸⁶ O professor Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, que viria também a ser membro do CEC/Pa, participou da reunião na condição de Secretário de Educação e Cultura do Pará. Participaram dessa reunião vinte e dois representantes de Conselhos e sete Secretários de Educação e Cultura estaduais. CEC/Pa., 1968, p. 157 e 161.

⁸⁷ Idem, p. 149.

⁸⁸ Idem, p. 141.

encontro. Como não poderia deixar de ser, ambos exaltaram a participação da representação do Pará nos trabalhos desenvolvidos durante o evento e a “muito boa impressão” que causou o CEP/Pa naquele conclave, pois fora o único a apresentar “um opúsculo, editado na Imprensa Oficial, condensando toda a legislação do Conselho Estadual de Cultura”.⁸⁹ Não seria exagero afirmar que a participação nesse Encontro serviu como uma verdadeira certidão de nascimento para o CEC/Pa, que, mesmo sem ainda ter sido instalado oficialmente, já começava a chamar a atenção de seus congêneres.

A instalação oficial do órgão ocorreu somente em 30 de outubro de 1968. O feito repercutiu positivamente na chamada “grande imprensa” paraense. O jornal “A província do Pará” veio a lume no dia seguinte com a manchete “Posse de 14 instalou o Conselho de Cultura”, na qual o articulista fez uma descrição da solenidade, dando ênfase ao pronunciamento do conselheiro Otávio Mendonça, orador do dia, que em seu nome e em nome dos demais conselheiros, registrou a importância de um órgão como o que se instalara, porque, “enquanto a educação no Brasil tem merecido reformas, a cultura tem sido relegada a um segundo plano”⁹⁰ e que somente a partir da criação do CFC que o governo federal efetivamente passou a vê-la com a atenção que merece. A sessão que instalara o CEC-PA, anotou o jornal “Folha Vespertina”, representou, sem dúvida, “o esforço do governo em dotar o Pará do mais alto nível cultural”, cuja atuação tornava-se necessária para que se fizesse “surgir um novo ciclo de cultura na nossa terra”.⁹¹

Aos conselheiros recém-empossados, estava lançado o desafio, segundo Otávio Mendonça, de contribuir com suas experiências “para a preservação das nossas tradições e a defesa do rico patrimônio artístico que nos legaram outras gerações e estimular os artistas de hoje a contribuírem para a cultura do nosso povo”.⁹² Otávio Mendonça parecia vaticinar o que seria a atuação do CEC/Pa pelo menos, nos dez anos seguintes, “preservação”, “defesa” e “estímulo” foram, de fato, o trinômio em torno do qual orbitaram as intervenções do órgão na vida cultural paraense.

O primeiro passo nesse sentido foi colocar ordem na casa, o que passava pela elaboração do seu Regimento Interno. Este documento, aprovado em janeiro de 1969, seguiu

⁸⁹ Idem, p. 167.

⁹⁰ *A Província do Pará*. Belém, 31 de outubro de 1968, 1º Caderno, pág. 8.

⁹¹ *Folha Vespertina*. Belém, 31 de outubro de 1968, pág. 2.

⁹² *A Província do Pará*, Idem.

o modelo daquele que regia o funcionamento do CFC. O Conselho recém-criado ficou assim estruturado: o plenário das sessões ordinárias ou especiais e solenes era o órgão máximo de decisões do Conselho, no qual todos os conselheiros tinham o direito à voz e voto nos assuntos atinentes às atribuições do Conselho, tais como a edição ou reedição de livros, tombamentos, auxílios financeiros a particulares ou a instituições públicas e privadas para a realização de eventos culturais, votos de pesar ou congratulações. Para dar conta da diversidade de assuntos relacionados a sua esfera de competência, foram criadas as Câmaras de Letras e Artes (CLA) e de Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (CHPHAE), além de uma Comissão Permanente de Legislação e Normas (CPLN).⁹³ Os trabalhos do Conselho seriam, então, coordenados por um presidente, eleito para um mandato de dois anos, auxiliado por um vice-presidente e uma Secretaria Geral.

Com relação a essa composição do Conselho, Ernesto Cruz havia proposto, inicialmente, a divisão em duas Câmaras: de Letras e Artes e de Ciências Humanas e de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ele argumentava que esta Câmara teria um “trabalho muito grande para fazer em todo o Estado”, porque envolvia a realização de uma minuciosa pesquisa histórica para que se pudesse dar conta da definição da originalidade e das alterações que por ventura um monumento viesse a ter sofrido ao longo do tempo.⁹⁴

No entanto, sua emenda ao anteprojeto do regimento foi recusada em plenário. Contra ela concorreram as argumentações dos conselheiros Aloysio da Costa Chaves e Maria Annunciada Chaves, segundo a qual tal emenda iria sobrecarregar uma das câmaras – a de Letras e Artes e de Ciências Humanas -, quebrando assim o equilíbrio dos trabalhos do Conselho e perturbando o funcionamento dessa câmara pelo excesso de assuntos sob suas atribuições.

De fato, foram em pequeno número os processos referentes especificamente à preservação do patrimônio histórico estadual, no período em estudo. De 1972 a 1974, por exemplo, conforme se pode observar nos pareceres expedidos pela Câmara correspondente, apenas quatro processos versavam sobre o assunto: três em 1972 e um em 1974.⁹⁵ O restauro

⁹³ Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura.

⁹⁴ O fato de ser Ernesto Cruz o representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Para talvez nos ajude a compreender essa preocupação com o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual por parte desse conselheiro.

⁹⁵ Pareceres do CEC/Pa, ano 1972.

de monumentos históricos e artísticos, sejam eles nacionais ou estaduais, exigiam uma quantidade tal de recursos financeiros que o Conselho e o Estado pareciam não dispor nesse período. Um caso exemplar foi o processo referente à compra da casa onde faleceu o maestro Carlos Gomes, situada na Travessa Quintino Bocaiúva, 885, esquina com a Rua Tiradentes, em Belém. Em seu parecer Maria Annunciada Chaves menciona que a matéria já havia sido fartamente discutida anos antes – em 1969 – quando a referida compra fora aprovada em plenário do Conselho, mas que até aquela data não havia sido efetivada por falta de verbas.⁹⁶

Na verdade a falta de recursos financeiros será um dos principais obstáculos com os quais os Conselheiros iriam lidar nesses primeiros anos de existência do Conselho. Muitos projetos, nas diversas Câmaras, ainda que fossem bem vistos pelo relator do respectivo processo, não foram atendidos por falta de recursos. Na verdade, observa-se que, diante desse fato, e a necessidade de um pronto atendimento das prioridades de ação impressas pelo CEC/Pa, os pareceristas adotaram uma postura seletiva em relação aquilo que deveria ou não ser merecedor da anuência e da atenção do órgão.

Esse fato é importante, porque, como se verá mais adiante, além de demarcar os limites da atuação do Conselho na estrutura político-administrativa do Estado, ajuda a compreender qual a linha interpretativa em relação à cultura paraense e nacional que vinha sendo delineada no interior do próprios dois principais órgãos do Conselho: o Plenário, em que as intervenções e conferências realizadas pelos seus membros nas reuniões de praxe e solenes; a Revista de Cultura do Pará, órgão ligado ao Conselho, em que eram publicados muitas dessas reuniões, além de artigos de pessoas “estranhas” ao órgão.

2.1. As “festas da cultura paraense”

Conforme mencionei anteriormente, o plenário era o órgão máximo de deliberações do CEC/Pa. Era um órgão do Conselho, que proporcionava o momento exato no qual os Conselheiros exerciam as funções para as quais foram designados por lei, relacionadas

⁹⁶ Parecer nº 002/72-CEC/CCHPHAE – Processo nº 007/72.

ao “alevramento intelectual da terra comum”.⁹⁷ Mas também era o espaço em que as “redes” de sociabilidade eram reativadas a cada discurso, a cada homenagem feita a um dos intelectuais que dele participava. Nele se realizava, acima de tudo, um encontro entre iguais, em que a afetividade e o debate de idéias revestiam as sessões, ordinárias ou solenes, de um perfume especial que impregnava o ar de um ambiente já ele próprio especial na vida cotidiana de seus membros e da elite paraense.

Era, por esse motivo, o momento da eloquência, da erudição, no qual de uma simples intervenção se poderia extrair a mais bem balizada tese. O professor José Edison Albuquerque Pereira, que assistiu a algumas dessas sessões antes de servir como Secretário do Conselho, a partir de 1979, lembrou com certo saudosismo, que, não raras vezes, as justificativas de alguma proposição lançada por um dos Conselheiros ao plenário valiam “por uma aula, por um curso, por uma conferência”,⁹⁸ fossem elas metodicamente preparadas com antecedência pelo orador, como, em geral, o fazia o conselheiro Clóvis Silva de Moraes Rego, ou quando a intervenção era feita de improviso, como aquelas feitas por Otávio Mendonça.⁹⁹ Em todo caso, era sempre um momento especial para orador e assistência.

A sessão de posse da nova presidência foi um deles. Ocorrida no dia 4 de fevereiro de 1968, o orador oficial, conselheiro Ernesto Bandeira Coelho, congratulou-se com os conselheiros empossados naquele momento, ressaltando a importância do órgão para a “expansão” e o “aprimoramento da cultura regional”.¹⁰⁰ A sua preocupação era a necessidade oportuna de “defesa dos símbolos culturais de nossa terra” representada pelo CEC/Pa. E acrescentou:

“Ante o revolto espetáculo do mundo atual – em meio aos desentendimentos que o angustiam e as inquietações que o desalentam – numa época em que a vertiginosidade de seqüência dos fatos, movida pela sofreguidão e, não raro, a incoerência, parece suplantar o avanço das idéias, gerando um inadmissível, mas não obstante aparente desprezo pela vitalidade desses símbolos, há de ser tenso, por irredutível, o empenho de preservá-lo e de,

⁹⁷ CEC/Pa, 1968, p. 29.

⁹⁸ Entrevista com José Edison Albuquerque Pereira, atual Secretário Geral do CEC/Pa.

⁹⁹ Outros também confirmaram a capacidade de improviso do Conselheiro Otávio Mendonça. O atual presidente do CEC/Pa, Professor Clodoaldo Beckmann destacou o “notável improviso” feito por Otávio Mendonça em certa ocasião, em que demonstrou “segurança dos conceitos, no encadeamento lógico do pensamento, na exposição clara e na linguagem apurada, atributos culturais de que era possuidor”. *DOCUMENTOS CULTURAIS*, “Tributo a Otávio Mendonça”, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 2005, nº 5.

¹⁰⁰ ANAIS 1968/1969. CEC, Belém, 1975, p. 36.

a um só tempo, prover de igual atenção os novos e legítimos padrões que, a seu lado, a civilização hodierna erige e multiplica”.¹⁰¹

Bandeira Coelho expressou alguns dos enunciados que freqüentemente povoavam os discursos dos membros do CEC/Pa. Ele parte de uma constatação da qual compartilhavam seus pares. O mundo em que viviam estava passando por um vertiginoso processo de mudança, em que a velocidade dos acontecimentos fazia com que cada vez mais as novas gerações se desprendessem do apego aos símbolos e valores morais que identificavam a sociedade. Daí a necessidade de preservá-los, ao mesmo tempo em que o Conselho deveria promover a adaptação aos “novos e legítimos padrões” da sociedade contemporânea, aos já “preexistentes”. Essa orquestração dos valores culturais, via CEC/Pa, garantiria o ingresso manso e ordeiro da sociedade no universo dos países civilizados, desenvolvidos.

Os meios modernos de “democratização” – massificação – da cultura exigiam dos intelectuais paraenses, principalmente, daqueles que tinham a função institucional como membros do Conselho, de uma tomada de posição para que esse processo não conduzisse o Estado e o país a um caminho de desordem, de indisciplina, enfim, de caos. Em outras palavras, era necessário orientar as massas no momento em que entravam em contato com esses novos valores. Estamos diante de um daqueles discursos que colocam a realidade na encruzilhada entre a preservação e atualização de valores morais da sociedade. Entre tradição e modernidade.

As preocupações de Bandeira Coelho se aproximavam daquela expressa por um articulista do jornal *Folha Vespertina*, que num artigo publicado em fevereiro de 1963, já denunciava os efeitos nocivos, segundo ele, da “era eletrônica”.¹⁰² As imagens projetadas pelos aparelhos de televisão que começaram a invadir os lares das classes médias e da elite econômica paraense, sintonizados na TV Marajoara – a única emissora da época – que fora ao ar pela primeira vez em 1961, traziam os germens da mudança de hábitos e costumes de quem tinha condições de assisti-los. Impressionava, o jornalista, ver que “as crianças”, que antes “eram pouco mais do que mudas”, agora, além de soltarem o verbo, poderiam até mesmo

¹⁰¹ Idem, p. 36.

¹⁰² *Folha Vespertina*. Belém, 2 de fevereiro de 1963.

objetar com os pais sobre, por exemplo, suas preferências de consumo “com a sabedoria compacta de um ‘slogan’ ouvido e decorado”:

“- Meu filhinho, você sempre usou o creme dental Fragrans, por que teima em mudar?
- Porque Nívea branqueia, conserva e perfuma, “quem tem boca vai a Roma e pede Nívea”.
E o negrinho dos Sete Camaradas só usa Nívea. Eu quero Nívea, pronto!”¹⁰³

Bandeira Coelho não era, portanto, uma voz solitária. Ela fazia eco à opinião de uma elite conservadora que via “seus” valores ameaçados – a disciplina, respeito à hierarquia social, respeito dos jovens para com os mais velhos, como menciona o artigo. Nesse caso, era legítima a intervenção do Conselho na vida cultural paraense com o objetivo de orientá-la para a superação, segundo o Conselheiro, da defasagem entre a sofreguidão da “seqüência dos fatos” e o “avanço das idéias” na sociedade paraense.

Ele fazia referência aquilo que Pierre Nora denominou “aceleração da história”, ou seja, a sensação de que ocorre “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio”.¹⁰⁴ A idéia de preservação, vista desde o seu nascedouro, está impregnada de uma perspectiva melancólica de perda de algo cuja sobrevivência – se ainda não morreu no seu todo – necessita ser atendida. Esse sentimento de ausência, de perda, é o impulso pelo qual se fazem os “lugares da memória”¹⁰⁵ em uma dada sociedade – um museu, uma biblioteca, um monumento e, até mesmo, um livro de história. Não seria absurdo, então, considerar o CEC/Pa ele próprio como um desses “lugares”.

Mas essa constatação não pode ser levada às últimas conseqüências. Tanto a percepção da mudança quanto as próprias mudanças percebidas devem ser matizadas. Elas se relacionam à posição e ao papel aos quais os sujeitos sociais ocupam no meio social. Como

¹⁰³ *Folha Vespertina*. Belém, 2 de fevereiro de 1963. O jornal *Folha Vespertina*, caracterizado por seus editores como um jornal independente, era o que imprimia uma linguagem, diria, mais popular em suas matérias, trazendo a lume informações mais ligadas ao cotidiano da cidade, como na seção “O Show da cidade”, assinada pelo jornalista Henrique Porgetti, da qual fora extraída a matéria acima.

¹⁰⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, n.º 10, dez. 1993, p. 7

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*. Segundo Pierre Nora, “há lugares de memória porque não existem mais meios de memória”, apenas os seus fragmentos arbitrariamente rememorados.

parte de uma linguagem discursiva, elas não têm nada de “neutro, inocente e nem natural”,¹⁰⁶ nem são representativos do pensamento da totalidade dos indivíduos que participam da sociedade. Estão sujeitas às condições sócio-históricas que as criaram. Em outras palavras, o discurso da mudança presente nas intervenções e conferências realizadas pelos membros do CEC-PA, representam, não somente uma forma de interpretar sua própria existência e o mundo em que vivem, como também em uma estratégia de interação com esse mundo, a partir de uma sensibilidade ideológica – porque racionalmente articulada –, ou afetiva – porque subjetivamente percebida.

Estava em jogo definir justamente o papel do CEC/Pa como novo órgão de cultura estatal e o público alvo ao qual suas atenções deveriam ser direcionadas. Aloysio da Costa Chaves, presidente eleito na primeira investidura, em 1968, era taxativo, quanto ao primeiro caso:

“as diretrizes fundamentais que devemos imprimir aos trabalhos deste Conselho: fazê-lo um centro de estudos, debates e altas decisões de natureza cultural, mas nunca um plano abstrato, puramente teórico, divorciado de nossas condições ecológicas (...) precisa, sobretudo, vincular-se aos autênticos valores da terra, estimulando-os a trabalhar e produzir nos vários setores culturais, para que se investigue a nossa realidade geográfica, histórica, científica, em todos os ramos (...) é indispensável divulgar amplamente ao mundo a fisionomia exata de nossa região, sem ufanismo, mas, também sem pessimismo injustificável, atraindo para ela o trabalho fecundo de quantos desejam realmente arrancá-la da condições humilhante de área mais subdesenvolvida do País, transformando-a em um dos fatores impulsionadores do progresso nacional, a prosseguir de forma harmônica e equilibrada”.¹⁰⁷

Cultura e desenvolvimento são os elementos chaves do discurso do presidente. Para ele, o Conselho deveria imprimir um “sentido pragmático” de cultura em que coubesse a preocupação, não somente com a “preservação estática e estéril, mas dinâmica e criadora” dos legítimos símbolos de nossa terra, mas que atuasse em todos os espaços da vida social, política, artística, científica e literária para que o Pará e a Amazônia se livrassem da humilhante condição de “área subdesenvolvida do País”. Afinal, prossegue o Conselheiro, “O homem não pode fugir às forças telúricas do ambiente” em que vive e, por esse motivo,

¹⁰⁶ BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 11.

¹⁰⁷ CEC/Pa., 1968, pp. 39-44.

qualquer política cultural a ser desenvolvida pelo CEC-PA deve levar em conta essa condição.¹⁰⁸

Não se trata, porém, de colocar em campos opostos a cultura regional e a cultura nacional. Não, essa oposição não existia de fato, uma vez que a totalidade “cultura nacional” não poderia ser pensada destituída das partes que a constituíam, ou seja, das “culturas regionais”. Se o CFC foi criado respeitando o “espírito federativo”, em que a federação é a “síntese da vida nacional”, cabia ao CEC/Pa debruçar-se sobre os problemas amazônicos, fazer um diagnóstico da realidade regional dos seus diversos aspectos – cultural, político, científico, artístico – dando, assim, a sua contribuição para a manutenção da unidade, inter-relacionando-se com aquele órgão e com suas congêneres estaduais.

A esse respeito, Stuart Hall propõe pensar a cultura nacional não como algo unificado, mas “como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade”¹⁰⁹ (grifo do autor). As diversas formas de manifestação cultural de determinado país, a língua, os costumes e as características físicas da população passam então a ser representadas como pertencentes a um conjunto harmonioso e bem definido chamado nação, com a qual os indivíduos se identificam. Aliás, esses indivíduos também são percebidos como totalidade, ou seja, como “um único povo” do qual subjazem as expressões culturais da nação.¹¹⁰ Cultura nacional e povo são categorias genéricas e generalizantes com as quais pretende-se firmar o argumento unificador.¹¹¹ Stuart Hall referia-se à Europa e mais especialmente, ao poder unificado do “inglesismo” na Inglaterra, durante a década de 1980, mas não seria possível utilizá-la para o caso em questão.

Alguns anos antes, Renato Ortiz, debruçava-se sobre questões semelhantes presentes na realidade brasileira, estudando o CFC. A partir da análise dos discursos dos Conselheiros, ele observou que a ideologia desse órgão estatal de cultura se definia pela percepção de um “Brasil mestiço”,¹¹² segundo a qual o seu povo derivava da relação

¹⁰⁸ Idem Ibidem.

¹⁰⁹ HALL, Op. Cit. pp.61-62.

¹¹⁰ Idem, p. 62.

¹¹¹ Stuart Hall afirma que essas culturas unificadas de fato não existem, aparecem no discurso expressão das relações de poder que cruzam de cima a baixo uma sociedade, pois, “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” e silenciar quanto a isso, significa aceitar as regras do jogo em que apenas uma das partes dá as cartas. Idem, p. 62-65.

¹¹² ORTIZ, Op. Cit. p. 92.

sincrética - e, em última instância, harmoniosa -, estabelecida em suas terras por brancos, negros e índios, cada um dando a sua parcela de contribuição para a formação do “povo brasileiro”, visto como sujeito uno. Da mesma forma, o Brasil teria sido resultado da “mestiçagem”, não no seu aspecto estritamente racial, mas em seu sentido ontológico em que o território, formado a partir da contribuição das diversas regiões, passaria a adquirir personalidade própria, já nacional.¹¹³

A idéia de integração não escapa a essa forma de representação da nação. Uma vez em processo contínuo de evolução, somente seria possível garantir o amadurecimento da nação a partir do momento em que todas as suas partes estivessem efetivamente integradas.

Mas esse processo não ocorre de forma aleatória. Coube ao Estado – ele também nacional – implementar medidas planejadas para que esse amadurecimento se faça sentir o mais rápido possível. E a função dos Conselhos de Cultura é a de proporcionar condições espirituais ao “povo brasileiro” para conquistar e saber lidar com esse momento de sua vida institucional, que se projeta sobre o futuro.

Não sem motivo há uma constante preocupação em preparar as novas gerações para esse novo tempo. O então presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis, quando esteve em Belém, em março de 1968, para a cerimônia de reinauguração da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (BAPP), não se esqueceu de alertar seus pares sobre a matéria: temos “a responsabilidade de promover a geração, aos nossos cuidados, de conduzir espíritos novos e dar-lhes exemplos e lições de toda a espécie”.¹¹⁴ Num quadro “universal, turbulento, cheio de negações” os intelectuais brasileiros, especialmente, aqueles ligados aos Conselhos de Cultura, não poderiam eximir-se da tarefa de “preparar quadros novos, elites” que pudessem conduzir a sociedade brasileira para o caminho do desenvolvimento, consciente de que todas faziam parte de “mundo em mudança veloz, trepidante, profunda”¹¹⁵ e não poderiam fugir a esse condicionante.

Em agosto de 1969, Aloysio da Costa Chaves expressava essa mesma opinião. Na solenidade de posse como reitor da Universidade do Pará, ele definiu que antes de tudo essa instituição tinha a função de apoiar o “desenvolvimento da região” e um espaço no qual “se

¹¹³ Idem, pp. 92-93.

¹¹⁴ CEC/Pa., 1968, pp. 73-75.

¹¹⁵ Idem, p. 73.

formem as elites, sinceramente engajadas nos sofrimentos amazônicos e capazes, realmente, de transporem esse fosso tecnológico que afasta esta região de qualquer esfera civilizada do planeta”.¹¹⁶ E para a consecução desse objetivo deveria unir seus esforços aos do CEC/Pa em torno do desenvolvimento da cultura paraense. De fato, essa linha desenvolvimentista da questão cultural, essa visão “pragmática da cultura”, como ele próprio disse, é bem mais explícita nos discursos de Aloysio Chaves, embora ela não estivesse ausente nas intervenções dos demais Conselheiros.

Poderia estar de forma implícita, por exemplo, como na intervenção da Conselheira Maria Annunciada Chaves que, referindo-se à aula inaugural de Daniel Coelho, realizada na UFP, mencionou a satisfação em vê-lo palestrando para um grupo formado por jovens universitários com tanta propriedade e inteligência, o que lhe dava a agradável constatação de que “a nossa geração, a geração à qual pertencemos quase todos nós que aqui estamos, tem, realmente, trazido alguma contribuição para a cultura de nossa terra!”¹¹⁷

Não é difícil observar que os discursos dos conselheiros voltavam-se para um público específico dessa geração. Ela era composta por jovens paraenses, especialmente, aqueles que residiam na Capital do Estado, em geral, oriundos das elites e das classes médias, que tinham oportunidade de acesso a um curso secundarista ou universitário.

Na sessão em que se comemorava o primeiro aniversário do Conselho, em outubro de 1969,¹¹⁸ na qual estava presente o Governador do Estado, Alacid da Silva Nunes, Maria Annunciada Chaves fez uma retrospectiva daquele primeiro ano de atuação do órgão, lembrando ter sido a “Semana Paulino de Brito”, um dos pontos altos desse período, que proporcionou ao CEC/Pa um maior contato com “o povo de nosso Estado, particularmente com o povo de nossa cidade”, ressaltando a “solidariedade que grande parte da População de Belém prestou a esses atos comemorativos, sobretudo o interesse demonstrado pela classe estudantil”.¹¹⁹ Como educadora, Maria Annunciada Chaves percebia como público alvo das preocupações do Conselho justamente as camadas mais jovens, de estudantes, que, ainda em

¹¹⁶ Idem, pp. 165-169.

¹¹⁷ ANAIS 1970, p. 66.

¹¹⁸ Fora eleito presidente em setembro desse ano, o Conselheiro Clóvis Silva de Moraes Rego, devido a saída de Aloysio Chaves para dedicar-se aos trabalhos na UFP. Clóvis Moraes Rego completou o mandato de seu antecessor e depois foi reeleitos para mais dois mandatos consecutivos, de 1970 a 1974, tendo, em ambos, Maria Annunciada Chaves como vice.

¹¹⁹ ANAIS, 1968/1969, p. 288.

fase de formação, deveriam ser orientados pelas luzes que iluminavam os membros do Conselho.

Observa-se que a noção de geração se aproximada daquele criticada por Jean-François Sirinelli a respeito da sociedade francesa contemporânea. Ela é percebida como o dado de uma geometria temporal na qual os indivíduos estão imersos, todos ao mesmo tempo, em uma dada temporalidade cujas características sócio-históricas o identificam e que se constitui num artifício de apresentação de um grupo ou de uma sociedade.¹²⁰ Assim, poderia se falar da geração dos “netos”, dos “pais”, dos “filhos”, que muitas vezes são percebidas de forma homogêneas e sem reentrâncias ou inter-relações. Sirinelli propõe uma perspectiva “elástica” da noção de geração, em que elementos de curta, média e longa duração concorrem para a sua definição na medida em que o ritmo das transformações sociais não são iguais para todos os indivíduos que a compõem, nem são tocados pelo mesmo “acontecimento fundador” com o qual uma geração se identifica.

Mas essa noção de unidade era o pano de fundo sobre a qual se justificava a própria necessidade da existência dos Conselhos de Cultura, seja na escala federal ou estadual. Falava-se de Brasil, de “povo brasileiro” no singular e como tal, o seu desenvolvimento, econômico, político e cultural, também tinha essa perspectiva unitária.

2.2. A Revista de Cultura do Pará

“Uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão”¹²¹

Essa dupla dimensão da qual se reveste a organização, a confecção e a distribuição de uma revista, podem ser úteis na análise da Revista de Cultura do Pará (RCP), órgão ligado ao CEC-PA, certo de que ela se constitui em um “lugar precioso para a análise

¹²⁰ SIRINELLI, 2005, Op. Cit. 134.

¹²¹ SIRINELLI, 2003, Op. Cit. 248.

do movimento das idéias.”¹²² A constituição dessa revista viria ao encontro daquele caráter pedagógico atribuído à questão cultural, que colocava como um dos principais desafios aos conselheiros a formação de novos quadros, elites intelectuais para o enriquecimento espiritual da região e do país.

Orlando Chicre Bitar, relator do anteprojeto aprovado em plenário em 30 de junho de 1970, justificava a criação da Revista do CEC/Pa por se constituir em um “passo decisivo para sua perfeita e completa afirmação”.¹²³ Sua importância se justificava pelo fato de proporcionar ao CEC/Pa a divulgação dos atos oficiais do órgão:

“quer ao conhecimento de estudos, conferências, ensaios de integrantes do Conselho, em sua atuação funcional ou não, como também de estranhos, se se trata de peça de relevante interesse cultural”.¹²⁴

A seriedade da Revista já vinha expressa na própria capa, toda ela desenhada em um fundo branco sobre o qual se inscrevia a sua identificação em cor preta [Imagem 9]. Segundo o relator, a cor branca que predominava na capa da Revista, demonstrava a “austeridade e a sobriedade” com as quais deveria ser encarada a tarefa do próprio Conselho de Cultura e cuja imagem deveria ser visualmente identificada pelo público leitor.

Tamanha era a importância da Revista para o CEC-PA que o processo de sua criação e a publicação do seu primeiro número correu de forma acelerada. Após a aprovação do anteprojeto em plenário, em junho de 1970, ele foi homologada pelo Governador do Estado dois meses depois e o lançamento da Revista foi o último ato oficial dos membros do Conselho, ocorrido no final de dezembro do mesmo ano. Nesta solenidade de lançamento, o presidente da Casa, professor Clóvis Silva de Moraes Rego, reafirmou a necessidade da existência daquele “salutar elemento de comunicação”, porque ele deveria retratar “a exata imagem do conselho no cumprimento de seus nobres objetivos”, além de ensejar o “fomento e

¹²² Idem, *Ibidem*.

¹²³ ANAIS, 1970, p. 179.

¹²⁴ Idem, p. 178. O presidente do CEC-PA, Clóvis de Moraes Rego, reproduz essas pretensões da revista na apresentação do seu primeiro número.

desenvolvimento” das ações daquele colegiado na área cultural do Estado, responsável que era pela “difusão de trabalhos útil e válida expressão espiritual”¹²⁵



9. Frontispício da Revista de Cultura do Pará. Ano I nº 4 ago./out, 1971

Para isso foi constituída uma comissão editorial composta por representantes das duas Câmaras e da Comissão de Legislação e Normas, ficando assim formada: Maria Annunciada Chaves, representante da Câmara de Ciências Humanas; Inocêncio Machado Coelho, representante da Câmara de Letras e Artes e Orlando Chicre Miguel Bitar, representante da Comissão de Legislação e Normas. Além do assessor cultural, Major da Reserva Dr. Aláudio de Oliveira Melo, 1º Secretário da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, membro da Academia Paraense de Letras e pertencente a outras entidades congêneres, que fora apresentado e integrado ao Conselho para esse fim desde março daquele ano.¹²⁶

A distribuição interna dos assuntos divulgados na Revista se estruturou com as seguintes seções: “estudos e conferência”, “discursos – pronunciamentos”, “assuntos diversos”, “proposições – projetos – resoluções”, “pareceres” e “atas”. Procurava-se, dessa forma, dar uma dimensão da totalidade dos trabalhos realizados pelo CEC-PA desde a

¹²⁵ Idem, p. 377.

¹²⁶ Idem, pp. 77 e 177-179.

produção intelectual de seus membros, passando por pareceres expedidos nos processos, até a transcrição das atas das reuniões, ordinárias ou solenes. Essa preocupação em mostrar as suas realizações, fez com que o Conselho reunisse em anais todas as atas das reuniões semanais ou especiais, desde a inauguração do Conselho, publicados a partir de 1975.

Não obstante ser um órgão de divulgação do Conselho, havia a possibilidade de pessoas “estranhas” a ele contribuírem com seus trabalhos. É nesse momento, na hora da escolha dos trabalhos a serem publicados que se cristalizavam aquelas duas dimensões pensadas por Sirinelli com as quais deveriam ser compreendidas as Revistas: “lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva”.¹²⁷

Como lugar de fermentação intelectual, a Revista de Cultura do Pará procurou colocar à disposição de seu público leitor um conjunto diversificado de temas abordados em ensaios ou conferências realizadas pelos membros do Conselho ou outros intelectuais. Entre estes os que mais tinham acesso garantido à publicação de seus trabalhos na Revistas eram os membros dos demais Conselhos Estaduais e, principalmente, do Conselho Federal de Cultura. Arthur Cezar Ferreira Reis, por exemplo, foi o que mais se valeu dessa oportunidade e do trânsito que possuía no meio intelectual local para publicar artigos na Revista.

Na verdade, entre os intelectuais brasileiros da época, depois de Gilberto Freyre e Arthur Cezar Ferreira Reis era um dos mais celebrados nos meios intelectuais paraenses, no qual se inseriam os membros do próprio CEC/Pa . Isso foi percebido por Raymundo Faoro quando esteve em Belém, em 1971, para a realização de uma conferência a convite da Casa da Juventude (Caju). Impressionava-o a “liderança intelectual que nosso Presidente [Arthur Reis] exerce sobre os escritores, professores e jovens da Amazônia”.¹²⁸ Era tal a força dessa influência que, prossegue Raymundo Faoro, ele estava próximo do “comando de uma ditadura, espontaneamente outorgada por seus admiradores”.¹²⁹

Ainda que se considere exagerada a observação de Faoro, ela não é de todo incorreta. A competência intelectual de Arthur Cezar Ferreira Reis era algo consensual entre os membros do Conselho, por exemplo. E isso era reafirmado todas as vezes que ele esteve

¹²⁷ Idem, *Ibidem*.

¹²⁸ *BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA*, Rio de Janeiro, out./dez., 1971, p. 45.

¹²⁹ Idem, *Ibidem*.

em Belém participando de alguma atividade cultural promovida pelo Governo do Estado, através do CEC-PA.

Na reinauguração da Biblioteca e Arquivo Público, em março de 1969, o então presidente Aloysio da Costa Chaves exaltou a sua personalidade, a quem estava ligado por laços de profunda amizade há mais de trinta anos, desde o período em que Arthur Reis havia se radicado em Belém, onde permaneceu por quase uma década. Definindo-o como um “autor de vasta produção científica, de notório valor” que muito influenciara na compreensão dos problemas do homem da Amazônia.¹³⁰

Arthur Reis reavivava essa proximidade, recordando que iniciou a sua vida intelectual em Belém, desde 1938, e por isso mantinha laços afetivos muito fortes com o Pará, a ponto de seus conterrâneos considerá-lo “mais paraense que amazonense”.¹³¹ Ele ainda acrescentou que tinha a “a mágoa de não haver sido recebido com as manifestações de apreço que julga ser merecedor”¹³² em sua própria terra como o fora recebido no Pará, pelos intelectuais do Conselho de Cultura, muito dos quais haviam sido seus colegas de estudos, como o próprio presidente Clóvis Silva de Moraes Rego.

Essas relações afetivas – a segunda dimensão de uma Revista, de acordo com Sirinelli - foram também fatores importantes na composição dos artigos a serem publicados na revista, revestida, assim, em um espaço de sociabilidade ímpar na vida desses intelectuais. Para maioria dos membros do Conselho, os anos trinta e quarenta foram os “anos da amizade”, como diria Philippe Áries,¹³³ pois foi o momento em que muitos deles estabeleceram os primeiros contatos com os demais membros, como aluno ou professor do Colégio “Paes de Carvalho” ou acadêmico das antigas faculdades de medicina ou de direito.¹³⁴

¹³⁰ ANAIS, 1968/1969, p. 69. Desde a década de quarenta Arthur César Ferreira Reis realizava estudos sobre a história da Amazônia, nos quais reforçava a tese de uma histórica “cobiça internacional” sobre a região, desde os tempos coloniais, que se estendia até os dias em que escrevia. Na presidência da SPVEA, em 1953, ele reforçou essa perspectiva defensiva. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960; e *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus, 1966.

¹³¹ ANAIS, 1970, pp. 92-93.

¹³² Idem, *ibidem*.

¹³³ Apud SIRINELLI, 2003. Op. Cit. p. 253.

¹³⁴ Os Conselheiros Otávio Mendonça, Orlando Bitar e Silvio Meira, convieram em período semelhante no curso de Direito na Faculdade de Direito do Pará, sendo que os dois primeiros colaram grau em 1943 e o terceiro um

Essa geração se constituiu, principalmente, sob os efeitos do Estado Novo e os debates referentes à democratização do país, na década de quarenta. Um debate que ainda guardava muito do aspecto autoritário com o qual se percebia a vida política nacional, em que a exclusão de muitos estava subjugada à condição de analfabetismo que imperava na maioria da população. Política era coisa das elites letradas, únicas capazes de pensar o Brasil com maior exatidão e apontar o caminho certo a ser seguido.

O debate parlamentar em torno da aprovação da Lei de Segurança Nacional, na década de 1940, é exemplo singular dessa geração, no qual estava em jogo a configuração de uma “democracia vigilante” ou uma “democracia liberal” no país, face aos últimos acontecimentos. Entre eles destacam-se a tentativa de golpe da extrema esquerda no episódio denominado “Intentona Comunista”, em 1935; a vitória da “democracia” contra o “autoritarismo” representado pelos sucessos dos países aliados – França, Estados Unidos e Inglaterra – e os países do eixo – Alemanha, Japão, Itália – de características políticas autoritárias. Além disso, a emergência de dois blocos de poder político e econômico ao final da Segunda Guerra colocava ainda mais premente a necessidade dos países alinhados como o Brasil evitarem a “infiltração” das forças rivais.

Teriam optado pela democracia, uma democracia que, tendo que conviver com o inimigo em suas entranhas, não poderia prescindir da força para a manutenção da própria ordem democrática. Esse tipo especial de democracia deitava raízes no passado da formação do Estado brasileiro. Maria Annunciada Chaves, argumentou, em 1969, que as Câmaras Municipais, constituídas durante o período colonial pelos chamados “homens bons” – grandes proprietários rurais -, para decidirem os destinos da vila e uma cidade, foram “o embrião da futura democracia brasileira”.¹³⁵ Segundo ela, cujo olhar sobre o passado lhe ajudaria a melhor “compreender o presente” e “entrevê-lo futuro”,

“[o] povo brasileiro sempre teve uma espécie de disponibilidade afetiva e mental para delegar poderes àqueles que lhe parecerem capazes de desempenhar uma certa função ou determinada missão. Por isso é que, indo buscar nessa interpretação histórica as bases da

ano antes. SOUZA, Joaquim Lemos Gomes de. “Otávio Mendonça: um jurista de escol”. In: Documentos Culturais, 5. Op. Cit. p. 32.

¹³⁵ ANAIS, 1968/1969, p.

significação intelectual e real dos órgãos colegiados, ousou afirmar que o Conselho Estadual de Cultura tem raízes profundas na nossa formação histórica”.¹³⁶

O país da década de sessenta, na interpretação de Maria Annunciada Chaves, vivia um regime especial de democracia. Uma democracia possível para um povo ainda inculto, analfabeto e incapaz de tomar as rédeas de suas vidas, enquanto indivíduos integrados à nação. Com isso Annunciada Chaves explicava a própria existência do CEC/Pa como reflexo desse momento democrático. Afinal, a criação do órgão e indicações dos nomes de seus membros, embora não tivessem passado por uma avaliação popular, foram avalizados pela Assembléia Legislativa, o que representava também o próprio aval do povo ali representado pelos seus deputados. A democracia era, portanto, parte integrante da “personalidade brasileira” e o Conselho de Cultura uma expressão da vontade do “povo paraense”.

A noção de democracia apresentada por Annunciada Chaves faz eco àquela avançada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*. A perspectiva de uma relação harmoniosa no processo de constituição da sociedade brasileira entre senhores e escravos, entre a casa grande e a senzala, operou uma omissão histórica e ideológica, exprimindo uma realidade isenta de contradições, de conflitos, uma vez que, segundo Renato Ortiz, “a síntese oriunda do contato cultural transcende as divergências reais que porventura possam existir”.¹³⁷ A tradição brasileira era democrática e por isso deveria se opor a toda forma de autoritarismo, sendo este identificado, na época, com os regimes fascistas e socialistas.

Nas páginas da *Revista de Cultura do Para* essas questões são levadas a um público maior. Orlando Bitar, reafirmava a opinião de Annunciada Chaves e de Freyre, ressaltando que a “nossa tradição é de fraternidade, que no seio da família internacional (...) quer no curso de nossa história interna, quando raro se revelam cruentas nossas próprias revoluções”.¹³⁸ Já éramos “nação” antes de sermos “Estado” quando, “irmanadas as três raças-tronco, expulsamos o holandês”.¹³⁹

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ ORTIZ, Op. Cit. p. 95.

¹³⁸ *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*, Belém, nº 2, 1971, p. 62.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*.

Orlando Bitar antecipava em pelo menos uma década um discurso muito caro aos militares que, segundo Celso Castro, a partir do final do regime civil-militar, quando os militares perderiam significativa força política, reavivaram o mito da “cobiça internacional” sobre a Amazônia para reforçar a sua presença na região e assim legitimar o seu papel institucional na sociedade brasileira, “inventando” uma nova tradição: a de que o exército nasceu em 1648, na Batalha de Guararapes, no processo de expulsão dos franceses situados em Pernambuco.¹⁴⁰ O exército teria nascido junto com a própria nação, o que, para Orlando Bitar, era prova da sua importância na condução do país no momento em que escrevia seu artigo.

O estudo do passado, da história, vai ser um elemento marcante na maioria dos artigos publicados na Revista, principalmente, por ocasião das efemérides. Mas esse recurso ao passado se mostrava como elementos explicados de uma concepção antológica da formação do Brasil e da Amazônia. Eram freqüentes as conclusões fazerem alguma referência a uma espécie de continuidade histórica entre o passado estudado e o presente vivido.

Tal como fez Orlando Bitar, Mário Barata em um artigo publicado originalmente n’*A Província do Pará* e depois transcrito na Revista de Cultura do Pará, sobre a Revolução Constitucionalista no Pará, também fez essa conexão passado/presente. Depois de sintetizar a história, Mario Barata concluiu que a revolução constitucionalista talvez fosse a “primeira prova coletiva e vitoriosa de que o Brasil novo, já capaz de assumir atitudes no processo histórico, finalmente se constituirá”.¹⁴¹ A preocupação com a história era um elemento obrigatório no qual se encontravam perfeitamente delineados os momentos em que o Brasil ultrapassa um dado período de sua evolução, e a revolução constitucionalista marcou, de fato, para Mário Barata, presença de uma consciência autonomista no Brasil que desembocaria no 7 de setembro.

Ao longo do ano de 1972, foram realizadas diversas conferências, sob o patrocínio do CEC/Pa, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência. Muitas entre elas foram realizadas por membros do próprio Conselho, mas algumas foram proferidas por convidados

¹⁴⁰ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002 e CASTRO, Celso e SOUZA, Adriana Barreto de. “A defesa militar da Amazônia: entre história e memória”. In: CASTRO, Celso. *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 61-67.

¹⁴¹ REVISTA DE CULTURA DO PARA, Belém, ano 2, nº 5, 1971, p.74.

ilustres, como Arthur Cezar Ferreira Reis e Manuel Diegues Junior, ambos membros do CFC. Cada sessão, cada conferência era uma verdadeira “festa de cultura”, como diria Otávio Mendonça.

Na sua conferência sobre “o processo de independência no Pará”, Maria Anunciada Chaves deixou claro a sua visão conservadora da política. Segundo ela, depois de proclamada a “adesão” em 15 de agosto de 1823, a unidade nacional ainda não estava de todo garantida devido aos conflitos que se seguiram em Belém. Existiam, segundo sua narrativa, três correntes que disputavam vaga na Junta Provisória de Governo:

“a dos patriotas, liberais exaltados, dispostos a tudo em defesa do nacionalismo; a dos reinóis, assustados com a explosão de uma multidão cuja aparente placidez os havia completamente enganado, porém irritados com a perda do poder e empolgados por uma espécie de sebastianismo desesperado; finalmente, a dos moderados, obediente ao bispo D. Romualdo de Souza Coelho, que, menos apaixonados, compreendiam a gravidade do momento e procuravam harmonizar a sociedade paraense”.¹⁴²

Caso os anseios dos primeiros viessem de fato ser colocados em prática, poderiam levar a Província para a anarquia, com seu “nacionalismo exaltado”. A segunda corrente deveria ser silenciada para que o processo de independência viesse a consolidar-se no norte do país. Tal foi a importância de D. Romualdo Coelho nesse processo que, entre os grupos em disputa, foi o único que teve a compreensão exata da situação delicada da província naquele momento procurando “harmonizar a sociedade paraense”.

Por mais de uma vez a imagem do bispo D. Romualdo Coelho será apresentada com essa característica conservadora nos episódios que levaram à “adesão” do Pará à independência, tendo sido ele a pessoa que presidiu a sessão “histórica” de 11 de agosto, em que se decidira pela adesão ao império brasileiro. A atração que a figura desse religioso operava entre os membros do Conselho explica o fato de o programa do Sesquicentenário da Adesão vir impresso com a imagem do busto de D. Romualdo de Sousa Coelho à frente.[Imagem 10]

¹⁴² REVISTA DE CULTURA DO PARÁ, Belém, p. 67.

Ernesto Cruz lembrou que a opinião dele, D. Romualdo Coelho, foi decisiva naquela reunião histórica. Mostrando grande poder de compreensão da realidade vivida, ele adiantou que a utilidade e a tranquilidade da Província “exigia que se aderisse ao sistema do Rio de Janeiro como o único meio mais eficaz para a salvar dos horrores da anarquia”.¹⁴³ Nesse ponto se assemelhava à história contada por Maria Annunciada Chaves. Mas, a Conselheira procurou enfatizar as lutas que se seguiram após o dia 15 de agosto, dia em que solenemente foi oficializada a adesão, num período em que “choques, inquietações e discórdias” eram naturalmente percebidas em uma “sociedade primária, dominada pelo ódio e a vingança”, em que o “liberalismo foi defendido com impetuosa violência, numa espécie de prólogo ao drama da Cabanagem”.¹⁴⁴



10. Frontispício do programa do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência, 1973.

De sua parte, Ernesto Cruz procurou destacar o dia 11 de agosto como a data em que fora “vencida a luta que os paraenses travaram, com sacrifício de vidas, em prol da

¹⁴³ Idem, p. 82.

¹⁴⁴ CHAVES, Op. Cit. p. 67.

emancipação política da Província”.¹⁴⁵ A independência foi, portanto, fruto da ação decidida do povo paraense, que se confirmava em 11 de agosto. 15 de agosto não é a data da adesão, apenas a da oficialização da decisão tomada dias antes, daí por que Ernesto Cruz fez questão de transcrever a ata da sessão daquele dia.

O historiador Mário Barata, que também conferenciou em Belém na programação do sesquicentenário da independência, reforçou a busca pela unidade que marcou, segundo ele, esse processo. Uma unificação concluída somente quase um ano depois, com a adesão do Pará, em agosto de 1823. E que, nesse caso, ela não foi trazida de fora para dentro da Província, porque a unificação já era algo pretendido pela Coroa portuguesa, segundo Mario Barata, desde o final do século XVIII, e que se delineia em 1815 quando a “totalidade do País era unificada em um só reino, com o nome de Brasil”.¹⁴⁶ Isso foi alimento para os “focos e surtos nativistas de caráter brasileiro” em todo o país, demonstrado com o movimento de independência. Portanto, “o processo da independência e o da unificação nacional” fundiram-se em um dado momento, o que resultou na formação do Brasil soberano.

Refutando a perspectiva de Maria Odila da Silva Dias, para quem o processo de independência se constituía em um conflito entre portugueses reinóis e portugueses do Brasil, Mário Barata registra a tese de que esse processo contou, de um lado, com o “aproveitamento lúcido das continências que haviam trazido ao Novo Mundo o trono luso e do fato do herdeiro da dinastia ter-se apaixonado pela causa do país novo”. E, por outro lado, e o mais importante, ele somente foi possível “graças ao sentimento, então bastante fecundo, de nativismo contra o domínio da Metrópole”.¹⁴⁷ Nesse contexto, a adesão do Pará, que à época possuía as dimensões da Amazônia, fora o último elo de ligação dessa unificação.

Integração, desenvolvimento, identidade nacional, cultura nacional, são temas quase que freqüentes nos relatos dos conselheiros e dos demais palestrantes convidados. Seria demasiado cansativo abordarmos todos aqui. Por isso optamos por escolher arbitrariamente os analisados acima, porque dão a dimensão de como a Amazônia era percebida no cenário nacional e a concepção de cultura nacional que se pretendia construir a partir da especificidade regional. O importante é pontuar a ligação entre cultura e desenvolvimento que

¹⁴⁵ CRUZ, Op. Cit. p. 83.

¹⁴⁶ BARATA, p. 96.

¹⁴⁷ Idem, p. 99.

emana desses relatos, alguns mais explicitamente. Anunciada Chaves, por exemplo, dedica a última parte do seu artigo para divulgar as potencialidades da Amazônia e o sentido pragmático que a “política” vem adotando em relação ao “seu desenvolvimento e sua integração nacional”.¹⁴⁸

Essas imagens projetadas pelos intelectuais do CEC/Pa sobre a região serão retomadas e articuladas durante os eventos relacionados às comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará. Imagens estas que já grassavam nos meios intelectuais paraense, ao menos como proposta ser colocada em prática. Elas dialogavam com uma certa tradição com qual a Amazônia foi percebida durante as décadas anteriores. A breve análise da produção de dois dos mais influentes intelectuais da região, ambos de reconhecida notoriedade nacional, ajuda-nos a compreender o sentido dado à construção dessas imagens.

3. José Veríssimo e os males de nossa gente

Em 1970, sob a direção do Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, foi publicado pela editora da Universidade Federal do Pará, o livro *Estudos Amazônicos*, uma compilação de ensaios produzidos por José Veríssimo, que vieram à lume através dos jornais de Belém ou do Rio de Janeiro, então capital da República, na virada do século XIX para o século XX. O “regionalismo sadio” de José Veríssimo, comentava o reitor da UFPA e Conselheiro, Aloysio da Costa Chaves, animou a produção de suas admiráveis “sínteses” sobre temas mais diversos da realidade amazônica: “a cor local, o realismo dos costumes, a veracidade dos tipos, o fundamento e a segurança nas mínimas informações, a riqueza de detalhe; tudo isso ressalta, magnificamente, dos estudos englobados”¹⁴⁹ na obra que então se publicava.

Aliás, continuava o magnífico reitor, aquela coletânea não poderia vir a público em ocasião mais oportuna, num momento em que, como em nenhum outro, a “Amazônia constitui motivo de real interesse, não somente para os brasileiros, mas para todos os povos”. A atualidade daquela publicação era inequívoca, pois, arrematava que “o que existia – e ainda

¹⁴⁸ CHAVES, p. 73.

¹⁴⁹ VERISSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, *Abertura*.

existe – de curioso, de pitoresco, de original, de importante na vida da Amazônica, Veríssimo transplantou para os inúmeros ensaios que escreveu sobre aquele fabuloso e atraente pedaço do Brasil”.¹⁵⁰ Ou seja, passados cinquenta e quatro anos de seu falecimento,¹⁵¹ as palavras de José Veríssimo ainda faziam eco no Pará, na década de 1970, orientando os olhares para a Amazônia.

Dias antes de sua morte, José Veríssimo, que residia no Rio de Janeiro desde 1891, esteve em Belém participando das comemorações do tricentenário de Belém. Na ocasião, fez um pronunciamento em que dizia:

“Por mais legítimo que seja o nosso afeto à pequena pátria, deve sobrepujá-lo o sentimento mais largo de que do Oiapoque ao Xuí, das beiras do Atlântico às fontes do Javari, regiões conhecidas e civilizadas, sertões apenas sabidos e selvagens, toda esta terra imensa, maravilhosa de opulência e beleza, **futuro assento de uma grande nação** e de uma esplêndida civilização, é de nós todos, qualquer que seja o recanto dela em que tenhamos nascido”.¹⁵² [grifo do original]

Essa talvez seja uma forma de se perceber o “regionalismo sadio” em José Veríssimo, uma vez que para ele “o amor a pátria, e ainda o patriotismo, que é, por assim dizer, o seus aspecto político, germina desta semente, o amor do torrão natal”.¹⁵³ Ao estudar a Amazônia, na verdade, Veríssimo estava preocupado em compreender a nação e sua singularidade nos quadros do desenvolvimento histórico da civilização. De fato, o recurso à história parece ter sido a mola mestra das explicações do autor dos *Estudos Amazônicos*, no que concerne a nossa “etnogenia”.

Por esse motivo, para compreender o estágio de “civilização” em que se encontrava a sociedade amazônica e, conseqüentemente, o Brasil, na virada do século XIX para o século XX, havia a necessidade de se estudar o processo de colonização da região. Nesse período da história nacional poderiam ser encontrados “os males da nossa origem”.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

¹⁵¹ José Veríssimo faleceu acometido de um ataque de *uremia*, no Rio de Janeiro, à Rua Marques de Leão, Engenho Novo, em 2 de fevereiro de 1916.

¹⁵² Op. Cit. P.155.

¹⁵³ Idem, p. 153.

¹⁵⁴ Esse foi o título do artigo publicado pelo Prof. José Maia Bezerra Neto em uma coletânea publicada recentemente sob a organização desse historiador e do Prof. Décio de Alencar Gusmán, ambos do

Aqui, uma observação se faz necessária: não pretendemos nos estender na análise da obra de José Veríssimo, o que demandaria um estudo aparte e fugiria aos objetivos dessa dissertação. Importa, contudo, fazermos uma síntese do diagnóstico feito por José Veríssimo em relação à sociedade amazônica e os remédios por ele esboçados.

Para José Veríssimo, a Amazônia serviu de palco ideal para o cruzamento entre as raças, principalmente, entre brancos e indígenas, pois, no processo de mestiçagem da população amazônica, a contribuição do elemento negro foi insignificante, sobretudo, em razão de sua “pouca importância numérica” na região.¹⁵⁵ Por isso, em 1885, para Veríssimo, havia entre os “amazônidas”, em razão de sua superioridade numérica do elemento indígena, uma presença marcante do “mameluco” e do “tapuio”, índio “destribalizado” originário dos aldeamentos e que se encontrava ainda em um estágio de semi-civilização, originários dos sucessivos cruzamentos entre brancos e índios e seus descendentes. Como produto de raças cruzadas, ainda não totalmente concluído, o homem amazônico vivia em um estágio profundo de degradação e de abatimento moral. Culpa da forma como se processou a colonização na região. Se por um lado o “tapuio” já não mais trazia os traços originários de civilizações indígenas ancestrais - que deveriam ter sido mais “perfeitas” do que os seus “descendentes atuais”¹⁵⁶ -, por outro lado, ainda não havia alcançado o mais elevado estágio de civilização devido às perseguições impostas tanto por colonos como por missionários jesuítas. Isso contribuiu para impedir a realização plena de sua perfectibilidade.

Veríssimo explicava que para o Brasil veio o “refugio da sociedade” portuguesa, como os criminosos degredados e aventureiros audazes e ávidos por enriquecimento rápido, que não tardara em empreender na escravização do nativo. Não era, contudo, na escravidão em si que se encontrava a negatividade da influência destes homens sobre a população que se formara a partir do contato, uma vez que, como seria natural, “o conquistador teve pois de aproveitar a raça conquistada, vencê-la e convertê-la em povo útil, transformando-a pelo

Departamento de História da UFPA, a pedido da Associação Nacional de História – Núcleo Pará. Cf. BEZERRA NETO, José Maia & GUSMÁN, Décio de Alencar. *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 39-65.

¹⁵⁵ VERISSIMO, Op. Cit. p. 24.

¹⁵⁶ Para justificar sua hipótese, Veríssimo faz a seguinte comparação: “quem há visto os restos da louça dos nossos selvagens (...) e admirado as formas bizarras, mas elegantes por vezes, das igaçauas, estudando-lhes as gregas caprichosas e o desenho correto, e comparando-os com a louça grosseira, pesada e disforme que o tapuio e o mameluco fazem hoje, não pode deixar de notar essa decadência”. Idem, p. 16.

trabalho, de selvagem em civilizada”.¹⁵⁷ O que de fato poderia ser condenado e reprovado historicamente, era que “o povo conquistado tenha ficado longe de sua verdadeira missão, esquecendo-se que, como civilizado e cristão, ele tinha o dever de não confundir aproveitamento com perseguição”.¹⁵⁸

Para isso contribuiu muitíssimo a presença dos “ambiciosos sócios de Jesus” em terras brasileiras, pois, nos constantes conflitos havidos com os moradores portugueses pela disputa da administração da mão-de-obra indígena ao longo período colonial, não mediram esforços no sentido de, deliberadamente, “tornar o selvagem desconfiado, gerar nele o ódio ao colono e, por conseguinte, a civilização que ele trazia”.¹⁵⁹ Os colonos também, com sua avidez e lascividade, contribuíram negativamente para formação moral do povo brasileiro. Assim, ao tempo em que se processava a expansão portuguesa sobre o espaço amazônico, esse povo que fora forjado a partir dos primeiros contatos entre brancos e índios no litoral, “não era o mais próprio para educar uma raça selvagem, e prepará-la para o evento da civilização”.¹⁶⁰ Ao final do século XIX, portanto, o homem amazônico, caracterizado como o *tapuio*, vivia em um estágio intermediário entre a barbárie e a civilização.

Contudo, era necessário aprender com os “erros” do passado. Dessa forma, caberia aos homens do Império – diga-se a elite política e intelectual do país -, dar continuidade ao que parcamente havia sido iniciado no período anterior e viabilizar a verdadeira inserção do país nos quadros da civilização universal. No tocante à Amazônia, José Veríssimo vislumbrava especialmente duas soluções necessárias e intimamente inter-relacionadas para tirar a população do abatimento em que se encontrava: a educação e o povoamento. José Veríssimo apostava na positividade da ação regeneradora da educação, como a única capaz de viabilizar o progresso e a civilização do país. Foi impulsionado por essa crença política que ele, em 1883, fundara a *Sociedade Promotora da Instrução*; publicara, em 1890, o livro *A Educação Nacional*, no qual explicita o seu otimismo em relação ao papel regenerador da prática pedagógica; e desenvolvera ao longo de sua vida as

¹⁵⁷ Idem, p. 17.

¹⁵⁸ Idem, Ibidem.

¹⁵⁹ Idem, p. 19.

¹⁶⁰ Idem, Ibidem.

atividades de magistério, no ensino público e particular, tanto no Pará ou como n Rio de Janeiro, onde passou a residir a partir de 1891.¹⁶¹

A ação pedagógica, no entanto, por si só não seria suficiente, pois os seus resultados positivos somente poderiam ser observados a longo prazo. Por esse motivo, era necessário promover também o efetivo povoamento da região com gente civilizada, como forma indispensável para acelerar o nosso progresso material. Esse povoamento deveria ser realizado prioritariamente por imigrantes europeus – e entre eles havia uma predileção pelos da Europa Meridional, considerados mais aptos à vida e ao trabalho nas regiões de clima quente¹⁶² - e, na sua ausência, por trabalhadores nacionais vindos na região sul do Brasil. Com isso, José Veríssimo procurava romper com o preconceito infundado da absoluta insalubridade e incapacidade da Amazônia, como terra propícia à colonização do homem branco das zonas temperadas, pois contra ele “protestam à mesma história do povoamento e colonização do opulento vale por europeus e o fato de viverem, proliferarem e durarem ali numerosos indivíduos de regiões muito mais frias que a península Ibérica, franceses, ingleses, alemães e outros”.¹⁶³ De acordo com José Veríssimo, é “o cruzamento em larga escala, somente que poderá trazer à comunhão brasileira essa raça infeliz que parece-nos fatalmente condenada a morrer nas imensas florestas dos nossos sertões, sem outra luz mais do que a do sol esplêndido desta terra.”¹⁶⁴ Ou seja, esses trabalhadores, misturando-se com a população mestiça e fornecendo-lhe o exemplo e vigor para o mundo do trabalho, poderiam contribuir para tirar o homem amazônico da sua condição de indolência, de abatimento, de degeneração em que se encontrava e torná-lo mais produtivo e agente do progresso regional, e consequentemente, nacional.¹⁶⁵

¹⁶¹ BEZERRA NETO, Op. Cit. p. 39-49.

¹⁶² Idem, p. 60.

¹⁶³ VERÍSSIMO, Op. Cit. p. 162. Esse posicionamento de José Veríssimo pode ser inscrito no conjunto mais amplo de debates ocorridos nas últimas décadas do século XIX no Pará, principalmente, nos últimos anos da escravidão, em que se discutia a constituição de um mercado de trabalho livre assalariado no Brasil e em torno da atividade econômica que sustentaria o progresso regional. Em Belém, destacaram-se nesses debates os jornais *Diário de Notícias*, para o qual José Veríssimo escrevera diversos artigos, *Diário de Belém*, *Liberal do Pará* e *A Província do Pará*. Cf. QUEIROZ, 2001, pp. 81-116.

¹⁶⁴ Em 1880, Veríssimo chegava a conclusão de que esse remédio poderia ser inexecutável, principalmente porque *não via que essa raça privilegiada não virá tão cedo, não virá talvez nunca, em razão das condições mesológicas da região*; por isso, avisava o autor, era preciso que *aproveitássemos* – as raças cruzadas da região – *em bem da vastíssima e riquíssima região amazônica. Dizer como, é que não sei, nem é de minha competência*. Isso era, na verdade, para Veríssimo, um problema político a ser resolvido. Idem pp. 86-87.

¹⁶⁵ BEZERRA NETO, Idem Ibidem.

Vale aqui mais uma observação com relação a esse povoamento. Para José Veríssimo, além promover a regeneração moral e social da população amazônica, ele também iria concorrer decisivamente para a nossa regeneração econômica, uma vez que essa imigração estaria sendo pensada para o fomento à produção agricultura – incluindo aí a pecuária – da região. O ódio à civilização, cujas causas foram apontadas acima, além de ter concorrido para que o tapuio se encontrasse em um estado de “abatimento moral lastimoso”, contribuiu para que ele cultivasse um verdadeiro desprezo pelo trabalho. Some-se a isso a natureza exuberante em que se gestou esse novo homem. Com seus rios infinitamente piscosos, uma floresta repleta de caças e a terra riquíssima de produtos úteis de todas as espécies, “ai estão senão justificando, pelo menos explicando a sua indolência”,¹⁶⁶ pois aqui a natureza oferece ao homem o mínimo de esforço, de trabalho para suprir suas necessidades em alimentação, moradia ou roupas. Isso contribuiu para que o “tapuio” se adaptasse as atividades de cunho extrativista, como as das chamadas “drogas do sertão”, no período colonial, e as da extração da borracha, observadas pelo autor em sua época. O povoamento ainda viria solucionar um déficit demográfico histórico da Amazônia, caracterizada como um imenso espaço vazio, um deserto, um mundo outro, inteiramente desconhecido e ainda não explorado em todas as suas potencialidades pela nação.

4. Amazônia: ameaça internacional e desenvolvimento regional

“Os ensaios, que se divulgam neste volume, revelam um José Veríssimo dominado pela Amazônia onde nascera e onde realizara seus primeiros trabalhos de ordem espiritual. Há neles, ao contrário do que sucedia com os ensaios de outros, a compreensão exata do que a região significava. Não se verá aqui uma Amazônia romântica, sob a força de um lendário que lhe assegura certa poesia, é certo, mas importou no desvirtuamento do que ela representava realmente como espaço, como natureza e como resultante da ação criadora e disciplinadora do homem”.¹⁶⁷

Assim o historiador e ex-governador do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, no Prefácio dos *Estudos Amazônicos*, avaliava a produção intelectual de José Veríssimo.

¹⁶⁶ VERISSIMO, Idem, p. 23.

¹⁶⁷ Idem, Prefácio p. 2.

Embora ao tempo dessa produção, dizia ele, a Amazônia vivesse o *rush* da borracha, Veríssimo não se deixou envolver pela efervescência da vida material e soube como poucos de sua geração compreender a exata medida do que “a região significava” para a nação. Era um “dominado” pela Amazônia, pela qual possuía “amor filial, incontido”, dedicando a ela grande parte de seu tempo, sempre preocupado em suas investigações fazer uma “revelação digna, objetiva, a indicar o estudo sensato e conclusão que representasse a verdade”¹⁶⁸ da sociedade, da economia, da cultura do norte do Brasil.

Essas elogiosas palavras de Arthur Cezar Ferreira Reis à obra de José Veríssimo não poderiam deixar de indicar uma certa proximidade entre eles, no que se refere ao olhar para a Amazônia. O caráter de denúncia com o qual se revestem as obras desses dois autores parece ser o principal elemento que os aproxima, embora tenham preocupações distintas. Para Veríssimo importava denunciar a situação de degradação moral, social e econômica em que se encontrava a Amazônia e sua gente na virada do século XIX para o século XX, em relação aos progressos da civilização mundial. Arthur Reis, em sua extensa literatura sobre a região, deixou claro seu objetivo em dar notoriedade à idéia de que a cobiça internacional sobre o território da Amazônia brasileira, que vinha de longas datas, era algo premente em sua época. Para ele era urgente a necessidade “da formulação de uma política brasileira” – e não regional – “visando a integração da Amazônia, mas que seja, então, uma política sã, promovida com sentido pragmático e cívico, liberta do primarismo dos partidarismos estreitos”.¹⁶⁹ Um planejamento de ações sistemáticas e cientificamente balizado era a solução encontrada para evitar que a Amazônia caísse em mãos erradas, pois “a continuar a ausência criminosa do poder público, poderemos acordar com o Extremo Norte sob o domínio de estranhos”.¹⁷⁰

Fazendo eco ao “realismo” de Veríssimo, Arthur Reis acreditava que era chegada à hora de a Amazônia deixar de ser vista pelos brasileiros como uma página do exotismo, de geografia tropical interessante, em que dificilmente se poderia realizar ações de tamanha envergadura, capaz de revelar as suas potencialidades. Era preocupante, pois, para o autor, observar que essa ausência do governo brasileiro teria dado espaço para a penetração dos

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁹ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 64. Nessa publicação, que se trata de uma coletânea de ensaios escritos por Arthur Cezar, até o ano de 1966, data em que o autor assina a *Apresentação* da obra, não há informações sobre a data em que foram escritos esses ensaios, dificultando assim a sua contextualização.

¹⁷⁰ Apud, PETIT, Op. Cit., pp. 286-287.

interesses do capital internacional na região, a exemplo do que ocorrera à época da extração da borracha, quando a iniciativa privada, através de seringalistas e aviadores, controlava diretamente os negócios da comercialização do produto com os atravessadores e distribuidores internacionais, norte-americanos ou ingleses. Para corrigir essa omissão, o governo brasileiro deveria promover o desenvolvimento da região. Arthur Reis revelava aqui a sua filiação aos princípios cepalinos, muito utilizados nos receituários econômicos das décadas de 1950 e 1960, propondo, através de uma política de substituição das importações, o redimensionamento da divisão do trabalho entre as macro-regiões e estados brasileiros. Estudando esse período, o historiador Pere Petit avalia que, nesse estado de espírito, ocorreu a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), da qual o primeiro Superintendente foi o próprio historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis.

O governo brasileiro não poderia mais esperar que apenas a aventura desbravadora de homens audazes - como o foi nos primeiros anos da ocupação e mais recentemente com a economia gomífera -, continuasse a ser a única forma de integração da Amazônia - uma região “despovoada, espaço desértico”¹⁷¹ - ao território nacional. A fim de se ocupar esse espaço vazio, talvez escutando os conselhos de Veríssimo, uma das principais preocupações da SPVEA, sob a direção de Arthur Reis, foi o fomento à colonização e ao povoamento da região e dessa forma procurar romper com o secular abandono a que ela fora relegado. Arthur Reis, como Veríssimo, também condenava as afirmações apressadas ou cavilosas daqueles que negavam os trópicos como local possível à permanência do homem branco, onde se poderia realizar a elaboração de uma sociedade progressista e de uma civilização que se aproximasse dos modelos ocidentais.¹⁷²

Já fora comprovado, e para isso também contribuiu Veríssimo, que essas conclusões na verdade escondiam as propostas políticas de grupos que só percebiam a Amazônia como área de exploração desordenada e imediatista de seus recursos, sejam elas ligadas aos interesses internacionais, nacionais ou regionais. O problema da Amazônia não estaria relacionado, portanto, exclusivamente aos males da origem de sua gente, mais principalmente ao seu isolamento em relação ao desenvolvimento nacional, o que começaria a ser solucionado a partir da década de 1950.

¹⁷¹ Op. Cit. REIS, Idem, 67.

¹⁷² Idem, 234-235.

Como vimos, Arthur Cezar Ferreira Reis era um dos intelectuais mais respeitados na região e seu nome sempre era lembrado por aqueles que pretendiam estudar a história da Amazônia. Além disso, sua notoriedade nos meios intelectuais paraenses confirmam a força de sua influência nas letras históricas do Pará. Não sem razão, foi ele o orador oficial na sessão de encerramento dos festejos em homenagem ao Sesquicentenário, onde deixou claro que em 1970 estava em curso a verdadeira integração da Amazônia a vida econômica, cultural e política do Brasil, através na conferência intitulada *O Pará na Decisão da Independência*. É inegável que a Amazônia era vista, aqui e alhures, a partir das linhas da vasta bibliografia assinada por esse amazonense.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Chegou a hora de juntar os retalhos que colhemos dessa história recente, a partir dos eventos, palestras e pronunciamentos que envolveram as comemorações do Sesquicentenário da “Adesão” do Pará, em 1973, e emoldurá-los em uma base histórica, a fim de torná-los mais inteligível. Afinal, mesmo uma colcha de retalhos, composta de tecidos de vários tamanhos e cores, possui uma base sobre a qual eles são fixados para dar uniformidade ao conjunto da peça que se confeccionara. Mal comparado, acabamos por fazer algo semelhante linhas atrás.

As comemorações do Sesquicentenário refletiram uma preocupação clara de parcela significativa e respeitada da intelectualidade paraense, representada pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará, em dar a sua parcela de contribuição local ao esforço do governo federal em promover a integração nacional – política, econômica e culturalmente. A criação do Conselho e a nomeação de seus membros espelham essa preocupação, no que se refere mais especificamente na esfera cultural, muito embora, em determinados momentos, fosse difícil de perceber uma separação mais nítida entre esta e as demais.

Os festejos programados para o dia *15 de Agosto*, e aqueles que antecederam esse dia, serviram como espelho para os seus organizadores, desejosos que estavam em refletir para o Brasil e para o mundo uma nova “fase” da experiência histórica vivenciada pela região, sob os auspícios do regime civil-militar brasileiro e o decisivo aval de uma elite política e econômica local farta da pecha incômoda do “isolamento geográfico”, mote de todos os nossos males.

Em 1971, o conselheiro De Campos Ribeiro transpirava esse otimismo na nova “fase” da região, em um artigo publicado na Revista de Cultura do Pará, sugestivamente intitulado “A Grande Hora”.¹ Para o escritor paraense:

¹ RIBEIRO, José Sampaio De Campos. “A grande hora”. In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, ano I, nº 2, 1971, pp. 78-79.

“Ao aproximar-se o Brasil, neste ano inicial da Década de Setenta, de um século e meio de sua Independência política, raia também para a Amazônia a verdadeira aurora da integração total na marcha do nosso país para diante (...) O continente da Amazônia deixou a condição quase insular de sua significação político-econômica para ser definitivamente, o prolongamento da vastidão brasileira, estuante de vitalidade, onde novas gerações encontrarão, dentro de breve tempo, o fastígio da mesma civilização que esplende em distantes rincões do centro-sul do país.”²

“Esta é a Grande Hora da Amazônia”, concluía De Campos Ribeiro. Era hora de despedir-se do tempo em que a região não passava de uma fonte de inspiração de uma literatura do exótico, do lendário, do selvagem, em cujas matas e rios o homem não passava de um incômodo intruso, como diria Euclides da Cunha,³ característica de um “terra imatura”, como foi retratada nas páginas de livro homônimo de Alfredo Ladislau: “Quantas maravilhas, Aiuna, vão por esta terra, prodigamente fecunda, mas, - à razão da nossa incúria, - criminosamente inexplorada!”⁴ Diferentemente desse cenário, na década de setenta, a Amazônia experimentava uma forma de integração racional, planejada, levada a efeito pela “clarividência do Poder Central”⁵ e pela ação decisiva das Forças Armadas.

A integração vinha na forma de projetos de estudos e pesquisa na região – Projeto Rondon -, de abertura de novas rodovias – Transamazônica – do reforço da presença do Estado na “vigília das fronteiras” – Exército -, de visitas e assistência aos ribeirinhos – Marinha – e do rompimento da “cortina que por muito tempo obscurecera a visão” dos brasileiros em relação a essa parte do Brasil, através da Aeronáutica a rasgar “os céus da região”.⁶ Como se percebe, De Campos Ribeiro acreditava que “segurança e desenvolvimento” correspondiam a dois lados da mesma moeda da ação do governo federal na região, moeda sempre em alta nas rodas especulativas em que se envolvia a intelectualidade paraense do período.

Já tivemos oportunidade de ver, no terceiro capítulo, a opinião do Conselheiro Silvio Augusto de Bastos Meira sobre a positividade da maior concentração de poder nas

² Idem, *Ibdem*.

³ CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: ensaios estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio Brando, AC, 1998.

⁴ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. 2ª edição revista. Belém; Livraria Clássica, 1925. Documento digitalizado.

⁵ RIBEIRO, Op. Cit.

⁶ Idem, *Ibdem*.

mãos do governo federal que nas dos governos estaduais, o que o aproximava da concepção de Estado nacional de um dos mais influentes intelectuais brasileiros da época: Gilberto Freyre. Defendendo o “estilo brasileiro de democracia” de Freyre, Silvio Meira, utilizando-se dos seus reconhecidos conhecimentos jurídicos, via-se diante da necessidade de explicar a peculiaridade do federalismo brasileiro, para uma atenta assistência de bacharéis e alunos, participante do V Congresso Nacional de Faculdades de Direito e para os leitores da Revista de Cultura do Pará, onde a conferência fora publicado.

Para compreender o fenômeno do “centripetismo”, que atingira vários países no mundo – inclusive os civilizados EUA e Suíça -, e caracterizava o Brasil naquele momento, era necessário ter em vista que o princípio federalista já nos era conhecido já no império, antes de sermos federação, o que ocorrerá em 1891, com a promulgação da primeira Constituição republicana, que se baseara na organização geográfica pré-existente. Por isso, não poderia desaparecer “o Brasil como todo federativo”, mesmo diante da tendência centrípeta que experimentava e que foram consagradas na Constituição de 1967. Levando-se em consideração o momento político do país – leia-se a ameaça de perda de sua soberania, face à “infiltração comunista” -, essa era uma experiência política necessária em nome do “segurança e desenvolvimento” nacionais; metas que justificavam o nosso federalismo.⁷

Semelhante a De Campos Ribeiro, que deixou claro o lugar de onde partir seu discurso – a Amazônia, uma área “periférica” -, Silvio Meira, por outras vias também deixa entrever de onde falava. Isso é importante para avaliar o comportamento cultural desses conselheiros e do próprio órgão que representavam. Para aqueles que reivindicavam maior autonomia aos Estados em relação a União, ele perguntava: “de que serve a autonomia na pobreza, no abandono, na corrupção, na desesperança?” Talvez a autonomia fosse bandeira de luta dos “Estados ricos” desejosos das “mercês do Poder Central”, mas para aqueles pertencentes a região amazônicas, como o Pará, ela era dispensável.

Seria ocioso preencher as linhas dessa conclusão com um número demasiado extenso de exemplos a esse respeito. As palavras de De Campos Ribeiro e Silvio Meira são o suficiente para reforçar a idéia central que serviu como fio condutor e elo de ligação entre os capítulos que compõem esta dissertação. Refiro-me a idéia de que tanto a possível diminuição do poder político dos Estados era algo desejável por uma boa parte das elites

⁷ MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. “Federalismo e Centralismo”. In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, Ano 5, nº 18 e 19, jan./jun., 1975

política, econômica e cultural paraense, como os “benefícios” que ela poderiam trazer eram também esperados, contribuindo, assim, para uma boa receptividade aos projetos de desenvolvimento econômico para a região que, além de acenarem com a abertura de novos espaços para os quais se voltariam os debates na luta pelo poder local, proporcionaram a retirada de cena de pessoas indesejáveis que poderia levar a perder as benesses desse desenvolvimento.

Já dizia, a historiadora Bárbara Weinstein, que as elites políticas e econômicas da Amazônia, em especial aquelas dos centros urbanos mais dinâmicos da região – Belém e Manaus – foram duramente abaladas pelo influxo da extração e comercialização da borracha na década de 1910, que tantos benefícios lhes havia proporcionado nos anos anteriores. A “longa decadência” da economia gomífera, que, além de ter sido seguida de uma flexibilização da atividade econômica, relacionada a uma diversificada economia de subsistência e às novas atividades extrativas, levou as elites regionais e locais à “voltarem-se para os cargos burocráticos, empreendimentos urbanos, pequeno comércio, ou para o negócio da castanha-do-pará – a fim de ganhar a vida e manter seu *status* precário”.⁸

Não há dúvidas de que a economia do látex obedecia a lógica da economia liberal da época, na qual a iniciativa privada tinha um forte controle sobre o processo de produção e comercialização do produto. Mas, na medida em que essa economia começou a mostra sinais de insucesso, não só a ação dos governos estaduais, como principalmente o federal, passou a ser uma via salutar para os problemas da região. A partir da década de 1940, com o novo fôlego dado à economia gomífera na Amazônia pelas demandas européias e norte americana, no período da Segunda Guerra Mundial, através do trabalho do “soldados da borracha”, esta intervenção federal começou a se insinuar, ainda que tivesse tido vida efêmera.⁹ Foi a partir da década de cinquenta, no entanto, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA -, que essa intervenção se mostrou de forma

⁸ WAENSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 300. Economistas e sociólogos deram outras denominações a esse momento: “fase de profunda estagnação” (David Ferreira Carvalho), “fase de decadência e depressão” (Juan Bardalez Hoyos) ou “fase de declínio” (Roberto Santos). A elas teriam se seguido da “fase de crescimento econômico moderado” (1940-1966) e a de “grandes transformações sócio-econômicas” (a partir de 1966) PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 59-60.

⁹ PETIT, Op. Cit. p. 60-64.

mais sistemática, planejada, a partir de indicadores sociais e econômicos extraídos de pesquisas voltadas para a região.¹⁰

A criação da SPVEA, em 1953, representou uma adaptação da lógica cepalista – a “substituição das importações” características das relações econômicas da maioria dos países da América Latina com aqueles que estavam no “centro” da economia capitalista mundial – nas relações econômicas inter-regionais no Brasil.¹¹ Embora não tenha dado os resultados pretensamente esperados, a SPVEA serviu como novo endosso àquela noção corrente entre boa parte das elites regionais e locais, que vivia na “periferia” do desenvolvimento econômico nacional, segundo a qual era tarefa do Estado nacional encontrar uma solução para as disparidades regionais do país. Compreende-se, assim, a grita regionalista que ecoou do artigo de De Campos Ribeiro e da palestra de Silvio Meira, no início da década de setenta.

Estavam longe de serem palavras ao vento! Através das páginas dos jornais da chamada grande imprensa vinha também a público o otimismo com que seus editores percebiam a nova experiência história da Amazônia. Em janeiro de 1970, por exemplo, o jornal *O Liberal* lançou um caderno especial intitulado “Edição da Amazônia”, com a proposta de apresentar a região “em textos, (illegível), opiniões, depoimentos, narrações, florestas, rios, máquinas, passado, presente e futuro”,¹² fazendo uso de uma diversidade de fotos para impressionar os leitores de seu argumento principal: a Amazônia entrou do trilho do desenvolvimento acelerado do país.

Com o título “Amazônia, da conquista à arrancada”, um dos “textos”, por exemplo, explicava que foram cinco as “grandes etapas da política de desenvolvimento da Amazônia: “a conquista”, “a ocupação”, “a exploração”, “a valorização” e, o momento em que vivia, “a ‘grande arrancada’”. Esta etapa compreendia, na verdade, segundo o articulista, todas as demais, no esforço do governo federal em acabar com o isolamento geográfico, o “vazio demográfico” e a fragilidade econômica da região. Refletia a “nova atitude” do governo federal inaugurada com a “revolução” de março de 1964, que via na integração

¹⁰ Idem, pp. 66-72.

¹¹ Idem, *Ibidem*.

¹² *O Liberal*. Caderno Especial 1, “Edição da Amazônia”, janeiro de 1970.

econômica e geográfica a viabilidade para o desenvolvimento econômico da Amazônia e do Brasil.

Era a fase das “grandes transformações sócio-econômicas”, como definira recentemente o historiador Pere Petit, que beneficiou, num primeiro momento, os “empresários locais” com os incentivos fiscais para a região, destinados, exclusivamente, ao estímulo das “atividades industriais na Amazônia Legal, especialmente na área metropolitana de Belém”,¹³ antes que fossem parar nas contas dos empresários e industriais vindos de outras regiões mais economicamente desenvolvidas.¹⁴ Não é de admirar o otimismo das elites locais, depois de lograrem anos de isolamento e estagnação econômica!

Como parte dessa “grande hora” da Amazônia, o aniversário da “adesão” ganhou sentido todo especial. A escolha da “data festiva” – 15 de agosto -, em detrimento da “data popular” – 11 de agosto - como queria Ernesto Cruz, para centralizar as comemorações do Sesquicentenário; a retórica democrática materializada na Estátua da Liberdade inaugurada em frente ao prédio do poder legislativo estadual; o caráter patriótico com que se revestiu o *Te Deum laudamus* em homenagem a “adesão” na saudação congratulatória assinada por D. Alberto Ramos; as visitas às instalações do IDESP; as palestras e, fundamentalmente, a participação do Pará dos festejos do Sesquicentenário da Independência, marcaram essa “grande hora”. Todo esse mosaico de acontecimentos não tinha outro sentido senão o de reafirmação simbólica do processo de integração nacional em curso, do ponto de vista regional e local.

Afinal, se econômica e politicamente a Amazônia já dava mostras de que caminhava a passos largos rumo ao desenvolvimento, segundo pretendiam empresários, intelectuais e políticos locais, era necessário fazê-lo acompanhar também do desenvolvimento cultural. Missão que, como vimos, coube, em especial, ao Conselho Estadual de Cultural do Pará, responsável pela normatização – e, por vezes, a execução - da política cultural do Estado, como ocorrera nas comemorações do Sesquicentenário da

¹³ PETIT, Op. Cit. p. 90.

¹⁴ Pere Petit, apoiado em Roberto Santos, subdividiu em duas fases o processo de instalação de pequenas e médias empresas que abasteceram o mercado local no Pará: a “fase pioneira” (1964-1970) e a “fase de consolidação” (anos posteriores). E acrescentou: “na fase pioneira, os principais beneficiados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal e pelo governo paraense, foram os empresários locais”, e, ainda que ela viesse a ser superada pela “fase de consolidação”, no momento seguinte, “alguns setores industriais continuaram, nos anos 70, sob controle do empresariado local: têxtil, papel e papelão, farmacêutico, perfumarias e sabões, vestuário, editorial e gráfico.” Idem, p. 94-95.

“Adesão”. As questões referentes à cultura e à identidade nacionais determinaram os rumos da composição dos membros do Conselho e o direcionamento dos trabalhos por eles realizados. Questões estas que já faziam parte da experiência política e cultural do Brasil, pelo menos desde a década de 1920, e que estavam presentes nos programas dos partidos políticos e movimentos de esquerda e de direita nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 1964, conforme demonstramos no segundo capítulo.

Se até a década de 1950 essas questões eram capitaneadas pelo governo federal e partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro – PCB, a partir da década de 1960 elas ganharam as ruas e se incrustaram ainda mais nos movimentos mais à esquerda do PCB, como estratégia política de “desalienação” do povo, visando a “revolução brasileira”. O Centro Popular de Cultura - CPC -, ligado à União Nacional dos Estudantes – UNE -, foi o exemplo mais bem acabado do esforço das vanguardas revolucionárias promover a conscientização política de trabalhadores e estudantes em todo o país, principalmente, através da “Une volante”.

Em sua passagem por Belém, os membros dessa caravana encontraram um movimento estudantil em plena atividade, tendo a frente a União Acadêmica Paraense. Em 1964, ele conseguiu trazer um evento estudantil de caráter internacional para a capital paraense, exatamente no período em que se desfechava o golpe que depôs João Goulart da presidência da república. Tratava-se do Primeiro Seminário Latino-Americano sobre Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), do qual participara Frei Betto, que assistiu atônito pela TV o Arcebispo de Belém, Dom Alberto Ramos, denunciar alguns padres acusados de simpatizantes do comunismo. Em 1964 teria acontecido, portanto, um golpe na política e na efervescência cultural dos anos anteriores.

Nas suas reuniões plenárias, nas sessões ordinárias e solenes ou nos artigos e pronunciamentos publicados nas páginas da Revista de Cultura do Pará, ambos órgãos do Conselho, os seus membros procuraram, com a dedicação aos assuntos culturais de seu tempo, dar provas de que, além de serem legítimos representantes da cultura local, eram portadores das qualidades intelectuais necessárias para a realização de uma balizada interpretação da história e da realidade paraense e amazônica. O concurso nacional de monografias viria consagrar esse entendimento. Os membros do CEC-PA mostraram-se bastante entusiasmados em relação a esse concurso. Com ele a Amazônia deveria dar um passo decisivo rumo à efetiva integração nacional, a partir da história.

Todos os eventos que se realizaram nas comemorações do Sesquicentenário da “Adesão” buscaram, de uma forma ou de outra, dar conta dessa “Grande Hora da Amazônia”, como diria De Campos Ribeiro. Um período que, embora se fale da relevância que a região passou a ter para o Brasil, aos olhos dos governos militares e das elites políticas e econômicas, nacionais e locais, ainda carece de mais pesquisas entre nós. Poucos conhecem os interesses, as motivações, o posicionamento políticos de alguns personagens dessa história, que ainda hoje fazem parte da vida política, econômica e cultural do Estado. A história da imprensa no Pará, por exemplo, continua uma página em branco da história da região, quase que um “tabu” historiográfico, embora pareça ser um caminho fecundo para o pesquisador que se aventure enveredar nos meandros da vida política e cultural do período, a partir da análise dos debates, conflitos e argumentos apresentados pelos articulistas e colaboradores dos periódicos locais diante de tais questões.

Decerto que a análise aqui realizada não se pretende conclusiva. Devido a carência de estudos mais propriamente históricos sobre o tema, o local e o período, seria necessário despender maior esforço – e tempo – de pesquisa para tentar abarcar os meandros dessa história e minimizar as possíveis falhas de interpretação. Em todo caso, que fica ao menos registrada a minha contribuição ao fomento a pesquisas futuras.

FONTES

Orais

Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, Presidente do Conselho Estadual de Cultura. Entrevista concedida em 03 de agosto de 2006, na sede do Conselho.

José Edison Albuquerque Pereira, Secretário do Conselho Estadual de Cultura. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2006, na sede do Conselho.

Belmiro Vieira Peixoto Júnior, “Pinto Neto”, neto do artista plástico João Pinto Martins e seu herdeiro artístico. Entrevista concedida em 20 de outubro de 2006, na residência do artista.

Jornalísticas

I. Biblioteca Pública “Arthur Viana”, da Fundação Cultural do Pará “Tacredo Neves” –CENTUR.

Jornais Micro-filmados

Jornal <i>O Liberal</i>	Julho/Novembro -	1964, Rolo LI – 34.
	Agosto/Setembro -	1966, Rolo LI – 38
	Julho/Setembro -	1969, Rolo LI – 48.
	Janeiro/Fevereiro –	1970, Rolo LI – 50.
	Julho/Agosto -	1970, Rolo LI – 53.
	Setembro/Outubro –	1970, Rolo LI – 54.
	Julho/Agosto -	1971, Rolo LI – 59
	Setembro/Outubro –	1971, Rolo LI – 60.
	Agosto -	1972, Rolo LI – 69.
	Setembro -	1972, Rolo LI – 70.
	Janeiro -	1973, Rolo LI – 74.
	Agosto -	1973, Rolo LI – 81.
	Jornal <i>Folha do Norte</i>	Julho/Agosto -
Janeiro/Fevereiro –		1970, Rolo FN – 200.
Julho/Setembro -		1973, Rolo FN - 220

Jornais não Micro-Filmados.

Jornal <i>A Província do Pará</i>	Agosto	-	1973
Jornal <i>Folha do Norte</i>	Janeiro/Dezembro	-	1964
	Janeiro/Novembrbo	-	1965
	Abril/Julho	-	1966
	Agosto	-	1973
Jornal <i>O Liberal</i>	Agosto	-	1973
Jornal <i>Folha Vespertina</i>	Outubro	-	1968.

Periódicos**I. Arquivo do Conselho Estadual de Cultura do Pará – CEP-PA*****Revista de Cultura do Pará***

- Ano 1, nº 1, set./dez., 1970.
 Ano 1, nº 2, jan./abr., 1971.
 Ano 1, nº 3, maio/jul., 1971.
 Ano 1, nº 4, Ago./out., 1971.
 Ano 2, nº 5, nov./dez., 1971.
 Ano 2, nº 6 e 7, jan./jun., 1972.
 Ano 2, nº 8 e 9, jul./dez., 1972.
 Ano 3, nº 10 e 11, jan./jun., 1973.
 Ano 3, nº 12 e 13, jul./dez., 1973.
 Ano 4, nº 14 e 15, jan./jun., 1974.
 Ano 4, nº 16 e 17, jul./dez., 1974.
 Ano 5, nº 18 e 19, jan./jun., 1975.

Anais do Conselho Estadual de Cultura: anos 1968/1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974.

II. Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará***Revista Brasileira de Cultura***

- Ano I, nº 1, Julho/Setembro, 1969.
 Ano I, nº 2, Outubro/Dezembro, 1969.
 Ano II, nº 3, Janeiro/Março, 1970.
 Ano II, nº 5, Julho/Setembro, 1970.
 Ano II, nº 6, Outubro/Dezembro, 1970.
 Ano III, nº 8, Abril/Junho, 1971.
 Ano III, nº 9, Julho/Setembro, 1971.
 Ano IV, nº 13, Julho/Setembro, 1972.
 Ano IV, nº 14, Outubro/Dezembro, 1972.

Boletim do Conselho Federal de Cultura

- Nº 2, Abril/Julho, 1971.

- Nº 3, Julho/Setembro, 1971.
Nº 4, Outubro/Dezembro, 1971.
Nº 5, Janeiro/Março, 1972.
Nº 14, Abril/Maio/Julho, 1974.

Pastas

- Nº 8.4. - Resolução do Concurso de Monografias sobre a Adesão.
S/Nº - Recorte: Sesquicentenário da Adesão do Pará, 1973, de 4/08/1973 a 26/08/1973.
Nº 4 - Recortes de Jornais – de 01/05/1971 a 29/12/1971.
Nº 5 - Recortes de Jornais – de 04/01/1972 a 30/06/1972.
Nº 6 - Recortes de Jornais – de 01/07/1972 a 31/12/1972.

Processos

- Nº 030/72, de 20.11.1972 Ante-Projeto de Resolução que institui concurso de monografias sobre a Adesão do Pará à Independência do Brasil

Pareceres

Pareceres dos processos avaliados pelas Câmaras e pela Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Cultura do Pará, anos de 1972 a 1978, disponível no Arquivo do Conselho.

Monografias

AMARAL, Antônio Barreto do Amaral. *A Independência na Província do Grão-Pará*. São Paulo, 1973. Monografia apresenta ao Concurso nacional de monografias instituído em homenagem ao Sesquicentenário da “Adesão” do Pará à Independência, 1973.

“LIZA”. *Adesão do Pará à Independência do Brasil*. Belém, 1974. Monografia apresenta ao Concurso nacional de monografias instituído em homenagem ao Sesquicentenário da “Adesão” do Pará à Independência, 1973

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Livros/Artigos

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico 5º centenário do descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

AYALA, Marcos e AYALA, Maria Ignez Novais. *Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise*. São Paulo: Ática, 2003.

BARATA, Mário. *Poder e Independência no Grão-Pará, 1820-1823: gênese, estrutura e fatos de um conflito político*. Belém: UFPA; Conselho Estadual de Cultura, 1973-1974. - (Coleção "História do Pará", Série "Arthur Vianna").

BARATA, Ronaldo. "Cem dias quarenta anos depois". In: *1964: relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Ed. Dos Autores, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia & GUSMÁN, Décio de Alencar. *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____. *Direito e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BRITO, Daniel Chaves. *A modernização da superfície*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Paulista, 1991.

CARVALHO, Jose Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CASTRO, Celso e SOUZA, Adriana Barreto de. "A defesa militar da Amazônia: entre história e memória". In: CASTRO, Celso. *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 31-67.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. "O que comemorar". In: *PROJETO HISTÓRIA: Sentidos da comemoração*. São Paulo: EDUC, nº 20, abril/00, pp. 35-57.

CHAVES, Maria Annunciada. "Prefácio". In: *Exposição biográfica de Ernesto Horácio da Cruz*. Belém: Imprensa Universitária (UFPA), 1979.

COELHO, Geraldo Mártiris. *No coração do povo: o monumento à república em Belém – 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu.

COHN, Gabriel. "A concepção oficial da política cultural nos anos 70". In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, pp. 85-96.

COIMBRA, Oswaldo. *Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denuncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria dos cronistas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

COSTA, José Marcelino Monteiro da (org.). *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: Conselho Estadual de Cultura. 1970.

_____. *História do Pará*. Belém: Governo do Estado do Pará, 2º Volume, 1973.

_____. *História do Poder Legislativo do Pará*. Belém; Imprensa Universitária, 1978.

_____. "Cêucy ou Ciucy?.." In: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ*. Belém, Vol. IX, 1934, p. 71-75.

_____. "Adesão do Pará à Independência". In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, ano 2, nºs 8 e 9, jul./dez. 1972.

_____. "O coração de D. Pedro I". In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, ano 2, nº 5, nov./dez. 1971.

CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: ensaios estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio Brando, AC, 1998.

DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.93-131. (Coleção *O Brasil Republicano*, V. 4).

DEL ROIO, Marcos. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, pp; 11-68.

DIAS, Maria Odila da Silva. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 - Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

ESSLIN, Martin. *Brecht: dos males, o menor – um estudo crítico do homem, sua obra e suas opiniões*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FALCÃO, Joaquim Arruda. “Política Cultural e Democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro, CRUZ, Heloísa de Faria e KHOURY, Yara Aun. “Apresentação”. In: *PROJETO HISTÓRIA*. São Paulo: EDUC, nº 20, abr./2000, pp. 7-11.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Reiventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREYRE, Gilberto. “O Brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico e, na sua maioria, moreno: comentários em torno de um tema complexo”. In: *REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA*. Rio de Janeiro, CFC, ano II, nº 6, out./dez. 1970, pp. 41-57.

_____. “Estilo brasileiro de democracia”. In: *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, nº 3, jul./set. 1971, pp. 25-28.

GALVÃO, Pedro. “Vencidos Vencedores”. In: *1964: relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. pp. 16-41.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940”. RIDENTI, Marcelo e ROLLAND, Denis. *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.

GRINBERG, Lúcia. “Uma memória política sobre a Arena: dos ‘revolucionários de primeira hora’ ao ‘partido do sim, senhor.’” In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEBÉTTE, Jean. *Colonização para quem?*. Belém: UFPA/NAEA, 1979.

HEINZ, Flávio M (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HURLEY, Jorge. “O certo é Cêucy”. In: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ*. Belém, Vol. IX, 1934, p. 71-75.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanência nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

IOKOI, Zilda Márcia G. *O Legislativo na construção da República*. São Paulo: Contexto; Brasília: DF, CNPQ, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. “A visão dos outros: um medievalista diante do presente”. In: CHAUVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, 93-102.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. “O Tempo presente do tempo passado”. In: NUNES, André Costa et al. *1964: Relatos Subversivos – os estudantes e o golpes militar no Pará*. Belém: Editora dos Autores, 2004, pp. 246-268.

LOWENTHAL, David. "Como conhecemos o passado". *REVISTA PROJETO HISTÓRIA*. São Paulo: PUC, n. 17, nov./1998, pp. 63-201.

MARTINS FILHO, João Roberto. "O movimento estudantil na conjuntura do golpe". In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, pp. 75-81.

MATOS, Maria Izilda Santos de e AVELINO, Yvone Dias. "Linguagens textuais e comemorações". In: *PROJETO HISTÓRIA*. São Paulo: EDUC, nº 20, abr./2000 p. 193.

MEIRA FILHO, Augusto. *O Bi-Secular Palácio de Landi*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1972.

MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. "Federalismo e Centralismo". In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, Ano 5, nº 18 e 19, jan./jun., 1975

MICELI, Sérgio. "O processo de 'construção institucional' na área cultural federal (anos 70)". In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

MICHAEL, Andréa. "Militares distribuem cestas básicas e práticas assistencialistas: pedem em troca silêncio". In: *Folha de São Paulo*, 25 de julho de 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. "Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução". In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpes civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 241-271. (Coleção *O Brasil Republicano*, V. 3).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. "Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural". In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 155-1216.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV-CPDOC, 1992.

MORETTIN, Eduardo Victorio. "Quadros em movimento: o uso das fontes iconográficas no filme *Os Bandeirantes* (1940), de Humberto Mauro." In: *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*. Vol. 18 n.º 35, São Paulo, 1998.

MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973.

NAPOLITANO, Marcos. "Cultura, modernidade e brasilidade". In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares et al. *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

NORA, Pierre. "O retorno do fato". In: LE GOFF, J. e NORA, Piere. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, pp. 179-193.

NUNES, André Costa et al. *1964: relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Ed. Dos Autores, 2004.

NUNES, Antonieta de Aguiar. “Os jovens querem colaborar”. In: *REVISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo: USP, ano XIV, nº 56, v. XXVII, out./dez., 1963, pp. 385-388.

OLIVEIRA, Relivaldo Pinto de. *Mito e modernidade na Trilogia Amazônica de João de Jesus Paes Loureiro*. Belém: NAEA 2003

OLIVEN, Ruben George. “Nação e região na identidade brasileira”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PASSARINHO, Jarbas. *Na Planície*. Belém: CEJUP, 1990.

PERES, Gerson. *A vitória de todos nós*. Belém: GRAFISA, 1977.

PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. Belém: Boitempo Editorial: NAEA, 1996.

_____. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973).” In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

QUINTELLA, Maria Madalena Diegues. “Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais cultor do que eu?”. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, pp. 113-134.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos político da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1º, 2º e 3º Volumes, 1970. – (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

_____. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus, 1966.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964.” In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, pp. 69-102.

REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, René. “O retorno do Político”. In: CHAUVEAU, Agnes. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp. 51-60.

_____. “Uma história do presente”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVISTA HISTÓRIA: questões & debates. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, ano 21, n° 40, jan/jun. 2004.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, José Sampaio De Campos. “A grande hora”. In: *REVISTA DE CULTURA DO PARÁ*. Belém, ano I, n° 2, 1971, pp. 78-79.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 133-166.

RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

ROLLAND, Denis. “O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras”. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; e ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SEYFERT, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão migratória no Brasil”. In: ZARUR, G.C.L. (Org.) *Região e Nação na América Latina*. Brasília, Editora UnB, 2000.

SILVA, Fernando Teixeira da & NEGRO, Antônio Luigi. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpes civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 82-86. (Coleção *O Brasil Republicano*, V. 3).

SIRINELI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. “A Geração”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da história oral*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

THOMPSON, E.P. “A economia mora da multidão inglesa no século XVIII” e “Economia moral revisada”. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Comê, mora? Descobrimento, comemoração e nacionalidade nas revistas humorísticas ilustradas”. In: *PROJETO HISTÓRIA: Sentidos da comemoração*. São Paulo: EDUC, nº 20, abril/00, pp. 129-151.

VERISSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WAENSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Teses e Dissertações

CORREA, Júlia Antônia Maués. *A modernidade literária no Estado do Pará: o Suplemento Literário da Folha do Norte*. Belém: Dissertação de Mestrado (Centro de Letras e Artes) UFPA, 1997.

FIGUEIREDO, Aldrin. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. 1870 — 1950*. Belém: Dissertação de Mestrado (Departamento de Antropologia), UFPA, 1999.

_____. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908 – 1929*. Campinas, SP: Tese de Doutorado (Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Unicamp, 2001.

_____. *Delenda Cartago? O episódio do Brigue Palhaço e a nova história da Amazônia, 1823-1923*. Belém: Conferência no Seminário “Os Mortos do Brigue”, realizado em Belém, em 2003, organizado pela Câmara Municipal de Belém, em alusão ao centenário do episódio do Brigue Palhaço. (Digitado)

GOLDINHO, Maria das Graças Monteiro. *A luta dos estudantes paraenses pela democratização da Universidade: por que reprimir?* Belém: Dissertação de Mestrado (NAEA) UFPA, 1992.

MORAES, Cleodir da Conceição. *Dissidentes” do Grão-Pará: negros escravos e libertos no processo de “adesão da Província à emancipação política do Brasil” - 1822-1823*. Comunicação Livre apresentada no XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, jul., 1997.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: “paulistas” e “militares” na Amazônia*. Belém: Dissertação de Mestrado (Núcleo de Autos Estudos Amazônicos), 1999.

POTIGUAR, Yêda Lobato. *A obra do escultor paraense João Pinto*. Belém, Dissertação de Mestrado (Centro de Letras e Artes), UFPA, 1983.

Textos Digitalizados

BARBALHO, Alexandre. “O Estado pós-64: intervenção planejada na cultura”. In: *REVISTA POLÍTICA E TRABALHO*, Nº 15, setembro de 1999. Disponível no site: <http://www.geocities.com/ptreview/15-barbalho.html>

BOTELHO, André. “O poder ideológico: Bobbio e os intelectuais”. In: *LUA NOVA: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 62. 2004. ISSN 0102-6445. Disponível no site: www.scielo.br/pdf/ln/n62/a06n62.pdf.

CERRI, Luis Fernando. “Espaço e nação na propaganda política do ‘milagre econômico’”. Disponível em: www.rhr.uepg.br/v5n2/cerri.htm.

CUNHA, Luiz Antônio. “Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado”. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, SP, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente: desafios”. In: *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível no site: www.cpdoc.fgv.br/produção_intelectual.

FICO, Carlos e RONALD, Polito. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto, MG: UFOP, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, nº 17, 1996. Disponível no site: www.cpdoc.fgv.br.

LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. 2ª edição revista. Belém; Livraria Clássica, 1925. Documento digitalizado.

LIRA, José Tavares Correia. “Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre”. In: *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Vol. 20 n°. 57, fev./2005. Disponível no site: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Imaginário histórico e poder cultura: as comemorações do descobrimento”. In: *REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS*. Rio de Janeiro, v. 14, n° 26, 2000, pp. 183-202. Disponível no site: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/17.pdf>.

RÉMOND, Réne. “Por que a história política”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n° 13, 1994. Disponível no site www.cpdoc.fgv.br.

SALGUEIRO, Valéria. “A arte de construir a nação – pintura de história e a Primeira República.” In: *REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 30, 2002. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “A praça pública e a liturgia política”. In: *CADERNOS CEDES*. Campinas, SP, vol.22, no.58, Dez. 2002. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-2622002000300006&script=sci_arttext&tlng=pt.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*. São Paulo, v.22 n.44, 2002. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=pt&nrm=isso.

SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível no site: http://www.universia.com.br/html/materia/materia_dbfg.html.